

EDNA APARECIDA DA SILVA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

**FILOSOFIA, EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO SEXUAL:
matrizes filosóficas e determinações pedagógicas do pensamento de
FREUD, REICH e FOUCAULT para a abordagem educacional da
Sexualidade Humana.**

**CAMPINAS
2001**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TESE DE DOUTORADO

FILOSOFIA, EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO SEXUAL:
matrizes filosóficas e determinações pedagógicas do pensamento de FREUD, REICH e
FOUCAULT para a abordagem educacional da Sexualidade Humana.

AUTORA: EDNA APARECIDA DA SILVA

ORIENTADOR: PROF. DR. CÉSAR A. NUNES

Este exemplar corresponde à redação final da Tese de **Doutorado em Educação**, na área de **Filosofia e História da Educação**, defendida por **EDNA APARECIDA DA SILVA** e **APROVADA** pela Comissão Julgadora.

Data: 10.12.2001.

Orientador: Dr.César Nunes

Comissão Julgadora:

CAMPINAS - S.P.
2001

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA CENTRAL DA UNICAMP

Si38f

Silva, Edna Aparecida da

Filosofia, Educação e Educação Sexual : matrizes filosóficas e determinações pedagógicas do pensamento de Freud, Reich e Foucault para a abordagem educacional da sexualidade humana / Edna Aparecida da Silva. -- Campinas, SP : [s.n.], 2001.

Orientador : César Aparecido Nunes.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Filosofia. 2. Educação. 3. Ética. 4. Educação sexual. 5. Professores - Formação. I. Nunes, César Aparecido. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

“A vontade se mostra, aqui, independente do conhecimento e funciona cegamente, como uma natureza inconsciente. (...) Devido a isso, os órgãos reprodutores são, adequadamente, o foco da vontade e formam o pólo oposto ao cérebro, que é o representante do conhecimento.(...) Eles são o princípio que sustenta a vida - garantem a vida eterna; por essa razão, eram adorados pelos gregos no phallus, pelos hindus no lingam. (...) Hesíodo e Parmênides diziam, de forma muito sugestiva, que Eros é o primeiro, o criador, o princípio do qual se originam todas as coisas. A relação dos sexos (...) é, na realidade, o invisível ponto central de todos os atos e condutas, e está se deixando entrever em toda parte, apesar dos véus lançados sobre ela. É a causa das guerras e o fim da paz; a base do que é sério e o alvo da pilhéria; a inexaurível fonte do espírito, a chave de todas as ilusões, o significado de todas as insinuações misteriosas (...) Nós a vemos, a todo instante, sentar-se, como a verdadeira e hereditária senhora do mundo, pela plenitude de sua própria força, no trono ancestral; e de lá, com um olhar de desdém, rir dos preparativos para confiná-la, aprisioná-la ou, pelo menos, limitá-la e, sempre que possível, mantê-la escondida, e mesmo assim dominá-la a fim de que ela só apareça como uma preocupação subordinada, secundária da vida.”

A. SCHOPENHAUER (1788-1860)

Dedico este trabalho

Ao *César*, pela intensidade dos sentimentos que nos fazem enfrentar os desafios e as contradições da vida, com a coragem e a alegria absolutamente transformadoras da condição humana.

A todos os que, no campo da Educação, esforçam-se para superar a repressão sexual e desenvolver formas alternativas para (re)significar a Sexualidade Humana.

AGRADECIMENTOS

Ao meu Orientador *Professor Doutor César Nunes*, pelas colaborações decisivas para a minha carreira acadêmica nestes importantes oito anos, orientando-me em toda a trajetória da pós-graduação: especialização - UDESC, mestrado - PUC-Campinas e no doutorado. Pelo exemplo de determinação e enfrentamento das condições objetivas e subjetivas que compõem dialética realidade do trabalho na Educação. Pela seriedade e dedicação com que produz o conhecimento junto aos seus alunos;

À *minha família*, pelo respeito e acompanhamento de minhas decisões em circunstâncias desafiadoras. Em especial, aos meus pais *Júlia e Aniceto* pela visão de mundo que me ajudaram a construir, pela partilha de sua sabedoria e pela fé contagiante no ser humano, pela capacidade de festejar a vida, pela ética e a educação sexual que me proporcionaram. Pela paciência de esperarem tão amorosamente o meu retorno, pelo companheirismo motivador que me dedicaram e pelo alento em horas críticas;

Ao *CNPQ*, pela colaboração material para que este trabalho pudesse acontecer;

Ao *Professor Doutor Newton Aquiles Von Zuben*, pela destacada atenção em acolher o meu projeto de estudos; .

Aos *Professores Antonio e Maria Elisa Carbonari*, por acreditarem na minha capacidade de aprender e atuar na Educação Superior;

Ao *Professor Antonio Luiz de Carvalho e Silva* pela oportunidade desafiadora de colaborar na construção de um projeto educacional inovador;

Aos *amigos e amigas* tantas, que partilharam comigo cada conquista deste período tão transformador de minha vida.

Resumo

Estudo crítico e propositivo das principais matrizes teóricas dos discursos modernos sobre sexualidade humana. O trabalho caracteriza-se como uma reflexão crítica sobre a necessidade de fundamentação científica do educador, privilegiando o conhecimento filosófico, histórico e antropológico do tema como subsídio para uma abordagem escolar emancipatória da sexualidade humana. Investiga a sexualidade Humana, a partir da análise filosófica e sua articulação com a Educação. Constitui-se numa reflexão crítica e criteriosa sobre a questão da necessidade da fundamentação teórico-científica para a atuação de educadores no campo da educação sexual escolar. Procura realizar uma síntese das colaborações teóricas de FREUD, S., REICH, W. e FOUCAULT, M., como principais matrizes da produção científica moderna sobre Sexualidade Humana, colocada como referencial para o conhecimento filosófico, histórico e antropológico, que deve pressupor a educação sexual numa abordagem escolar. Tal referencial poderá firmar-se no sentido de fornecer ao professor, individualmente, elementos para realizar a crítica do atual cenário da educação sexual e compreender a dialética, social, histórica e cultural das relações estabelecidas em torno da questão da sexualidade humana. Coletivamente, poderá subsidiar uma forma metodológica orientadora e abrangente de aplicação na ação docente nesta modalidade de educação, para a qual defendemos um horizonte “Emancipatório”, nos termos das pesquisas sobre esta concepção, nas áreas da Filosofia e História da Educação. A pesquisa foi desenvolvida no Grupo de Estudos e Pesquisas em Filosofia da Educação PAIDÉIA, na linha de pesquisa *Ética, Política e Educação*. Aponta diretrizes para a formação de professores e educadores sexuais.

Abstract

A critical and propositive study of the main theoretical sources of modern discourses on human sexuality. This study consists of a critical reflection about the need for educators to have a scientific background, with special emphasis on philosophical, historical, and anthropological knowledge, forming the basis for an emancipatory school approach to human sexuality. This work investigates human sexuality, starting from philosophical analysis and its relation to education. It is a critical and careful reflection about the need for a theoretical-scientific foundation to the action of educators in the field of sexual education in schools. It tries to synthesize the theoretical contributions of S. FREUD, W. REICH, and M. FOUCAULT as the main sources of modern scientific works about human sexuality, seen as a reference frame for the philosophical, historical and anthropological knowledge which is required in the pedagogical action of educators motivated by the possibility of promoting sexual education in a school setting. Such reference frame could be consolidated so as to provide each individual teacher with the elements to perform a critique of the current scenario of sexual education and to understand the social, historical and cultural dialectics of the relationships established around the subject of human sexuality. Collectively, it could provide subsidies for an advisory and encompassing methodology to be applied by teachers in this branch of education, for which we defend an “emancipatory” outlook, in the terms defined in researches about this conception, in the fields of philosophy and history of education. This research was carried out by the PAIDÉIA Study and Research Group on Philosophy of Education, in its research line *Ethics, Politics, and Education*, and provides guidelines for the training of teachers and sex educators.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
Capítulo I	
FILOSOFIA, SEXUALIDADE, EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO SEXUAL	25
1.1 Filosofia e Sexualidade: contextos, fundamentos e aproximações dialéticas	25
1.2 A recente história da Educação Sexual escolar na tradição institucional brasileira: rumos, contradições e possibilidades	28
1.3 Os estudos sobre Sexualidade Humana entre os séculos XIX e XX: da abordagem naturalista-procriativa das Ciências Biológicas à dinâmica existencial e social nas Ciências Humanas: breve síntese histórica	37
1.4 FOUCAULT e a História da Sexualidade Ocidental	47
1.5 As Abordagens Determinantes da Sexualidade: Scientia Sexualis e Ars Erotica	54
1.6 FOUCAULT e os Dispositivos de Poder e Controle Sobre o Sexo	62
Capítulo II	
A DIALÉTICA DA SEXUALIDADE NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.	
As Concepções Matriciais dos discursos sobre Sexo e Sexualidade: FREUD,	
REICH e FOUCAULT	71
2.1 O Método Dialético e a Dialética da Sexualidade na Pesquisa em Educação	73
2.2 SIGMUND FREUD: contexto histórico, significado de sua obra, ação, personalidade e inserção social e política para a época	91
2.3 Contextualização epistemológica da Psicanálise e a produção da Identidade psicanalítica dos estudos sobre Sexualidade	100
2.4 FREUD e a Educação Sexual da Criança: elementos para uma interpretação institucional e pedagógica desta articulação	105
2.5 A Teoria da Sexualidade na obra e vida de REICH	112
2.6 A vinculação de REICH à psicanálise freudiana	139
2.7 O significado cultural e político da obra de REICH	148
2.8 MICHEL FOUCAULT - registros biográficos e marcas acadêmicas	157

2.9 FOUCAULT e a renovação da historiografia: para além do estruturalismo	161
2.10 FOUCAULT e a pedagogização e medicalização do sexo	176

Capítulo III

Marcos filosóficos e epistemológicos de FREUD, REICH e FOUCAULT e suas potenciais apropriações referenciais (teóricas) e educacionais (práticas) nas políticas de formação e atuação institucional da educação sexual	179
3.1 A Sexualidade, Educação Sexual e História da Sexualidade em FOUCAULT: primeiras aproximações	180
3.2 A Educação Sexual na Teoria de W. REICH	185
3.3 Michel FOUCAULT e a normatização discursiva e reguladora da Sexualidade	207
3.4 A concepção de Sexo, Sexualidade e Educação Sexual na obra de REICH: contradições e potencialidades institucionais	210
3.5 Perspectivas para uma abordagem reichniana de Educação Sexual na Escola	224
3.6 A Sexualidade e Educação Sexual na perspectiva de FREUD	227
3.7 Problematização estrutural da concepção de Educação Sexual e Sexualidade em FREUD: Seria uma concepção que abordaria a EDUCAÇÃO no sentido lato ou estrito do termo, e ainda, sua abordagem deveria ser considerada necessariamente repressiva?	236

Capítulo IV

ÉTICA, ESTÉTICA E POLÍTICA DA SEXUALIDADE NOS PROJETOS E DISCURSOS DE UMA SOCIEDADE EMANCIPATÓRIA	239
4.1. A questão da Educação sexual escolar	254
4.2 A perspectiva política de uma educação sexual emancipatória	259
À GUIA DE ALGUMAS CONCLUSÕES	261
BIBLIOGRAFIA	277

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre Sexualidade e Educação Sexual muito recentemente encontraram identidade e espaço institucional nas Ciências Humanas. Podemos considerar que este tema, Sexualidade Humana, emerge no cenário das Ciências Naturais do século XIX, até assumir um caráter proeminente da obra de S. FREUD (1856-1939). Os estudos e interpretações que FREUD, através da Psicanálise, empreendeu, tornaram-se matrizes da natureza da investigação, do conteúdo e das formas de entender e conceituar a Sexualidade. Da identidade *psicanalítica* desta abordagem decorreram as demais dimensões, a concepção *histórica* da Sexualidade, a análise *filosófica*, o questionamento *ético* e outras facetas. Multiplicaram-se os discursos, articulações, liames e nexos entre as Ciências Naturais ou Biológicas e as Ciências Humanas. A Sexualidade parecia constituir uma zona de *armistício* entre estas ciências, perpassando suas peculiaridades e pertinências.

Já o século XX viu crescer a preocupação com a possibilidade metodológica de empreender a análise da Sexualidade, sua natureza institucional, educacional ou política. W. REICH (1897-1957) assume o pioneirismo de identificar e perscrutar este caráter *militante* da abordagem da Sexualidade. A investigação e o combate de REICH estão nas bases do que entendemos hoje como *Revolução Sexual* do século XX. Suas obras estão nos bastidores conceituais deste tempo, suas idéias, ainda que expropriadas de sua identidade original, encontram-se presentes nos fragmentos da revolução comportamental e conceitual que marcou a trajetória moral e estética deste século XX. Muitos estudiosos, literatos, ensaístas e filósofos contemporâneos como H. MARCUSE,

E. FROMM, B. MALINOWSKY, M. MEAD, E. REED, SIMONE DE BEAUVOIR, SUSAN SONTAG, entre outros, debruçaram-se sobre o tema da Sexualidade e Subjetividade, Sexualidade e Poder, a identidade da personalidade autoritária, as possibilidades de uma descompressão sexual, a potencialidade libertária ou humanizadora da sexualidade humana, entre múltiplos temas afirmativos ou negativos destas dimensões.

Entre todos os autores destaca-se a obra de M. FOUCAULT (1926-1984), numa original abordagem da Sexualidade, Educação Sexual, História da Sexualidade e da Sexualidade e Poder. Seu método e natureza de investigação epistemológica apontam para campos inusitados de reflexão e análise: a dinâmica de poder e normatização de todos os discursos e saberes sobre Sexualidade e Sexo. Os dispositivos e mecanismos de novas liturgias de vigiar e punir, de comedir e controlar, de falar e fazer falar. FOUCAULT constituiu uma dúvida estrutural na abordagem militante e libertária da Sexualidade, a impossibilidade de haver discursos propriamente libertadores, a singular contradição da qual estamos todos enredados numa produção de discursos e saberes que constituem a dinâmica própria do controle e das liturgias de dominação presentes atualmente na sociedade de massas.

Estas questões foram lentamente aparecendo em nossa formação e atuação acadêmica e profissional envolvendo a Sexualidade e Educação Sexual. Princípios frequentando um Curso de Graduação em Pedagogia, na Universidade do Estado de Santa Catarina, sediada em Florianópolis-SC, durante os anos de 1987 a 1991. Da Graduação em Pedagogia, concluída em 1991, interessamo-nos pela Especialização em Educação Sexual, sendo que a UDESC, através de seu Departamento de Pesquisas (DAPE) apresentava uma proposta avançada de formação docente nesta área, institucionalizando o primeiro curso de especialização ou pós-graduação *lato sensu* tendo como tema e identidade a Educação Sexual. Fizemos parte da primeira turma daquele curso defendendo uma Monografia de Base, exigência institucional do Curso,

sobre o tema *Sexualidade e Sociedade*¹. Era nossa primeira experiência da pesquisa e de investigação teórica sobre Sexualidade e Educação Sexual. Este esforço acadêmico, como qualquer outro deste porte, apresentava uma inscrição histórica e social na vida pessoal de quem o desenvolvia. Por este motivo fez-se necessário expressar a identidade particular, a evolução e a revolução produzidas por este trabalho no contexto onde começou a ser construído e onde certamente não vai esgotar-se.

A motivação pessoal ou subjetiva foi despertada pela força do tema “Sexualidade Humana” que, no nosso entender, configura já em si a própria motivação. Quem não se interessaria por conhecer algo que é comum a tudo que respira e que tem vida? Quem não se sente atraído em direção à busca do entendimento das relações humanas? Quem não sentiria prazer ao descobrir-se respirando, vivo, demasiado humano em saber que muitas destas formas de consciência e potencialidades decorrem de sua identidade como ser sexuado? A curiosidade sobre o tema é, em nosso entendimento atual, a curiosidade sobre o exercício de viver. Isto não significa que adotemos uma definição baseada nas impressões intuitivas do senso comum, da qual derivamos as primeiras aproximações subjetivas sobre o tema. Temos convicção de que a análise que empreenderemos deve ser baseada na clareza da conceituação científica e política do tema e suas injunções.

Consideramos que, também neste caso, as condições institucionais e profissionais são indissociáveis entre si e também indissociáveis das motivações pessoais. Por este motivo, o que estamos fazendo ao “separá-las” em motivações acadêmicas e pessoais, metodologicamente, decorre apenas de uma intenção sistemática de mostrar que as motivações foram legitimadas não só por conjunturas profissionais, mas também por características pessoais de nossas próprias experiências informais de educação.

¹ O tema de nossa pesquisa, transformada numa Monografia de Especialização, defendida em 1995, era *O Imaginário Erótico e as Práticas e Manifestações da Sensualidade na Concepção de um Grupo de Mulheres Trabalhadoras de Salgas no Município de Gov. Celso Ramos-SC*, 153 pgs.

Nossa intenção tem sido, além de buscar compreender as correlações éticas, políticas e científicas da Sexualidade, a de reunir condições e colaborar para que outros educadores e cidadãos também as alcancem, para tratar pedagogicamente da abordagem da sexualidade. É preciso frisar mais uma vez que entendemos que esta intervenção pedagógica pressupõe, além de disposição pessoal, um espírito investigativo que busque alcançar a grade de valores e crenças que envolvem o intento, dispondo uma atenção crítica ao tema, constituindo um caminho pautado no conhecimento científico do desenvolvimento humano e do alcance filosófico das questões que contém a Sexualidade e Educação Sexual.

A trajetória acadêmica que temos trilhado sempre esteve ligada ao estudo da sexualidade com vistas à defesa de uma abordagem institucional e escolar para a questão. Iniciamos nossa atuação profissional como professora do Ensino Fundamental, ainda no último ano da formação de nível médio, no então denominado curso de Magistério das séries iniciais do Ensino Fundamental, em 1989, em Florianópolis-SC.

Desde então já percebíamos nas crianças uma ânsia em saber das questões ligadas à sexualidade. Era notório que o fato de sermos mais jovens que os outros professores e trabalharmos com os conteúdos de *ciências*, fazia com que aquelas crianças se pusessem mais à vontade para expressar conosco suas dúvidas e curiosidades neste campo. As conversas aconteciam dentro dos limites de nossa pouca experiência como educadora e dentro da dimensionalidade possível do que podiam vivenciar e compreender as crianças daquelas terceiras e quartas séries, sobre questões peculiares relativas ao seu momento de desenvolvimento físico e pessoal e de sua formação escolar.

Quando do término da graduação em Pedagogia, efetivada em 1991, concentramos nossos esforços pessoais para um estudo empírico sobre Sexualidade Humana com enfoque para a sexualidade da mulher. Uma das mais destacadas características de nossa formação como educadoras foi a cabal ausência de temas sobre a Sexualidade na estrutura curricular do curso de formação em Pedagogia. A formação

do pedagogo contém a mesma carga de ausências sobre a realidade complexa dos discursos e conteúdos sobre Educação Sexual e Sexualidade Humana. A Especialização em Educação Sexual pela Universidade do Estado de Santa Catarina oficializou nossa caminhada no sentido da pesquisa para a construção de uma apropriação pedagógica da Sexualidade.

Na seqüência de nossos estudos de pós-graduação, ao término da Especialização dirigimo-nos à Campinas, no estado de São Paulo, para pleitear uma vaga no recém instituído Curso de Mestrado em Educação daquela instituição, ingressando no Programa de Mestrado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Ali desenvolvemos uma pesquisa sobre a *formação médica* em Sexualidade Humana, uma vez que estes profissionais também se ocupam da educação quando promovem encontros e debates para esclarecer temas relativos à sexualidade humana. Pesquisamos junto às Faculdades de Ciências Médicas da Universidade de São Paulo - USP, Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUC-Campinas e da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, abordando principalmente as áreas de formação clínica em Geriatria, Pediatria, Urologia e Ginecologia, onde pesquisamos junto a alunos, professores e coordenadores de laboratórios, disciplinas e de departamentos, levantando grades curriculares, ementas e programas de disciplinas que tratariam mais proximamente a temática da Sexualidade. Colhemos também depoimentos de alunos egressos quanto ao aprendizado das questões *sexuais* para encaminhamento de pacientes.

Como resultado desse trabalho percebemos que os referidos cursos não promovem uma formação qualificada e atualizada em Sexualidade para a atuação médica. A formação dá-se a partir de estudos de Anatomia, Fisiologia, uma abordagem da Etiologia Sexual centrada na tipologia de doenças dos órgãos genitais e da reprodução. Aproveitamos o espaço da dissertação para tecer uma crítica específica à formação médica, no que diz respeito à Sexualidade Humana, ponderando aspectos da pretensa colaboração desses profissionais no campo da Educação Sexual, seja em

participação de eventos em escolas ou em campanhas “educativas” através dos meios de comunicação².

É importante considerar que o desenvolvimento desse trabalho exige em primeiro lugar a formação adequada do professor. Este é, sem dúvida, o maior problema que temos a resolver hoje, uma vez que já contamos com um grande grupo de pessoas dispostas a investir esforços pessoais, materiais e institucionais para a Educação Sexual. Até mesmo a organização legal, jurídica e curricular da educação, já abre espaço para tais iniciativas. Destacamos nesta direção o impacto causado pela adoção da *Orientação Sexual* como *tema transversal*, proposta pelas equipes que produziram os PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais) aprovados em 1997-1998 para a Educação Básica.

Não discutindo as contradições das formas nem do conteúdo das propostas institucionais do Estado, no momento, mas considerando as possibilidades que se apresentam para este campo de trabalho e atuação, que são resultados do trabalho árduo de educadores que se aventuraram pioneiramente nessas conquistas, é que inserimos a potencialidade crítica e analítica da presente pesquisa.

Para os estudos de doutoramento propusemos investigar e sistematizar a fundamentação *filosófica* produzida nos trabalhos sobre a Sexualidade Humana na reflexão teórica de M. FOUCAULT (1926-1984), S. FREUD (1856-1939) e W. REICH (1897-1957), que representam os três eixos e matrizes principais do entendimento científico contemporâneo sobre a questão e suas inter-relações com as abordagens atuais e discursos vigentes no campo da Educação. Trata-se de uma pesquisa *bibliográfico-analítica*, conquanto estuda os conceitos estruturais do pensamento destes autores, sob uma perspectiva metodológica *histórico-filosófica*. A questão do método sempre nos remete a um estudo mais aprofundado das categorias que assumimos para a determinação da pesquisa. No presente caso, queremos que a Sexualidade seja

² A dissertação de Mestrado defendida em 1997 tinha como tema *Medicina e Sexualidade Humana: Estudo Crítico do Currículo Atual dos Cursos de Medicina e suas implicações na formação do Médico*, realizada no Programa de Pós-Graduação da PUC-Campinas.

compreendida a partir das correlações analíticas e interpretativas da Filosofia, através do concurso significativo da História.

As hipóteses iniciais que marcaram a fundamentação teórica e a ordenação metodológica da presente pesquisa podem ser apresentadas como derivadas das observações empíricas e das constatações práticas encontradas na atuação pedagógica e institucional no campo da educação sexual, ao longo da década de 90. Os estudos e inovações institucionais nos impulsionavam a perguntar: haveria mesmo um espaço para o debate sobre Sexualidade e Educação nas políticas de formação de professores efetivada pelos planejadores e administradores da educação, durante os anos 80 e 90? Que possibilidades de abordagens a escola seria capaz de assimilar e traduzir em propostas didáticas humanizadoras, no campo da formação ética e estética? Partimos da realidade de que a Sexualidade assumira uma dimensão tal, no mundo contemporâneo, que a Escola e a própria família não poderiam deixar de assumir sua discussão, re-significação e abordagem institucional.

Com esta premissa, observamos os inúmeros projetos e concepções sobre Sexualidade e Educação Sexual, acompanhamos a trajetória organizacional de entidades, a evolução de estudos e formação de grupos de estudos. Pudemos constatar que a emergência da eclosão da AIDS, a crise das formas de reprodução ideológica e institucional da Família, a ampliação das potencialidades de influência da mídia, os novos parâmetros comportamentais e as transformações no mundo da cultura e da escola estavam a exigir uma segura reflexão sobre Sexualidade. Nossa hipótese básica era a de que os estudos sobre Sexualidade deveriam assumir a tradição moderna e clássica da abordagem e organização deste campo de saberes e disposições institucionais. Assim, parecia-nos que a escola deveria, necessariamente, tematizar a questão da Sexualidade e da Educação Sexual, mas não poderia ser de qualquer maneira, de modo a reforçar as mais preconceituosas tradições próprias de nossa herança cultural machista e patriarcal, ou ainda, capitular frente à improvisação, banalização e massificação de discursos e práticas hedonistas, terapêuticas ou modistas, presentes na sociedade atual.

Assumimos a determinação de que havia, nas Ciências Humanas, um vigoroso núcleo de reflexões sólidas, análises estruturais, possibilidades críticas e potencialidades didáticas. Seria preciso traduzir estas idéias e concepções em mecanismos acessíveis e capazes de sensibilizar professores e educadores motivados pelo tema e suas implicações. Esta hipótese básica, a da potencialidade reflexiva e da densidade antropológica da educação sexual, pareceu-nos o fundamento da presente propositura.

Com o desenvolvimento das leituras e dos debates, participações em encontros, produção de textos, participação em palestras e conferências fomos percebendo os limites das interpretações correntes sobre Sexualidade e Educação Sexual. Os autores clássicos ou fundantes, tais como FREUD, REICH, FOUCAULT, MARCUSE, entre tantos outros filósofos, ensaístas, psicólogos e profissionais contemporâneos de importância destacada para o esclarecimento institucional e político sobre o tema eram desconsiderados, deixados de lado, tinham suas pesquisas e produções teóricas e práticas assumidas de maneira reducionista, banal e até mesmo descaracterizadas de sua identidade original. Prevalcia um senso de que tudo o que anteriormente, na tradição teórica, havia sido organizado, criado, refletido, não guardava atualidade ou possibilidade de assimilação na realidade atual.

Esta constatação incômoda nos obrigava a formular a hipótese do desconhecimento dos professores, em sua maioria, da tradição ocidental de estudos sobre Sexualidade, das carências de subsídios teóricos, espaços institucionais e possibilidades de debate nas atuais estruturas curriculares e de formação de professores e especialistas sobre Educação Sexual. Os tradicionais determinantes filosóficos conservadores e repressivos que pesavam sobre nossa tênue tradição acadêmica também reforçavam nossas inquietações. Supúnhamos que um estudo, uma análise acurada das causas deste desconhecimento e distância do tema seria capaz de, ao propor o debate, inaugurar uma nova etapa de formação teórica, de crítica adequada, de políticas coerentes para a Sexualidade e para a Educação Sexual.

Com base no tema **Filosofia e Sexualidade**, realizamos um estudo teórico, com fundamentação histórico-filosófica das matrizes *epistemológicas*³ do discurso sobre sexualidade e sua problemática através da história que culminaram nas materializações institucionais que estruturam predominantemente o pensamento contemporâneo. A proposta de suporte teórico para este estudo, portanto, são as teses de S. FREUD, W. REICH e M. FOUCAULT que fundamentam uma visão psicológica, filosófica, política e ética da sexualidade humana, apesar das divergências e oposições entre o modo com que trabalham suas próprias convicções e concepções.

O estudo quer conformar uma abordagem *filosófica* criteriosa sobre a questão da sexualidade, que tem cada vez mais ampliado sua presença nas páginas da investigação da Ciência, sobretudo das Ciências Biológicas, que lhe tem dispensado um tratamento técnico, identificado como uma forma de investigações ligadas à saúde, não necessariamente à uma preocupação ética, ontológica ou estética da condição humana.

Não estamos trazendo nenhuma novidade em propor um relacionamento próximo de ligações epistemológicas entre a Filosofia e a Sexualidade Humana. Basta prestarmos um pouco de atenção à História da Filosofia para percebermos que antes de tornar-se uma preocupação das *Ciências Biológicas*, em sua versão *médico-higienista*,⁴ a Sexualidade já era uma área temática preciosa da Filosofia, justamente por fazer parte de maneira intrínseca da natureza da própria condição do ser Humano.

O conhecimento filosófico sustentou-se no rigor da reflexão disciplinada e crítica sobre os temas que decidimos investigar. Porém, este processo sempre foi um processo aberto que permitiu que os temas tivessem diferentes abordagens por outras formas de conhecimento. Assim, principalmente a partir do século XVIII, a Ciência

³ **Epistemologia** - “disciplina que toma as ciências como objeto de investigação tentando reagrupar a crítica do conhecimento científico, a filosofia das ciências e a história das ciências.” JAPIASSU, pgs 84-85. No caso da presente pesquisa a investigação epistemológica configura a busca de explicitar o caráter científico dos estudos sobre sexualidade.

⁴ Esta perspectiva pretende constituir um eixo ou uma das grandes intuições teóricas da presente pesquisa. A concepção médico-higienista passou a designar a abordagem restrita da Sexualidade com relação aos processos biológicos, etiológicos e reprodutivos.

passou a buscar informações sobre a Sexualidade, sobretudo através da Medicina e da Pedagogia, segundo FOUCAULT, através de dispositivos de controle modernos das práticas da sexualidade procriativa, processo que produziu tratados classificatórios sobre as doenças e aberrações sexuais, numa conotação de que a sexualidade constituiu-se na *biologicidade* dos contatos entre corpos que trazem, nesta concepção, o perigo das doenças.

Do discurso da *moralidade* religiosa medieval para as práticas *diagnósticas* modernas a sexualidade tem mudado de campos de apropriação de investigação, normatização e tratamento institucional. Nesta direção, em nosso estudo anterior, desenvolvido sobre a questão do domínio médico sobre os saberes da sexualidade, afirmávamos:

“Por último, aspiramos a um mundo onde todas as especialidades sejam formas de dizer melhor a condição humana, bendizê-la em plenitude, celebrá-la em sua avassaladora potência de significar a natureza e não ser por esta, de uma maneira determinista, unilateralmente conformada. Que a defesa da vida seja a medida da ação em sexualidade, em todas as suas formas e expressões. As práticas mistificadoras, os artefatos do poder, as máscaras institucionais não são capazes de fraudar a maior e mais genuína natureza da ação médica, sujeitos humanos que se ajudam mutuamente, com o concurso da ciência e da prática ancestral da solidariedade e da cura, ou, pelo menos, de sua busca. Os médicos sejam muito mais os celebradores da vida que os pastores da morte, quando abrirem a palavra sobre sexualidade e educação das pessoas que aportam em seus consultórios, os procuram e encontram nos hospitais públicos e privados, onde gente dilacerada e sofrida, acalenta a esperança de um alento, de uma intervenção, de um poder soteriológico que lhes extirpe a rudeza da concretude em que se encontram e abram os horizontes de toda plenitude sã, corporal, subjetiva e conseqüentemente, erótica. NIETZSCHE dizia, com muita freqüência, que mais ainda do que governantes, conforme o vaticínio platônico, os filósofos deveriam tornar-se médicos e terapeutas, conquanto seu pensamento combatia veementemente o idealismo lamuriento da filosofia pessimista e do otimismo tecnocrático do racionalismo de sua época. Os médicos e

terapeutas teriam mais e maiores possibilidade de intervir nos problemas reais, feitos nos corpos e na deliberada escolha da vontade, dos homens de seu tempo. Mas, ao final deste trabalho, tomaria a liberdade de propor aos médicos a contramão da via nietzscheniana, é tempo de novas sínteses, de coragem de novas palavras e novas atitudes; oxalá os médicos se tornem filósofos, e como médicos sejam educadores do homem e da mulher novos, belos, sadios, eroticamente plenificados e eticamente emancipados.”⁵

Há, embutida nesta conclusão preliminar, uma certa generalização, que pode ser considerada apressada, contudo, cada vez mais, vimos acontecer o crepúsculo dos discursos médicos e psicanalistas e o despertar da curiosidade sobre o discurso dos filósofos, aqueles que buscam uma concepção de amplitude e globalidade dos fenômenos e realidades.⁶

Para nós a Filosofia, com suas habilidades analíticas e conceituais é capaz de criar condições para o pensamento crítico sobre a Sexualidade, como tem feito historicamente. Buscamos na Filosofia a fundamentação para esta abordagem, uma vez que partimos do suposto que as apropriações reducionistas têm permitido injunções e estreitamento da compreensão da sexualidade humana em suas formas educacionais atuais.

A discussão acadêmica e social sobre sexualidade é aparentemente tema emergente em nossa tradição cultural. Todavia, se buscarmos as raízes da propositura contemporânea sobre Sexualidade iremos encontrá-la num tempo bem recente, ao campo híbrido da Filosofia e da Ciência do século XIX. O século XIX desenvolveu inovadores campos temáticos de reflexão filosófica e de pesquisa científica. Foi um século de primado da Ciência e, podemos afirmar, o auge da produção teórica burguesa moderna.

⁵ SILVA, E. Medicina e Sexualidade Humana. (1997), Dissertação de Mestrado, FE/PUC-Campinas, pg 171-172.

⁶Propusemos uma inversão da tese da *contramão nietzscheniana*; própria do cenário valorativo do século IX, há hoje o imperativo da recuperação de uma concepção de totalidade e globalidade.

Na Filosofia, o século XIX produziu grandes autores singulares, que constituíram formas de pensar e sistemas de conhecimento originais e específicos. A Filosofia alemã ocupou espaço institucional proeminente, e dentro dela queremos apontar a originalidade do pensador A. SCHOPENHAUER (1788-1860), considerado um filósofo pessimista e tido como uma das matrizes do Existencialismo *nihilista* do século XX. A obra de SCHOPENHAUER só poderia ser compreendida no contexto da Alemanha, prostrada pelas lutas de unificação e pelo ambiente histórico de restauração conservadora protagonizado pela *Santa Aliança* europeia, aparentemente suprimindo os ansiosos avanços da modernidade burguesa capitaneados pela França napoleônica.

Seu pensamento critica duramente o Materialismo crasso e o otimismo social dos reformadores políticos. Encontra o homem em sua mais lúdima natureza, e condena a Razão, tanto a razão técnica com a potencialidade da Ciência, como a Razão Política, esperançosa organizadora do Estado e da Sociedade “novas”, tal como imbuíam-se os discursos otimistas de seus contemporâneos. SCHOPENHAUER quebra a tradição dos que afirmavam ser a identidade essencial do homem definida como *animal racional*. Afirma o primado ontológico da *vontade*, na condição humana, que para este autor é a essência antropológica básica, sendo a vontade o permanente e imutável elemento da mente humana.

Destacamos a obra de SCHOPENHAUER pela razão de considerá-lo, possivelmente, o primeiro filósofo do século XIX a tematizar a Sexualidade Humana, na perspectiva do conhecimento científico e filosófico de seu tempo. Afirma este pensador alemão que a mais violenta e exigente dimensão humana é a *vontade* e a mais profunda e primária expressão da vontade é a *vontade de reproduzir-se*, configurado na sexualidade. Seu horizonte é a vontade de viver, expresso essencialmente na necessidade de reprodução. Afirma:

“A vontade se mostra, aqui, independente do conhecimento e funciona cegamente, como uma natureza inconsciente. (...) Devido a isso, os órgãos reprodutores são, adequadamente, o foco da vontade e formam o pólo oposto ao cérebro, que é o representante do conhecimento.(...) Eles

são o princípio que sustenta a vida - garantem a vida eterna; por essa razão, eram adorados pelos gregos no phallus, pelos hindus no lingam. (...) Hesíodo e Parmênides diziam, de forma muito sugestiva, que Eros é o primeiro, o criador, o princípio do qual se originam todas as coisas. A relação dos sexos (...) é, na realidade, o invisível ponto central de todos os atos e condutas, e está se deixando entrever em toda parte, apesar dos véus lançados sobre ela. É a causa das guerras e o fim da paz; a base que é sério e o alvo da pilhéria; a inexaurível fonte do espírito, a chave de todas as ilusões, o significado de todas as insinuações misteriosas (...) Nós a vemos, a todo instante, sentar-se, como a verdadeira e hereditária senhora do mundo, pela plenitude de sua própria força, no trono ancestral; e de lá, com um olhar de desdém, rir dos preparativos para confiná-la, aprisioná-la ou, pelo menos, limitá-la e, sempre que possível, mantê-la escondida, e mesmo assim dominá-la a fim de que ela só apareça como uma preocupação subordinada, secundária da vida.”(SCHOPENHAUER, A. in DURANT.W, 1991, p.242-243)

Uma tão veemente definição da Sexualidade Humana e sua construção social, seus determinantes históricos e suas potencialidades éticas e políticas não poderia passar incógnita aos estudos que empreendemos. Acreditamos que a obra de SCHOPENHAUER tenha exercido uma grande influência sobre o trabalho de FREUD, S. (1856-1939) e de toda a produção teórica da Psicologia e Psicanálise posterior. O homem passa a ser visto como vontade, desejo, emoção, subjetividade, ultrapassando os considerados unilaterais e estreitos cânones da materialidade e racionalidade moderna. A compreensão do corpo e da multiplicidade de suas potências surge como tema da Filosofia, a sexualidade readquire o *status* de discussão filosófica e tema recorrente nas Ciências Humanas.

Recentemente, depois de vasta produção sociológica e política, a própria tradição materialista-dialética, oriunda do Marxismo, assumiu a temática da Sexualidade. Os estudos de W.REICH e posteriormente de H. MARCUSE retratam esta associação temática entre a análise social da história e as potencialidades do desejo e afetividade humanas. Não se trata de um tema estranho aos pensadores

marxistas, após a influência temática do Marxismo europeu. Todas as abordagens científicas, de matrizes biologistas e empiristas, notadamente sob influência dos constructos científicos do século XIX, sobre a sexualidade e corporeidade, deram lugar a uma análise sociológica, filosófica e política da Sexualidade, presente nas principais contribuições teóricas da *Escola de Frankfurt*, tal como ficou conhecida a produção de um grupo de pensadores europeus que buscaram a associação do Marxismo com a Cultura, do pensamento de FREUD com os referenciais do materialismo dialético e outros desafios que estavam além da configuração doutrinária e economicista que se produzia sob a esfera de influência política e intelectual da Revolução russa e seu conseqüente pacto de poder, mormente no predomínio stalinista. É certo que há outras possíveis interpretações da pluralidade temática e potencialidade institucional e filosófica da Escola de Frankfurt, mas destacamos a proeminência da Sexualidade.

ANDERSON, P. aponta a sexualidade como uma inovação temática da Escola de Frankfurt, ao afirmar:

“A emancipação do homem e da natureza coincidiriam então na libertação erótica. Isto significaria não apenas uma libertação polimórfica da sexualidade, mas a disseminação do investimento da libido nas próprias relações de trabalho e sociais, o que conferiria a todos os atos de uma existência tranqüila as qualidades sensuais do jogo estético. Neste mundo órfico, além do “princípio do desempenho” do capitalismo, a sublimação deixaria de ser repressiva, a gratificação erótica fluiria livremente em todos os planos da vida social e o homem e a natureza estariam sintonizados em uma unidade harmônica entre sujeito e objeto. (...) A tecnologia, por sua vez, deixara de carregar a possibilidade oculta de uma sociedade alternativa: mesmo o avanço das modernas forças de produção tornaram-se uma involução, perpetuando as relações de produção existentes.”(1989, p.117)

Trata-se, portanto, de uma nova perspectiva teórica e uma fecunda temática social, política, histórica e filosófica. A sexualidade humana passa a ser alvo de estudos teóricos das mais diversas matizes e alcances. O corpo e a sensualidade, o

desejo e a opressão cultural, a repressão religiosa e o domínio reducionista da Ciência sobre a subjetividade marcam estes processos de estudos e produções. Em todos os campos da ação humana encontramos alguma referência sobre Sexualidade e Poder, Sexualidade e Ética, as mais diversas associações analíticas e interpretativas. Esta consideração requer de nossa parte a honesta definição que não como deixar de lado ou identificar uma suposta derivação menos importante da dimensão da sexualidade. Esta é um dos mais destacados *topus* da subjetividade humana.

A pluralidade dos tempos leva a sexualidade, tal como é entendida por nós, a se inscrever no *imaginário coletivo*⁷ assumindo vários conceitos e significações, em diferentes épocas, que implicam em posturas determinadas, a serem explicitadas neste trabalho, através de uma abordagem crítica sobre as esferas política, econômica e social e suas inter-relações com a sexualidade. Mesmo considerando o caráter recente das produções intelectuais em Sexualidade Humana, temos dois séculos de preocupação com a questão, que reuniram contribuições de várias áreas do conhecimento.

Contudo, não temos, ainda hoje, correspondência teórica que sistematize tamanhas contribuições de maneira interdisciplinar, articulando os conhecimentos num aprofundamento filosófico do tema sem reducionismos ou encaixes forçosos, dentro de matrizes complexificadoras do sentido pedagógico da Sexualidade. Trabalhos que viessem a pautar-se nesta proposta de sistematização das contribuições para este campo da vivência humana poderiam colaborar para subsidiar a formação de professores para o trabalho em Educação Sexual.

Há, portanto, históricos prejuízos ou, no mínimo, dificuldades conceituais para a organização teórica deste trabalho pedagógico. Aqui talvez resida a questão maior. Não somente para a estruturação ou propositura de projetos ou sistemas de trabalho mas para a manutenção e efetivação da Educação Sexual escolar. Neste sentido nossa pesquisa quer colaborar com a investigação e a sistematização das matrizes acima

⁷ Não tomamos este conceito no sentido JUNGUIANO de inconsciente coletivo, nem no sentido conceitual de CASTORIADIS de “imaginário social”. Trata-se de uma forma de compreender o caráter de continuidade

destacadas para a extensão da dinâmica operatória e pedagógica no campo da sexualidade. Esta operacionalidade deve transcender o reducionismo técnico-metodológico em direção ao político-educacional do processo concreto de formação do homem, em sua dimensão mais expressivamente reveladora de sua essência humana, que é a Sexualidade.

A identidade e a pertinência, a complexidade e a competência da sexualidade humana ainda tem muito de desconhecido e inusitado no mundo ocidental e contemporâneo. Não é nosso objetivo aqui tratar *estritamente* da história da sexualidade, mas vemos a necessidade de considerar sua existência e identidade institucional significadas pela história. A História da Sexualidade, parte da História da sociedade e comunidade humana, fornece os elementos para a compreensão e alcance, teórico e prático, do significado das vivências e representações que envolvem sexo e sexualidade.⁸

As formas, sentidos, concepções e vivências com as quais os homens constituíram sua sexualidade, desde as sociedades antigas, perderam-se no reforço negativo da consciência medieval repressora de tudo o que fosse humano, na afirmação de tudo o que demarcasse o divino. A Erótica da vida humana foi posta como algo contra Deus. Algo que maldizia e impossibilitava o “bem” e invocava o mal. Assim a sexualidade, a expressão do desejo erótico tornou-se profana. A repressão de quase mil anos não eliminou a erótica sexual das sociedades ocidentais, mas complicou seu significado e problematizou sua materialidade, sua vivência e representação. Na atualidade da suposta *pós-modernidade*⁹ a desumanização do indivíduo pela banalização da sexualidade, confundindo-a com a quantificação mecânica do sexo, produziu formas desfocadas de sua pluralidade analítica e vivencial. Estes problemas

da cultura, que conforma os indivíduos e determina as significações institucionais e sociais mais exigentes para a vida social, a saber a distinção de gênero e os papéis sexuais.

⁸ Sobre a perspectiva histórica da abordagem da Sexualidade ver NUNES, C. Desvendando a Sexualidade, Editora Papirus, Campinas, 1998; HIGHWATER, J. Cultura e Sexualidade, editora Guanabara, Rio de Janeiro, 1998.

⁹ Consideramos a complexidade conceitual, cronológica, filosófica e estética deste termo. Aqui, apresentamos uma significação marcadamente histórica, buscando identificar os acontecimentos e significações presentes no horizonte do Pós-Guerra.

perpassam todos os propósitos da presente pesquisa, retomando algumas contribuições e motivações já levantadas por teóricos anteriores.

Nas idas e vindas das diferentes formas de repressão sexual, seja aquela decorrente da doutrina e significação derivada da pregação histórica produzida pela Igreja, seja aquela decorrente das formas sutis de institucionalização do sexo efetivada pelo triunfo do capitalismo ou até pela massificação de uma concepção intimidativa e inibidora de práticas sexuais pelo apelo ao perigo das doenças sexualmente transmissíveis, sobretudo a AIDS ou ainda nas tentativas mal sucedidas de liberação total do sexo, o que fizemos da sexualidade foi cada vez mais envolvê-la numa nebulosidade que até hoje ainda não resultou em nenhuma significativa emancipação do próprio homem. A dimensão de considerar as mudanças e significações da sexualidade, própria da condição humana, podemos denominar como o processo de uma construção evolutiva *antropossexual, ou emancipação ético-sexual*.

Assim a Sexualidade Humana representa, neste início de milênio um tema vasto complexo, perpassando as ciências em geral, embora constitua uma novidade para as Ciências Humanas. O que se discutiu ou tornou-se objeto de pesquisa, com mais vigor e densidade até agora, sobre Sexualidade, salvo importantes exceções, referiu-se à Biologia, às causas e questões biológicas, à reprodução humana, à sua saúde física como correlata à sexualidade dos animais, numa espécie de fuga do sentido erótico e humano da sexualidade.

Este estudo quer contribuir para as reflexões *histórico-filosóficas* acerca da Sexualidade Humana, tomando como tema as principais referências teóricas da modernidade sobre a questão, como expressão do pensamento científico que desenvolve um estatuto de análises e interpretações que destacam os aspectos: econômico, político e ético além das conformações antropológicas e psicológicas da significação da Sexualidade no mundo contemporâneo.

Na busca destes pressupostos teóricos, partimos da tese de que a Sexualidade Humana tem sido difundida como tema de estudo científico nas Ciências Humanas,

certamente a partir das contribuições teóricas pioneiras e desafiadoras de S. FREUD, W. REICH e mais recentemente, de M. FOUCAULT, autores previamente escolhidos como matrizes fundantes das atuais abordagens e conceitos de sexualidade e corporeidade, vigentes na historiografia, sobre esta temática, no campo da Educação. Autores que ousaram produzir estudos revolucionários, estruturais, para a identificação das relações da sexualidade com todas as demais dimensões humanas. A universalidade da preocupação com o estudo da *condição sexual humana* nos incentiva a buscar uma análise envolvente e crítica, que possa contribuir com um entendimento mais abrangente e menos estreito da importância do estudo da sexualidade, empreendendo um enfrentamento epistemológico à aparente desconexão *sexo-indivíduo* como pretendem restringir as relações de trabalho e ideologias que reproduzem a significação religioso-normativa da Sexualidade.

A escolha pioneira da fundamentação sobre os estudos de FREUD deveu-se pela compreensão singular que temos de sua produção teórica e atuação metodológica na construção deste novo saber sobre o homem e seus desejos. Entendemos que o pensamento de FREUD tem sido apropriado de maneira reducionista em muitas afirmações genéricas e desconstruções simplistas. Afirmamos que seu pensamento, ao lado dos grandes reformadores sociais, constitui um universo axiológico essencialmente filosófico, a despeito dos estreitos reducionismos *psicologizantes* que se formaram ao seu redor.

A obra teórica de FREUD configura uma genuína área de investigação filosófica, no dizer de JAPIASSU, N :

“A teoria freudiana teve grande impacto não só na Psiquiatria e na Psicologia, mas na Filosofia e nas Ciências Humanas e Sociais em geral. Especialmente para a Filosofia, sua relação do inconsciente como lugar de nossos desejos reprimidos, origem de nossos sonhos e fonte de nosso imaginário, provocam um profundo questionamento na tradição filosófica racionalista que define o homem precisamente por sua consciência e racionalidade. (...) FREUD desenvolve assim um exame de um lado da natureza humana em grande parte ignorado até então pela Filosofia,

forçando a revisão da conceituação filosófica do pensamento, da razão, da consciência e da vontade.” (1993, p.107)

A investigação deste tema nas pesquisas em Educação e Filosofia demonstram o nascer de uma nova compreensão da Sexualidade com rigor científico, apesar de sua emergência temática recente, se comparado ao histórico das pesquisas de outros temas. Sendo assim, este aspecto fundamental para o conhecimento do homem passa a ser importante quando abriga possibilidades de esclarecimentos sobre o que se revela do modo de vida da sociedade e do indivíduo que nela vive, suas amplitudes antropológicas, cultural e históricas que conformam as significações filosóficas da Educação como potencialidade de articulação crítica entre o indivíduo e a sociedade.

A razão crítica do conhecimento da sexualidade apóia-se no princípio de que esta seja a mais forte expressão da condição humana. Porém, a pluralidade de seus conceitos semânticos submetem a interpretação do que seja a sexualidade, a superar equívocos que já lhe custaram a banalização e a vulgarização de suas especificidades mais revolucionárias, como a sua ligação com o poder, tão bem estudada por FOUCAULT no limiar dos anos oitenta. A seriedade política desta relação é a demonstração de que ainda se faz necessário muitos estudos, pesquisas e interrogações sobre o que sabemos sobre sexualidade hoje.

Acreditamos, sobretudo, que este saber passa prioritariamente pelo exercício científico investigativo, onde se produzem os mais fundamentados conhecimentos. As inúmeras complexidades éticas circunscritas na dinâmica da sexualidade tornam-na um eixo polêmico que atravessa todos os campos da Filosofia. Assim, entendemos que a pesquisa em Educação deva legitimar esta área temática como um campo *axiológico*¹⁰ inovador na produção do conhecimento sobre a Sexualidade Humana.

¹⁰ AXIOLOGIA - estudo dos fundamentos éticos e antropológicos dos valores humanos e sociais. Teoria dos Valores Morais. Designa a filosofia de valores.

A compreensão teórica que empreendemos apóia-se na própria *razão crítica*¹¹, na necessidade de fazer com que se reconheça que a Sexualidade é uma das mais fortes expressões da condição humana em sociedade. O modo básico desta viabilização da compreensão teórica da sexualidade é a consideração do movimento interminável de interação e troca entre a singularidade das características da sexualidade e as peculiaridades da Filosofia que, imbuídas de espírito científico, possibilitam o reconhecimento da articulação circular entre as partes subjetivas e objetivas de sua dinâmica interação. Este modo revolucionário de propiciar esta compreensão implica numa re-significação da investigação, como produção intelectual crítica e inovadora, amparada pela epistemologia dialética que fundamenta a ligação estrutural entre as diferentes ciências. A Filosofia, tendo a Sexualidade Humana como *objeto* de investigação, a partir de sua abordagem de totalidade e de radicalidade ontológico-ética e político-histórica, torna possível uma investigação pluralista e interdisciplinar que pode ampliar a compreensão da sexualidade no campo do conhecimento científico, como um todo.

Esta compreensão teórica torna-se uma base de fundamentação, para que somente *a posteriori* possam ser criadas as condições para o que se pode chamar de *Educação Sexual*¹² que é, no nosso entender, um estágio político-metodológico de instrumentalização para a crítica à ética sexual vigente e suas implicações no modo de vida social, ou seja, a noção filosófica do tema em discussão é primordial para qualquer ação séria em relação ao trabalho sócio-educacional em sexualidade humana. Enfim

¹¹ Razão Crítica : expressão fundante da Filosofia da Escola de Frankfurt. Os frankfurtianos procuraram uma nova síntese entre as bases materialistas do pensamento marxista e um diálogo com o pensamento de FREUD. Inovaram tematicamente ao debater a cultura, a ideologia, os valores, a estética de nosso tempo, suprimindo o dogmatismo das abordagens economicistas vigentes. A questão do conhecimento, a razão emancipatória, a libertação erótica e a construção significativa de novos paradigmas para a subjetividade são suas construções mais originais. T.ADORNO, M.HORKHEIMER, W. BENJAMIN, J. HABERMAS são os principais expoentes desta escola, chamado de “Filosofia Crítica” ou os defensores da “Razão Crítica”. A sexualidade é apontada como uma temática fundamental da Teoria Crítica e do Marxismo Ocidental.

¹² Educação Sexual é uma intervenção social e cultural na formação dos papéis sexuais vigentes e na construção da simbologia e representação dos tipos sexuais dominantes. Hoje há uma educação sexual historicamente construída, marcada pelo patriarcalismo e pela tradição repressiva, pretendemos construir uma intervenção na sociedade(ou em suas instituições básicas) Família e Escola, de cunho humanista, crítico, igualitário e emancipatório.

entendemos que o estudo filosófico constitui-se no espaço mais adequado ao aprofundamento crítico desta questão a que nos propomos a pesquisar.

A gênese de toda a problemática que apresentamos nesta investigação encontra-se radicada na condição atual das abordagens educacionais sobre a Sexualidade Humana, que na conseqüência da falta de uma fundamentação filosófica sobre o assunto, tornam-se ocas ou diletantes no sentido de compreensão reducionista da complexidade da questão, e quase sempre caem no ativismo provisório e ilógico com resultados visivelmente prejudiciais à significação da Sexualidade.

Acrescentamos aqui o fato agravante de que estas iniciativas, via de regra, são vencidas pela *banalização* da sexualidade como algo a ser vivido num reducionismo à *biologicidade* quantificada ou ao medo das doenças sexualmente transmissíveis ou ainda, com resquícios medievais de culpabilização e negação do prazer e de sua compreensão reflexa.

Para o desenvolvimento deste trabalho foi relevante buscar produzir uma análise bibliográfica junto à produção teórica destacada neste trabalho, no que diz respeito diretamente à trajetória contextual e conceitual de suas categorias de pensamento e aporte filosófico. Hoje, percebe-se no contexto cultural e educacional brasileiro, a coexistência de diversas concepções, abordagens teóricas e aportes metodológicos sobre Sexualidade e Educação Sexual.

De um modo difuso, porém concreto, passível de ser identificado, o referido contexto patrocina a manutenção desta diversidade por inúmeras razões, que em sua esmagadora maioria estão mais preocupadas em educar para o consumo da sexualidade plástica do que para a emancipação dos indivíduos.

Abordagens que se pretendem específicas acabam genéricas e discriminatórias de minorias que acreditam que a luta de grupos isolados pode ter mais força do que o esclarecimento coletivo, através da educação, sobre as perspectivas sócio-políticas da vivência da sexualidade como emancipadora dos indivíduos. Não estamos dizendo que

as iniciativas de pronunciamento e reivindicações de espaços sociais por grupos que empunham a bandeira da defesa das causas de Terceira Idade, dos Homossexuais, das Mulheres, da Criança, do Adolescente, seja através de uma abordagem feminista, naturalista ou de gênero não merecem o nosso apreço e o nossa solidariedade. Acreditamos sim que este é um modo de luta que não vence o determinismo cultural firmado pela educação formal.

Precisamos de mais espaço para a educação das maiorias ampliando seu potencial para mudanças efetivas, seja no campo político-ideológico, ou seja, no campo econômico de produção de riquezas e bens. Estes núcleos temáticos que envolvem a abordagem da sexualidade não podem perder a ligação fundamental com o todo da significância da sexualidade, que é guiado pela cultura e pela história da humanidade. A razão científica desempenha papel fundamental para compreensão das origens e manutenção das ações discriminatórias que submetem estes grupos minoritários que, esclarecidos de seus temporários limites e suas factuais potencialidades, transformam-se em majoritários pela ação política educacional organizada e amparada na coletividade. O respeito ao que é diferente do comportamento padronizado virá por aproximações críticas ao padrão estabelecido, colaborando para a compreensão do princípio da diversidade humana.

O *primeiro capítulo*, que trata dos fundamentos históricos e epistemológicos dos estudos sobre Sexualidade e contexto filosófico das principais matrizes teóricas da Educação Sexual. Os registros deste capítulo prestam esclarecimentos quanto aos estudos sobre Sexualidade pelas Ciências Humanas, sistematizados durante os séculos XIX e XX, com tônica nos conceitos básicos e categorias analíticas da sexualidade de FREUD, REICH e FOUCAULT. Esta abordagem considera ainda as possibilidades e significações dos fundamentos teóricos e metodológicos para uma concepção de sexualidade e educação sexual crítica, humanista e socialmente emancipatória.

As especificidades do *segundo capítulo* são as matrizes teóricas da crítica da sexualidade moderna em FREUD, REICH e FOUCAULT desenvolvidas a partir de um estudo teórico analítico e crítico-reflexivo das principais contribuições conceituais e

sobretudo metodológicas para o trabalho em Educação Sexual. Ali, supostamente, será possível perceber as diferenças e discrepâncias entre as idéias dos teóricos em questão quanto ao tratamento pedagógico da sexualidade. Este capítulo pretende ser esclarecedor do núcleo estrutural de cada uma das teorias aqui reunidas. Portanto, torna-se parte fundamental para instrumentalizar a crítica do educador quanto ao trabalho docente em sexualidade, na perspectiva que apresentamos.

O *capítulo três* aprofunda e debate as categorias analíticas e metodológicas identificadas nos teóricos em questão, criando elementos para uma crítica à apropriação *assistemática* e eclética destes autores nos Projetos de Educação Sexual dos anos 90 na tradição educacional brasileira. Pretendemos produzir e fundamentar também uma crítica à questão da compreensão inadequada, por parte daquelas iniciativas em Educação Sexual, da apropriação dos conceitos e determinantes metodológicos das teorias analisadas.

No *quarto* capítulo apresentamos algumas proposituras teóricas e disposições metodológicas para uma abordagem emancipatória da sexualidade e da educação sexual, no cenário das iniciativas e organizações atuais da educação e das políticas educacionais e curriculares brasileiras. Apontamos algumas propostas para a formação de professores na área, a partir do estado da arte, quer na formação básica, quer em cursos de pós-graduação ou de formação continuada específicos.

Tais propósitos envolvem a premissa de buscar entender objetivamente as iniciativas de teorizar e apresentar institucionalmente a sexualidade e a educação sexual. Esperamos ter produzido, neste trabalho que consubstancia nossa experiência concreta, aqui pensada a partir de alguns critérios científicos, disposições epistemológicas e políticas, e as urgentes e potenciais possibilidades abertas para a educação na sociedade brasileira contemporânea. A lucidez teórica e a sólida determinação política são alguns de nossos parâmetros e inspirações.

A pesquisa que apresentamos neste trabalho, de ordem bibliográfico analítica assume o caráter de uma pesquisa histórico-crítica. Sua intenção maior é a de recompor

a possibilidade de uma teoria da sexualidade, articulada à práxis da educação, em vista da necessidade histórica deste debate.

Perceber que a dimensão da sexualidade, como categoria antropológica e social, assumiu contornos inimagináveis na atual sociedade de imagens e de representações é um pressuposto da investigação histórica. Buscar entender a dinâmica destas significações, a partir das matrizes conceituais, analisando as propostas institucionais práticas é, talvez, a novidade da propositura da presente reflexão.

CAPÍTULO I

FILOSOFIA, SEXUALIDADE, EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO SEXUAL

No presente capítulo pretendemos apresentar os conceitos básicos, as principais definições e concepções que circunscrevem a Sexualidade como um tema das Ciências Humanas e Sociais, suas formas específicas de abordagem na dinâmica da diversidade da Educação. Procuraremos definir o campo de investigação da sexualidade como tema de pesquisa, as principais análises e trabalhos já produzidos em nossa recente trajetória de reflexão sobre o assunto.

Neste capítulo buscaremos organizar algumas idéias e argumentos, teóricos e históricos, que possam oferecer elementos para a defesa da necessidade e pertinência do tema na escola; a partir da retomada do contexto histórico da eclosão da sexualidade na sociedade brasileira, apresentando as diversas propostas de abordagem do assunto, seus enfoques e marcos institucionais.

1.1 Filosofia e Sexualidade: contextos, fundamentos e aproximações dialéticas

É inegável a dimensão atual dos estudos, pesquisas e reflexões que versam sobre o tema da Sexualidade Humana. Manifestações sociais, movimentos políticos, publicações, protestos, reivindicações e lutas emancipacionistas marcam o cenário do

“*breve século XX*” em clássica expressão de HOBBSBAUWN (1999). Esta dinâmica da sexualidade esteve presente em muitos dos mais significativos momentos de avanço institucional e de debate sobre a condição humana, sua historicidade, contradições, limites e potencialidades, em nossa época e contexto. As Ciências produziram saberes técnicos inigualáveis. Mudanças jamais esperadas nos inícios deste século apresentam-se hoje incorporadas à realidade material e cotidiana de quase todas as pessoas. As Ciências e seus produtos foram apropriados materialmente pelas forças produtivas burguesas.

Contudo, a despeito dos saberes sobre o mundo e a história, permanece como um desafio a busca da significação e alcance da subjetividade humana. Sem dúvida, na caracterização das amplas expressões desta subjetividade encontra-se a questão da Sexualidade e da identidade humana.

Os estudos sobre o tema da Sexualidade e suas características sempre estiveram presentes no corolário das discussões científicas e políticas deste século, em muitas das áreas e campos das Ciências Humanas, Ciências Sociais e das Ciências Biológicas. Questões como a natureza especial da Sexualidade Humana, suas marcas históricas e condicionamentos idiossincráticos, a possibilidade de realização ontológica de cada existência, a relação entre poder e sexualidade, a dicotomia entre realidade e prazer, instinto e civilização, natureza e cultura, libertação, emancipação e repressão sexual, todos estes temas aparecem como contrastes entre os diversos campos de produção científica contemporânea.

No campo da Filosofia e da Educação não poderia ser diferente. Consoante com sua vocação para perceber o homem em sua plenitude do tempo e de sua época, a Filosofia contemporânea, em sua amplitude, também tematizou a subjetividade e a Sexualidade, a vontade e o poder, a paixão, o erotismo, as repressões sociais e a formação da personalidade autoritária, nos múltiplos contrastes e cotejos entre existência individual e sociedade, instituições sociais e subjetividade. Talvez pudesse parecer estranho que a Filosofia tenha dedicado grande parte de sua produção para

reposicionar a questão da Sexualidade neste início de século e milênio. Mais estranho seria se a Filosofia nada tivesse a dizer sobre um dos mais desafiadores, candentes e potenciais questionamentos deste nosso tempo.

Esta é a nossa questão problematizadora. Quais seriam os contornos, as formas e representações de uma abordagem filosófica da questão, do debate, dos questionamentos sobre a Sexualidade? Consoante à natureza da reflexão filosófica, quais seriam os fundamentos da discussão sobre Sexualidade e Condição Humana, onde encontrar, na cultura filosófica historicamente constituída, espaço e estrutura para avançar a reflexão e os condicionantes éticos, estéticos e políticos que circunscrevem este tema? Todos estes desafios estiveram presentes em nosso processo de pesquisa.

Nossa indagação ampliava-se à medida que avançávamos no campo dos estudos sobre Sexualidade e Educação Sexual, tema que emergiu das contradições desafiadoras da década de 80 para a realidade institucional e educacional do Brasil. Os discursos e práticas de educação sexual, presentes e anunciados, encontravam-se numa difícil e intrincada rede de superposições e proposituras. A crítica dirigida contra a reconhecida tradição repressiva de nossa cultura patriarcal e de sua marcante filiação religiosa congregou, nesta década, um grande número de educadores, médicos, psicanalistas, consultores, movimentos e instituições na defesa de uma educação sexual escolar. Posições e contrapontos sempre existiram, mas estes *tempos heróicos* foram marcados por uma extremada militância na defesa da educação sexual na escola. Estudos sistemáticos foram poucos, mas muitas iniciativas institucionais e sociais preconizavam a educação sexual como uma *disciplina* ou espaço institucional potencialmente educativo, capaz de propor informações, orientações e questionamentos éticos sobre a vivência e expressão da sexualidade.

1.2 A recente história da Educação Sexual escolar na tradição institucional brasileira: rumos, contradições e possibilidades

A Educação Sexual como tema de pesquisa em educação é muito rara e recente. Somente nos anos 1980 e 1990 é que encontramos obras e referências acadêmicas sobre o tema. A Educação Sexual no Brasil não conta com largo e adequado levantamento de sua *historiografia*. São recentes e raros os estudos sobre Sexualidade, não havendo ainda uma tradição de pesquisa sobre este tema. Afirma-se que a primeira experiência de uma abordagem institucional da Educação Sexual no Brasil esteja ligada à questão da Educação da Mulher, configurada na tese de Francisco VASCONCELOS intitulada *Educação Sexual da Mulher*, publicada em 1915, no Rio de Janeiro. Tratava-se de uma obra de orientação médica, com forte acento moral, que infundia cuidados sobre a saúde da Mulher e a prevenção a doenças venéreas, bem como ao combate da masturbação e enfatizava a recomendação para a preparação da mulher ao desempenho tradicional de seu papel de mãe e esposa. (BRUSCHINI & BARROS: 1986).

O período compreendido entre as décadas de 1920 e 1930 apresenta um cenário de inúmeras reivindicações sobre a *instrução sexual dos jovens* na escola, mas não configura um aporte documental historiográfico importante e disponível. A referência de pesquisa mais considerada para uma abordagem *histórica* da Educação Sexual no Brasil ainda continua sendo o trabalho de SUSAN BESSE, conforme nos relata VIDAL:

*“Alguns estudos sobre educação Sexual no Brasil, hoje ressentindo-se da falta de pesquisa histórica, ao abordar os primeiros anos da República, limitam-se a citar as informações contidas na tese de Doutorado de Susan BESSE (1983) e numa matéria publicada no **Jornal do Brasil**, em novembro de 1972, e encerram o período em, no máximo, três parágrafos, pulando rapidamente para os anos 60, onde identificam o início de um significativo debate sobre Educação Sexual.”* (VIDAL, D. in SOUZA, 1998, p.57)

Esta análise demonstra a dificuldade de encontrar *fontes* historiográficas sobre a Educação Sexual e ainda aponta para outro obstáculo, a dificuldade de *periodização*

da Educação Sexual no Brasil, dado que não há iniciativas oficiais nem uma homogeneidade na demanda por estudos desta natureza. Os estudos de VIDAL acrescentam uma novidade nesta trajetória, ao investigar e resgatar a produção do Círculo Brasileiro de Educação Sexual (C.B.E.S), fundado em Julho de 1933 no Rio de Janeiro, presidido por José de ALBUQUERQUE, diretor e redator do *Boletim*, um órgão de divulgação das idéias do Círculo que foi editado até 1939 com tiragens de 50 mil exemplares. Pretendia difundir uma cultura sexual científica com bases educacionais, de modo a trabalhar a formação da professora primária que deveria aprender a lidar com as questões da sexualidade infantil. Em 1934 há relatos da *Semana de Educação Sexual* promovida pelo Círculo neste mesmo ano. O Círculo dispôs do rádio para divulgar as propostas de uma educação sexual inovadora e alcançou notável sucesso com palestras radiofônicas de 15 minutos semanais. Trata-se de um estudo novo que aponta para novas possibilidades de investigação sobre a História da Educação Sexual no Brasil.

As demais obras com este perfil historiográfico marcam as seguintes etapas na construção da Educação Sexual brasileira: a experiência do *Colégio Batista* do Rio de Janeiro, localizada na década de 1940, com um forte acento religioso, a atuação institucional do *Colégio de Sion* nos anos 1960, onde o Padre E. CHARBONEAU inovava com algumas propostas de uma Educação Sexual da Juventude, nos limites da *modernidade católica* daquela década. Somente nos anos 1970, quando a deputada Júlia STEIMBRUCK propôs uma Educação Sexual a ser inserida nas escolas públicas do então Estado da Guanabara, sendo solenemente rechaçada pelos demais deputados ao propor esta questão, é que dispomos de alguma documentação sobre o interesse institucional da sociedade política neste aporte escolar de abordagem da sexualidade.

Percebe-se que a partir dos anos 1960 há uma ampliação do debate sobre Educação Sexual escolar e em 1982 o Estado de São Paulo, no processo de redemocratização emergente daquela década e cenário político, implantou o Projeto A SEXUALIDADE HUMANA NUM ENFOQUE CURRICULAR (CENP:SP:1982), que tornou-se, na prática, a primeira iniciativa institucional de um Programa de Educação

Sexual na estrutura da Escola Pública do Brasil. De lá para os anos 1990 a Educação Sexual expandiu-se como prática institucional em muitos dos estados brasileiros, quando a abordagem da Sexualidade atingiu formas de discursos e concepções muito diferentes daquelas tradicionais, tomando lugar nos Meios de Comunicação de Massa (TV, Rádio, Jornais) e transformando-se num dos mais destacados assuntos de interesse social.

A partir dos anos 1980 organiza-se um segundo nível de pesquisa sobre Educação Sexual, os estudos *acadêmicos* nos Programas de Pós-Graduação em Educação ou em áreas correlatas entre Educação e Saúde. O fenômeno social da eclosão da AIDS na sociedade contemporânea acelerou radicalmente a necessidade de novas pesquisas e abordagens da Sexualidade e Educação Sexual. Destaca-se a publicação de GOLDEMBERG, M.A. *Educação Sexual: Uma Proposta Um Desafio* (1986), que se tornou um marco na propositura institucional da Educação Sexual nos anos posteriores. Ainda nesta década surgem estudos de GUIMARÃES (1988), NUNES, (1987) que apontam para novas fontes de investigação da Sexualidade com a Sociedade, através da mediação da Escola, seja num aporte histórico-político como preconiza NUNES (1996), seja através do concurso da Psicologia, como aponta BARROSO & BRUSCHINI (1986) ou até mesmo a notoriedade assumida com os trabalhos de enfoque feminista na TV MULHER (1980) realizado por SUPLICY, M.

Nos anos 1990 há uma expansão institucional e acadêmica da discussão sobre Educação Sexual. Destacam-se os estudos de FIGUEIRÓ, M. (1996), a tese de Doutorado de NUNES, C. (1996), bem como a institucionalização do Curso de Especialização em Educação Sexual na UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina entre outros cursos de pós-graduação que contam com linhas de pesquisa sobre o tema. Estas perspectivas apontam para uma efetiva consolidação deste tema na pesquisa e formação de educadores em Sexualidade e suas abordagens sociais e educacionais. Os trabalhos de SILVA (1997), NUNES e SILVA (2000), MELO (2000) e FIGUEIRÓ (2001), ampliaram as possibilidades analíticas e as dimensões educacionais do tema.

Resta-nos apontar aqui *três* eixos historiográficos descobertos a partir desta análise: a iniciativa original e *confessional* das instituições escolares em abordar a Educação Sexual, desde os primórdios deste século; a vertente *institucional* do Estado nos anos 1980 e a vertente *acadêmica* a partir dos anos 1990, passando por uma vertente secundária que configuram as publicações sobre temas correlatos, Sexualidade - Condição Feminina, Liberação Sexual, efetivada nos anos 1970 e 1980 por uma via *editorial* publicitária. Parece-nos importante reiterar que as iniciativas propostas para uma nova abordagem histórica da Educação Sexual no Brasil deve reconhecer estas vertentes que articularam a realidade que temos hoje neste campo da Educação e área temática.

Efetivamente vale afirmar que, nesta nova possibilidade de abordagem da história das instituições educacionais, há uma ampla e potencial possibilidade de investigação da educação sexual, notadamente de suas origens e sobre tudo de tendências pedagógicas atuais, tendo em vista a dinâmica das relações pouco objetivas destas tendências.

Este estudo quer contribuir para as reflexões *histórico-filosóficas* acerca da Sexualidade Humana, tomando como tema as principais referências teóricas da modernidade sobre a questão, como expressão do pensamento científico que desenvolve um estatuto de análises e interpretações que destacam os aspectos: econômico, político e ético além das conformações antropológicas e psicológicas da significação da Sexualidade no mundo contemporâneo.

Os anos 1990 foram determinados por desafiantes movimentos políticos que alteraram o espectro da sociedade, cultura e realidade educacional brasileira. A eclosão e a crescente expansão da AIDS, a massificação da cultura, a ampla mudança dos comportamentos sexuais, as alterações estruturais na base produtiva da sociedade de consumo, as radicais modificações na estrutura tipológica da família brasileira, todos estes elementos, entre outros, contribuíram para retirar a questão da Sexualidade de uma dimensão de militância alternativa e heróica para instaurá-la como uma *política* ou

necessidade institucional. As reformas educacionais decorrentes da mudança paradigmática estabelecida a partir da promulgação da nova L.D.B.E.N. (Lei 9394/96) acolheram esta transformação. A *Orientação Sexual* passou a ser assumida como um dos *temas transversais*, propostos pelos novos Parâmetros Curriculares Nacionais, apresentados oficialmente em 1997. Dos tempos heróicos à necessidade institucional e identidade disciplinar. Esta foi a passagem avassaladora dos temas e debates sobre a educação sexual escolar nestas décadas.

Restou, todavia, um questionamento de fundo: que educação sexual deve ser curricularmente apresentada? O que é educação Sexual? Quais são os fundamentos epistemológicos, éticos e filosóficos de uma reflexão sobre Sexualidade? Que educação sexual comporta a escola? Quais são os autores, o elencário de temas, as concepções fundantes de um debate e de uma propositura crítica frente à sexualidade na sociedade de consumo? Estes e outros questionamentos e problematizações permaneceram, para além da assumpção da educação sexual como tema curricular da tradição educacional brasileira.

Esta foi a motivação conjuntural da presente pesquisa. Perguntávamos quais seriam os autores, os discursos fundantes, as concepções basilares da Sexualidade como discurso, como campo de investigação ou como área de análise e reflexão sobre a condição humana e a sexualidade. Como organizar uma Teoria da Sexualidade ou da Educação Sexual?

Nesta pesquisa sobre Sexualidade Humana nos propusemos a buscar fundamentar nossa análise na Filosofia por entendermos que seus recursos são os mais adequados para o tratamento do tema, uma vez que o objeto fundamental da Filosofia é o Homem considerado a partir de sua produção cultural e sua relação com o mundo. Entendendo a Filosofia como a investigação antropológica por excelência e a educação como a produção social do homem, sua dimensão de contexto, buscamos articular estes campos teóricos ao tema da Sexualidade e Educação Sexual engendrados pela conjuntura.

Para nós a sexualidade é uma realidade *ontológica* própria do homem e uma dimensão intrínseca de sua relação dinâmica com o mundo e consigo mesmo, espaço híbrido entre a subjetividade emergente e a sociedade enquadradora, identidade de tensão que provoca e sofre a ação do meio onde vive. Neste viés, os fundamentos das ciências aplicadas, ainda que possibilitem abordagens inovadoras da sexualidade em campos e dimensões distintas, quedam-se insuficientes quanto exigidos na dimensão da totalidade. Com os recursos da Filosofia intentamos conseguir interpretar a esfera histórica e social da sexualidade na produção de sua significação moral, afetiva e política. A partir da Filosofia que podemos decodificar a abrangência da sexualidade em suas singulares características estéticas e éticas passando, é claro, pela análise de base material e econômica que são, de fato, socialmente construídas e culturalmente determinantes.

Uma análise crítica da significação da sexualidade humana não poderia ficar restrita ao campo de uma investigação sobre a questão da subjetividade, retirada do terreno histórico, sob pena de perder-se no reducionismo *solipsista*; o que a torna mais complexa e exigente decorre exatamente de seu aspecto social; a construção coletiva de papéis e formas de expressão existencial e social.

O ponto de partida de nosso trabalho, tanto quanto o seu suposto ponto de chegada, é justamente a Educação Sexual, ou seja, a abordagem pedagógica e institucional da Sexualidade. A necessidade de uma abordagem de totalidade e globalidade da sexualidade nos obriga a dirigir aos desafiadores temas e campos temáticos da Filosofia. O *método filosófico* nos remete à análise rigorosa da questão educacional da sexualidade. Conquanto a Filosofia seja um conhecimento historicamente condicionado, entendemos que sua dimensão dialética é precisamente aquela que nos impulsiona à reflexão e investigação abertas, flexíveis, mutáveis e dinâmicas da sexualidade.

Neste sentido, entendemos que, como NUNES que: “*A dialética apreende o ser, o saber e o fazer do homem, em suma, ela define, em sua provisoriedade, a essência humana, dinâmica e mutável, ao mesmo tempo em que caracteriza o esforço*”

aproximado do homem em saber; e torna-se exigência de seu fazer político” (1996, p. 51)

A Filosofia, sobretudo nos últimos três séculos e considerando também sua tradição histórica milenar consubstanciada em sua *história* vem, de maneira bem própria e intensa buscando compreender e elaborar a condição humana, para superar as abordagens que acentuam a atomização e fragmentação da compreensão do que seja o homem. Esta possibilidade de totalidade e profundidade possibilitadas pela recorrência à Filosofia nos parece ser a melhor forma de tratamento e investigação deste tema.

A forma *filosófica* de tratamento da sexualidade alcança os limites amplos e fecundos de sua constituição temática e existencial, sem descurar seu caráter histórico e social. O poder metódico e investigativo da Filosofia é incentivador do caráter propositivo e aberto de toda *teoria*, desde que se faça criteriosa análise das dimensões que compõem o tema, no caso a sexualidade. As práticas emergenciais e conjunturais, sem uma abordagem teórica de fundo, uma investigação que dê conta dos pressupostos epistemológicos, éticos e políticos, sem analisar a gênese e o alcance de um determinado campo científico, quase sempre redundam num reducionismo estreito essencialmente pragmático e tópico.

O caráter exclusivamente humano do erotismo e do prazer sexual, vinculado ao ideal estético da felicidade, em amplitude, já põe a sexualidade na órbita dos temas filosóficos, uma vez que como tentamos defender, diz respeito ao principal objeto da Filosofia. Assim, os fundamentos da sexualidade entendidos como desejo, afetividade, auto-estima, corporeidade, reprodução, prazer, erotismo, política, amor e sensualidade, entre outros temas, são identidades, estados e expressões humanas e, por isso, potenciais temas filosóficos.

A pesquisa é sempre uma busca de saberes que reúne processos de simplificação e processos de complexificação acontecendo simultaneamente para a resolução de problemas e dúvidas a serem investigadas. Para a Filosofia, ainda mais, este desejo de saber corresponde a uma pré-condição para agir e ser no mundo. Este

“buscar saber” criterioso é próprio da Filosofia e, à medida que nos lançamos nesta busca, aceitamos um penoso e exigente desafio. O desafio de pesquisar a Sexualidade a partir da Filosofia demanda a determinação em trabalhar com um método investigativo rigoroso, que serve de meio para alcançar respostas. Nesta peculiaridade de compreensão da Filosofia em que a mediação, representada pelo método, quando aplicado corretamente, torna-se tão importante quanto o fim a que se propõe, não poderia haver outra abordagem que não aquela marcada pela concepção dialética do homem e da história. O *método dialético* de pensar através das contradições já garantiria a superação do senso comum e das simplificações aparentes que forjam uma suposta perfeição dogmática que busca fugir exatamente dos questionamentos e dúvidas que relativizam a “verdade” sobre os discursos e as significações da sexualidade.

O método dialético de investigação, pelo qual fizemos opção, comporta o imperfeito, o inacabado e principalmente considera, da dinâmica das mudanças produzidas pela ação do homem na sociedade, a mutabilidade da realidade, o que torna o próprio método um processo dinâmico de articulação e associação de idéias e conceitos que geram muitas possibilidades de interpretação do objeto a ser pesquisado.

Pela amplitude e importância do tema da *Sexualidade Humana* somente um método globalizante e com critérios para o aprofundamento da investigação daria conta da complexa densidade deste tema como fonte produtiva do conhecimento sobre o ser humano. A Filosofia é o campo de conhecimento que historicamente mais tem buscado coerência e legitimidade na indagação do homem. O modo de ver o mundo próprio da Filosofia é o ânimo para a admiração e para o espanto com tudo o que diz respeito a este mundo. É como se o impacto do espanto criasse a necessidade curiosa da interrogação e a disposição para a experiência a respeito do que se apresenta através do espanto.

As contribuições que buscamos na Filosofia para este trabalho de pesquisa decorrem de seu método de investigação histórico e dialético e seu campo de atuação fundamental: o conhecimento do homem e de suas relações com o mundo através de seus elementos teórico-interpretativos para elucidar a realidade do tema de nosso

objeto neste trabalho. Confiamos na Filosofia como potencial legítimo e organizador do nosso alvo último nesta proposta de trabalho: a prática pedagógica da Educação Sexual de maneira a abordar com criticidade, amplitude e profundidade, a dinâmica da Sexualidade Humana, considerando seus aspectos históricos, éticos, políticos e antropológicos

Estas razões teóricas colaboram para explicitar, a nosso ver, as ligações, aproximações e fundamentos entre *Filosofia e Sexualidade*, relação esta mediada pelo método de abordagem dialética da questão. Se superarmos a tradição estanque que define a Sexualidade numa abordagem particular e reducionista, para encontrá-la na plenitude da definição do próprio estatuto do que seja a condição humana e logramos ampliar o conceito de Filosofia e Ciência, entendendo-as como a definição metódica, radical e totalizante sobre a ação do homem no mundo, estaremos dialeticamente integrando e articulando estas potenciais áreas de saber e entender a cultura e realidade humana.

1.3 Os estudos sobre Sexualidade Humana entre os séculos XIX e XX: da abordagem naturalista-procriativa das Ciências Biológicas à dinâmica existencial e social nas Ciências Humanas: breve síntese histórica

As Ciências Humanas e as Ciências Biológicas representaram entre os séculos XIX e XX um campo de organização de informações e interesses, diversos e contraditórios, sobre Sexualidade, Reprodução, Sexualidade Humana e Repressão Sexual.

Enfocaremos especificamente o século XIX onde a Física, a Biologia e a Medicina destacaram-se quanto à produção de conhecimentos sobre o tema da Sexualidade, cada qual em seu campo, porém, de certa forma, todas estas áreas científicas relativamente produziram sínteses e descobertas que acabaram corroborando a construção de um saber, de um panorama geral do que foi o desenvolvimento científico deste século. Este período específico da História, aliás, parece ter sido marcado pelo desenvolvimento das Ciências Biológicas.

Com enfoque característico desta área do conhecimento científico, as chamadas *ciências naturais* por influência positivista, tônica do pensamento dominante da época, abordavam os temas relativos ao sexo através da conceituação e descrição do que seria o aparelho reprodutor humano, funções, anatomia e fisiologia dos órgãos sexuais partindo da comparação com os animais e, no máximo, ampliando para uma parenética pregação receituária sobre práticas de higiene e cuidados com a *saúde sexual*, numa tentativa frustrada de promover a profilaxia das patologias sexuais, que se constituía num grave problema de sérias proporções na época.

O enfoque alcançado pelas Ciências Biológicas, neste sentido, restringia-se à questão física e corporal, sobretudo no século XIX, onde as teorias biológicas exploravam as possibilidades de comparação e distinção entre homens e animais associando propriedades e características comuns entre eles para a abordagem do sexo como uma espécie de sistema predeterminado pelas condições físicas para a execução da procriação e perpetuação da espécie.

Não estamos aqui advogando a acusação dos estudiosos destas ciências de estarem simplificando o universo da sexualidade humana. Também não estamos pregando a neutralidade da Ciência na organização de suas razões políticas para o priorização, desenvolvimento e divulgação do trabalho a que cada campo do conhecimento científico se propõe.

Os limites conjunturais possíveis de cada época devem ser considerados. Não podemos culpar os *cientistas naturais* por não atuarem desta ou daquela maneira junto

à sociedade mudando hábitos, valores e costumes relativos a “economia sexual”, usando um termo de REICH, ligado à administração da energia biológica para o sexo. Para fazê-lo os cientistas em questão necessitariam muito mais do que conceitos e teses produzidos através de experiências conduzidas pelo método científico, necessitariam lançar mão de uma Teoria da Sexualidade. Este nível de mudança, sabemos, demanda de mudanças da própria maneira de ler as relações humanas daqueles que conduzem as pesquisas e teorias que estamos pondo em evidência.

Para o contexto histórico do século XIX, herdeiro das teorias nem tanto sistematizadas sobre Sexo e Procriação, ocorridas nos séculos XVII e XVIII, a realidade burguesa determinava a natureza biológica destes estudos. Sobretudo na Europa, assinalamos o século XIX como um momento significativo de produção e sistematização das Ciências Biológicas no tocante às teorias sobre o Sexo e Sexualidade, centradas na investigação da dimensão sexual e reprodutiva do ser humano.

O contexto histórico de então ainda não permitia que se produzissem mudanças significativas quanto à dimensão ética e política de algo muito mais abrangente que o conceito biológico de sexo: a Sexualidade. Ainda não estavam dadas as condições culturais e muito menos teóricas, para este avanço no campo da sexualidade, o que veio a ocorrer depois de transcorrer-se quase um século, a partir de uma série de mudanças no modo de produção das condições sociais de vida da sociedade burguesa, como iremos abordar adiante.

Queremos destacar, no entanto, que a interferência produzida pelas Ciências Biológicas foi de fundamental importância para que, mais tarde, estas contribuições fossem trabalhadas e ampliadas para a esfera das Ciências Humanas; esta interferência inicial compusesse uma possibilidade de avanço conceitual e prático do entendimento da sexualidade humana, como um conjunto de práticas, posturas, sentimentos e significação em relação ao sexo e à forma vivência dos papéis sexuais, entendimento que só agora, no limiar do século XXI, atingem um *status* significativo para a possibilidade do que chamamos Educação Sexual.

As Ciências Humanas alcançaram sua organização institucional mais claramente no final do século XIX e início do século XX. Novos campos temáticos e metodológicos, novos temas científicos e novas questões e tarefas para estas ciências abriram-se ao profundo movimento de investigar a natureza e a sociedade, a cultura e a identidade humana. Os estudos em Psicologia, Psicanálise, Antropologia e na Pedagogia marcaram o século XX como um século de grandes conquistas no que diz respeito ao conhecimento do homem. Novas interpretações sobre as relações sociais econômicas e culturais surgiram e ainda estão sendo produzidas. A representação do mundo como algo a ser produzido pelas relações de trabalho, pelas relações políticas, enfim outros modos de pensar o ser humano foram fortalecendo-se e até associando-se mutuamente na formação da ciência e disciplinas científicas do homem.

Sobre esta dinâmica cultural os estudiosos da História consideram ser este século XIX o auge da Modernidade. Para eles, o que vimos acontecer neste século XX não passou de uma extensão das lutas e desafios postos pela Modernidade. Em nosso tempo, desde o período marcado por grande desenvolvimento tecnológico mundial, sobretudo após a segunda metade do século XX, é que iremos encontrar os primeiros e rudimentares esforços oficialmente registrados para uma *educação sexual*, mas que ainda não podemos dizer exatamente institucional, sistemática e pedagogicamente organizada.

O que temos em registros são reflexões, protocolos e investidas sem sucesso de elementares abordagens, em sua esmagadora maioria de cunho *não-científico*, porquanto sem uma preocupação com fundamentos teóricos ou métodos adequados para tal investida compondo, comparativamente, um quadro de bonita moldura sem imagens em seu centro ou tela. Discursos cheios de predicados e substantivos rebuscados, pronunciados por pessoas de relevância social como médicos, padres, e até educadores, em reuniões raras e solenes, em ambientes como auditórios de escolas e hospitais e até mesmo em ambientes ou círculos ligados às igrejas ou organizações econômicas, caracterizando nesta imagem comparativa à moldura do quadro. Trataram-se de

palavras, considerações e receituários, que não alteraram significativamente a ética sexual tradicional e dogmática, repleta de medos e culpas, impostas e reforçadas por um longo período da História, desde o medievalismo até a sociedade capitalista desenvolvida da contemporaneidade. Justamente, este é o motivo que nos impele, resultante da fragilidade de alteração desta ética, à própria ausência de imagem daquela tela no que se refere ao que desejamos construir em Educação Sexual.

Para considerarmos brevemente a história da sexualidade, neste ponto de nosso trabalho, a fim de enfocarmos os caminhos pelos quais já percorreu o tema de nosso objeto de pesquisa, apontaremos, a partir da divisão clássica da história, a respectiva localização deste tema de acordo com sua circunscrição em diferentes lugares ou relações que se supunha uma identidade, com raras exceções, ilegítima e equivocada.

Na Antigüidade a Sexualidade era tema da área da Filosofia, porém de maneira bem aberta e generalista, análoga a outros temas que mais tarde vieram a ser tratados por outras áreas do conhecimento que buscaram formalizar, sobre esses temas, uma teoria moral. Na Mitologia grega encontramos várias interpretações sobre a questão dos sexos, os mitos relativos à identidade sexual do homem e da mulher, a *androginia e misoginia*, aos temas referentes aos amores e humores que destacavam as relações entre os deuses e os homens. A mitologia grega tinha deuses apropriados para a gerência dos amores e dos devaneios da paixão e sexualidade. PLATÃO tematizou a questão do amor no célebre diálogo *O Banquete*, ARISTÓFANES propôs a peça teatral *A Revolução das Mulheres*, ARISTÓTELES estabelecia, em termos distintos da abordagem *sensacional* da sexualidade, que a finalidade da vida era a felicidade e EPICURO (século II AC), no ocaso da civilização grega, apontava a busca do *prazer* como distinção e finalidade da vida sábia.

No Período Medieval, quando a própria Filosofia foi encampada pela Igreja e posta forçosamente a seu poder, como quase todas as instituições deste período histórico e cultural, a Sexualidade também passou a ser tratada de maneira bem peculiar pela ideologia dominante na época. Estamos nos referindo ao que podemos

encontrar em SANTO AGOSTINHO, e outros teóricos medievais que tratavam deste tema como um perigoso mal que ameaçava a alma e danificava o corpo.

Na Modernidade a Sexualidade esteve ligada ao campo *médico-higienista* que a descreve com tanta precisão de detalhamento das formas, da composição orgânica dos órgãos sexuais, das doenças às quais estes estariam expostos, de suas funções procriativas e das práticas e dos discursos sobre o tema como vemos brilhantemente retratados na obra de FOUCAULT (História da Sexualidade I:1985) Este período da história marcou com singular precisão um aporte meramente biológico do sexo que culminou em delimitar muito eficientemente a transferência e o reaproveitamento da energia sexual no trabalho das fábricas tão pujantes no período. A sexualidade assumia um caráter de *eugenia, controle e eficácia*, em vista da nova significação que lhe conferia a sociedade industrial capitalista.

Na polêmica e discutida contemporaneidade as Ciências Humanas, principalmente a partir do trabalho de S. FREUD (1856-1939), resgatam a Sexualidade como dimensão humana junto com estudos sobre a condição humana, suas características apontadas pela Psicologia de base psicanalítica, Filosofia, Política, Ética, pela Sociologia, em suas bases culturais, econômica e, mais recentemente, pela Pedagogia.

A grande novidade então é esta. A de que pela primeira vez na história as Ciências do homem ou Ciências Humanas ampliadas buscam tratar a sexualidade. Nossa proposta é então que a Pedagogia, como ciência institucionalmente representante e agregadora destes campos científicos de saberes sobre o homem, seja dinamizadora deste importante objeto - a Educação Sexual.

A Pedagogia, que concebemos como campo multidisciplinar, distinguindo-a da definição restrita de Ciência, por não contar com um método próprio e emprestar referenciais teóricos de várias áreas do conhecimento científico, apesar de atuar em um campo distinto da educação, seus fundamentos são, ao nosso ver, um conjunto de conhecimentos estruturados de tal maneira que pode alcançar uma representativa

objetividade, muito próxima àquela alcançada pelas Ciências especializadas, com a vantagem de contemplar variadas áreas do conhecimento científico acumulado pela humanidade.

Apesar da recente estruturação desta área disciplinar datada do início do século XX e a despeito de tudo o que se diz quanto à sua suposta falta de identidade, o que é um erro de interpretação, pois tal profundidade é garantida na Pedagogia pelo conhecimento científico dos quais dispõe como fonte de recursos teóricos para tratar os fundamentos da educação, a Pedagogia permite a distinção da abordagem escolar da sexualidade uma vez que, transitando com propriedade no universo da cognição recorrente de sua atuação própria e amparada pela sua recursividade aos estudos do homem como socialmente produzido, integrando várias áreas do conhecimento acaba por efetivar a propalada interdisciplinaridade. É característico da Pedagogia, e talvez só dela, o estudo que pode agregar ao processo cognitivo as informações sobre um tema, no caso a sexualidade, tomando como referência as teorias produzidas pela História, Filosofia, Psicanálise, Sociologia, Antropologia, enfim, uma gama enorme de fontes que, por suas características peculiares para a organização cognitiva interdisciplinar esta disciplina pode, a partir de critérios de preservação das teses de acordo com suas fontes originais, estabelecer paralelos para ampliar e enriquecer a produção do conhecimento sobre as dimensões tantas e complexas da sexualidade.

Para quem tem acompanhado o desenvolvimento da Pedagogia, tem sido fácil perceber a habilidade que a Pedagogia conquistou de organizar os processos de conhecimento no sentido de enriquece-los com as contribuições da Medicina, da Biologia e também na Psicologia e Filosofia, entre outras tantas Ciências ou áreas de conhecimento, buscando assim um trabalho didático-pedagógico interdisciplinar.

A história da educação nos confirma que havia desde a Grécia Antiga a necessidade da organização de uma *teoria geral da educação*, mesmo apesar dos filósofos da época teorizarem sobre o tema, esta teorização não era algo específico para o campo de formação do homem, era sim e com muita clareza, algo decorrente do próprio filosofar não chegando a constituir uma formalização de uma teoria da razão e

de métodos para este fim. O rigor conceitual já garantido pela Filosofia não concretizava uma sistematização de conhecimentos que pudessem definir os fins, justificando a escolha dos meios a serem utilizados para tal educação. Para tornar a prática educativa intencional era necessário uma teoria específica da educação do homem, que de forma multidisciplinar pudesse desenvolver suas potencialidades. A teoria geral da educação deveria zelar pela renovação teórica e prática desta educação como instrumento científico gerado por múltiplas formulações epistemológicas da *razão crítica* que, na sua diversidade, pudesse estabelecer-se como subsídio teórico para o entendimento e aplicação do que se entende por educação integral do homem.

São inegáveis as contribuições médicas, registradas no início do século XX, para a pesquisa em sexualidade. Apesar de que, na atualidade, sabemos que para a formação profissional nesta área, o conhecimento em sexualidade humana, até mesmo nas áreas clínicas específicas como urologia, pediatria, ginecologia entre outras que por dedicarem-se a questões da saúde que envolvem diretamente a sexualidade, não apresentam quase nenhuma oportunidade de conhecimento a respeito do tema para os que buscam o exercício da Medicina, como já constatamos em nossa pesquisa e dissertação de mestrado *“Medicina e Sexualidade Humana: estudo crítico do currículo atual dos cursos de medicina e suas implicações na formação do médico”* (SILVA: 1997). Acreditamos que o que tem contribuído para qualificar a participação médica para a construção deste conhecimento não é o ensino, nos cursos oficiais para a formação em terceiro grau mas, a pesquisa como busca de soluções aos problemas do cotidiano deste profissional que certamente vê-se obrigado a lidar com questões desta especificidade.

Decorre ainda, em nossas pesquisas quanto aos estudiosos da questão da sexualidade humana, um nome que lutou pelo esclarecimento da população europeia quanto ao preconceito social contra o homossexualismo, corajosamente criando o *“Instituto para a Ciência Sexual”* na Alemanha. Magnus HIRSCHFELD (1868 - 1935), partiu dos estudos de filosofia, formando-se depois como médico, agregando as duas

áreas do conhecimento à favor da pesquisa em sexualidade. Sobre o instituto criado por ele, a história não registra muitas informações. Quase nada foi traduzido de sua obra para outros idiomas, porém, em registros de historiadores alemães, consta que o Instituto promovia círculos de palestras e debates abertos ao público, oferecia conselhos médicos gratuitos, aconselhamento matrimonial e sexual e mantinha uma biblioteca com obras atualizadas, tratando do tema em questão. Esse modelo de abertura para o esclarecimento ao público sobre sexualidade é mais ou menos o que REICH buscou, mais tarde, em sua época, com a intenção de abrir um consultório sexual popular, que eram centros para discussão e estudos das questões sexuais, iniciativas que não duraram muito por causa da repressão política à suas idéias. HIRSCHFELD iniciou um movimento reivindicando ao *REICHSTAG* (Câmara Baixa do Parlamento Alemão), a revogação de uma lei constante do Código Criminal daquele país, que punia a homossexualidade. Este foi um ato de grande exposição pública, mas que não conseguiu a tal revogação, o que não diminuiu o esforço e a ousada forma de fazer com que a sociedade refletisse sobre tal discriminação.

Outra pesquisa de relevância produzida por este respeitado combatente da discriminação sexual foi sobre a questão hormonal que, com seus estudos, conseguiu comprovar que estes desempenham um papel importante no desenvolvimento sexual do ser humano, e que as ditas anomalias sexuais têm relação com a carga hormonal dos indivíduos. Com tamanho empenho e coragem HIRSCHFELD tornou-se um alvo fácil para a repressão política que decretou seu exílio, queimou publicamente suas obras e destruiu o Instituto criado por ele, além de prender também seus colegas colaboradores de seus estudos.

Uma mulher que conseguiu um espaço para registro histórico de suas colaborações quanto às pesquisas em sexualidade foi Virginia E. JOHNSON (1925 -) que, juntamente com William H. MASTERS (1915-)¹, outro estudioso americano, pesquisou especificamente sobre o sexo entre homens e mulheres visando conhecer

¹ Nos atuais registros, livros e biografias disponíveis sobre estes autores não há menção das datas de suposto falecimento destes autores.

formas de terapias de casais, investigando as preferências e o comportamento destes em testes laboratoriais de observação das reações fisiológicas do casal durante a relação sexual. Os resultados destes estudos foram publicados no famoso livro: *Human Sexual Response* (A Conduta Sexual Humana). William H. MASTERS como médico, também desenvolveu importante pesquisa sobre a necessidade de reposição hormonal para mulheres no período pós-menopausa, o que colaborou bastante para as soluções quanto à saúde da mulher.

Ainda sobre a pesquisa a respeito do comportamento humano com relação ao sexo Alfred KINSEY (1894-1956) pesquisador americano, que tinha como profissão a Biologia e como especialidade a Entomologia, adicionou dados e conhecimentos. Em seus estudos científicos, percebeu que dentro da biologia, mesmo em um campo bem diverso de sua especialidade de pesquisa, era possível notar o quanto havia de carência de informações sobre sexo para a população de sua época. Isso fez com que se dedicasse a pesquisar as preferências e práticas sexuais do homem e da mulher. Segundo registros históricos, cerca de doze mil pessoas responderam voluntariamente aos questionários elaborados por ele.

Os resultados apontaram para dados sociológicos e culturais interessantes. As compilações dos resultados desta pesquisa foram publicados em dois livros: “*O Comportamento Sexual do Homem*” em 1948, e “*O Comportamento Sexual da Mulher*”, este em 1953. KINSEY acabou revelando em seus estudos uma série de práticas sexuais ditas imorais e que se apresentavam como práticas rotineiras entre casais hetero e homossexuais, o que de certa forma causou uma intrigante polêmica entre os conservadores de seu tempo.

Este novo e crescente campo do conhecimento sobre o homem, a sexologia, conta também com as colaborações de John MONEY (1912 -) que se propôs a um trabalho mais popular de esclarecimento das questões do sexo para a população americana. Publicou livros com pontos de vista simplificados como: *Straight, Gay, and In-Between* (Hetero, gay, e intermediário), *Love Maps* (Mapas do amor), *Love & Love Sickness* (Amor e doença amorosa), *The Destroying Angel* (O anjo exterminador),

Traumatic Abuse and Neglect of Children at Home (Abuso traumático e a negligência de crianças no lar).

Estas entre outras obras tiveram papel esclarecedor da ignorância sexual da sociedade daquela época. Mas não foi por estas obras que *MONEY* tornou-se conhecido internacionalmente. Isto se deu, sobretudo, pelo conceito que organizou sobre o papel e a identidade de gênero, que mais tarde se firmou como uma linha de estudos dentro da sexualidade humana. *MONEY* também cunhou muitas palavras novas para melhorar a compreensão da comunicação de termos e sentidos do sexo e sexualidade. Os trabalhos mais recentes de *SHERE HITE* (1945) não alcançam novidades referenciais mais destacadas.

WILHELM REICH (1897-1957), que destacamos neste trabalho como um dos nossos principais interlocutores, foi um dos que contribuiu fortemente para a ampliação e efetivação dos conhecimentos atuais sobre sexualidade humana. Para este pesquisador, tanto quanto para *SIGMUND FREUD* (1856-1939) e *MICHEL FOUCAULT* (1926-1984), reservamos um outro espaço neste trabalho, onde apresentamos com maiores detalhes seus registros biográficos e também buscamos discutimos suas produções teóricas. Estes três autores, pensadores e propositores de diferentes práticas políticas, partindo de universos epistemológicos distintos, tornaram-se nossa principal motivação de estudos e pesquisas. *FOUCAULT*, sem dúvida, na direção de circunscrever uma área de conhecimento definida como “sexualidades”, tornou-se um dos mais destacados teóricos deste tema.

1.4 FOUCAULT e a História da Sexualidade Ocidental

Em seus estudos sobre o tema *FOUCAULT* faz um destaque à era vitoriana, onde a sexualidade é confiscada do campo social para segregar-se à família conjugal, exatamente para dentro do quarto do casal burguês. Momento em que a sociedade passa

a assumir a função reprodutiva do sexo. O casal legítimo e procriador dita a lei. A sociedade ocidental começa então a classificar a sexualidade em legítima e ilegítima. Classificação entendida da seguinte forma: legítima – sexualidade praticada dentro do matrimônio, com finalidade de procriação. Ilegítima – sexualidade dos loucos, das prostitutas, e dos que se aventuram a viver a sexualidade fora do casamento.

Neste período do final do século XVII, chamado era vitoriana, a sexualidade da criança não era reconhecida. Impunha-se a ela toda cegueira, surdez e mutismo próprios da ignorância quanto à sua existência. Somente a sexualidade adulta era considerada. É fácil perceber que, ao longo da história, a repressão sexual tem gerado a alcunha de loucos, lúcidos e muitos lucros. Essa realidade tem colaborado para gerar meios, dos mais variados, para entender o comportamento e as preferências sexuais dos homens e mulheres ocidentais. A esmagadora maioria destes meios busca tal entendimento, visando a dominação do sexo.

Este estudo de FOUCAULT, *a história da sexualidade*, objetiva abordar alguns pontos historicamente significativos e esboçar certas questões teóricas referentes à sexualidade. Neste espaço teórico de sua obra ele denuncia a hipocrisia ocidental da sexualidade, sobretudo no exercício impositivo da cultura de fazer falar de sexo para dominá-lo. A cultura do discurso, que articula outras práticas incorporadas ao modo de vida das sociedades pós-século XVII representa o que FOUCAULT formulou e chamou de “*hipótese repressiva*”. Tal hipótese é constituída por três dúvidas formuladas estrategicamente que ele organizou e expressou assim:

1 – “*A repressão do sexo seria, mesmo, uma evidência histórica?*” - “... *seria realmente a acentuação ou talvez a instauração, desde o século XVII, de um regime de repressão ao sexo?*”. (1988, p.15)

2 – “*A mecânica do poder e, em particular, a que é posta em jogo numa sociedade como a nossa, seria mesmo, essencialmente, de ordem repressiva?*” – “*Interdição, censura e negação são mesmo as formas*

pelas quais o poder se exerce de maneira geral, talvez em qualquer sociedade e, infinitamente, na nossa?” (1988,p.15)

3 – *“O discurso crítico que se dirige à repressão viria cruzar com um mecanismo de poder, que funcionara até então sem contestação, para barrar-lhe a via, ou faria parte da mesma rede histórica daquilo que denuncia (e sem dúvida disfarça) chamando-o ‘repressão’?” (1988, p.15)*

Foi intenção do autor confrontar as referidas hipóteses com uma economia geral dos discursos sobre o sexo no seio das sociedades modernas, a partir do século XVII. FOUCAULT empreendeu seu esforço teórico na direção de investigar se os discursos modernos buscavam a verdade sobre o sexo ou buscavam mentir para ocultá-lo.

Para FOUCAULT a interdição do sexo não é uma ilusão. Ilusão, sim, é fazer desta interdição o elemento fundamental para a história da sexualidade, a partir dos discursos modernos. A produção e o incentivo aos discursos são muito mais do que técnicas de poder e vontade de saber. Ele pesquisou as instâncias da produção do discurso sobre a sexualidade, produção de poder e a produção do saber, registrando a história destas instâncias com suas devidas transformações.

Em meio às dúvidas, uma certeza registrada por FOUCAULT é que a partir do século XVI as sociedades colocaram, paulatinamente, o sexo em discurso. As técnicas de poder sobre o sexo disseminaram a implantação dos discursos e da normatização das sexualidades polimorfas. É certo que para o autor, a vontade de saber foi além dos tabus do sexo.

Esta assertiva de FOUCAULT é ilustrativa de suas considerações fundamentais, construídas a partir de seus estudos: *“Século XVII: seria o início de uma época de repressão própria das sociedades chamadas burguesas, e da qual talvez ainda não estivéssemos completamente liberados”.*(1988, p.21).

Em seus estudos sobre a história da sexualidade, FOUCAULT aponta dois momentos como sendo os de maior ruptura dos costumes e modos de vida da sociedade ocidental. O século XVII que assinalou o nascimento das grandes proibições e código normativos-moralizadores da sexualidade onde se passou a considerar, como já destacamos, o ideal da sexualidade matrimonial e adulta. A outra ruptura teria acontecido no século XX. Neste momento as sociedades ocidentais experimentaram um afrouxamento dos códigos morais a tolerância com comportamentos comprometedores do sexo matrimonial a relativização dos tabus e a revisão do que se considerava sexo perverso. Agora as práticas, já bastante discursadas e esmiuçadas, alcançaram uma maior tranqüilidade no tocante à interferência social.

Voltemos à direção histórica da sexualidade ainda para o século XVII. Ao falar de repressão sexual é importante ressaltar que os mecanismos de repressão vindos primeiro da Igreja afetaram marcadamente a burguesia, classe social mais próxima desta instituição. O proletariado, segundo aponta FOUCAULT, menos religioso à época, levou quase dois séculos para ser atingido pelos códigos normativos da sexualidade.

De acordo com a concepção de FOUCAULT os três últimos séculos produziram os mais diversos discursos sobre o sexo. Nunca antes o homem ocidental havia falado tanto deste tema. Houve depuração do vocabulário, criação de metáforas, produção de retórica e codificação da questão. Sem dúvidas, criaram-se novas regras de decência e mecanismos para controlar as práticas e os discursos e também redimensioná-los. Ainda destaca o autor que a partir do séc. XVIII tais discursos proliferaram ainda mais.

Nos preceitos religiosos, na confissão dos pecados, que teve início na Idade Média, focaliza-se a prioridade do controle sobre o sexo. Houve um tempo em que o indivíduo era obrigado a contar, em confissão, detalhes de seus desejos e de suas práticas sexuais, incluindo os sonhos que tinha durante o sono. A pastoral cristã criou uma cultura duradoura de passar o sexo pelo crivo da palavra, costume que foi

reforçado pelo puritanismo vitoriano. Afirmando o que se registra, FOUCAULT observa:

“O essencial é bem isso: que o homem ocidental há três séculos tenha permanecido atado a essa tarefa que consiste em dizer tudo sobre seu sexo; que, a partir da época clássica, tenha havido uma majoração constante e uma valorização cada vez maior do discurso sobre o sexo; e que se tenha esperado desse discurso, cuidadosamente analítico, efeitos múltiplos de deslocamento, de intensificação, de reorientação, de modificação sobre o próprio desejo”.(1988, p.26)

Por volta do séc. XVIII, quando já estava estabelecido o discurso da moral sexual, começa a aparecer aqui e acolá o discurso da racionalidade sexual. A Ciência encampa a preocupação com sexo, começando na forma de higienização e controle de doenças, até chegar no final do século XIX, na forma do tratamento da *psiquê* afetada pelas *coisas sexuais*, em termos da época. O sentimento que impulsionava a Ciência, representada pela medicina, para o campo da sexualidade, pode ser encontrado no texto *História da Sexualidade I: a vontade de saber*, na seguinte formulação:

“... cumpre falar do sexo como de uma coisa que não se deve simplesmente condenar ou tolerar mas gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão ético. O sexo não se julga apenas, administra-se. Sobreleva-se ao poder público; exige procedimentos de gestão; deve ser assumido por discursos analíticos.” (1988, p.27)

Ainda na linguagem de FOUCAULT e na abordagem histórica que faz da sexualidade humana, trata da análise de que no séc. XVIII o sexo vira caso de polícia. Isso no sentido da necessidade de regular o sexo utilizando as informações contidas nos discursos cada vez mais públicos e reveladores da intimidade. Agora o controle assumia um rigor disfarçado. O controle que deixa falar para extrair do discurso a direção reguladora. Assim, entende-se “*caso de polícia*”, no sentido de repressão e

controle das práticas. O enfoque do controle pela força severa do Estado. Esta força repressora constituiu mecanismos para vigiar as práticas que se expunham ao social e também fazer falar, entenda-se, *obrigar a falar*, das intenções ou tentativas de atentado contra a moral e a integridade física.

Sabe-se que ainda hoje estas questões policiais ligadas à sexualidade, não são bem trabalhadas pela força policial, sobretudo quando se trata de violência contra a mulher. A idéia aqui é apontar o início de uma estruturação policial, que também faria falar de sexo para dominá-lo. A realidade da polícia e, conseqüentemente, da justiça, tratando de assuntos sexuais, organizou o pacote das condenações legais das irregularidades ocorridas no campo sexual, atentando à doença mental e a todos os outros desvios possíveis da conduta humana. Em última instância, o que se deseja com tais atitudes é promover uma sexualidade economicamente útil e politicamente conservadora das benesses do lucro para poucos e da miséria física e material para a maioria.

Este estado de coisas resultou da ação conjunta dos códigos que até o final do século XVIII regiam explicitamente as práticas sexuais. Estes foram classificados por FOUCAULT como “*o direito canônico*”, “*a pastoral cristã*” e “*a lei civil*”. Centrados na lei matrimonial, estes códigos determinavam o lícito e o ilícito do sexo. Da freqüência à fecundidade, passavam por eles as normas e as finalidades que deveriam ter tais práticas. Qualquer deslize ou má interpretação deveria passar pela fala, na forma de relatório – confissão, e certamente acarretaria sanções. Afinal, encarados como pecado ou delito, mereciam retificação.

Cada vez mais a sexualidade legítima era a matrimonial, heterossexual e burguesa. Fora desta esfera eram postas no banco do réu as sexualidades das crianças, dos loucos, criminosos, prostitutas, homossexuais e dos que apresentavam alguma suposta anomalia ou doença física. Conforme mostra a história, as sexualidades “*periféricas*” eram terrivelmente reprimidas. As minorias eram fontes de grandes raivas e discriminação.

A direção do lícito e do normal marginalizou os prazeres periféricos, produzindo a culpa e o sentimento de patologia que acabou por gerar uma teia social de lucros econômicos sobre o sexo, via medicina, psiquiatria, indústria de medicamentos e produtos sexuais, prostituição e pornografia.

Também no séc. XVIII, a ciência desponta um interesse dirigido sobre o estudo do sexo, sobretudo para especular o controle da natalidade. É a primeira vez na história que se entende que a riqueza de uma nação não está na expansão da população, mas na maneira com que cada qual usa, organiza seu sexo e as práticas sexuais. Assim, a ciência busca talvez, não tão diretamente, formas de melhorar o aproveitamento da energia para o trabalho e a resistência do trabalhador. Isso interferiu com o passar do tempo, na conduta econômica e sexual dos casais. Desde o controle do número de filhos até o controle dos casamentos e separações. Temos então, o escopo do Estado no controle das questões que envolvem o sexo.

Enfim, deixar falar de sexo pelos discursos e pelas artes foi a maneira que a sociedade ocidental moderna encontrou para preparar dinamicamente o controle da sexualidade. Quanto à sexualidade da criança, a sociedade começou a codificar conteúdos e qualificar os locutores: pais, educadores, médicos e administradores. Passou-se a falar do sexo das crianças ainda no século XVIII. Os múltiplos mecanismos de ordem: religião, pedagogia, economia, medicina e justiça, têm tratado do sexo para organizá-lo. A idéia, portanto era assegurar o vigor físico, social e a pureza moral.

Com relação à sexualidade da criança, FOUCAULT aponta o início da moralização do comportamento infantil. Não houve no referido período histórico uma descoberta da sexualidade da criança como uma característica própria deste ser humano em pleno desenvolvimento. Como se sabe, primeiro vivemos a descoberta do sentimento da infância com ROUSSEAU, depois a história assinala a preocupação com a criança no sentido de seu desenvolvimento, espaço social na família e na comunidade e, bem mais tarde, já para o início do século XIX, é que, ousadamente, FREUD e

poucos de seus contemporâneos, aventuraram-se em declarar que a criança era de fato sexuada, e empenharam-se em estudar tal sexualidade e defendê-la como legítima e integradora do processo de desenvolvimento sexual dos adultos.

Quando FOUCAULT destaca que se passou a falar do sexo das crianças, entenda-se: passou-se a disciplinar as crianças para a repressão do sexo e para a inibição de seus comportamentos sociais. O que já expressa uma preocupação com a criança, embora com atitude negativa, mas uma atenção dispensada à ela, o que até o Séc. XVII, como bem registra ARIÈS em *“História Social da Criança e da Família”*, não acontecia.

O que se fala do sexo, torna-se público. De domínio comum. Mas, o que não se fala, ou fala-se em “voz baixa”, é muito mais atrativo e faz com que se busque incessantemente conhecer. Tornou-se uma marca da sociedade ocidental a compulsão de falar de sexo. Descreve FOUCAULT: *“O que é próprio das sociedades modernas não é o terem condenado o sexo a permanecer na obscuridade, mas sim o terem-se devotado a falar dele sempre, valorizando-o como o segredo”*.(1988, p.36)

O Ocidente produziu junto com as regras sexuais uma rede de poder advindo do saber sexual. A decodificação dos prazeres que, sem dúvidas, tornou-se a base para a erigir um tipo de poder que controla e sobrevive do sexo. Para FOUCAULT, *“Prazer e poder não se anulam; não se voltam um contra o outro; seguem-se, entrelaçam-se e se relançam. Encadeiam-se através de mecanismos complexos e positivos, de excitação e de incitação.”* (1988, p. 48)

Continuando a análise do desenvolvimento da sexualidade, a primeira marca dos séculos XIX e XX, apontada por FOUCAULT: *“O século XIX e o nosso foram, antes de mais nada, a idade da multiplicação: uma dispersão de sexualidades, um reforço de suas formas absurdas, uma implantação múltipla das ‘perversões’. Nossa época foi iniciadora de heterogeneidades sexuais.”* (1988, p.38)

O teórico considera, no período apontado, o surgimento de novas características do comportamento humano e das culturas ocidentais. Mas é necessário estarmos atentos para outras formas de enquadramento dos discursos conforme aponta nas abordagens da ciência e da arte no sentido do controle do objeto em questão, o sexo.

1.5 As Abordagens Determinantes da Sexualidade: Scientia Sexualis e Ars Erotica

Segundo FOUCAULT, na direção de organizar a produção de algumas das mais destacadas categorias de análise da sexualidade na história, a sexualidade humana tem sido abordada por duas concepções básicas, que são a *arte erótica* e a *ciência sexual*. Estas definições categóricas alcançaram ampla aceitação e divulgação. Para este autor a Ciência Sexual refere-se historicamente à definição normatizadora e controladora da sexualidade, produzindo tanto os condicionantes da normalidade como o reconhecimento das anomalias e aberrações sexuais. Trata-se de ordenar o que é patológico, mórbido, passível ou não de tratamento, com a finalidade de estabelecer dispositivos de controle e segregação.

Hoje se sabe que a anatomia, a fisiologia e a patologia dos órgãos sexuais e da reprodução não dão conta do universo da sexualidade. Para compreendê-la no seu âmbito abrangente, enquanto nascida na dinâmica da sociedade tanto quanto do indivíduo, é necessário muito mais que uma abordagem biológica dos mecanismos controladores, de seus sistemas e possibilidades. Esta forma de organizar as informações sobre o sexo é uma forma que foi sistematizada pelo campo do saber científico moderno, sobretudo pela área da Medicina.

A *verdade* do sexo, tão propalada pela Ciência dos séculos XVIII e XIX, foi uma verdade parcial. Assim a Ciência Sexual, na interpretação de FOUCAULT, ocultou características importantes do sexo. Vejamos esta declaração de FOUCAULT:

“É inegável que o discurso científico sobre o sexo, no século XIX, era transpassado de credulidades imemoráveis e também de ofuscações sistemáticas: recusa de ver e ouvir; mas – e, sem dúvida, nisso está o ponto essencial – recusa que se referia àquilo mesmo que se fazia aparecer, cuja formulação se solicitava imperiosamente”.(1988, p.55).

Quanto ao século XX, FOUCAULT considerou que houve uma mudança no tratamento ocidental da questão sexual, onde se buscaram as raízes da conduta e do desejo humano. Desta forma o sexo tem sido objeto de prazer e sensações, de interdição e de aplicativos legais, de disposição de mecanismos de reprodução, de medo e desejo enfim, como ponto crucial, tem sido enfocado como objeto de verdade ou de busca desta. Ilustrativamente ao que foi levantado aqui, destacamos FOUCAULT:

“Deve-se, portanto, considerar, não o limiar de uma nova racionalidade, que a descoberta de Freud ou de outro tenha marcado, mas a formação progressiva (e também as transformações) desse ‘jogo da verdade e do sexo’, que o século XIX nos legou, e do qual nada prova, mesmo que o tenhamos modificado, estarmos liberados. Desconhecimentos, subterfúgios, esquivas só foram possíveis e só tiveram efeito baseados nessa estranha empresa: dizer a verdade do sexo”.(1988, p. 56)

Para FOUCAULT as sociedades humanas produziram duas tipologias de abordagem do sexo, que ele chamou de *“procedimentos para produzir a verdade do sexo”*. A abordagem da *“ars erotica”*, ou arte erótica, destacando as sociedades da China, Roma, Índia, as nações árabes-muçulmanas e Japão, estariam em um pólo diferenciador da Ciência Sexual. Nestas sociedades a grande experiência do sexo é o prazer. A verdade, portanto, vem do prazer – é ressaltar o que se sente nele, buscar formas de intensificá-lo e fazer com que as novas gerações possam valorizá-lo . Praticar sexo é aprimorar o prazer, sua poderosa justificativa para a arte erótica. Nesta perspectiva, as sociedades que vivem a arte erótica, ou a *arte do erotismo*, não discursam sobre o sexo, mas o mantêm em segredo passando-o culturalmente para as

gerações mais novas, como experiência de vida. Em destaque ao que acabamos de registrar, consideramos FOUCAULT:

“Dessa forma constitui-se um saber que deve permanecer secreto, não em função de uma suspeita de infâmia que marque seu objeto, porém pela necessidade de mantê-lo na maior discrição, pois segundo a tradição, perderia sua eficácia e sua virtude ao ser divulgado. (...) Os efeitos dessa arte magistral, bem mais generoso do que faria supor a aridez de suas receitas, devem transfigurar aquele sobre quem recaem seus privilégios: domínio absoluto do corpo, gozo excepcional, esquecimento do tempo e dos limites, elixir de longa vida, exílio da morte e de suas ameaças”.(1988, p.57)

Considerar que nas sociedades que cultivam a arte erótica o sexo não sofra repressão seria uma ingênua interpretação daquelas culturas. O que acontece nas referidas sociedades é que o sexo não é encarado como *pecado* ou como vertente má do ser humano. A rigor, a sensualidade e a erótica do sexo devem sensorialmente ser o princípio da expressão do desejo e da devoção das pessoas que se unem pelo casamento, com todas as características culturais próprias das sociedades em questão. O sexo, para aqueles povos, é algo que brota da beleza do que seja estar vivo e admirar-se como ser humano.

É inegável que haja, como se sabe, nestas sociedades, maior submissão das mulheres. O casamento quase sempre poligâmico, a dinâmica social da divisão sexual dos trabalhos e das oportunidades enfim, uma outra configuração das identidades e experiências humanas naquela condição cultural. Porém, para eles, o sexo é a multiplicação do bem estar e a exaltação da sensibilidade.

Na abordagem que FOUCAULT chamou de “*scientia sexualis*”, ou ciência sexual, destacando toda a sociedade ocidental, como vimos até agora, a grande experiência do sexo tem sido a reprodução, e fora dela, historicamente, o pecado ou a “suposta” loucura. Esta antinomia destacada aqui, entre *arte* e *ciência*, é a base da história da sexualidade, no tocante às abordagens descritas.

No caso das sociedades ocidentais a verdade vem do discurso sobre o sexo. O segredo magistral está proporcionalmente colocado dependente da prática da confissão. Esta adquiriu o sentido histórico da remissão dos pecados, quase todos ligados ao sexo. Afinal, por muito tempo, o prazer foi considerado o próprio pecado. Os homens e mulheres buscavam formas de se afastarem, ou serem afastados, dos prazeres do sexo. Para as gerações mais novas passavam, e certamente hoje ainda passa-se, a concepção de sexo como pecado. Como algo proibido, pequeno e sujo.

Assim, o falar de sexo nas sociedades ocidentais, também pode ser entendido como “falar mal do sexo”, ampliando ao máximo a acepção do termo - falar contra, falar deturpando seu sentido, falar sem entendimento de sua abrangência e profundidade. A *confissão*, regulamentada como *sacramento de penitência* pelo Concílio de Latrão em 1215, representou a instituição da proliferação do discurso sobre o sexo, definindo *a priori* seus ouvidores. O objeto da confissão, sem dúvida, era o sexo, mas junto com ele a cultura da penitência trouxe outra nuance. Considera FOUCAULT:

“A confissão difundiu amplamente seus efeitos: na justiça, na medicina, na pedagogia, nas relações familiares, nas relações amorosas, na esfera mais cotidiana e nos ritos mais solenes; confessam-se os crimes, os pecados, os pensamentos e desejos, confessam-se passado e sonhos, confessa-se a infância; confessam-se as próprias doenças e misérias; emprega-se a maior exatidão para dizer o mais difícil de ser dito; confessa-se em público, em particular, aos pais, aos educadores, ao médico, àqueles a quem se ama; fazem-se a si próprios, no prazer e na dor, confissões impossíveis de confiar a outrem, com o que se produzem livros. Confessa-se – ou se é forçado a confessar.” (1988, p. 59)

Cada área de conhecimento ou muitos dos segmentos e instituições sociais adaptaram esta prática para extrair informações sobre o sexo, um outro tipo ou refinada forma de produzir a confissão. FOUCAULT ainda destaca que historicamente a confissão tem sido acompanhada pela tortura. Entenda-se, física e ou psicológica, estabelecendo uma parceria das mais trágicas na produção social da condição humana.

Ênfase do próprio FOUCAULT: “*O homem tornou-se um animal confidente*”. (1988, p. 59).

A coação à confissão converge de tantos focos diferentes que não nos apercebemos que estamos confessando ou forçados a confessarmo-nos, em todos os momentos. A aparente libertação que se quis atribuir à confissão, na prática, funciona na lógica contrária. A confissão fermenta o poder de saber e o poder é que aprisiona. É o que nos define esta reflexão que FOUCAULT formaliza em tom de denuncia:

“É preciso estar muito iludido com esse ardil interno da confissão para atribuir à censura, à interdição de dizer e de pensar, um papel fundamental; é necessária uma representação muito invertida do poder, para nos fazer acreditar que é de liberdade que nos falam todas essas vozes que há tanto tempo, em nossa civilização, ruminam a formidável injunção de devermos dizer o que somos, o que fazemos, o que recordamos e o que foi esquecido, o que escondemos e o que se oculta, o que não pensamos e o que pensamos inadvertidamente. Imensa obra a que o ocidente submeteu gerações para produzir – enquanto outras formas de trabalho garantiam a acumulação do capital – a sujeição dos homens, isto é, sua constituição como “sujeitos”, nos dois sentidos da palavra.”(1988, p. 60)

O método de extração da verdade sobre o sexo, a confissão, foi a matriz geral do fazer falar. Porém, com o passar dos séculos, este método diversificou-se e a partir do século XVIII; com a contra-reforma e os novos aplicativos da Ciência os discursos multiplicaram-se. A confissão sexual em formas científicas, segundo FOUCAULT, deu-se principalmente por formas de organização e justificativa de tal abordagem científica: através da codificação clínica do fazer falar de si mesmo: sintomas, reações, vontade e falta de vontade, através do postulado de uma causalidade difusa, permissão para ser interrogado, supostamente para ser “ajudado”, como uma necessidade intrínseca à sexualidade. Descobrir o que se esconde do próprio sujeito, através do método de interpretação. A permissão para aquele que recolhe a informação é poder interpretá-la e por último, a medicalização dos efeitos da confissão, consubstanciada na

terapia. Esta prática, organizada sob uma diversidade admirável, move-se no universo curativo do que foi dito, ouvido e vivenciado pelos indivíduos, produzindo uma gama classificatória de complexos e patologias.

Tais efeitos colaboraram para produzir o consenso social de que o sexo é um campo de grande vulnerabilidade patológica, portanto, um campo perigoso. Essa e outras construções que se fizeram sobre o sexo ou a revelia dele constituíram o que hoje chamamos de *sexualidade*. Um emaranhado de sentidos, dogmas e costumes, muitas vezes confusos, produtos de uma história de proibições e mistificações da condição humana. A trajetória da religião, da ciência e do trabalho, na história da humanidade, estiveram sempre ligadas ao universo do sexo e da sexualidade ou, melhor dizendo, numa atitude mais ousada, pode-se afirmar que a história da cultura é a própria história da sexualidade.

As sociedades ocidentais, sobretudo as modernas, onde o costume da confissão já se encontrava bastante incorporado à forma de vida das pessoas, perseguiram o controle do sexo como algo perigoso e traiçoeiro. É essa a motivação para a busca da verdade sob os questionamentos: o que é isto, o que isso faz com as pessoas e suas relações, como se vive o sexo, até que ponto ele está ligado ao modo de ser de cada indivíduo, quais seus efeitos na sociedade? Enfim, a busca do que supostamente se esconde nas profundezas do sexo, que seria a intenção maior de tantas prescrições.

É certo que existem diferenças abissais entre a arte erótica e ciência sexual, porém pode haver uma ligação interessante entre elas, quanto aos limites do sexo e ao potencial de influência e significância deste, na organização da vida social. Vejamos FOUCAULT na interpretação de uma abordagem contra a outra:

“Scientia sexualis contra ars erotica: sem dúvida. Não obstante, é preciso notar que a ars erotica não desapareceu completamente da civilização ocidental; nem mesmo ficou sempre ausente do movimento pelo qual se procurou produzir a ciência do sexual. (...) É necessário perguntar se, desde o século XIX – e sob o fardo de seu positivismo recente – a scientia sexualis não funciona, pelo menos em algumas de

suas dimensões, como uma ars erotica. Esta produção de verdade, mesmo intimidada pelo modelo científico, talvez tenha multiplicado, intensificado e até criado seus prazeres intrínsecos”.(1988, p. 69)

Nesta sistematização de idéias, FOUCAULT aponta para um processo dialético entre as abordagens aqui destacadas. Elas não poderiam a todo o momento ser excludentes de seus significados. A própria dinâmica de como elas foram articuladas dentro de suas respectivas culturas de origem, pelo discurso público e aberto ou pelos segredos passados de geração à geração, suscitam categorias de análise e ações de animosidade inversa a que se queria professar. O fazer falar pode suscitar prazeres e produzir desejos. Desta forma estaríamos transitando no terreno fértil da erótica sexual. O segredo ou a dedicação ao tom de arte para o sexo, considerando o prazer discursivo valorizado, poderia também ser avaliado como um poder centralizado, sitiando as atitudes de sentido erótico, visando o desmantelamento deste poder.

A economia política da *vontade de saber*, se analisada em uma outra direção, é responsável pela divulgação de formas e modos do que seja considerado o campo do *erótico*. Afinal, é inegável a existência de uma certa arte no sexo ocidental. A repressão não é completamente vitoriosa, apesar de ser virtuosa. Tanto quanto a arte do sexo não consegue ser tão secreta e isenta, do sentido de imposição das formas que ela mesma criara, que as interdições permanecem e se reproduzem.

O determinante da sexualidade, na interpretação proposta por FOUCAULT, está ligado ao *“prazer de saber o prazer”*. Assim, fazer falar é o modo mais eficaz da construção de um saber especulativo sobre a sexualidade. O sexo ocidental, por todas as considerações já registradas aqui, é, na linguagem de FOUCAULT, um *“sexo que fala”*, *“o sexo discurso”*. Assim, guiamos a história para um momento em que se adotou um certo senso de que somos o nosso próprio sexo. Citando FOUCAULT:

“A questão sobre o que somos, em alguns séculos, uma certa corrente nos levou a colocá-la em relação ao sexo. Nem tanto o sexo-natureza (elemento do sistema do ser vivo, objeto para uma abordagem biológica),

mas ao sexo história, ao sexo-significação, ao sexo-discurso. Colocamo-nos, a nós mesmo, sob o signo do sexo, porém, de uma Lógica do sexo, mais do que de uma Física. Não devemos enganar-nos: sob a grande série das oposições binárias (corpo-alma, carne-espírito, instinto-razão, pulsões-consciência) que pareciam referir o sexo a uma pura mecânica sem razão, o Ocidente conseguiu, não somente e nem tanto anexar o sexo a um campo de racionalidade, o que sem dúvida nada teria de extraordinário, tanto nos habituamos, desde os gregos a esse tipo de “conquista”; mas sobretudo colocar-nos, inteiros – nós, nosso corpo, nossa alma, nossa individualidade, nossa história – sob o signo de uma lógica da concupiscência e do desejo. Uma vez que se trate de saber quem somos nós, é ela, doravante, que nos serve de chave universal”. (1988, p. 76)

Na analítica de FOUCAULT, o saber sobre o sexo estabelece uma força de poder. Este poder por sua vez, é capaz de lançar sobre o sexo um domínio específico. O domínio que, em termos amplos, pode ser entendido como os ditames dos hábitos, preferências e desejos permitidos ou proibidos; todos dirigidos para um ciclo que realimenta a obtenção de informações através do discurso para o refinamento dos tentáculos precisos do poder. Esta seria a matriz da perspectiva de FOUCAULT, a dinâmica normatização e discursividade do controle da sexualidade pelos dispositivos de poder.

Com a produção de dispositivos normatizadores e comportamentais, através da Ciência, organiza-se a rede de poder e controle, bases da sociedade moderna, racionalmente estruturada sobre padrões de dominação e reprodução de censuras e interditos.

1.6 FOUCAULT e os Dispositivos de Poder e Controle Sobre o Sexo

O poder estabeleceu, quase sempre, uma relação negativa com o sexo. Quando é estabelecida esta base de relação há a produção da direção comportamental das

peçoas aos objetivos pré-definidos para o capital, pela extorsão da energia sexual para o trabalho.

A negatividade aqui apontada é um dos elementos para a fixação das políticas de poder sobre o sexo. Dentre esses elementos FOUCAULT destaca outros como: “A relação negativa. *Com respeito ao sexo, o poder jamais estabelece relação que não seja de modo negativo: rejeição, exclusão, recusa, barragem ou, ainda, ocultação e mascaramento.*” (1988, p. 81)

As relações quase sempre estão baseadas em regras. A regra da relação discutida aqui é, numa explicação bem objetiva para a realidade ocidental, a que define que o poder submeta o sexo. Assim temos a seguinte interpretação de FOUCAULT:

“A instância da regra: *O poder seria, essencialmente, aquilo que dita a lei, no que diz respeito ao sexo. O que significa, em primeiro lugar, que o sexo fica reduzido, por ele, a regime binário: lícito e ilícito, permitido e proibido.(...) A forma pura do poder se encontraria na função do legislador; e seu modo de ação com respeito ao sexo seria jurídico-discursivo.*” (1988, p. 81)

Para que houvesse a conformação desta regra, criaram-se indicativos de segurança, partindo da suposição de que o sexo é uma ameaça ao que há de bom no ser humano. O que tornou possível uma censura bastante complicadora da vivência sexual. Verifica-se assim que os conflitos em torno do sexo apontam para uma negatividade do mesmo. Para maiores esclarecimentos relativos aos tais complicantes, destacamos esta diferenciação em FOUCAULT:

“O ciclo da interdição: *não te aproximes, não toques, não consumas, não tenhas prazer, não fales, não apareças; em última instância não existirás, a não ser na sombra e no segredo. (...) Renuncia a ti mesmo sob pena de seres suprimido; não apareças se não quiseres desaparecer. Tua existência só será mantida à custa de tua anulação.*”

A lógica da censura: Supõe-se que essa interdição tome três formas; afirmar que não é permitido, impedir que se diga, nega que exista. Formas aparentemente difíceis de conciliar. Mas é aí que é imaginada uma espécie de lógica em cadeia, que seria característica dos mecanismos de censura:liga o inexistente, o lícito e o informulável de tal maneira que cada um seja, ao mesmo tempo, princípio e efeito do outro: do que é interdito não se deve falar até ser anulado no real; o que é inexistente não tem direito a manifestação nenhuma, mesmo na ordem da palavra que enuncia sua inexistência; e o que deve ser calado encontra-se banido do real como o interdito por excelência.” (1988, p.81-82)

O modo com que as culturas ocidentais têm organizado suas regras sexuais culmina num tipo de exercício de poder sobre o sexo que disfarça muito bem suas fontes, uma vez que não mais existe um foco específico. O poder mina de todo o tipo de relações. Isto acontece porque este poder já foi introjetado e assimilado por todos. Esta compreensão é transformada em uma espécie de denúncia em FOUCAULT, que a organiza apontando uma culminância de dispositivo:

“A unidade do dispositivo: O poder sobre o sexo se exerceria do mesmo modo a todos os níveis. De alto a baixo, em suas decisões globais como em suas intervenções capilares, não importando os aparelhos ou instituições em que se apóie, agiria de maneira uniforme e maciça; funcionaria de acordo com as engrenagens simples e infinitamente reproduzidas da lei, da interdição e da censura: do Estado à família, do príncipe ao pai, do tribunal à quinquilharia das punições quotidianas, das instâncias da dominação social às estruturas constitutivas do próprio sujeito, encontrar-se ia, em escalas diferentes apenas, uma forma geral de poder”. (1988, p. 81-82)

FOUCAULT não deixa dúvidas de que, para o poder, o sexo é algo tão negativo quanto perigoso e que, por isso, precisa ser dominado e combatido visando seu direcionamento utilitário. O domínio do sexo produz a obediência. A obediência é condição fundamental para a manutenção do estado social do poder. Os estudos de FOUCAULT sobre as relações históricas entre poder, sexo e discurso, apontam para a

interdependência destas temáticas para a organização social e para a vida particular dos homens e mulheres modernos.

Em seu texto clássico da *História da Sexualidade I*, FOUCAULT expressa uma preocupação com o entendimento de seus leitores a respeito de sua concepção de poder. Começa como que, por eliminação, esclarecendo justamente o que em sua concepção não é poder, para adiante registrar seu entendimento do termo. Assim:

“Esse termo ‘poder’, porém corre o risco de induzir a vários mal-entendidos. Mal-entendidos a respeito de sua identidade, forma e unidade. Dizendo poder, não quero significar ‘o Poder’ como conjunto de instituições e aparelhos garantidores da sujeição dos cidadãos em um Estado determinado. Também não entendo poder como modo de sujeição que, por oposição à violência, tenha a forma da regra. Enfim não o entendo como um sistema geral de dominação exercida por um elemento ou grupo sobre outro e cujos efeitos, por derivações sucessivas, atravessem o corpo social inteiro. (...) Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário. As defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais”. (1988, p.88-89)

A partir dos estudos de FOUCAULT, se pretendemos seguir por uma abordagem histórico-interpretativa das sexualidades ocidentais, deve-se considerar os dispositivos de controle da sexualidade apontados por ele, se não de forma crítica, ao menos de forma analítica dos acontecimentos históricos que concorreram para a produção do panorama constituído de signos e de significados da sexualidade.

A vivência da sexualidade não tem sido um exercício de auto-conhecimento, um exercício de conhecer e deixar conhecer. Por todos os percalços que historicamente a sexualidade tem passado, pela forma como se tem desenrolado seu sentido, as

sociedades ocidentais vivem hoje, ainda, uma sexualidade alienada, dirigida por plásticas e modelos que na maioria das vezes são estranhos aos indivíduos. É como se a própria sexualidade, no seu sentido mais humano – o prazer – fosse algo que estivesse fora dos limites corporais. No outro, para o outro ou em qualquer lugar metafísico, difícil de alcançar.

Não há uma concepção única de sexualidade, mas deveríamos estar atentos ao caráter intrínseco da sexualidade, exatamente o prazer; o prazer a que todos temos direito. Alienar o prazer da sexualidade é aliená-la do homem. Sem a condição do prazer a sexualidade está sujeita a toda e qualquer tentativa de dominação. A dominação sexual moderna representou muito mais que a redução da sexualidade à sua forma reprodutiva, matrimonial e heterossexual. Representou o esforço social de sujeição do sexo ou da energia sexual à disciplina do trabalho. Representou a exploração e a alienação do trabalhador.

No balanço dos referidos esforços encontraremos indicativos que apontam para alvos objetivos de sujeição social, por motivos lógicos. A agressiva investida do saber e do poder sobre a sexualidade da mulher e da criança, sobretudo a partir do século XVIII, pode ser interpretada como uma espécie de otimização da mão-de-obra, uma vez que mulheres e crianças começaram, nesta fase da história, a integrar definitivamente a massa operária das indústrias urbanas, que iniciavam seu desenvolvimento mais expressivo. Essas intervenções precisas significavam institucionalmente, as “boas vindas” para o mundo oficial do trabalho capitalista. Dentro dessa mesma lógica, o século XIX produz, depois de acumular um certo perfil da sexualidade ideal para as sociedades, seus objetivos capitalistas, sociais e religiosos. Neste momento histórico são objetos de controle: a criança e a repressão da prática masturbatória, a mulher histórica, o casal malthusiano e o adulto perverso, dentro de uma classificação que privilegia os “fora do padrão”, no sentido de maiores fontes de informação sobre a sexualidade humana. Esses percalços históricos são também, o que irão delinear o que de fato chamamos hoje *sexualidade*. Vejamos o conceito de sexualidade na visão de FOUCAULT:

“A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se aprende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder” (1988, p.100)

FOUCAULT vai além na dimensão política e social da sexualidade. Em suas interpretações o dispositivo histórico da sexualidade é irmão gêmeo de um outro dispositivo. O *“dispositivo de aliança”*, entendido por FOUCAULT dessa forma: *“Pode-se admitir, sem dúvida, que as relações de sexo tenham dado lugar, em toda sociedade, a um dispositivo de aliança: sistema de matrimônio, de fixação e desenvolvimento dos parentescos, de transmissão dos nomes e dos bens”*. (1988, p. 100)

O dispositivo da sexualidade se superpõe ao dispositivo de aliança, caminhando junto com ele no sentido do controle das práticas e da organização de interesses de poder. Para maior clareza consideremos tal assertiva:

“O dispositivo de aliança se estrutura em torno de um sistema de regras que define o permitido e o proibido, o prescrito e o ilícito; o dispositivo de sexualidade funciona de acordo com técnicas móveis, polimorfos e conjunturais de poder. O dispositivo de aliança conta, entre seus objetivos principais, o de reproduzir a trama de relações e manter a lei que as rege; o dispositivo de sexualidade engendra, em troca, uma extensão permanente dos domínios e das formas de controle. Para o primeiro, o que é pertinente é o vínculo entre parceiros com status definido; para o segundo, são as sensações do corpo, a qualidade dos prazeres, a natureza das impressões, por tênues ou imperceptíveis que sejam. Enfim, se o dispositivo de aliança se articula fortemente com a economia devido ao papel que pode desempenhar na transmissão ou na circulação das riquezas, o dispositivo de sexualidade se liga à economia através de articulações numerosas e sutis, sendo o corpo a principal – corpo que produz e consome”. (1988, p. 101)

O sentido do termo *aliança* em FOUCAULT é traduzido nas formas de regulação da sociedade. Esta regulação está orientada para garantir os processos de produção e conseqüentemente de consumo. Fatores básicos de referenciais para a estruturação da sociedade organizada pelas relações capitalistas. A razão da aliança é, portanto a reprodução das relações sociais existentes no contexto que acabamos de apontar. A sexualidade enquanto dispositivo, na concepção de FOUCAULT, não tem como razão o reproduzir, mas proliferar as formas de controlar as populações, inovando, anexando, inventando e reinventando modos cada vez mais eficazes de controle global das sociedades.

Seguindo esta linha de interpretação da abordagem de FOUCAULT sobre a sexualidade e as faces do que se possa entender por repressão sexual, cabe destacar a seguinte idéia do teórico em questão:

“Deve-se admitir, portanto, três ou quatro teses contrárias à pressuposta pelo tema de uma sexualidade reprimida pelas formas modernas da sociedade: a sexualidade está ligada a dispositivos recentes de poder; esteve em expansão crescente a partir do século XVII; a articulação que a tem sustentado, desde então, não se ordena em função da reprodução; esta articulação, desde a origem, vinculou-se a uma intensificação do corpo, à sua valorização como objeto de saber e como elemento nas relações de poder”. (1988, p. 101-102)

Para FOUCAULT o dispositivo da sexualidade nasce do dispositivo da aliança. Historicamente, o dispositivo da aliança organizou-se em torno de questões sexuais como: as leis de proibição ao incesto, o valor da virgindade, a condenação do sexo fora do casamento, entre outros que reforçavam a valorização da aliança como retidão de caráter perante a sociedade e perante Deus. O dispositivo da sexualidade é uma espécie de tática de poder para a sujeição mais eficaz dos indivíduos.

O âmbito da família é caracteristicamente o âmbito da aliança, mas é nele que se desenvolve com maior rigor as bases do dispositivo da sexualidade. Vejamos esta compreensão na interpretação de FOUCAULT: *“A família é o permutador da*

sexualidade com a aliança: transporta a lei e a dimensão do jurídico para o dispositivo de sexualidade; e a economia do prazer e a intensidade das sensações para o regime da aliança”. (1988, p.103)

A família, portanto, pode ser entendida como o elemento tático fundamental para o dispositivo da sexualidade. Sendo assim, é um âmbito de aliança que precisa, aos olhos do poder, ser preservada e suas influências ampliadas e efetivadas. Através da sexualidade se exerce um tipo específico de poder. O poder que, em primeira instância, age sobre os corpos. Assim o dispositivo da sexualidade é de fato um dispositivo político. A materialidade do sexo nos corpos é o arcabouço da sexualidade entendida como dispositivo de controle.

Para FOUCAULT o sexo se encontra na dependência histórica da sexualidade. Não há sexualidade sem sexo e o sexo sofre as influências reais dos significativos dos dispositivos da sexualidade. FOUCAULT aponta um contraponto para a sexualidade. Fazendo a interação: “*Contra o dispositivo da sexualidade, o ponto de apoio do contra-ataque não deve ser o sexo-desejo, mas os corpos e os prazeres*”. (1988, p. 147)

Para ilustrar os novos caminhos apontados por FOUCAULT destacamos uma citação que fez de Laurence, D.H.”(1967) *Atualmente, nossa tarefa é compreender a sexualidade. Hoje em dia, a compreensão plenamente consciente do instinto sexual importa mais do que o ato sexual*”.(LAURENCE, in FOUCAULT, 1985, p. 147)

Extrapolando este modo de entendimento das urgências quanto à sexualidade, consideramos que é muito importante estudar a sexualidade sob seus aspectos históricos como fez FOUCAULT, e ainda nos planos, filosófico, político, econômico, sociológico, psicológico e biológico. É por este motivo que defendemos uma educação sexual, voltada para o aporte multidisciplinar de conhecimento. Esta perspectiva busca superar os enfoques reducionistas, principalmente aqueles marcados pela reprodução dos estereótipos e preconceitos de classe, de identidade política e de definição cultural dos papéis sexuais. Nossa visão sobre o tema busca sensibilizar aos educadores, aos

agentes de educação, alunos e cidadãos, da necessidade de uma abordagem científica, crítica, humanista e reflexiva sobre o tema e seus derivados.

Desta determinação conceitual e ética nasce nossa proposta política e institucional, a de construir uma educação sexual capaz de fazer a crítica dos papéis tradicionais e, ao mesmo tempo, decifrar e criar argumentos de superação dos discursos massificantes que entendem a sexualidade como mercadoria, o prazer como produto e a própria condição humana como uma questão econômica ou mercenária. Esta dimensão política nos impulsiona para uma abordagem crítica, histórica, analítica, educacional, ética e esteticamente libertadora, passível de ser pensada e vivenciada numa sociedade que venha a superar os padrões ditados pelo poder dominante, quer no campo das relações materiais, quer no campo das relações de poder e de reprodução ideológica e institucional.

CAPÍTULO II

A DIALÉTICA DA SEXUALIDADE NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA. As Concepções Matriciais dos discursos sobre Sexo e Sexualidade: FREUD, REICH e FOUCAULT

Neste capítulo intentamos apresentar as premissas teóricas e as bases referenciais, analíticas e interpretativas, de nosso método de pesquisa. Buscamos pautar a análise da sexualidade como produto histórico e dimensão da práxis social humana. Para nossa concepção, esta premissa, *a priori*, circunscreve o método dialético e a possibilidade de interpretar a sexualidade. Buscaremos ainda apresentar aqui as principais contribuições do pensamento de FOUCAULT e a *conceituação de sexualidade*; suas bases conceituais, suas premissas básicas, seu método e principais contribuições no “esclarecimento” da sexualidade, produzido em seu universo epistemológico, com seus limites e contradições.

Apresentaremos ainda nossos estudos sobre *FREUD e seu proclamado pioneirismo*, na determinação do campo da sexualidade como tema de investigação, seus conceitos fundantes, as obras referenciais de sua produção e destacada influência na cultura ocidental. Buscaremos problematizar a possibilidade de constituir propostas práticas e determinações políticas e institucionais, no campo da Educação Sexual, a partir da retomada do universo epistemológico e potenciais aproximações da obra de FREUD na Educação Sexual.

Por fim, apresentaremos a análise de *REICH a política e a sexualidade*; sua crítica à família, ao casamento e à sociedade autoritária, sua contundente crítica ao capitalismo e à sexualidade controlada, bem como sua proposta de uma economia sexual como forma de libertação subjetiva e subversão social.

Nesta direção, o presente capítulo identifica as definições fundamentais de FREUD, REICH e FOUCAULT sobre Sexo, Sexualidade e Educação Sexual. Escolhemos estes três campos temáticos pela sua ampla significação nos discursos e enfoques atuais presentes nas teorias da sexualidade que, explícita ou intuitivamente, consubstanciam as principais iniciativas de delimitação de um campo teórico e prático de estudos da Sexualidade.

Nossa intenção foi, até o momento, a de investigar as bases e diferenças estruturais entre estes três grandes teóricos da sexualidade de modo a visualizar possíveis apropriações institucionais de seu pensamento e de suas contribuições teóricas à questão da Sexualidade e Educação Sexual. A sistematização conceitual, não necessariamente desvinculada dos diferentes universos epistemológicos e matrizes filosóficas que sustentam tais produções, poderia dar condições para identificar tantos reducionismos e apropriações parciais, até mesmo banais e desonestas, destes autores, em muitas iniciativas voluntaristas e espontaneístas de abordar a temática. A ausência de uma ampla produção de tais estudos na, Filosofia e na Educação, herança de nossas raízes culturais, na Universidade e na sociedade, amplia a dificuldade de aportes esclarecedores destes esforços e de seus limites estruturais.

Considerando o levantamento das vertentes historiográficas para uma abordagem da educação sexual no Brasil, respeitando as exigências de investigação e reflexão que são reservadas ao trabalho de educação, ou ao menos sensibilização, para a Sexualidade Humana, apresentamos nosso breve parecer sobre o percurso histórico das iniciativas em Educação Sexual no país, buscando registrar valorativamente a luta por todas as conquistas já produzidas até agora. Esperamos apresentar uma radiografia crítica destas iniciativas e propostas institucionais.

2.1 O Método Dialético e a Dialética da Sexualidade na Pesquisa em Educação

Na análise da sexualidade e suas potencialidades interpretativas e educacionais, numa dimensão histórica e pedagógica, torna-se de particular importância o cuidado com o método, a adequada exposição das questões epistemológicas, a coerente definição dos alcances conceituais mais amplamente utilizados, a preocupação com a clareza dos pressupostos e a mesurada atenção com as técnicas dispostas, os meios e mecanismos operacionais de atuar com as fontes da investigação, os nexos da construção do problema teórico, suas correlações analíticas e interpretativas, a sistematização de dados e informações, a cotejar com os métodos de exposição e suas características, guardando as devidas proporções e singularidades entre o tema aventado, os problemas postos pela historicidade e relevância de seus construtos e as bases institucionais com as quais buscamos construir nosso referencial e seus derivados formais.

Atualmente, é possível dizer que, nas Ciências Humanas e Sociais, a questão do método passou a ser, em si mesma, uma questão fundamental. Há autores que afirmam que a ciência atual diz mais sobre o método do que efetivamente sobre a própria temática ou realidade que logramos pesquisar. A diversidade excludente entre métodos e áreas do conhecimento impõe um cuidado especial para não se incorrer no ecletismo conceitual, no sincretismo epistemológico ou na panacéia política. Torna-se fundamental, para quem busca investigar a realidade, além da problematização temática adequada, o domínio dos referenciais metodológicos, ontológicos e epistemológicos, coerentes com a amplitude do projeto de pesquisa e seus objetivos estruturais.

No cenário das tendências epistemológicas atuais, há um certo consenso de que três matrizes filosóficas modernas tornaram-se os referenciais metodológicos mais destacados; *o Positivismo, a Fenomenologia e o Marxismo*. É certo que há outras tantas controvérsias sobre as razões pelas quais estas três matrizes deveriam ser postas ou

consideradas em evidência, e por quê não outras, na coreografia das produções científicas e políticas atuais. Não é este o nosso campo e nem é nossa intenção esgotar ou até mesmo embrenharmo-nos por este caminho, mais próximo dos estudos de quem trabalha com Epistemologia e Educação. Mesmo considerando a arbitrariedade e precariedade destas proposições, consideraremos que estas matrizes ou grandes filosofias dão conta da atual contabilidade das pesquisas em educação, em sua maioria, e justapõem questões históricas e políticas para a explicação ou justificativa de seu estado da arte ou lugar epistemológico de hegemonia ou de dominação, ainda que conjuntural, na tradição da pesquisa em Educação no Brasil.

Nosso trabalho busca identidade com a concepção *dialética* da história e da educação. E, como tal, busca fundamentar-se numa concepção dialética da *sexualidade*. É certo que todos estes termos e autodeterminações epistemológicas necessitam de esclarecimentos e justificativas, sobretudo em se tratando desta abordagem, onde a ordenação dos conceitos e das coisas, dos argumentos e definições políticas, as inter-relações e articulações são mais importantes do que o discurso prescritivo, receituário ou proclamativo de sua suposta *dialeticidade apriorística*. O que seria, contraditoriamente, a negação da própria dialeticidade da dialética. Em outras palavras, a dialética não se traduz numa determinação filosófica unilateral e idealista imposta sobre a realidade, ela, ao contrário, busca afirmar que a própria realidade é dialética, mutável, carregada de contradições, de nexos e determinações recíprocas, em todos os seus aspectos, dimensões e possibilidades. Não se trata de buscar aplicar a dialética à realidade, trata-se de encontrar a dialeticidade do mundo na realidade de seu ser, existir e operar.

A dialética do mundo e das coisas deriva de sua intrínseca característica de mudança e contradição. Na consideração da realidade e do devir do mundo e da vida, na consideração da história e da cultura, a dialética é a forma de maior fidelidade ao dinamismo do mundo da natureza e da diversidade da cultura e do agir humano, subjetivo e coletivo, na sociedade e na civilização. Muito mais ainda expressa a sexualidade esta dialeticidade. A sexualidade consubstancia uma das mais íntimas e

intrínsecas expressões da individualidade e, ao mesmo tempo, condensa os valores, as significações e determinantes, morais e éticos de sua construção histórica e social. É o lugar contraditório da expressão do ser e o exercício mais cruel da dominação e do não-ser das coisas e das pessoas. Destacamos, todavia, sua riqueza e amplitude de contradições.

De sua multiplicidade de sentidos, de sua infinidade de significados, de sua densidade de experiências e vivências, de sua aberta e ampla possibilidade de humanização ou seus contrários. Pois, em nosso ponto de vista, somente a concepção dialética da história, da ação política do homem, da educação e da própria Filosofia consegue abarcar a pluralidade da Sexualidade e seus determinantes. A mesma dimensão da sexualidade que pode condensar e expressar as mais lídimas e originais dinâmicas do ser do homem, da pessoa subjetivamente constituída, pode também ser submetida ao determinismo da opressão, institucional, social ou psíquica, em níveis inimagináveis.

Assim, a *concepção dialética da sexualidade* busca estruturar-se sobre alguns pressupostos e a partir de algumas premissas. A primeira delas é que homem nasce historicamente determinado, a partir de algumas condições sociais e políticas objetivamente dadas e dispostas. Não concebemos a condição humana como aquela marcada pela ontologia dualista, de herança grega, dividida entre um princípio do bem, a alma e sua derivação divina e o princípio do mal, o corpo, marcado pela ditadura dos sentidos, da precariedade de seu perecimento ou por explicações mitológicas atávicas que encontram pressupostos *parenéticos* e transcendentais para condenar a corporeidade a uma identidade pecaminosa e decadente, inferior à alma. Esta antropologia dualista e reducionista encontrou terreno fértil nas religiões, para traduzir-se em dogmas e idéias-força das mais arraigadas na cultura ocidental.

Não assumimos esta antropologia, que identifica a sexualidade como expressão do mal e resultado de condenações punitivas, presentes na cosmogonia hebraica, grega e babilônia, donde passaram a influenciar outras tantas tradições arquetípicas reducionistas e condenatórias da corporeidade e sexualidade. Estas construções de

sentido, a moralidade e a simbologia da sexualidade, suas expressões institucionais, suas representações jurídicas e políticas estão subsumidas na própria consideração histórica da ação humana, do trabalho e da organização da cultura. Neste processo histórico a organização da sexualidade, por assim dizer, constituído numa ação integrada entre os mecanismos simbólicos de significação e os dispositivos sociais de controle, já estaria, por si, estruturado sobre a base da análise dialética.

A sexualidade seria definida pela natureza dialética do homem. O homem é um ser que se faz, continuamente, na relação que trata e tem que entabular com a natureza, para prover sua subsistência, e com os demais homens, donde deriva seu caráter eminentemente social. Os homens, a partir de algumas pré-condições, constroem sua identidade e diversidade, sua natureza e seu ser. Desde a tradição grega mais remota, a Filosofia preocupa-se com a questão da compreensão da realidade, quer em vista da estabilidade das coisas e sua imutabilidade, o que configurou uma concepção *idealista* da realidade, e a concepção que privilegiava o movimento, a dinamicidade, o devir da realidade, defendida por Heráclito de Samos (século III AC). Desde os primórdios estas duas visões de mundo encontram-se em franco enfrentamento, derivando delas diferentes posições políticas e ideológicas. Uma interpretação idealista, metafísica, imobilista, descritiva, da realidade e seus derivados, e a cosmovisão que anuncia a mudança, a transformação, a intrínseca capacidade do mundo e a determinada natureza para a mutabilidade das coisas, objetos, instituições e idéias.

Para apresentar a organização das categorias que compõem a concepção dialética da história ou da economia destacamos, entre um possível elenco de conceitos e termos, algumas ferramentas principais para nossa investigação. Destacamos a categoria da *materialidade*, a primeira, como a que afirma que todas as coisas que existem derivam ou são a própria matéria, refutando todo idealismo ou ontologia metafísica.

A segunda seria o *trabalho*, entendida como a articulação ou expressão da necessidade e natureza humana. O trabalho seria a categoria ontológica básica da cosmovisão dialética, a consideração de que os homens fazem a história e são os que

transformam a natureza, transformando-se a si mesmos nesta ação. Nesta consideração a dimensão ou condição do homem seria essencialmente histórica, econômica, centrada nas necessidades e construções políticas da trajetória dos grupos e classes sociais.

Já a terceira categoria da dialética seria a consideração da *totalidade* da realidade. A visão que articula as partes e o todo, que define que há intrínsecas determinações entre o singular e o global, entre o particular e o geral. Esta categoria permite ver o contexto e as articulações de sentido, culturais e ideológicas, e de natureza política, relações de poder, que perpassam todas as dimensões da realidade.

A quarta categoria seria a da *contradição*, de natureza conceitual mais complexa, que considera a afirmação e negação de todas as dimensões da realidade, que permite ver as antíteses presentes em todas as teses e sínteses, que permite vislumbrar na elevação da vida a dimensão da morte, na ostentação da riqueza a produção da pobreza, na defesa da subjetividade a expressão da objetividade e na análise que se pretende objetiva a presença de caracteres de assujeitamento e de patente expressão das subjetividades. É uma rica categoria analítica e política da concepção dialética da história e da cultura.

Por fim, a categoria da *hegemonia*, de construção mais recente. Consideração de que todas as dimensões da realidade natural e da ordenação política da sociedade e cultura não são inflexíveis, eternas, imutáveis e absolutas, mas que padecem de uma natureza ideológica, institucional, politicamente constituída em processos de legitimação de representação e mecanismos de poder. A luta pela hegemonia é a constante da dialética do poder na sociedade de classes.

A primeira característica da concepção *dialética* da história consiste em afirmar que tudo o que existe e se constitui como ser deriva ou é constituído a partir da matéria. Tudo o que existe é material e o que é material é o que existe. Esta é a premissa fundamental e básica da concepção dialética. O que existe, existe materialmente. E esta premissa supõe que tenhamos constituído objetivamente as

condições científicas para constatar e apreender esta realidade. Entender as coisas todas, naturais e culturais, a partir deste *a priori* significa assumir que os homens são historicamente constituídos, que a condição humana não é uma dádiva ou um estado predeterminado, por princípios abstratos ou por deuses, que o ser do homem constitui-se e é produzido em sua vivência e trajetória histórica. Este fazer material, no qual está integrado a reciprocidade do ser feito ou fazer-se constante, esta identidade primeira, que supõe que os homens determinam e estão determinados pelas condições materiais.

Ainda que seja um repisar enfático, posto que em grande parte são sobejamente conhecidas e assimiladas estas idéias, a afirmação de Marx continua a dar a identidade primeira desta concepção: “*Os homens fazem a história não como querem, mas a partir de pré-condições objetivamente dadas, não são as idéias que fazem os homens, mas os homens é que fazem a história*”.(...) No campo da sexualidade isto significa partir da tese de que não há uma predeterminada identidade de gênero, uma determinista condição masculina ou feminina, ou até um inflexível determinação de situações e definições de papéis sexuais. Os homens, as mulheres, as identidades sexuais, os elementos biológicos e culturais, as prerrogativas e configurações biopsicossociais do ser dos homens e mulheres, todas estas características estão dispostas nas forças sociais históricas. O homem é uma dialética construção histórica e cultural.

A segunda premissa que referenda a compreensão dialética da história é a que afirma a predominância dos fatores econômicos sobre as constituições culturais e ideológicas. Isto significa afirmar que são as mudanças materiais, predominantemente econômicas, que produzem, movimentam, dão dinamicidade aos demais espaços e determinantes da realidade. A primeira tese é a da necessidade material, que faz com que os homens produzam objetivamente sua identidade. A realidade de seres vivos, que necessitam comer, vestir, abrigar-se, esta é a base de todas as demais construções da civilização, a base da linguagem, o fundamento da cultura. A dialética da natureza e da cultura encontra aqui sua superação. O homem é a natureza e a natureza é o homem.

São duas dimensões intrinsecamente articuladas. E nesta direção, a definição maior e mais radical, apropriada à condição humana, é a definição que o homem é um ser que transforma a natureza, e que ao transformar a natureza, transforma-se a si mesmo. Isto possibilita reconhecer que o homem é essencialmente *trabalho*, no sentido marxista deste conceito.

Destas duas premissas deriva a visão de totalidade e as demais dimensões de tudo o que se considera na realidade, a reciprocidade, a mutualidade, a articularidade, significa dizer que todas as coisas estão imbricadas de múltiplas relações e articulações, que há um conjunto de forças sociais e determinantes que sustentam todas as diversas realidades da natureza e da cultura. Que não há nada estanque ou separado, que a economia está relacionada com a política, que a teologia ou a religião são expressões do direito e da política, que a subjetividade é constituída a partir das relações econômicas, que a sexualidade está atravessada por valores históricos, carências materiais, situações psíquicas, determinações morais, expectativas religiosas, necessidades materiais e determinações biológicas, entre outras questões. Esta categoria da concepção dialética define-se como *contradição*, a consideração de que todas as coisas e a própria realidade são constituída por *teses, antíteses e sínteses*, complexas integrações e articulações, sendo passíveis de uma multiplicidade de abordagens e considerações.

Uma categoria fundamental da concepção dialética é a concepção de *totalidade*. Significa reconhecer as diferentes inter-relações internas e externas de um fenômeno; que há contextos, pretextos e fatores condicionantes amplos, adicionantes e contentores dos fatos e determinações da realidade, que a visão da totalidade por sua vez explicita o recorte das micro-dimensões, que o todo e as partes constituem um eixo dinâmico, recíproco e dialético de inter-relações e referências. A busca da totalidade exige da dialética a visão global dos fenômenos e situações. A análise dialética busca reconhecer as articulações entre as estruturas contextuais e a totalidade histórica, econômica e cultural. Nada se apresenta como tópico, fechado em si, explicável a partir de suas contradições estritamente internas ou próprias. Tudo está relacionado com tudo,

os determinantes de globalidade e da totalidade pesam duramente sobre as esferas singulares e tópicas das partes. Ver algo, analisar uma dimensão, compreender um fragmento da realidade torna-se um exercício metodológico de investigar o pontual, cujas respostas e maiores considerações serão encontradas na análise do todo, da globalidade, nas determinações matriciais que conformam e expressam a realidade maior do fenômeno social, cultural ou material.

Um outro eixo na análise da dialética é o conceito e *hegemonia*. Significa entender a dinamicidade da realidade histórica, e o conjunto de interesses que se constituem sobre as áreas e campos da ação humana. A necessidade dá forma para a ação humana, que subsiste na política, na cultura e na civilização. E esta realidade é disputável, encontra-se encravada nas entranhas do poder e dos interesses dos homens quer políticos, econômicos ou sociais. Nesta dinâmica a história, os espaços culturais e políticos são marcados pela mesma lei da apropriação de poder das forças econômicas e materiais. Assim, nada está plenamente determinado *a priori* e *motu proprio*; todos os aspectos da realidade são disputáveis, são exercidos pelas dinâmicas e constantes expressões políticas.

Podemos considerar as estruturas jurídicas e políticas, morais, culturais e institucionais decorrentes do acúmulo e da disposição de modelos de sociedade e construções para expressar determinados estados da evolução da forças e relações de produção. Mas estas forças estão em disputa, em lutas pela hegemonia, em batalhas de legitimação e outras tantas trincheiras ou forças de constituição de novas idéias e campos de lutas que buscam formar seus interesses no mesmo cenário de enfrentamento da sociedade e cultura dominantes.

Assim, o conceito ou categoria de hegemonia, como campo das idéias, das instituições, das determinações morais, dos elementos institucionais e jurídicos, são passíveis de disputa hegemônica, não estão a rigor presos unicamente à lógica e aos interesses das classes dominantes, podem também ser apropriados por outras forças sociais e podem ser derrubadas, postas em estado de superação por novas idéias e

práticas que conformam as novas forças políticas, necessariamente responsáveis por outras instituições, um novo momento histórico, o novo homem e a nova sociedade.

Destas considerações conceituais sobre a dialética, ou a concepção dialética da história e da sociedade, buscamos derivar nossa concepção da sexualidade. A Sexualidade, como dimensão essencialmente humana, estaria sendo atravessada e avaliada, metodologicamente, pelas mesmas categorias da dialética aplicadas à história e à análise da política. Como tal, a sexualidade seria interpretada como uma identidade material da condição do homem. A materialidade da sexualidade seria analisada em duas dimensões, tanto na consideração de suas constituições morais e simbólicas históricas quanto na determinação que somente o homem é capaz de constituir uma sexualidade, uma significação simbólica da identidade genital ou reprodutiva de todos os seres vivos. Isto permite afirmar ainda que a sexualidade não é constituída a partir de um universo estranho à história e à trajetória humana. Não foram os deuses que produziram a sexualidade humana, não foram as forças naturais, onipotentes e demiúrgicas, que a consolidaram. A sexualidade é uma conquista e construção da trajetória material e histórica do homem.

Numa segunda forma de abordagem da sexualidade deveríamos considerá-la como construída pela história e divisão do trabalho humano. A sexualidade é fruto e fundamento das relações de trabalho. A reprodução humana e a produção social de bens estão intrinsecamente articulados. Este é um segundo campo analítico que deriva da dimensão material primeira. Entender a sexualidade supõe entendê-la na trama das relações econômicas e sociais, de produção e organização da vida material e constituição de relações de vivência, convivência e poder.

Numa terceira consideração afirmaríamos que a sexualidade somente poderá ser compreendida e considerada no conjunto da práxis humana e social. A totalidade dos condicionantes ideológicos, desde o ordenamento das idéias mitológicas primitivas aos construtos científicos atuais, passando pelas teologias prescritivas e de proscricção, a sexualidade está imbuída de valores, dimensões, determinantes morais, políticas, estéticos, subjetivos e culturais dos mais complexos e diversos. Estudar a sexualidade

significa buscar configurar este campo, para melhor delinear sua potencialidade e dinamicidade. Não se afirma que a sexualidade seja uma mera prática procriativa ou um idílico exercício da subjetividade narcísica, esta se encontra envolvida com todas as dimensões da realidade. A totalidade da sexualidade deve ser buscada na cultura e na economia política.

A aproximação do conceito de contradição ao campo temático da sexualidade exige um esforço ainda maior. Se não pudermos apresentar uma suposta resolutividade para alguns temas e articulações, pelo menos apresentaremos algumas linhas de possibilidades analíticas e interpretativas. A mais destacada e polêmica questão consiste na propositura da sexualidade enquanto campo híbrido da subjetividade mais genuína e, ao mesmo tempo, da objetividade dos determinantes sociais, morais, jurídicos e psíquicos, quer internalizados, quer assumidos pela sociedade em suas instituições formais objetivas. Somente a consideração do princípio da contradição é que nos permite vislumbrar acomodatamentos teóricos e práticos para esta realidade.

Enfim, no campo categórico, supõe-se uma determinação política, à práxis humana. Nesta direção, onde insere-se a justificativa da pesquisa e a dimensão militante da educação sexual, encontra-se o suporte da categoria de hegemonia, a consideração da arbitrariedade das atuais significações e representações da sexualidade e possibilidade de novas práticas, novos sentidos, novas formas de interpretar, viver e assumir a sexualidade, em novas relações de gênero, de produção, de distribuição e de representação simbólica da mesma na história e na cultura. A hegemonia de certas idéias, instituições e práticas, está vinculada a determinados interesses sociais, correspondentes a explícitos projetos políticos e sociais. É a luta pela hegemonia da emancipação, da revolução, da transformação das práticas sexuais, que supõe a possibilidade da quebra da hegemonia de visões patriarcais, banais, consumistas, médico-biologistas, que nos impulsiona a lutar por uma sexualidade emancipatória, científica, esteticamente elevada, subjetivamente consciente e

esclarecida, eticamente responsável e politicamente democrática, aberta, humanizada e livre.

Neste campo é que propomos o estudo de uma fundamental tradição teórica e proposituras práticas, para que a luta pela sexualidade seja uma expressão da democratização da produção, da sociedade, a ampliação dos espaços de vida e de solidariedade, a vivência de experiências de afeto e de prazer, a construção de novas estéticas da corporeidade e da afetividade. Da erótica e da produção, voltadas para a felicidade e realização plena de todos os homens e mulheres que buscam razões elevadas para justificar a vida.

Em que consistiria, a rigor, a adoção da concepção dialética como método de análise e elemento de propositura política para o campo da sexualidade e suas implicações educacionais? A primeira questão que nos ocorre consiste em buscar fundamentar na teoria clássica do Materialismo Dialético a própria significação da Sexualidade e do ser do homem.

A originalidade analítica de conceber as coisas como interdependentes, de buscar sempre a vinculação dos fenômenos entre si, afirmando que estes se condicionam mutuamente, partindo da consideração de que nada existe numa dimensão *a priori*, separada, condicionada a si própria, esta talvez seja a primeira premissa ou pressuposto do pensamento dialético. Esta tese leva a definir que os estados sociais e o movimento histórico estão subordinados a leis ordinárias ou necessárias, que superam o determinismo biologista, metafísico e religioso. Nada há além desta interdependência entre o modo de viver e o agir dos homens na natureza. A aplicação do método dialético à análise dos fatos e acontecimentos da história, à compreensão da dinâmica da sociedade e sua forças constitutivas e processuais denomina-se *materialismo histórico*.

A contradição como força motriz da realidade, social, natural, histórica e econômica é um dos fundamentos da dialética materialista. O homem, antes de ser criado por uma abstração, é um ser vivo, um ser com necessidades e potencialidades

materiais, além das dimensões de significação que a civilização e a cultura lhe conferem. Nesta direção é que o homem produz os seus meios de sobrevivência. E dá origem ao processo de humanização de si mesmo e *hominização* da natureza. O homem define-se, pois por esta capacidade material de produzir seus meios de sobrevivência material e de construir, a partir destes, uma grade de representação simbólica e institucional, que dá formas à sociedade e cultura, aos ordenamentos ideológicos da vida social e os produtos espirituais da prática social.

Nesta direção, os homens não nascem prontos, acabados, mas são constituídos em uma intrincada rede de inter-relações entre causas externas e internas de sua formação, evolução e produção social. Para a dialética, as causas externas são as *condições* de mudanças e as causas internas as *bases* dessas mesmas mudanças. É ainda o pensador marxista LESSA que nos orienta a entender esta interlocução:

“Esse complexo objetivação-exteriorização é o solo genético do ser social enquanto uma esfera ontológica distinta da natureza. A distinção fundamental entre a sociedade e a natureza, já dizia Vico, está em que o mundo dos homens é um construto humano, enquanto a natureza não o é. Os objetos construídos pelo trabalho apenas poderiam surgir enquanto objetivações de finalidades ideais; eles incorporam determinações que emergem do fato de terem um pôr teleológico em sua gênese. Um machado é muito mais do que mera pedra e madeira: é a pedra e a madeira organizadas numa determinada forma que apenas poderia surgir por uma transformação teleologicamente orientada do real. Nenhum processo natural, seja ele qual for, poderia produzir algo semelhante a um machado; este é um ente que apenas pode surgir enquanto construto humano. O mesmo mutatis mutandis, poderia ser dito de objetivações muito mais complexas como uma obra de arte ou uma relação social como a estabelecida pelo capital”(Lessa, 1996, p. 12)

O conhecimento do mundo, de si e das coisas é o apanágio da consciência humana. A interpretação dialética da história buscou superar as explicações metafísicas que cindiam os homens de suas relações com o mundo e com a natureza. O homem

passa a superar as determinações soteriológicas e buscar sobre si uma compreensão de suas potencialidades práticas, em vista de suas necessidades subjetivas e sociais. A prática é o terreno básico do conhecimento. A ação humana é sua sustentação e núcleo. Nesta reflexão, o homem é um *fazer-se homem* em constante produção de si, a partir de sua base subjetiva em construção em determinadas condições, objetivamente dadas e constituídas. A necessidade é o elemento primário, a vontade e o pensamento são os elementos derivados, produtores e produtos desta interlocução existencial e social.

Nesta busca o homem produz, trabalha, impulsiona seus instintos e forças para a natureza, constitui o trabalho e organiza suas forças e instrumentos de produção. Ao produzir, toma sobre si a necessidade de explicitar suas necessidades, faz e cria coisas, bens, riquezas. Estas forças e relações de produção são historicamente determinadas pelas forças políticas e jurídicas que determinam e são determinadas pela estrutura e ordenamento das relações sociais vigentes em cada período e época histórica.

Assim, ao apropriar-se do mundo estabelece uma relação, o que implica o conhecer e discernir sobre suas necessidades e potencialidades. VAZQUEZ afirma que “*Conhecer é conhecer objetos que se integram na relação entre o homem e o mundo, ou entre o homem e a natureza, relação que se estabelece graças à atividade prática humana*”. (Vasquez, 1968:153).

Em relações sociais de exploração o que o homem produz é expropriado de si, já não efetivamente o realiza ou é, por ele reconhecido como um ato de criação, torna-se uma *mercadoria*, um objeto separado de seu criador, um instrumento que não mais reflete seu criador nem o processo que lhe deu identidade e sustentação. A mercadoria, condicionada por relações impessoais de desumanização do trabalho, aparece como um *fetice*, como algo que contenha em si poderes mágicos, como uma *feiticeira* ou um objeto de feitiçaria. Já não é mais o retrato das condições objetivas em que foi produzida, nem reflete mais a identidade ou necessidade subjetiva e social de sua criação.

O homem luta contra a *clivagem* de si, a ruptura entre a consciência e a objetividade da produção, onde o mundo da cultura e da ideologia não lhe permite reconhecer como criador, e luta também contra as forças cegas da natureza, de sua identidade instintiva, para buscar superar a alienação econômica e ideológica que pesa sobre sua condição social e cultural. Ao atingir o conhecimento o homem busca superar o determinismo biológico e religioso, o próprio determinismo de natureza social e histórica para assumir-se como sujeito, através da superação da *alienação* e da identidade *clivada* de si, da capacidade de desvelar o *fetichismo* da mercadoria e constituir sua potencialidade transformadora, subjetiva, essencialmente humana e revolucionária, de fazer-se a si mesmo a partir das determinações feitas na realidade e práxis social e política.

Torna-se uma das principais afirmações do Materialismo enquanto uma *filosofia* e *antropologia*, a tese de que o homem, diferenciando dos demais seres vivos tem seu fundamento objetivo no trabalho, enquanto atividade pela qual o homem transforma a natureza e a si próprio. MARX & ENGELS, em *A Ideologia Alemã*, afirmaram o seguinte:

“(...) o primeiro pressuposto de toda a existência humana e de toda a história, é que os homens devem estar em condições de viver para poderem ‘fazer história’. Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação dessas necessidades. (...) O segundo ponto é que, satisfeita essa primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquirido conduzem a novas necessidades - e esta produção de novas necessidades é o primeiro ato histórico.” (1979, p. 39-40)

A afirmação de MARX nos autoriza a reconhecer as implicações e articulações de mutualidade entre a objetivação e apropriação enquanto aquela que sintetiza, em seu pensamento, a dinâmica essencial do trabalho e, por consequência, a dinâmica essencial do processo de produção material e reprodução espiritual ou simbólica da

cultura humana. O processo de apropriação entre o homem e a natureza, isto é, o ser humano, pela sua atividade transformadora, apropria-se da natureza incorporando-a à prática social.

Ao mesmo tempo, ocorre também o processo de objetivação, pois o ser humano produz uma realidade objetiva que passa a ser portadora de características humanas, assumindo identidades e características sócio-culturais, acumulando a atividade de gerações de outros seres humanos.

LESSA nos ajuda a entender esta dialética relação ao apontar que:

“A objetivação é o complexo de atos que transforma a prévia ideação, a finalidade previamente construída em consciência, em um produto objetivo. Pela objetivação, o que era apenas uma idéia se consubstancia em um novo objeto, anteriormente inexistente, o qual possui uma história própria. Se em alguma medida o novo objeto continua submetido aos desejos do seu criador (este pode quase sempre, por exemplo, destruir aquilo que construiu), não raramente gera conseqüências muito distintas daquelas finalidades presentes na sua construção.” (1996, p.10).

Este processo social se institucionaliza como forma de apropriação, já agora não mais apenas como apropriação da natureza, mas como apropriação dos produtos culturais da atividade humana, isto é, apropriação das objetivações do gênero humano. No campo da sexualidade isto é ainda mais patente, pois as apropriações da identidade e das significações das condutas sexuais dominantes são, nada menos que a objetivação coletiva, cultural e civilizatória da marcha das sociedades e seus determinantes de poder dominantes.

O homem, ao produzir os meios para a satisfação de suas necessidades básicas de existência, ao produzir uma realidade humanizada pela sua atividade, humaniza a si próprio. Trata-se da dialética entre a humanização da natureza e a *hominização* de si mesmo. Constitui, portanto, uma realidade humanizada tanto objetiva como

subjetivamente. Ao se apropriar da natureza, transformando-a para satisfazer suas necessidades, objetiva-se nessa transformação. Por sua vez, essa atividade humana objetivada passa a ser ela também objeto de apropriação pelo homem, isto é, ele deve se apropriar daquilo que de humano ele criou. Tal apropriação gera nele necessidades humanas de novo tipo, que exigem nova atividade, num processo sem fim.

MARX nos afirma com propriedade:

“Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colméias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabaça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador e, portanto, idealmente”. (1983, p.149).

Em cada período da história os homens são chamados a se apropriar das objetivações resultantes da atividade das gerações passadas, acumuladas pela cultura e pelos sistemas simbólicos de reprodução. A apropriação da significação social de uma objetivação é um processo de inserção na continuidade da história da cultura. MARX & ENGELS afirmam que, em cada uma das fases da história:

“(...) encontra-se um resultado material, uma soma de forças de produção, uma relação historicamente criada com a natureza e entre os indivíduos, que cada geração transmite à geração seguinte; uma massa de forças produtivas, de capitais e de condições que, embora sendo em parte modificada pela nova geração, prescreve a esta suas próprias condições de vida e lhe imprime um determinado desenvolvimento, um caráter especial (...) as circunstâncias fazem os homens assim como os homens fazem as circunstâncias. (...) A história nada mais é do que a sucessão de diferentes gerações, cada uma das quais explora os

materiais, os capitais e as forças de produção a ela transmitidas pelas gerações anteriores; ou seja, de um lado prossegue em condições completamente diferentes a atividade precedente, enquanto, de outro lado, modifica as circunstâncias anteriores através de uma atividade diversa.” (1979 p. 56 e 70)

Ao contrário do que afirmam muitos críticos do Marxismo, a tese que nos impulsiona a compreender esta dialética supõe que a apropriação das objetivações do gênero humano é uma necessidade do próprio processo de formação da individualidade. O indivíduo precisa apropriar-se dos resultados da história e fazer desses resultados os “órgãos da sua individualidade” (MARX, 1987: 177). Numa sociedade marcada pelos mecanismos materiais e políticos de alienação esta identidade humana encontra-se dilacerada.

MARX aponta estas contradições ao afirmar:

“A realização do trabalho surge de tal modo desrealização que o trabalhador se invalida até a morte pela fome. A objetivação revela-se de tal maneira como a perda do objeto que o trabalhador fica privado dos objetivos mais necessários, não só a vida, mas também ao trabalho. Sim, o trabalho se transforma em objeto, que ele só consegue adquirir com o máximo de esforço e com interrupções imprevisíveis. A apropriação do objeto manifesta-se a tal ponto como alienação que quanto mais objetos o trabalhador produzir tanto menos ele pode possuir e mais se submete ao domínio de seu produto, do capital”. (1992, p.159).

SAVIANI nos auxilia na compreensão desta articulação entre as dimensões de apropriação do mundo e exteriorização da identidade propriamente humana, direcionando sua reflexão para o trabalho educativo e sua natureza:

“O trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e

coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo."
(1991:21)

Esse conceito dialético de entendimento do trabalho educativo, tendo como referência o processo de humanização do gênero humano e dos indivíduos, aponta na direção da superação do conflito entre as identidades abstratas de gênero ou de determinações biológicas empiristas, quer aquelas que se fundamentam numa subjetivação extremada que se perde da realidade material e da prática social efetiva, quer aquela que se funda num determinismo próprio das ciências empíricas ou da natureza. Assim, as práticas educacionais que derivam de formas de conceber a ciência sobre paradigmas deterministas ou sobre subjetivações fantásticas não seriam eficazes na produção de uma concepção de sexualidade humanizada, histórica, emancipatória.

Da possibilidade de uma concepção dialética nasce nossa proposta de Educação Sexual. Uma determinação histórica de produzir condições de humanização objetiva da natureza humana, em seus processos sociais, com formas de elevação do homem e de sua identidade histórica única.

2.2 SIGMUND FREUD: contexto histórico, significado de sua obra, ação, personalidade e inserção social e política para a época

A teoria de S. FREUD (1856-1939) desempenhou e ainda desempenha um papel chave para a compreensão do ser humano no mundo contemporâneo. Hoje é comum encontrarmos teóricos que apresentem um ceticismo arrogante em relação à teoria freudiana compreendendo-a como teoria científica já supostamente superada.

Este sentimento de suposta superação da teoria de FREUD é difundido especialmente por quem não teve um contato mais detido e criterioso com a produção científica de FREUD ou não pode alcançar a profundidade e a novidade revolucionária de sua teoria. É inegável que outros estudiosos desta área, partindo dos estudos de FREUD, conseguiram reinterpretá-lo ou efetivaram um trabalho de aprofundamento e ampliação de conceitos trabalhados por ele. Porém, é importante considerar uma distinção básica entre originalidade teórica e re-arranjo teórico. Esses termos são por si só explicativos do ponto que estamos considerando quanto ao esforço intelectual para cada uma destas ações.

O sentido do esforço epistemológico para tal investida parece residir na compreensão da sexualidade quanto talvez a mais importante dimensão humana, que culmina nas práticas para a formulação e ordenação das teorias, do ponto donde partem as articulações teóricas em torno do tema, considerando o contexto cultural e o momento histórico e político onde transita cada autor que, sempre com grande empenho, busca superar os pensamentos e propostas metodológicas de FREUD. A diferença, a nosso ver, está na originalidade, abrangência e profundidade das teorias freudianas. O que encontramos com frequência é a subdivisão de sua teoria, tratando temas específicos separadamente de seu referencial original e de conjunto, elaborado por FREUD. É comum também a apropriação indevida de conceitos desenvolvidos por este teórico, desvirtuando os sentidos de expressões e substituindo termos por seus sinônimos, numa terrível ocultação de fontes, das quais, muitos dos trabalhos de FREUD já trataram.

Não faltam interpretações idealizadoras do indivíduo e da sociedade como compensação da complexa e difícil compreensão da relação do homem com ele próprio

e com sua história de vida. A especialização no campo da Psicanálise fez de seu subsídio teórico um mosaico mais confuso que se possa imaginar, muitas vezes desconexo e superficial. A dimensão teórica de “conjunto”, termo da Filosofia, sobre a sexualidade é encontrada mais significativamente no trabalho de FREUD. Uma das características do exercício da produção teórica moderna e contemporânea é justamente a especialização. Talvez esse seja um fator de dificuldade para o alcance da abrangência da teoria freudiana. FREUD teve uma formação diferenciada, privilegiando em medida considerável, para o seu tempo, o pensamento filosófico antigo. Sua interlocução com a Filosofia é, muitas vezes, descurada e pouco estudada.

Na tentativa de ilustrar o significado de sua obra abriremos um espaço para apresentarmos alguns dados sobre sua vida e seu contexto histórico. Com o cuidado de não tentar inutilmente *psicanalizar* o próprio FREUD, buscamos na biografia existencial alguns determinantes para a explicitação do contexto social e cultural de seu trabalho e atuação.

Nascido a 06 de maio de 1856, na Morávia, na época um distrito da Áustria, onde hoje é a cidade de Pribor na Tchecoslováquia, e falecido a 23 de setembro de 1939 em Londres, vítima de um câncer no maxilar que suportou por 16 anos e o obrigou a submeter-se a 33 cirurgias, usar prótese e ingerir quantidades enormes de analgésicos.

FREUD faleceu, portanto, na Inglaterra, onde asilou-se após a invasão nazista à Áustria e após prisões relâmpagos, perseguições e interrogações da Gestapo a seus filhos Anna e Martin FREUD, acontecimentos que o fizeram sofrer mais fortemente os conflitos políticos de seu tempo. SIGMUND FREUD era o terceiro filho do senhor Jakob FREUD, e o primeiro filho de seu segundo casamento. Jakob casou-se aos 41 anos com a jovem Amália de 21 anos, que viria a ser a mãe de Sigmund. Jakob era um bem sucedido comerciante de lã até 1860, quando da guerra austro-italiana, onde seu bem estar financeiro sofrera, em decorrência da guerra, violento declínio e a família tivera que mudar-se para Viena, onde Sigmund vive quase

toda a sua vida. Sigmund teve dois irmãos por parte do primeiro casamento de seu pai, e mais cinco irmãs e um irmão da mesma união da qual ele nasceu. FREUD conhecia bem os preceitos do Judaísmo, seguido por seu pai, embora pessoalmente não praticasse formalmente a religião de tradição judaica.

Sigmund FREUD casou-se em 1886, aos trinta anos, com Martha Bernays, cinco anos mais jovem que ele, filha de um famoso rabino da época. O namoro entre eles teve a duração de quatro anos e durante esse tempo encontraram-se cerca de seis vezes. Por causa dos estudos de FREUD moravam em cidades diferentes e namoravam quase que exclusivamente por correspondência.

Da união do casal nasceram seis filhos: em 1887 nasceu *Mathilde*, em 1888 nasceu *Jean-Martin*, que recebeu o primeiro nome de seu então amigo CHARCOT, em 1891 nasceu *Oliver* recebeu esse nome em homenagem a Cromwell, em 1892 nasceu *Ernst*, nome homenageando BRÜCKE, em 1893 nasceu *Sophie* e em 1895 nasceu *Anna*, a mais jovem e a única dos filhos que veio a interessar-se por trabalhar com os temas de pesquisa desenvolvidos pelo pai.

FREUD formou-se em Medicina, centrando mais tarde seus interesses pela clínica neurológica. Conclui sua formação acadêmica em medicina no ano de 1881. É interessante salientar que em Viena no final do séc. XIX, todo estudante de Medicina era obrigado a cursar três anos de seminários de Filosofia para leitura e debate de temas. Foi neste período que o jovem estudante tomou maior proximidade com as questões da Filosofia. Mesmo antes de ingressar na formação superior FREUD estudou e aprendeu por si só os seguintes idiomas: latim, grego, espanhol, inglês, italiano, além de ter estudado na infância com seus pais, o hebraico.

No momento em que terminou o curso de Medicina estava convencido de que não queria praticar a clínica médica, mas queria tornar-se um pesquisador, vontade que logo teve que relativizar, por dificuldades financeiras. Passou então à atuação em Medicina prática, mesmo sem se identificar com o que fazia. A vida de FREUD somou 83 anos de um perfil bastante peculiar que despertou sentimentos tão

contraditórios, entre o desprezo e admiração nas pessoas de seu convívio. Segundo seus biógrafos FREUD era uma pessoa tímida, introspectiva, porém mentalmente muitíssimo ativa.

Na biografia de FREUD por JONES, Ernest: “VIDA E OBRA DE SIGMUND FREUD” (JONES:1975) há registros de que FREUD aprendeu muito do comportamento humano observando os próprios pais. Na pág. 41 da referida obra JONES escreve: “*O pai encarnava para FREUD o princípio da realidade e a mãe o princípio do prazer.*” Então mesmo antes de formalizar a teoria que mais tarde viera a colaborar com o sentimento dialético do viver humano, este já havia se mostrado de alguma forma na vida do personagem em questão.

Segundo JONES as contribuições de FREUD para a questão da sexualidade só acontecem de fato após seus 36 anos de idade. Seus registros biográficos apontam que FREUD inicia os estudos sobre o “Complexo de Édipo” mais ou menos aos 41 anos. Portanto, seu trabalho no campo da sexualidade é fruto de uma maturidade etária e científica e de sua disciplina para a pesquisa sobre a condição psico-emocional humana, seus limites e sua evolução.

No texto de outro biógrafo seu, MANNONI, Octave. (1996) “FREUD: UMA BIOGRAFIA ILUSTRADA”, o autor considera que FREUD nunca abandonou nenhuma de suas idéias, mesmo depois de superá-las, o que na realidade era uma ação para reformulá-las ou aperfeiçoá-las. Quando estudamos a vida de FREUD percebemos que algumas de suas fontes de pesquisa acompanharam-no a vida inteira. É o caso da história de Moisés no manuscrito: “*Moisés e o Monoteísmo*”, e também da obra “*A Saga de Édipo-Rei*” e outros textos que, com o passar do tempo, ele relia e articulava novas interpretações, considerando a dinâmica do aprofundamento do aprendizado.

O contexto histórico em que viveu FREUD, ou seja, o lugar histórico de sua vida biológica, foi sempre um lugar de conflitos, mudanças e realidades difíceis. Tendo que lutar até para sobreviver às dificuldades financeiras até cerca de seus sessenta anos, quando sua obra começou a ser reconhecida. Após esse período, quando estava

bem próximo de completar setenta anos, descobriu o câncer na mandíbula e sofreu com ele até seus últimos dias. Diante de tudo o que vivia, as dificuldades econômicas, de saúde e as dificuldades decorrentes da aceitação ou não de seu trabalho, percebe-se que estas experiências deixaram marcas profundas em suas formas de ser e de relacionar-se com seus colegas de campo de trabalho. Em todas as biografias de FREUD encontramos referência à sua política de tratamento com os colegas que era de uma amistosidade delicada. Muitos foram sumariamente excluídos de seu convívio por disputas teóricas ou mesmo por discordarem de seus pontos de vista. Alguns depoimentos de colegas seus o acusam de insensibilidade.

Mas o que distingue seu modo de vida do modo de vida de outros homens do seu tempo é a intensidade de suas crises internas e sua dedicação desmedida à pesquisa a respeito do homem em sua dimensão mais expressiva: a sexualidade. Para que entendamos a sexualidade, como uma importante dimensão humana, precisamos compreender, senão a complexa abrangência e a profundidade, ao menos, as bases do pensamento de Sigmund FREUD a esse respeito. Não é nossa intenção, nem consideramos que tenhamos possibilidades de fazer tal coisa, apresentar um resumo interpretativo da obra de FREUD ou destacar aspectos relevantes de sua obra para as Ciências Modernas. Pretendemos, outrossim, apresentar tópicos de sua vasta e rica produção teórica e metodológica no campo da Sexualidade e no encaminhamento da proeminência da Sexualidade na organização e entendimento do comportamento humano.

Em meio a toda dinâmica moderna da vida política, econômica e cultural do fim do século XIX e início do século XX, no sentimento social decorrente de suposta e propalada superioridade absoluta do homem ocidental, os estudos deste pesquisador, que ao contrário da esmagadora maioria dos estudiosos da época, não pesquisara o mundo exterior, mas o mundo interior humano, descortinara-se uma realidade que viria a contribuir para relativizar, de uma forma bem específica, esta superioridade humana.

A característica principal das teorias freudianas, seguindo esse raciocínio, era que o *Inconsciente*, interior desconhecido de cada homem, poderia fazer brotar a qualquer momento, reações, sentimentos ou atitudes inesperadas pelos indivíduos. Com

essas e muitas outras teorias como: a própria formulação da Psicanálise compreendida como a psicologia profunda para a elucidação de distúrbios neuróticos, também definida como a Ciência do Inconsciente, FREUD marcou, inovou e fez avançar as questões sobre a condição humana, a sociedade, a cultura e a educação sexual, afetiva e produtiva do sujeito humano.

As formulações da teoria psicanalítica de FREUD definem estruturas da vida mental que abrangem as categorias: *Econômica*, a *Topográfica* e a *Dinâmica*; o reconhecimento da *Repressão* e da *Transferência* que gravitam em torno do que ele chamou de *Instinto Sexual*, ponto de partida para toda sua proposição teórico-científica. É inegável que FREUD contribuiu crucialmente para o desencadeamento da luta pelo conhecimento psicológico do homem.

Dentro do universo da psicanálise organizada por FREUD há a integração ordenada de toda uma teoria sobre a psique do ser humano. A partir do desenvolvimento individual de cada um de nós é possível, depois de FREUD, caracterizar nosso perfil psicológico a partir de características de nosso comportamento, seja ele consciente ou inconsciente.

Para a compreensão do indivíduo é necessário não apenas compreender sua história de vida do contexto exterior, mas compreender a relação entre as influências do meio em que vive, a história de vida que produziu e produz, a partir dessas influências e, sobretudo, a relação entre ele, o sujeito-desejante e os que partilham da sua convivência. Este conjunto de relações forma seu mundo interior que a psicanálise chama de *psiquê*.

Para a compreensão desta integração complexa e dispositiva da realidade humana FREUD estudou os processos da vida mental. Passaremos a apresentar uma espécie de introdução conceitual dos aspectos gerais de seu trabalho, recorrendo aos recursos da análise informativa, buscando fazer compreender as categorias da vida mental formuladas por ele depois de muito estudar e pesquisar seus pacientes.

Segundo a teoria psicanalítica existem princípios fundamentais que organizam todo o desenvolvimento humano. Esses princípios fundamentais estão dispostos na vida mental sob a organização da categoria *Econômica*. Essa categoria, a econômica, faz-se representativa da idéia de que os instintos, para a psicanálise, têm uma quantidade de energia definida, cabendo por tanto ao chamado aparelho mental, enfocando o rigor deste aspecto administrativo da mente, impedir o represamento desta energia buscando manter baixo o volume de excitação da mesma. Esses processos mentais, originais ou internos, de controle de energia contam com um regulador que é o *princípio de prazer-desprazer*, representado assim: o *prazer* - que relaciona-se com a redução da excitação, e o *desprazer* que, ao contrário do primeiro, relaciona-se com o aumento da excitação. Portanto, a econômica marca a dialética do aumento e diminuição da excitação da energia.

Com referência ao mundo externo, na ação de desenvolvimento do indivíduo, o *princípio do prazer* original dá lugar ao *princípio da realidade*. Assim os princípios fundamentais que organizam todo o desenvolvimento humano, como anunciamos acima, são conhecidos, a partir de FREUD, como: o *Princípio da Realidade* e o *Princípio do Prazer*. São princípios contrários entre si que resultam na dinâmica da ação humana para o seu desenvolvimento em estruturas comportamentais. O *Princípio da Realidade* caracteriza-se pelo *adiamento* do prazer e pela *tolerância* temporária de sentimentos de *desprazer*. Já o *Princípio do Prazer* caracteriza-se pelo *adiamento* da realidade e pela *tolerância do prazer*.

Passaremos a considerar o ponto de vista *Topográfico* que é a descrição da composição do aparelho mental humano. O aparelho mental é composto basicamente de *Consciência e a Inconsciência* que, quanto às suas especificidades e inter-relações de atribuições temos: o *Id*, que é, a grosso modo, um repositório de impulsos instintivos em processos inconscientes, o *Ego*, que representa a parte superficial do *Id* modificada pelo mundo externo e pelo *Superego*, portanto mediador e “funcionário” do consciente, e o *Superego* que se desenvolve originalmente do *Id* e o domina representando as inibições do instinto que são característicos do homem.

A categoria da vida mental *Dinâmica*, representada pelos processos mentais de instintos orgânicos que possuem uma reserva de energia somática intensa. Essa energia somática é articuladora da compulsão e da repetição representadas mentalmente, para o próprio indivíduo, como imagens e ou idéias com carga afetiva. Esses instintos ditos orgânicos subdividem-se em dois instintos básicos: *o instinto do Ego*: aqueles de autopreservação, e *o instinto do Objeto* aqueles para a relação com os objetos ou mundo externo. Teoricamente é possível admitir que haja dois outros instintos que fundamentam a existência, interação e expressão do Ego como mundo e do Objeto como mundo exterior, assim colocados. Essa sustentação seria a dinâmica entre: *Eros* - para a construção de tudo o que representa a *Vida* e *Tanatos* - para a destruição do que está vivo representando a *Morte*.

É importante registrar que, na teoria psicanalítica, à força de Eros dá-se o nome de *Libido*, que é a própria energia sexual do ser humano. É de fundamental importância salientar que as categorias mentais expostas aqui, não são de maneira alguma o ponto de partida da psicanálise e sim suas conclusões mais gerais após intensas pesquisas e estudos rigorosos, através do trabalho de FREUD, em seus primeiros ciclos teóricos.

A preocupação primeira da Psicanálise foi a elucidação dos impulsos neuróticos do ser humano. Para tal empenho na investigação da vida mental, foram decisivas o *Reconhecimento da Repressão* na inibição da energia e impulso sexual - a libido, a *Importância do Instinto Sexual*, que é o instinto de mais ampla manifestação contraditoriamente à repressão que sofre pela cultura. Além do reconhecimento da importância do que ele chamou de instinto sexual e o reconhecimento da repressão sócio-cultural a esse instinto, a ocorrência do que FREUD chamou de *Transferência* foi o que permitiu primariamente, a detecção de algum tipo de neurose no indivíduo. Esta última é a expressão de que o indivíduo não venceu as relações edipianas da infância familiar. Com a articulação dessas importantes teses preliminares: *importância do instinto sexual, reconhecimento da repressão e transferência de sentimentos*, foi possível que a cultura humana ficasse ciente de que os sintomas neuróticos nada mais

são do que a manifestação de que o indivíduo sofreu repressão de sua sexualidade e que, o que foi reprimido manifesta-se por vias indiretas como que uma substituição dos instintos reprimidos.

Até aqui acreditamos ter deixado claro que pensamento formalizado por FREUD a respeito da sexualidade da criança é, na realidade, o ponto de chegada da Psicanálise. E é este precisamente o ponto que nos permitirá fundamentalmente produzir o itinerário para um trabalho desafiador, e ainda, podemos dizer, exaustivo e inovador no campo teórico-acadêmico, buscando suscitar o interesse e a atenção criteriosa daqueles que trabalham pedagogicamente o tema em escolas e organizações educacionais.

A exposição de diretrizes conceituais concernentes à tipologia do pensamento freudiano revela a originalidade de seu esforço e produção teórica e a distância, nos círculos de formação de educadores e agentes educacionais, motivados para um trabalho prático e institucional de educação sexual, deste referencial teórico e suas bases epistemológicas, éticas e político-sociais.

2.3 Contextualização epistemológica da Psicanálise e a produção da Identidade psicanalítica dos estudos sobre Sexualidade

Os trabalhos de FREUD que versam sobre o conhecimento da mente humana fundamentam-se em grande parte na Filosofia. Os estudos iniciais de FREUD para a formalização da teoria psicanalítica, como podemos notar em diversos trabalhos de importantes biógrafos freudianos, tiveram uma significativa influência da Filosofia, não

no tocante à questão metodológica, mas sim porquanto buscava FREUD a análise filosófica dos temas ligados à condição humana e desenvolvida por filósofos, sobretudo na Antigüidade Clássica, notadamente da Grécia.

Podemos destacar, por exemplo, a consideração que FREUD registrou no início da obra que para muitos representa a mais importante deste pensador: “*A Interpretação dos Sonhos*”, onde ele considera que ARISTÓTELES foi o primeiro a organizar uma teoria a respeito dos sonhos.

FREUD inicia o livro I da *Interpretação dos Sonhos* resgatando a tradição da Antigüidade, onde se aceitava os sonhos como algo relacionado a seres sobre-humanos e como revelações de deuses ou demônios que previam do futuro. Em seguida FREUD faz o seguinte destaque sobre a obra de ARISTÓTELES:

“Nas duas obras de ARISTÓTELES que versam sobre os sonhos, eles já se tornaram objeto de estudo psicológico. Informam-nos as referidas obras que os sonhos não são enviados pelos deuses e não são de natureza divina, mas que são ‘demoníacos’, visto que a natureza é ‘demoníaca’, e não divina. Os sonhos, em outras palavras, não decorrem de manifestações sobrenaturais, mas seguem as leis do espírito humano, embora este, é verdade, seja a fim do divino.” (1996, p. 40)

FREUD cita, em nota de rodapé, as obras de ARISTÓTELES que tratam dos sonhos. Esta nota número dois da página 40, registra o seguinte:

“De divinatione per somnum, II (Trad.,1935, 377), e De somniis, III Trad., o primeiro trabalho em que os sonhos foram tratados como tema de estudo psicológico parece ter sido o de ARISTÓTELES (Sobre os Sonhos e Sua Interpretação). Declara ARISTÓTELES que os sonhos são de natureza ‘demoníaca’, e não ‘divina’ indubitavelmente, essa distinção teria grande significado, se soubéssemos traduzi-la corretamente”. (1996, p. 40)

Como vemos pela interpretação de FREUD quando ele destaca a conotação psicológica da afirmação de ARISTÓTELES, ele está apoiando sua análise interpretativa no fato de que segundo seus levantamentos históricos sobre o tema, ARISTÓTELES se caracteriza como o primeiro a considerar que os sonhos tinham ligação com a natureza humana, refutando a possibilidade sobre-humana, preferindo considerar que era algo do ‘espírito’ humano ou da natureza humana “demoníaca” por tanto da vida humana e não sobre-humana.

Em uma breve conclusão quanto ao alcance da identidade dos sonhos em ARISTÓTELES, FREUD destaca o seguinte tema para fechar esta idéia neste momento da obra:

“ARISTÓTELES estava ciente de algumas características da vida onírica. Sabia, por exemplo, que os sonhos dão uma construção ampliada aos pequenos estímulos que surgem durante o sono. ‘Os homens pensam estar caminhando no meio do fogo e sentem um calor enorme, quando há apenas um pequeno aquecimento em certas partes.’ E dessa circunstância infere ele a conclusão de que os sonhos podem muito bem revelar a um médico os primeiros sinais de alguma alteração corporal que não tenha sido observada na vigília.” (1996 p.40-41)

Sobre a ligação dos sonhos com a questão da saúde encontramos também uma nota de rodapé acrescentada pelo próprio FREUD em 1914, portanto quatorze anos após a publicação original da obra de nossa referência aqui, onde ele faz menção aos trabalhos de Hipócrates considerado o pai da medicina: “(...) *O médico grego Hipócrates aborda a relação entre os sonhos e as doenças num dos capítulos de sua famosa obra [Medicina Antiga, X (Trad.,1923:31). Ver também Regimem, IV, 88, passim. (Trad.,1931:425, etc.)].*

Em um ponto mais adiante, na mesma obra, “*A Interpretação dos Sonhos*”, no texto: *As Relações Entre os Sonhos e as Doenças mentais*, FREUD considera que a questão dos sonhos historicamente tem despertado a atenção dos homens desde os mais

místicos aos grandes filósofos e cientistas, daquele com o conhecimento mais elaborado até o de conhecimento mais simplista. Dentro desta consideração ele cita dois importantes filósofos ocidentais: “ *Kant escreveu em algum ponto de sua obra [1764]: “O louco é um sonhador acordado.” ... “ Schopenhauer [1862:1, 246] chama os sonhos de loucura breve e a loucura de sonho longo.*” (1996, p.125)

Ainda quanto à investigação dos sonhos, os estudiosos da vida de FREUD comentam que um dos textos que mais vezes foi lido por FREUD foi o texto bíblico que fala da interpretação dos Sonhos do Faraó, desvendado por José, que fora vendido por seus irmãos. Este relato bíblico, marcante página da história dos hebreus, é freqüentemente usado por FREUD como base de sua argumentação sobre a capacidade reveladora dos sonhos na dinâmica da identidade social do homem. Não foi de maneira diferente que FREUD apropriou-se da famosa peça “*A Saga de Édipo Rei*”, referência a partir da qual FREUD fundamentou sua teoria do “Complexo de Édipo”.

Estes produtos da cultura humana foram amplamente relidos e re-interpretados por FREUD, à medida de sua motivação, para desvendar e auscultar as contradições entre a dimensão consciente e as vivências e representações afetivas e emocionais que marcam a realidade humana.

A estruturação progressiva da psicanálise, que consideramos ter início nos trabalhos de FREUD, prova que mais do que criar um método para interpretar a mente humana, este estudioso influenciou mudanças significativas nas formas de compreender as relações familiares e humanas em geral, colaborou para a construção do sentimento social a respeito da criança enquanto ser humano em formação. FREUD foi o primeiro teórico a considerar a criança dentro do ambiente familiar e como fruto deste, enfim, transformou o entendimento ocidental do que seja sexualidade humana hoje.

Este processo de formação e estruturação progressiva da teoria psicanalítica diz com clareza da sua característica epistemológica por quanto toma um objeto à responsabilidade de investigação da natureza filosófica das questões que se apresentam

como partes deste objeto para a construção de seu sentido seja ele *estrito*, ou ainda, *lato*.

O rigor epistemológico da Psicanálise está estreitamente ligado à razão que ela investiga a condição humana a partir do homem, o que colabora, a seu modo, para que seja possível estabelecer um sistema relacional entre o indivíduo e a sociedade porquanto se possa partir de outros campos teóricos, da sociedade para o indivíduo, com igual determinação. Porém a atuação da teoria psicanalítica para a compreensão do indivíduo é marcadamente uma propriedade desta ciência psicológica. Assim, a colaboração da psicanálise para a sociedade é que o indivíduo perceba-se a si, para poder perceber seu contexto social.

O suporte teórico que sustenta a proposta da Psicanálise é muito bem identificado e exclusivo deste campo do conhecimento, embora considere as contribuições da Filosofia para o entendimento do homem, não há como confundi-lo com outros referenciais pela natureza da investigação, através do método que lhe é próprio. Quanto às características da teoria, a Psicanálise conta com um peculiar vigor do que identificamos como renovação teórica quanto às suas questões fundamentais. Para este trabalho buscamos reposicionar a importância de FREUD como interlocutor da Filosofia e da Educação, uma vez que suas contribuições são a base para a aproximação de uma teoria sobre o Homem, centrado da questão do Desejo e da Sexualidade. Mas, não ignoramos de forma alguma outros teóricos que, a partir de teoria freudiana, desenvolveram outras contribuições para a Psicanálise que, mesmo na sua diversidade e até em sua possível oposição, procuram responder a questões comuns.

Quanto ao método psicanalítico, consideramos que este implica logicamente na adoção e esclarecimento de toda uma teoria para a prática da cura ou superação de neuroses, sua proposta original. Embora formulado para uma problemática que se viu moderna, o método tanto quanto a teoria psicanalítica reúne uma variedade de concepções e termos científicos quanto à preocupação filosófica do homem no mundo e do homem nele mesmo. O método psicanalítico se afirma como uma lógica para a superação dos problemas psicológicos.

Na aplicação do método da Psicanálise no exercício dinâmico do dia-a-dia observa-se, *grosso modo*, a exposição por parte do paciente e a reflexão e problematização investigativa e conjunta com o psicanalista dos problemas para o tratamento das neuroses. A fala do paciente, a memória para o confronto das fases primárias da sua vida com a fase de vivência atual, a correlação dos elementos culturais civilizatórios, a consciência e a busca do inconsciente, entre outras características, criam a exclusividade do método em questão.

Por todas essas considerações buscamos explicitar a identidade epistemológica da Psicanálise, considerando dentro dos liames aos quais ela se assenta, a profundidade que este campo de saber conquistou no alcance dos problemas da sexualidade, como base de todas as neuroses que possamos desenvolver. Pela seriedade e eficiência de seu método, pela exclusividade de seu campo de ação e pela profundidade de sua teoria é que vemos a teoria psicanalítica como perspectiva viável e aporte legítimo para a ação da Pedagogia como mediação para a Educação Sexual.

2.4 FREUD e a Educação Sexual da Criança: elementos para uma interpretação institucional e pedagógica desta articulação

As contribuições de FREUD para a superação do entendimento da criança como ser humano assexuado foram realmente algo inovador para o começo deste século. Sua obra publicada em 1905 sob o título: “*Três Ensaio Sobre a Teoria da Sexualidade*”, inicia com uma afirmação que segundo o próprio autor corrigiria uma falha de interpretação dos estudiosos de sua época que influenciaram a sociedade a pensar que o instinto sexual ou sua pulsão não está presente na criança. Na época acreditava-se que esse só se fazia presente por volta da puberdade.

Em seus estudos FREUD conseguiu relativizar a supervalorização da hereditariedade como explicação para as reações e comportamentos da criança. As

teorias sobre a hereditariedade naquela época eram as justificativas com relação também ao comportamento sexual da criança. As famílias que tinham tios, pais ou algum parente próximo ou distante com algum problema físico ou psicológico tratavam de escondê-lo como se sentissem vergonha e ou medo de pertencerem à mesma família.

FREUD considerava que os estudiosos, seus contemporâneos, ao investigarem as reações do indivíduo adulto, preocupavam-se mais com as gerações antigas, antecessoras e ancestrais, do que com a *infância* do próprio indivíduo. Esse modo de investigação abordava somente a hereditariedade.

Segundo FREUD, há registros de autores sobre uma atividade sexual “precoce” da criança, como a masturbação, ereção e até imitação de coito, registrados como depravação e aberração do sexo na criança. FREUD denuncia que na literatura especializada em investigar o desenvolvimento da criança daquele tempo, não haviam considerações analíticas sobre a sexualidade. Talvez isso tenha colaborado para que ele se sentisse ainda mais interessado em estudá-la.

FREUD observa enfim, na obra sobre a Teoria da Sexualidade, onde trata das aberrações sexuais, da sexualidade infantil e das transformações da puberdade, a superação da tese de que a vida infantil não era considerada importante para a vida adulta. Assim, a sexualidade da criança não era considerada como algo existente, trazendo sérias conseqüências para a vida adulta. Foi a partir de seu trabalho que se pode fazer esta ligação entre a sexualidade da infância e o comportamento sexual do adulto. Foi investigando esta fase primária da vida que ele descobriu a origem das neuroses do adulto. Já dissemos antes que em seu trabalho FREUD partiu dos problemas apresentados por seus clientes, adultos, para então, buscando a causa destes, chegar à infância. Este caminho percorrido por FREUD em seus estudos foi inovador e, portanto, causou estranheza à sociedade da época, que o rotulou de louco, maníaco sexual entre outros adjetivos desprezíveis e nada cortes.

É digno de nota esta expressão do autor quanto à importância da sexualidade da criança:

“Faz parte da opinião popular sobre a pulsão sexual que ela está ausente na infância e só desperta no período da vida designado de puberdade. Mas esse não é apenas um erro qualquer, e sim um equívoco de graves conseqüências, pois é o principal culpado de nossa ignorância de hoje sobre as condições básicas da vida sexual. Um estudo aprofundado das manifestações sexuais da infância provavelmente nos revelaria os traços essenciais da pulsão sexual, desvendaria sua evolução e nos permitiria ver como se compõe a partir de diversas fontes.” (1997, p.51)

Foi exatamente este estudo profundo que FREUD desenvolveu e que até hoje, quase cem anos após a publicação desta obra, ainda se mantém vivo nos referenciais científicos, tanto que suscita acalorados debates, análises e pesquisas, despertando contrariedade, espanto, simpatia e antipatia.

Podemos afirmar com determinação que, depois de Jean Jacques ROUSSEAU (1712-1778), no século XVIII, Sigmund FREUD redescobre, no século XX a criança como ser sexuado.

O trabalho teórico-prático de FREUD firma as razões científicas para que os pais, os educadores e toda a sociedade em geral, dê atenção para a questão da Educação Sexual da Criança. Objetivando uma maior compreensão didática das razões científicas que identificamos através de nossa pesquisa nos trabalho de FREUD e vemos como fundamentais para a interpretação da legitimidade da abordagem institucional da sexualidade humana, criamos três códigos identificadores destas razões que são seqüentemente: *Pertença, Princípio e Continuidade*.

As razões científicas para uma interpretação institucional e pedagógica desta Educação apóiam-se primordialmente na *Pertença* que é o fato de que a sexualidade é uma dimensão comum a todos os seres humanos e que, todos, sem exceção, experimentam e vivem singularmente esta dimensão, no campo pessoal e, certamente, no campo social, mesmo que, como se sabe, cada qual a expresse de maneira diferente.

Esta condição de que todos os homens e mulheres são sexuados, a *Pertença*, veiculada ao fato de que somos seres dinâmicos em evolução, sugere duas perspectivas indissociáveis para o desenvolvimento da sexualidade: uma aponta para a potencialidade do tratamento pedagógico do tema e a outra para a sua necessidade uma vez que entenda-se o processo educacional como integralizador de todas as dimensões humanas, portanto, potencialidade e necessidade para esta esfera do processo institucional de Educação Sexual.

A razão que codificamos como *Princípio* diz da mais significativa descoberta de FREUD, a de que a sexualidade já está presente, e principia com a vida mais primária da criança. A razão científica do *Princípio* é justificada pela comprovação teórica freudiana de que os problemas que eventualmente ocorrem com o desenvolvimento, dito por ele normal, da sexualidade na criança são a origem de todas as neuroses que o adulto possa apresentar. Da mesma forma a plenitude sexual do indivíduo tem suas bases construídas na infância.

No trabalho de FREUD sobre a busca de uma *teoria da sexualidade* percebe-se a força da razão do *Princípio*, logo no início da vida da criança, sobretudo quando ele compara analogicamente à *Pulsão Sexual* que é a *Libido* a *Pulsão de Nutrição* que é a *Fome*. Essas pulsões, segundo ele, conformam-se como necessidades primordiais do homem.

FREUD avança nesta convicção quando explicita as características da amamentação - o *chuchar*. Ele trata da questão do sugar, como ação motora reflexa das crianças e compara esta ação com o ato sexual, pelo ritmo e pela necessidade de nutrição que está muito próxima, ou possui a mesma força da necessidade de prazer: a libido e a fome para ele são reações da mesma raiz que é a necessidade de sobrevivência, tornando-se grandezas comparáveis. Vale ressaltar tal comparação nas palavras do próprio FREUD: “*O sugar com leite alia-se a uma absorção completa da atenção e leva ao adormecimento, ou mesmo a uma reação motora numa espécie de orgasmo*” (1997, p.58)

Como vemos, a primeira experiência da libido, a amamentação, associa-se à satisfação da fome. Assim a sexualidade estará também na dinâmica do desenvolvimento da criança, estabelecendo uma progressividade que pode variar conforme as experiências pessoais com a vivência desta sexualidade. Percebemos que a educação sexual da criança para uma ética de emancipação humana faz parte de sua organização global enquanto ser humano em desenvolvimento.

Quando consideramos a dinâmica do desenvolvimento humano e de sua sexualidade estamos traduzindo e reafirmando a razão científica que chamamos de *Continuidade* entendida aqui como a especificidade ou característica de que as fases seguintes da vida do indivíduo, quais sejam, adolescência, maturidade e senilidade, são conseqüência da sexualidade da infância. Não há, portanto, rupturas entre elas e sim *Continuidade*. É o que entende-se conceitualmente por desenvolvimento contínuo de algo que precisa ser amadurecido, aprimorado e vivenciado com vistas à plenitude que, no caso da sexualidade, seria o máximo de compreensão, aceitação e segurança que cada indivíduo consegue ter sobre a sua sexualidade para então poder compreender a sexualidade do outro.

Para uma consideração preliminar quanto ao desenvolvimento da sexualidade, no tocante a evolução da escolha do objeto sexual, consideraremos a interpretação que FREUD fez a respeito do que ele chamou de “*O Encontro do Objeto*”. Para FREUD são vários os objetos escolhidos durante a vida. Abordaremos aqui os três principais conforme a classificação presente na teoria freudiana.

O primeiro objeto não é exatamente produto de uma opção que a criança tenha feito, uma vez que o seio da mãe é naturalmente o primeiro objeto sexual da criança e também o primeiro contato significativo que se estabelece com o mundo. Todavia o seio materno é um objeto de natureza externa, primária, porém de máxima importância para a escolha dos outros objetos que se seguirão na vida sexual de cada indivíduo.

O segundo objeto é uma outra espécie de objeto que só é possível escolher quando a criança já for capaz de formar para si uma identidade ou representação da pessoa à qual pertence o então, primeiro objeto, o seio materno. O segundo objeto FREUD classificou como interno por tratar-se do próprio corpo do indivíduo. Esta escolha se estabelece por estímulos que as pessoas que cuidam desta criança oferecem para o auto-conhecimento. Assim, acontece um auto-erotismo onde a criança valoriza e se delicia com tocar o próprio corpo e descobrir-se satisfazendo sua libido sem depender do mundo exterior.

O terceiro objeto é a escolha de um outro indivíduo para que possa atribuir sua afetividade e sua sensualidade buscando prazer neste idílio de dar e receber na relação com o novo objeto sexual para qual esteve preparando-se até então.

A escolha do outro indivíduo como objeto sexual começa a ser preparada logo na mais tenra infância e como vimos, vem evoluindo até alcançar as condições suficientes para a escolha de um terceiro que não é mais representado pelo seio materno nem pelo universo corporal do indivíduo mas que depende destes.

Quanto a isso vejamos FREUD: *“Não é sem boas razões que, para a criança, a amamentação no seio materno torna-se modelar para todos os relacionamentos amorosos. O encontro do objeto, é na verdade, um reencontro.”*(1997, p. 99)

Esta *Continuidade* é necessária e não é bom que seja relativizada para que não prejudiquemos esta importante construção da possibilidade do amor e do desejo no ser humano.

A Educação Sexual que parte do aporte científico para a compreensão do desenvolvimento psicosssexual da criança pode colaborar substancialmente para garantir a articulação pedagógica para este desenvolvimento, buscando evitar traumas e interrupções nesta importante trajetória. A riqueza de capacidades interpretativas diversas incidiram na renovação e ampliação do entendimento possível sobre

sexualidade no tempo e no espaço histórico deste século que recém finda. A superposição de idéias, o debate sobre o sentido do sexo para o desenvolvimento humano, a integração e desintegração de certas concepções podem ser interpretadas como uma *nova era* para a construção de uma renovadora e revolucionária ética sexual.

Nesta dinâmica evolutiva, própria de uma sociedade ávida de soluções para tantos problemas que ela mesmo apresenta, e desafiada para transpor seus limites de conhecimentos sobre o homem e sobre o mundo, destacaram-se grandes pensadores, debatedores de diversas áreas do saber e da cultura, médicos de várias especialidades, educadores, psicanalistas, antropólogos, biólogos, historiadores e também tantos outros anônimos que por forças históricas arbitrárias não tiveram seus trabalhos e seus nomes registrados como colaboradores da construção deste novo saber que quase sempre à duras penas temos construído.

A positiva multiplicidade de conceitos e teorias, não raro opostas e irreconciliáveis, fertilizou um campo para o debate entre idéias e até rivalidades inconciliáveis tiveram nada menos que o papel de incentivadora da curiosidade e da criatividade e disposição de estudiosos deste temas.

O termo *Sexologia* pode ser entendido como o estudo do sexo e das questões concernentes à sexualidade. O termo apresenta do ponto de vista epistemológico, para uma compreensão mais próxima da compreensão científica, referência à Biologia, à Psicologia, à Sociologia, à Filosofia, à Economia, à História e á todas as áreas do conhecimento sobre o ser humano. A definição que agora se considera, foi possível, como já dissemos, pelo esforço dos que se puseram a colaborar com a construção do conhecimento sobre a sexualidade, numa análise constitutiva do seu sentido humano.

Dentre os estudiosos de destaque consideramos a importância da contribuição de *Richard Von KRAFFT-EBING* (1840-1902) médico alemão com formação na área da neurologia e psiquiatria, que com a convivência com seu avô, advogado que defendia causas sobre crimes sexuais, passou a interessar-se pela área dos estudos da

sexualidade, especializando-se em psicopatias sexuais como masoquismo, histeria entre outras. Efetuou um denso levantamento das aberrações sexuais publicadas no livro “*Psycopathia Sexualis*”, tratou com especial atenção e defesa do orgasmo clitoriano, e da homossexualidade, temas bastante controvertidos e polêmicos para seu tempo. Iwan BLOCH (1872-1922) de nacionalidade inglesa, desenvolveu pesquisas sobre a sífilis foi um dos pioneiros a fundamentar a discussão de que os problemas sexuais requerem algo além do tratamento pela medicina, teologia, direito e antropologia. Sustentou a tese de que a investigação sexual tem dois importantes e fundamentais eixos: a observação biológica e a pesquisa cultural e que a sexualidade por ser tão ampla e de tanta importância na vida do homem exigia o estudo por uma ciência rigorosa e independente que unisse vários métodos de análise num só. A contribuição deste pesquisador com certeza colaborou para a formulação de uma *sexologia* moderna.

Entre os pesquisadores que se destacaram enquanto colaboradores para a construção do conhecimento contemporâneo sobre sexualidade humana destacamos *Havelock ELLIS* (1859-1939) de nacionalidade inglesa, estudou medicina na Austrália e voltou a seu país de origem onde escreveu uma obra de sete volumes intitulada “*Studies in the Psychology of Sex*”, que na tradução para o português temos Estudos da Psicologia do Sexo. Com esta obra ganhou grande expressão mundial e influenciou conceitos e parâmetros na obra de Sigmund FREUD (1856-1939) foi um dos que mais colaborou com teorias sistematizadas para o campo da *sexologia*. *Havelock ELLIS* quando adolescente teve a oportunidade de fazer viagens com seu pai, que foi capitão do mar. Dados biográficos seus apontam duas viagens como as mais significativas para seus posteriores estudos em sexualidade: uma à Austrália e outra ao Peru onde ele observara as diferenças culturais em relação às normas e comportamentos sexuais daqueles povos. Esta vivência permitiu a ele relativizar o puritanismo europeu com relação às questões sexuais. Quando adulto *ELLIS*, a partir de seus trabalhos teóricos, propiciou uma espécie de revolução silenciosa para libertação de preconceitos quanto àquelas pessoas que fazem opções sexuais diferentes do que é colocado como padrão pela sociedade. Como tantos outros pesquisadores de sua época, *ELLIS* pesquisou

outros temas como Política e Ciência Médica, garantindo uma produção de 17 livros sobre estes temas.

2.5 A Teoria da Sexualidade na obra e vida de REICH

Wilhelm REICH (1897-1957) apresenta-se na literatura psicanalítica e no rol dos teóricos da Sexologia como uma das figuras mais polêmicas do século XX. Considerado pela crítica teórica de sua época, e por ele mesmo, um autor e profissional dissidente de FREUD (1856-1939), foi um político militante e radical, atitude que marcou seus estudos, pesquisas e sua produção teórica e crítica.

A sociedade moderna para REICH, funda-se na repressão sexual, sobretudo dos jovens, criando uma espécie de *armadura social e individual*, expressões do próprio autor, contra o amor, a felicidade e a paz, preparando as novas gerações para serem submissos ao poder do Estado e tributários de uma ideologia de manutenção ou permanência do “*status quo*” social.

REICH apoiou sua teoria sobre as bases temáticas da Psicanálise, todavia destacou como suporte original para a investigação da condição do homem em sociedade a questão fisio-neurológica e psicossocial do *orgasmo*, sua função, sua energia, enfim, sua força indicativa da vitalidade humana. Foi a partir deste ponto que REICH orientou seu trabalho e propôs a terapia que veio a ser chamada, por ele próprio, primeiramente de “vegetoterapia” e depois de “orgonoterapia”.

Em diversos momentos de sua obra podemos perceber explicitamente sua preocupação com a questão política da sexualidade e do poder da repressão social e cultural à realidade e dinâmica da sexualidade humana. Para ele a repressão sexual é um importante veículo de multiplicação do poder do Estado, que tem como seu mais

forte colaborador a família patriarcal conservadora, em suas matrizes burguesa e pequeno-burguesa.

Antes de passarmos aos aspectos mais circunscritos de sua produção teórica, utilizaremos um referencial biográfico que estará aqui registrado com o objetivo de colaborar para uma articulação mais coesa entre a vida e obra deste autor, que destacamos como um dos nossos principais interlocutores.

Os dados biográficos apresentados aqui foram considerados a partir de relatos biográficos que Ilse Ollendorf REICH registra de seu próprio esposo, no caso Wilhelm REICH. Estes registros fazem parte da obra de Charles RYCROFT, de título: “*As Idéias de REICH*” (RYCROFT:1971). Segundo críticos da produção biográfica e teórica dos nomes ligados à psicanálise, RYCROFT faz neste texto uma contundente crítica às concepções teóricas de REICH, num nível de neutralidade pouco comum para tal trabalho, principalmente em se tratando de REICH.

REICH nasceu a 24 de março de 1897, em Dobrynica, na Galícia, mas passou a maior parte de sua infância numa fazenda na província de Bukowina. Tanto Galícia quanto Bukowina eram províncias do Império Austro-húngaro até o final da I Guerra Mundial. Assim, REICH foi primeiramente um cidadão austríaco, apesar de que, em 1938, naturalizou-se americano. É interessante ressaltar que, após 1919, REICH não vivera mais em seu país de origem. Torna-se relevante com isso o registro de que foi nos Estados Unidos que REICH teve maior sucesso em sua prática de autor teórico e psicanalista.

De família judaica, mas, segundo seus biógrafos, o judaísmo mais tradicional não influenciara destacadamente sua educação. A família cultivava a cultura alemã. Seus pais eram fazendeiros e bem abastados. Segundo o que consta de sua biografia, seus pais eram remanescentes do Império Austro-Húngaro, como uma espécie de elite cultural da época. Eles tiveram dois filhos homens. Porém REICH nunca aceitou seu irmão mais novo e nunca estabeleceu nenhum relacionamento com ele. Na fazenda de seus pais REICH aprendeu a montar, caçar e a cuidar das terras, principalmente

dedicando-se à criação de gado. Há registros daqueles com quem conviveu que ele mencionava com carinho e saudades o ambiente de sua infância, principalmente aquele tempo vivido no campo, muito mais do que falava de sua família.

Talvez o fato mais marcante de sua história tenha sido o fato de que REICH viveu uma completa tragédia familiar. Quando tinha 14 anos, em 1911, sua mãe cometeu suicídio; fato que pareceu estar ligado à questão de que ele percebera que sua mãe estava tendo um caso amoroso com um amigo da família, que na época era tutor de REICH. Este costume de contratar tutores para cuidar da formação escolar de crianças de famílias abastadas era bastante comum à época. Sendo REICH o autor da informação dada a seu pai sobre o assunto de adultério da mãe, encontram-se registros de que o então menino tenha assumido a culpa pelo suicídio da mãe. Depois de três anos passados após este episódio, o pai de REICH morreu de tuberculose.

Depois de ter ficado órfão REICH buscou administrar a fazenda onde sua família viveu, mas, logo depois, em 1916, decidiu sair de casa e alistar-se no exército austríaco, onde transformou-se em oficial e foi combater na Itália. Quando terminou a guerra REICH foi viver em Viena como veterano de guerra, mesmo tendo apenas 21 anos. O lugar onde morou com sua família ele nunca mais voltou a visitar. Aquela região tornou-se fronteira de conflitos políticos de Versalhes. Depois de voltar da guerra REICH teve pelo menos três “casamentos”, onde viveu relativamente pouco tempo com cada esposa ou companheira.

REICH interessou-se então pelo Direito, mas acabou por formar-se em Medicina, de onde partiu para a dedicação à Psiquiatria. Rapidamente, mais ou menos um ano depois de sua chegada à Viena, ele já era membro da Sociedade Psicanalítica, já exercendo a profissão de psicanalista mesmo antes de ser psicanalisado, o que corresponderia a uma espécie de estágio probatório. Se comparado a outros membros psicanalistas desta organização, concluiremos que para REICH a oportunidade e autorização para desenvolver o trabalho colocou-se como possibilidade real de emancipação muito cedo em sua vida.

REICH na realidade, assumiu a Psicanálise como prática ou profissão mesmo antes de desenvolver algum tipo de teoria ou de possuir uma madura convicção explícita, própria, desta recente e polêmica técnica de investigação sobre o comportamento humano. Ao que tudo indica começou a clinicar a partir das técnicas freudianas. Seu exercício clínico para o combate de neuroses conta com registros de clientes que afirmam ter alcançado a cura em tempo recorde. Há também, registro por Ilse Ollendorf REICH, companheira de REICH citada por RYCROFT, de que REICH nunca aceitou membros do clero nem estudantes de teologia como seus clientes, por entender que os religiosos são neuróticos ao extremo e que não adiantaria seu esforço para curá-los.

Depois do curto período de exercício e contato com a psicanálise, isto é, três anos, REICH escreveu quatro ensaios sobre Psicanálise e Sexologia. O que pode demonstrar o quanto ele interessou-se pela Sexologia, mesmo no início de seu contato com a Psicanálise. Para RYCROFT, REICH colaborou reconhecidamente para a afirmação da Psicanálise. Vejamos esta declaração do próprio RYCROFT:

“Devemos mencionar aqui que REICH contribuiu notavelmente para o desenvolvimento da psicanálise que a transformou, daquilo que em retrospecto parece ter sido uma atividade algo amadora, numa técnica profissional que pode ser ensinada formalmente. De 1924 a 1930, REICH foi diretor do Seminário de Terapia Psicanalítica, no qual se discutiam problemas práticos de tratamento, e três dos seus ensaios sobre técnica foram incluídos num volume intitulado The Psychoanalytic Reader (ed. Robert Fliess), que ainda hoje é leitura recomendada para estudantes em institutos psicanalíticos.” (1971, p. 11)

O contexto histórico e científico da teoria psicanalítica de REICH é completamente compatível com o momento da psicanálise anos 20, quando FREUD era, se não o maior, com certeza um dos maiores e o mais respeitado teórico do assunto, com uma produção, já na época, muito vasta e densa, respeitada e refletida sob a luz da Ciência Natural. Neste momento histórico todo o esforço científico para a descoberta, descrição, invenção ou aperfeiçoamento de algo sustentava-se pela Física, Química e a

Matemática, ou seja, pela legitimação de princípios mensuráveis dos fenômenos inerentes à matéria.

No cenário onde REICH encontrava-se nos anos 20, Viena, os acontecimentos sociais e políticos eram tanto quanto os da Europa como um todo, basicamente reflexos e repercussões da crise política que ali acontecia. Viena, de grande centro cultural passara a ser uma pobre capital de uma pequena e não menos pobre república, que suportara aflições políticas e repressões das mais variadas. Portanto, era fácil e quase inevitável o envolvimento político da elite intelectual daquela Viena sofrida. Assim como REICH, muitos outros psicanalistas procuraram conciliar Psicanálise e Marxismo. Mas no caso de REICH, talvez pela forma radical com que buscou conciliar estes dois sistemas teóricos na prática, ele criara uma atmosfera de antagonismo que culminou em sua expulsão tanto da Associação Psicanalítica Internacional como do Partido Comunista. Fato este que provocou uma grande sensação de descontentamento para REICH, como se pode perceber em sua biografia.

REICH interpretou sua expulsão do partido comunista como fruto de divergências teóricas e também como reação ciumenta a seu desenvolvimento na área da psicanálise. Um outro fato marcante da vida de REICH foi seu desejo de ser psicanalisado por FREUD. Em 1927 REICH procurou-o para fazer este pedido oficialmente. Na ocasião FREUD recusou-se e, segundo consta em sua biografia, este fato trouxe grande abalo afetivo-emocional para REICH. Abalo este que Ilse Ollendorf REICH acredita que ele nunca tenha superado.

Ainda sobre os principais acontecimentos da vida de REICH destacam-se cronologicamente os seguintes, conforme indicado no texto de RYCROFT:

“1927. (...). A primeira versão do livro de REICH, A Função do Orgasmo, foi publicada pela Editora Psicanalítica Internacional. REICH passou alguns meses num sanatório suíço.

1928. REICH aderiu ao Partido Comunista austríaco. Com quatro outros analistas e três obstetras, fundou a Sociedade Socialista para Consulta sobre Sexo e a Pesquisa Sexológica.

1929. REICH visitou a Rússia. A sua obra Materialismo e Psicanálise Dialética foi publicada em Moscou.

1930. REICH mudou-se para Berlim. Fundou a Associação Alemã para a Política Sexual Proletária, cujos objetivos incluíam a abolição de leis contra o aborto, a homossexualidade e a divulgação de informações sobre o controle de natalidade.

1933. REICH publicou A Psicologia das Massas do Fascismo, na Dinamarca. Foi expulso do Partido comunista alemão. A primeira versão da obra de REICH, Análise do Caráter, foi publicada pela Editora Psicanalítica Internacional, mas sem o seu nome, como editora, na capa ou no frontispício.

1934. REICH foi expulso ou, antes ‘afastado’ ou ‘cortado’ da Associação Psicanalítica Internacional - os pormenores deste processo foram demasiado complicados e obscuros, para que valha a pena elucidá-los aqui.” (1971, p.13)

As colaborações de REICH até aquele momento das expulsões foram significativas tanto para a Psicanálise quanto para o partido. REICH tinha a originalidade de inferir questões estruturais e sua agudez crítica incomodava a todos os interlocutores. Contudo, o clima tenso daquele momento histórico, aliado à radicalidade de REICH, podem ter sido a causa destes desligamentos. Mesmo com todos esses desfechos, que parecem ter sempre surpreendido o próprio REICH, ele continuou com suas pesquisas e com sua busca por detalhes e definições da abrangência da energia do *orgasmo*, bem como da articulação entre *desejo* e *sociedade*.

Nos anos 50, REICH, já convencido de que era possível concentrar a energia da vida em ampolas (recipiente de vidro terminado em ponta, próprio para ser fechado hermeticamente), que chamou de “*bions*”, que podiam ser guardadas em uma espécie de depósito próprio para tal intento, denominou de “*caixas de orgone*”. REICH acreditou que curar-se-iam pessoas acometidas do Câncer se as pusessem dentro de tais

caixas. Considerando esta possibilidade e organizando sua teoria de forma a provar suas teses, não demorou em divulgá-las.

Porém, em 1954, a Administração de Alimentos e Drogas dos Estados Unidos (United States Food and Drug Administration), proibiu a distribuição das “*Caixas de Orgone*”, classificando-as como fraudulentas. Mesmo assim REICH continuou a divulgação e aplicação de suas idéias. Com isso foi acusado, preso e condenado a dois anos de prisão por desrespeitar o tribunal. Na penitenciária onde cumpria a pena estabelecida, foi submetido também a um tratamento psiquiátrico que o declarou diagnosticamente são e intelectualmente competente. Mas, ainda na prisão, REICH teve um ataque fulminante do coração e morreu a 03 de novembro de 1957, aos 60 anos.

A todo o momento, em sua explicitação teórica, REICH declarava acreditar que tinha descoberto a verdade sobre a natureza da energia e do amor além de afirmar que tais verdades eram comprováveis pelas técnicas das ciências naturais. Tal fato situou sua teoria como influenciada pela onda empírica positivista de seu tempo.

REICH sustentou durante toda a sua vida a convicção de que a verdade só pode ser alcançada pelo racionalismo e pelas ciências naturais. À medida que ele lançava mão deste campo para buscar confirmar suas teses, passou a ser alvo de todo o tipo de crítica, mesmo após sua morte, com questionamentos do tipo: *Recorreu de fato REICH ao rigor científico para elaborar seus trabalhos? Até onde se estendia o conhecimento de REICH no campo da Biologia e da Física para apoiar suas teorias nestes pilares? REICH compreendeu de fato, a natureza do método científico?*

Assim, não só sua obra, mas toda a sua vida, esteve sendo alvo daqueles que desconfiavam de suas afirmações. Tanto os que acreditavam que as verdades vinham das ciências naturais e por isso punham-se a zelar por esta certeza, investigando declarações como estas, a fim de impedir que esta ciência supostamente não fosse vulgarizada, quanto os que não acreditavam que as ciências naturais fossem a única fonte da verdade científica; muitos despertaram para a crítica e a investigação das declarações de REICH.

REICH e também FREUD são acusados por exagerarem quanto ao recurso às ciências naturais; estas acusações, dizendo que suas teorias tinham como objetivo maior satisfazer os critérios das ciências naturais, eram comuns e repetitivas. Porém, há maiores e mais agressivas investidas contra a teoria *reichniana*, destacando-se a de que seu trabalho quantificou a energia do amor e de certa forma almejou prescrever e também quantificar as práticas sexuais. Em todos os campos, científico, político e social a obra e ação de REICH foi notadamente original, polêmica e criadora.

Examinamos a obra de REICH para levantar seus conceitos básicos e categorias essenciais para a compreensão de suas teorias no que se refere à Psicanálise e à Política, no tocante à Sexualidade Humana, sua abrangência e complexificações. A composição dos trabalhos teóricos de REICH assegura que toda a sua obra sustenta-se em sua mais famosa produção qual seja, a *Teoria do Orgasmo*. Ainda há a questão *Política da Sexualidade*, as técnicas para a *Análise do Caráter*, a questão da *Revolução Sexual*, a teoria da *Economia Sexual*, entre outros tópicos, que representam importantes contribuições de REICH para o entendimento da sexualidade humana e apresentam-se completamente fundidas na *Teoria do Orgasmo*.

De acordo com esta constatação clássica e buscando uma organização pedagógica para viabilizar um entendimento mais preciso da produção teórica em questão, ousamos fundamentar nossas considerações quanto aos conceitos e categorias básicas da produção teórica de REICH sobre a sexualidade em três elementos fundamentais de sua obra, uma vez que toda a coesão organizacional de suas problematizações, idéias e convicções em torno da grande questão da sexualidade humana, gravitam em torno destes elementos que são: *teoria do orgasmo*, *economia sexual* e *análise do caráter*.

Desta forma, nossa organização interpretativa constitui-se como uma preocupação pedagógica para facilitar o entendimento do que REICH apresenta em sua produção teórica. Ao estabelecer contato com a teoria psicanalítica REICH manifestou uma preocupação em entender no que se constituiria a sexualidade *normal*, já que no

universo psicanalítico onde se encontrava, era bastante expressivo o conceito de *anormalidade* sexual. À medida que buscava um conceito de normalidade para a vivência da sexualidade ia REICH delineando uma teoria que explicava o orgasmo como tensão energética central da “libido”, termo que emprestou por um determinado tempo de FREUD, responsável pelo equilíbrio vital da sexualidade, tanto quanto o elemento gerador das neuroses, quando não satisfeito.

Com essa convicção teórica, REICH organizara a base de sua “Teoria do Orgasmo” que, quanto mais estudava, mais ampliava seu alcance para a questão da normalidade sexual. O orgasmo foi compreendido então como o ponto limite entre a saúde sexual e as neuroses. Mas REICH não limitou-se a afirmar a existência das neuroses. Afinal, esta constatação já fazia parte das descobertas psicanalíticas antes de sua participação como teórico da mesma.

REICH continuou suas pesquisas com a intenção de fundamentar melhor a *origem* das neuroses, que para ele não eram geradas apenas nas vivências infantis, como afirmava FREUD, mas também em fases mais adiantadas da vida, como a fase adulta. A continuidade de suas pesquisas tinha também o objetivo de investigar as manifestações das neuroses nos indivíduos. Este empenho para a pesquisa quanto às causas e manifestações das neuroses fez com que REICH formulasse e acrescentasse em sua produção sobre sexualidade uma teoria que viria a ser conhecida como “*Economia Sexual*”, na qual ele explicita as formas com as quais o indivíduo e a sociedade lidam com as questões da sexualidade. Este “lidar” é na realidade a administração “*Política*” da sexualidade, que traz importantes repercussões e implicações que iremos explicitar adiante.

Dadas as condições para interpretação da origem, desenvolvimento e explicitação das neuroses sexuais, faltava a REICH, conforme estruturação de outras teorias psicanalíticas, organizar uma forma de cura destas neuroses. Para tal intento era imprescindível continuar contando com os recursos da Ciência no sentido de justificar teoricamente a necessidade de cura, indicar as possibilidades desta cura e, estrategicamente, formular técnicas para tal interferência clínica.

Nossa intenção não é, de forma alguma, indicar de maneira estanque o começo e o fim do interesse de REICH de produzir e desenvolver estas teorias que, como acabamos de tentar demonstrar, são completamente interdependentes, constituindo a continuidade de objetivos e propostas do autor. Talvez nem ele saberia delimitar cronologicamente o tempo e o esforço para cada uma das formulações teóricas aqui apresentadas. Contudo, reiteramos nossa intenção em organizá-las de maneira mais didática ou de forma pedagógica, salientando que, para chegarmos a isso, seguimos a cronologia das publicações dos livros que compõem sua obra.

Neste contexto, passamos a considerar mais detalhadamente a natureza dos estudos de REICH, seus conceitos básicos e categorias de análise em sexualidade humana. Resgatando a idéia de que REICH preocupou-se em investigar o conceito de normalidade sexual, já que a psicanálise expunha tantas vezes o conceito de anormalidade: assim concentrou seus esforços políticos e intelectuais para pesquisar e produzir uma teoria a respeito da sexualidade humana, mas que de certa forma fosse mais popular e mais libertadora do homem do que as teorias que já haviam sido formuladas no momento histórico em que vivia. Vale registrar que quanto às práticas psicanalíticas já em execução, estas sofriam críticas de REICH por demorarem muito tempo para curar os traumas de infância e também por não haver garantia prévia por parte dos psicanalistas quanto ao êxito do tratamento clínico que desenvolviam.

Como se sabe, os estudos e observações de REICH, neste sentido, acabaram por incidir na teoria de que a sexualidade normal é aquela que conta com plena potência orgástica - que deve ser mantida não simplesmente como a capacidade de ereção, penetração e ejaculação, pois como REICH salienta: “*o que seria das mulheres neste caso*”? Essas, segundo ele, são capacidades indispensáveis, ou seja, pré-requisitos para a realização da potência orgástica. As condições orgásticas que REICH pôs em discussão são fundamentais para a compreensão do conjunto desta teoria. REICH evidenciava também o contrário da potência orgástica, a impotência, que como oposto da primeira tinha também efeito contrário no que se referia a questão da saúde dos homens e mulheres que sofriam desta incompletude. Reafirmando o que

destacamos acima e ampliando nossas considerações quanto a esta teoria registramos esta relevante oposição à saúde conforme o entendimento de REICH:

“A impotência orgástica tem estado sempre na vanguarda da pesquisa econômico-sexual, e os seus pormenores todos ainda não são conhecidos. O seu papel na economia sexual é semelhante ao papel do complexo de Édipo na psicanálise. Quem não tiver disso uma compreensão precisa não poderá ser considerado um economista sexual. Jamais perceberá realmente as suas implicações. Não entenderá a diferença entre saúde e doença, nem compreenderá a ânsia humana de prazer, ou a natureza do conflito entre pais e filhos e a miséria do casamento. É até mesmo possível que procure realizar reformas sexuais, mas não atingirá jamais o cerne da miséria sexual.” (1989, p.93)

Em seu livro *“A Função do Orgasmo”*, REICH continua a explicar a lógica interna da teoria do orgasmo, criada por ele, registrando dados de como esta se desenvolveu:

“Até 1932, ano em que nasceu a teoria do orgasmo, apenas as potências ejaculativa e eretiva eram conhecidas da sexologia e dos psicanalistas. Sem a inclusão dos componentes funcionais, econômicos e experimentais, o conceito de potência sexual não teria existido.” (1989, p.94)

Como vemos REICH considera os conceitos já existentes na teoria psicanalítica para a partir deles produzir sua *“teoria do orgasmo”*. A organização objetiva de REICH para esta teoria fez com que este considerasse primeiramente as condições prévias para a plenitude orgástica dos homens e mulheres. Assim, o autor de tal teoria reconheceu os imprescindíveis fatores da *“potência orgástica”*, que define assim:

“Potência eretiva e ejaculativa eram apenas pré-condições indispensáveis da potência orgástica. Potência orgástica é a capacidade de abandonar-se, livre de quaisquer inibições, ao fluxo

de energia biológica; a capacidade de descarregar completamente a excitação sexual reprimida, por meio de involuntárias e agradáveis convulsões do corpo.”(1989, p.94)

Para REICH a estrutura do caráter da esmagadora maioria de homens e mulheres é neurótica e por sua convicção ele afirmava que nenhum neurótico sequer é *orgasticamente* potente. A potência orgástica, segundo ele, mostrava-se numa relação sexual livre de angústias e sem fantasias. O que faz a intensidade do orgasmo, portanto é a “*quantidade de tensão sexual concentrada nos genitais*”. Como vemos, para REICH a potência orgástica possui uma identidade bastante *física* e não estruturalmente psicológica, como na teoria freudiana. REICH ainda foi mais específico sobre a questão da saúde psíquica manifestada no ato sexual, com relação à potência orgástica, como podemos conferir neste trecho do texto de “*A função do Orgasmo*”:

“Os homens e mulheres orgasticamente potentes nunca riem ou falam durante o ato sexual exceto, possivelmente, para trocar palavras de carinho. Falar e rir indicam sérias perturbações da capacidade de entregar-se; entregar-se pressupõe completa concentração na ondulante sensação de prazer. Os homens que sentem o entregar-se como ‘feminino’ são sempre orgasticamente perturbados.” (1989, p. 96-97)

Como se pode notar, REICH descreve em pormenores o comportamento orgástico do indivíduo dito sadio. Assim, não é difícil compreendê-lo quando declara que a grande maioria da população ocidental sofre de algum tipo de neurose. Wilhelm REICH refere-se de forma tranqüila à sexualidade da mulher, quebrando um tabu da comunidade de teóricos da psicanálise de sua época. Esta postura é, sem dúvida, engendradora na forma de entendimento socialista da igualdade entre os companheiros. REICH traz da política uma nova postura para considerar a sexualidade feminina. Para permitir o entendimento do teor destas considerações destacamos este exemplo de abordagem da participação ativa da mulher no *coito*, entendida por ele como sexualmente sadia,: “*Normalmente a atividade da mulher não difere de modo algum da*

do homem. A passividade da mulher, embora comum, é patológica e resulta habitualmente de fantasias masoquistas de violação.” (1989, p. 96)

Estas considerações que REICH fez do ato sexual, como ideal, e da igualdade da mulher no ato sexual, com certeza tiveram repercussões bastante significativas na época de sua publicação. Se ele já era polêmico por sua história pessoal e por sua postura profissional, depois da publicação de “*A Função do Orgasmo*” tornou-se muito mais evidente.

Há ainda um outro registro na obra “*A Função do Orgasmo*”, mais contundente e ousado. Trata-se da observação de REICH quanto à vida sexual do homem moderno, onde ele quantifica o desempenho sexual calculando numericamente a necessidade orgástica do indivíduo saudável. Neste caso ele também não exclui a mulher. Vejamos a afirmação de REICH neste sentido: “*Falando biologicamente, o organismo humano saudável requer de três a quatro mil atos sexuais no decorrer de uma vida sexual de, digamos, trinta a quarenta anos.*”.(1989, p.175).

Nesta afirmação o autor está querendo dizer que a média satisfatória, neste caso, é de 75 a 133 orgasmos por ano, uma vez que ele considera que a vida sexual ativa dura em torno de 30 a 40 anos, ou seja, ele considera que a vida sexual ativa tem duração reduzida. Ou talvez nossa observação considere a média de vida atual dos homens e mulheres que se apresenta em torno de 68 anos. Contudo, ainda nos parece pouco tempo. A preocupação da mensuração e quantificação das práticas sexuais, que para a obra de REICH tinham a intenção de demonstrar a miséria sexual vigente, ainda que em outros referenciais valorativos, seria hoje inconcebível ou insuficiente.

Considerando este cálculo de REICH, para uma vida sexual ativa com a média mais alta de duração que no caso é de 40 anos, podemos deduzir que a média anual do número de orgasmos seria de 100, a média mensal seria de 8.33, a semanal, 2,08 indicando, ao que parece, contrariamente à insistência afirmativa de sua teoria quanto a necessidade orgástica para o equilíbrio da saúde física e mental do ser humano. De

qualquer forma, ele divulgou a necessidade da continuidade do relacionamento sexual para tal saúde.

A energia orgástica para REICH é a fonte da energia de vida de cada um de nós. Assim ele também preocupou-se em investigar o destino desta energia quando não descarregada no orgasmo. Para ele esta energia pode ter destinos bem específicos. A primeira resposta seria que a energia não dissipada em orgasmos alimenta sintomas e comportamentos neuróticos e também mantêm vivas as fantasias sexuais infantis. Pode ainda esta energia, transformar-se em sadismo como um comportamento que busca liberar a tensão através da agressão que passa a ser uma forma de prazer.

Segundo REICH os indivíduos capazes de satisfazerem suas necessidades sexuais não apresentam comportamento sádico, ao contrário dos que não as satisfazem. Também salienta que as pessoas sexualmente satisfeitas não apresentam nenhum tipo de compulsão, seja por comida, bebida, fumo, trabalho, ócio, limpeza, beleza, doença ou quaisquer outros tipos de exacerbação de hábitos e necessidades comuns do cotidiano.

Enfim, para podermos entender a Teoria do Orgasmo, conforme as concepções de REICH precisamos ter clareza das considerações a seguir, que fazem parte da convicção de seu mentor que manifesta-as dessa forma: “ *Alargando o conceito de função genital com o conceito de potência orgástica, e definindo-o em termos de energia, somei uma nova dimensão à teoria psicanalítica da sexualidade e libido, conservando o seu arcabouço original.* “ (1989, p. 102)

Para justificar esta afirmação, REICH organiza uma argumentação que, embasada na dinâmica orgástica da sexualidade, compõe uma importante sustentação para a compreensão de suas teorias do *orgasmo* e da *economia sexual*. REICH considera que a excitação sexual tem grande força energética e é um processo somático, um acúmulo de energia que precisa ser descarregado sob pena de gerar conflitos de natureza neurótica. Portanto, considerando este pressuposto, a patologia depende do histórico de descarga da energia sexual. Assim a repressão infantil da

sexualidade não é a única geradora de neuroses, mas elas também são capazes de tomar formas em outros período da vida quando há repressão da energia sexual.

Ainda quanto à questão da enfermidade psíquica, REICH também reconhece, como outros teóricos seus contemporâneos, que toda a neurose tem uma causa e esta causa para estes é sempre, também na concepção de REICH, de ordem da repressão da excitação sexual que tem como principal conseqüência a perturbação da satisfação orgástica. Diante deste quadro fica mais fácil o entendimento da “*economia das neuroses*” que, em termos *reichnianos*, diz da forma de expressão e controle das neuroses. Assim, a fonte das neuroses é relativa ao acúmulo e à descarga da energia sexual, aliás, este é o ponto diferencial, segundo a teoria de REICH, entre o saudável e o doente.

Quanto à cura destas neuroses, para REICH, só se efetivará quando estiver estabelecida ou restabelecida a capacidade orgástica do indivíduo. Para REICH a perturbação sexual é resultado da perturbação genital que se reverte em neurose à medida que estas são o resultado e também a causa da perturbação. Na justificativa de seu ponto de vista a respeito da importância da plenitude do orgasmo para o equilíbrio físico e psicológico do ser humano, REICH descreve o processo de preparação para o orgasmo recorrendo às explicações da física quando pensava ser este um processo de eletricidade, onde a fricção dos órgãos sexuais gerava uma força elétrica e produzia “*...fluidos eletrolíticos de várias densidades e composições. Segundo uma bem conhecida lei da física, a tensão elétrica desenvolve-se nos limites entre os fluidos condutores e as membranas*” (1990, p. 232). Para REICH as regiões genitais eram bem estruturadas e próprias para a produção desta eletricidade por serem muito bem irrigadas e terem a propriedade de contração muscular involuntária, como o coração e todo o abdômem, que por isso são também mais suscetíveis à tensão orgasmática, como descreve REICH neste recorte do livro “*A Função do Orgasmo*”:

“A tensão sexual é sentida por todo o corpo, mas é experimentada mais fortemente nas regiões do coração e do abdômem. A excitação se

concentra gradualmente nos órgãos sexuais. Estes se tornam congestionados com sangue, e as cargas elétricas atingem a superfície dos genitais. Sabemos que a excitação sexual de uma parte do corpo por meio de um toque delicado excitará outras partes do corpo. O processo de fricção aumenta a tensão ou a excitação até a tingir o clímax, o orgasmo, condição caracterizada por convulsões involuntárias da musculatura dos genitais e do corpo inteiro. Sabe-se que a contração muscular é acompanhada pela descarga de energia elétrica. (...) No processo de fricção sexual, a energia é primeiro armazenada nos dois corpos e depois descarregada no orgasmo. O orgasmo é apenas uma descarga elétrica.” (1989, p.233)

Foi trabalhando desta forma, investigando cada detalhe físico da tensão orgástica, através de uma sistematização de observações e pesquisas, que foi denominada pelo próprio autor dos estudos como *organomia*, que REICH chegou a sua “*fórmula do orgasmo*”, que a apresentou evidenciando nela quatro estágios, da seguinte forma:

- “ 1. Os órgãos ficam cheios de fluido: ereção com tenção mecânica.
2. Isso produz forte excitação que eu presumo seja de natureza elétrica: carga elétrica.
3. No orgasmo, a convulsão da musculatura descarrega a excitação sexual: descarga elétrica..
4. Isso se transforma em uma relaxação dos genitais por meio de um refluir dos fluidos do corpo: relaxação mecânica. Chamei a esse processo em quatro tempos fórmula do orgasmo: TENSÃO MECÂNICA-CARGA ELÉTRICA-DESCARGA ELÉTRICA-RELAXAÇÃO MECÂNICA” (1989, p.234)

Este resultado a que chegou REICH apresentou na época de sua divulgação duas novidades relacionadas importantes para a literatura psicanalítica: REICH foi o

primeiro a conceber o orgasmo como dividido em quatro fases. Até então os teóricos da sexualidade o consideravam como efeito de duas fases, conhecidamente, tensão e relaxamento, sendo que este relaxamento esteve sempre associado à descarga do sêmen. Assim, a segunda inovação desta teoria foi a possibilidade de consideração quanto ao orgasmo feminino no qual não há descarga de sêmen, portanto estava excluído das concepções anteriores. REICH registra este detalhe afirmando que, de acordo com suas pesquisas, as sensações orgásticas eram as mesmas para homens e mulheres.

Esta *fórmula do orgasmo*, ainda continuou em estudos por seu autor, como toda a teoria do orgasmo. Na evolução deste estudo, REICH retomou a concepção de que a energia ou tensão sexual tivesse natureza elétrica. Comparando a energia sexual com a eletricidade ele convenceu-se de que a energia ou tensão orgástica era uma espécie singular de energia sexual, que segundo ele era desconhecida da ciência. Desta forma considerou ter feito uma descoberta neste campo e passou a denominar esta energia especial de “*energia orgone*” ou “*bioenergia*”.

O conceito desta energia supostamente descoberta por REICH, segundo os críticos da psicanálise, deriva do conceito de “*libido*” de FREUD que, por definição, eram também uma orientação exclusiva para a sexualidade, porém, segundo a percepção de REICH a “*energia orgone*” ou “*bioenergia*”, era um fenômeno biológico tangível e observável, portanto concreto, e não como ele mesmo registra, como crítica a FREUD, “*um conceito psicológico explanatório*”. De acordo com a concepção reichniana esta energia está universalmente presente e é demonstrável visual, térmica e eletroscopicamente.

Valendo-se de elementos da teoria da Física Quântica, REICH afirmou que a bioenergia manifestava duas formas ou modos diferentes de existência. Estas apresentavam duas diferenças básicas quanto à capacidade de movimento e a organização de sua propriedade material. Assim, ele disse ter constatado vesículas pulsáteis de forma móvel não apresentando massa - *orgones* e outras, com volume e, ao que parece, massa de movimento lentíssimo ou bloqueado, porém vivas, que classificou como - *bions*.

As características desta energia, consideradas por REICH, permitiram que ele formulasse uma lógica para quantificar e acumular a energia do orgasmo. Foi a isso que dedicou todo seu esforço nos últimos anos de sua vida: demonstrar a presença real e universal da bioenergia. REICH afirmou ter isolado essa “*energia orgone*” e tê-la acondicionado em recipientes de vidro, em forma de ampolas hermeticamente fechados para conservar aquela força para outras aplicações, como o tratamento não só de neuroses mas de outras doenças de origem psicossomáticas, como também do câncer. REICH empenhou-se em provar esta aplicação da “*bioenergia*”

No projeto prático de REICH as ampolas carregadas de energia podiam ser guardadas em caixas com aparência de estritos armários ou urnas mortuárias denominadas por ele de “*acumuladores*” ou “*caixas de orgone*”. As tais “caixas de orgone” ou “acumuladores de energia orgone” eram construídas de camadas alternadas de lã de aço e lã de pedra ou de vidro, revestidas e muito bem fechadas com tábuas macias de celotex nas paredes externas. Para REICH essa energia era tão poderosa que podia, se bem dirigida, colaborar no controle da meteorologia. Esta forma de entender e julgar a energia sexual trouxe muitos problemas para REICH, porque a comunidade científica não acreditava em tais propriedades e isolamento daquela energia. Nem mesmo os leigos da ciência acreditaram em REICH com exceção de seus seguidores e colaboradores de pesquisa. Assim, REICH viveu o drama da incredulidade e descaso públicos, que o fez comparar-se com Jesus CRISTO e Giordano BRUNO (1548-1600).

Quando morreu na prisão, considerado como charlatão por divulgar ter encontrado a cura para o câncer, REICH ainda buscava formas de provar para o mundo sua certeza. Notadamente diferenciamos sua trajetória pessoal da contribuição de seu pensamento e militância à questão da composição de um campo de estudos da Sexualidade, no contraditório século XX.

A “*Teoria do Orgasmo*”, como já enunciamos, está profundamente ligada à teoria da “*Economia Sexual*”. Elas estão articuladas complementando-se como uma espécie de organização de variáveis interdependentes a respeito dos estudos

reichnianos sobre a sexualidade humana. Como iremos constatar adiante, esta ligação continuada tem princípios fundamentais para explicar as tensões físicas e psicológicas significativas.

Em REICH, a forma de organização administrativa e, portanto, política, no sentido amplo deste último termo, da sexualidade de cada homem ou mulher, é proporcionalmente representativa de sua saúde sexual. A forma com que cada pessoa administra sua sexualidade, ou ainda, a forma com que a sociedade impõe as regras para esta administração, configuram o perfil sexual e conseqüentemente psicológico e físico, na concepção de REICH, dos homens e mulheres e da sociedade onde vivem. Para investigar e evidenciar a questão desta administração há na teoria *reichniana* um núcleo para a compreensão e crítica do modo de nossa vivência sexual. Este núcleo é a teoria da “*Economia Sexual*”, criada por REICH na década de 30, com o objetivo de considerar a administração política da sexualidade de acordo com o que estamos registrando.

O aporte político desta dimensão humana constitui-se em uma categoria *reichniana* para a compreensão das relações entre os homens e mulheres e destes com a sociedade. A “*Economia Sexual*” pode ser entendida a partir dessa linha de pensamento. Vale registrar o conceito de “*economia sexual*” adotado por REICH em sua obra:

“A economia sexual diz respeito à maneira de regulação da energia sexual, isto é, à economia das energias sexuais do indivíduo. ‘Economia sexual’ significa a maneira pela qual o indivíduo manobra a sua energia biológica; quanta energia ele represa e quanta ele descarrega orgasticamente. Os fatores que influem nessa regulação são de natureza sociológica, psicológica e biológica. A ciência da economia sexual consiste no conjunto de conhecimentos que se originaram do estudo desses fatores.” (1989, p.315)

Esse termo foi aplicado ao trabalho de REICH desde a época de sua refutação da Filosofia Cultural de FREUD, ou seja, do início de suas formulações teóricas no campo da psicanálise, até a descoberta da energia orgone quando foi então substituído

pelo termo “*Orgonomia*”, que queria dizer a ciência da energia da vida. A teoria da “*Economia Sexual*” de REICH, uma das questões centrais de sua convicção sobre a sexualidade, pauta-se, conforme buscou firmar, pelo papel da importância vital do orgasmo como fonte de vida, saúde física e mental para os indivíduos. A considerar a “*potência orgástica*” plena, como na teoria reichniana, o indivíduo psicologicamente sadio é aquele que alcança tal plenitude. Este sentido de plenitude orgástica, considerada por ele como saúde e normalidade sexual, sustenta primordialmente todo o conjunto de sua teoria sobre sexualidade humana. É importante destacar que para REICH a potência orgástica plena é uma decisiva forma de evitar neuroses.

Toda a crítica que faz à sociedade capitalista e à forma burguesa de organização social está refletida em sua produção teórica que trata da questão sexual como decorrência física resultante da forma de vida social ocidental, que desenvolve-se em meio à repressão sexual, decorrente da natureza da sociedade de competição e exploração econômica traduzida na exploração total do homem pelo capital.

O conceito de orgasmo em REICH, no que ultrapassa os limites físicos da genitalidade inclui, além de outros fatores, o bem estar econômico, afetivo e a espontaneidade. É enfim com teoria do orgasmo que REICH desenvolve o conceito de *normalidade e saúde sexual*, o qual ele tinha, de início, se proposto a formalizar, tendo em vista o conceito de *sexualidade anormal* tão fortemente divulgado pela psicanálise.

Destacando os pontos mais relevantes da “*Teoria da Economia Sexual*” conforme o que REICH apresenta longamente na obra “*A Função do Orgasmo*”, consideramos que a referência ao caráter não-neurótico, à saúde psíquica, viria da capacidade orgástica plena, quando ao contrário, a neurose, ou em último caso, a doença mental, viriam da incapacidade orgástica, alertando para a realidade, que segundo o autor da teoria em questão, a maioria das pessoas têm dificuldades orgásticas, portanto, apresentam algum tipo de neurose.

A outra conclusão a que chegou REICH sobre a origem das neuroses, é que a natureza social, o ambiente onde vivemos, também pode provocar neuroses: o reforço

da família patriarcal há longo tempo para a submissão do indivíduo através da educação repressiva da sexualidade, a ansiedade da competição, a civilização autoritária e mecanizada, geradora de inseguranças em todos os campos da vida, tudo isso acrescido à regras morais rígidas e conservadoras, patrocinadoras da família e do casamento compulsivos, são elementos geradores de neuroses. Toda esta carga cultural, juntamente com a supressão da sexualidade pelo trabalho, por outro lado, e ao mesmo tempo a necessidade de prazer advinda justamente da supressão que, quanto mais busca extirpar as possibilidades de prazer mais reforça sua necessidade.

A *economia sexual* abrange também uma análise da formação do caráter do homem ocidental moderno. Esta formação orientada pelos ditames da sociedade patriarcal autoritária, considerada por REICH com quatro ou seis mil anos de existência, é responsável pela construção de uma bivalente armadura nos indivíduos: a *armadura interna*, responsável por negar e reprimir os sentimentos mais autênticos do homem como o amor, o ódio, a tristeza o desejo e todo tipo de paixão próprias do ser humano, e a *armadura externa* que nega elementos fundamentais do mundo fora de si como todo tipo de miséria social.

Esta estruturação do caráter ou este *encouraçamento* permite que o ser humano entregue-se à solidão, ao descontentamento consigo e com os outros, à frustração, ao medo da vida e ao medo da morte, ao autoritarismo, ao misticismo enfim, a contentar-se com uma sexualidade incompleta e sem orgasmos. Este estado de coisas têm conseqüências muito mais graves do que se pode perceber em uma primeira análise. É preciso considerar que a tendência de cada um dos homens e mulheres é multiplicar sua forma de agir e comportar-se diante da vida, uma vez que, cada um tem em si sua própria referência, ou seja, cada qual é a medida de todas as coisas, como se sabe, característica polêmica da condição humana.

Desta forma podemos considerar esta observação de RYCROFT quanto às questões da repressão sexual incorporada à vida dos indivíduos, mesmo quando não se tem consciência disto. Consideremos:

“Os seres humanos adotaram uma atitude hostil para o que é vivo dentro deles e, assim, alienaram-se a si próprios. Essa alienação não é de origem biológica, mas sim de origem econômica. Não pode ser encontrada na história humana antes do desenvolvimento da ordem social patriarcal. (...) Essa formação do caráter no modo autoritário tem como seu ponto central, não o amor pelos pais, mas sim, pela família autoritária. O seu objetivo é a supressão da sexualidade da criança e do adolescente.” (1971, p. 42-43)

Como vemos a questão de repressão sexual para REICH assim como para muitos outros teóricos da sexualidade, têm origem fora do indivíduo e são importadas para dentro dele como efeito da convivência social, onde converge natureza e cultura, instinto e moralidade, entre outros fatores que estabelecem uma tensão de comportamento social quase sempre muito difícil de ser compreendida e avaliada como universo de manifestações, feitos e efeitos sexuais, a menos que se tenha compreensão de que é a sexualidade, o fundamento de toda a ação humana.

A materialidade explicitada e denunciada na obra de REICH se põe como uma implicação para a formação das neuroses e também como justificativa para a resistência à cura destas, uma vez que as próprias relações sociais precisam ser curadas da exploração e da competição capitalistas a que estão expostas. Estas relações materiais determinam os entraves morais, econômicos e culturais historicamente elaborados e que, de acordo com a análise a que estamos propondo fazer, estão intrinsecamente ligadas à repressão da sexualidade como forma de expressão de vida e de autonomia humanas.

Não há como separar as principais afirmações de REICH em duas frentes: a *análise do caráter* e a disposição da *economia sexual*. Os moldes sociais de comportamento, ainda que estejam hoje mais avançados que nas décadas em que viveu REICH, ainda apresentam maneiras de “*encourçar*” o caráter humano. Em se tratando do contexto social da maneira mais abrangente que se possa imaginar, a natureza, a cultura, o instinto e a moralidade ocidentais fazem com que a sexualidade seja reduzida a um muito pequeno espaço de expressão. Assim, os desejos e necessidades

sexuais tornam-se algo mais fáceis de reprimir do que de realizar. O concurso das formas sociais de vivência quotidiana e as forças de sua materialidade, nem sempre sutis, erigem elas próprias as barreiras para esse entendimento crítico, e ainda revolucionário, da sexualidade como organizadora da estrutura do caráter humano.

A análise como busca do entendimento do homem, caminha no sentido de considerar a razão direta entre a forma de administração da sexualidade e estrutura do caráter. A construção do sentido da sexualidade, na vida de cada um de nós, corresponde à construção da estrutura do caráter psicofísico da personalidade. Antes de entrarmos propriamente nas considerações primordiais sobre a “*Teoria da Análise do Caráter*” é preciso mencionar criteriosamente as conclusões alcançadas por REICH quanto a estruturação da armadura do caráter que, segundo o próprio autor da teoria, é uma espécie de defesa do indivíduo contra si mesmo e contra os outros.

A inibição do sentimento e da expressão de emoções trata-se da primeira defesa que acabamos de citar. Esta primeira defesa está justamente ligada à segunda, à defesa contra os outros, uma vez que todos nós evitamos, em muitos sentidos, externar nosso mundo de desejos e intenções interiores como uma forma de auto-proteção em relação ao mundo exterior. Esta espécie de armadura, segundo REICH, é responsável pela inibição da capacidade orgástica.

Assim a inibição desta capacidade pode ser considerada como uma defesa, sobretudo para os que têm medo de se entregar ao outro ou aos que, por alguma fixação em outro objeto de amor ou desejo, têm medo de traí-lo. REICH considerou que tal armadura expressa-se além de condicionantes vividos psicologicamente, também fisicamente por tensões musculares ou por perturbações de postura. Essa característica física, que para ele é sintomática da repressão sexual, é uma reação à repressão externa contra o prazer e a satisfação física do orgasmo.

Como já dissemos, a “*Teoria da Análise do Caráter*” foi desenvolvida por REICH para fundamentar a técnica de análise que ele propôs em seus trabalhos. Em seus estudos sobre a psicanálise freudiana REICH criticava com veemência a técnica da associação livre e também a técnica da interpretação dos sonhos e das fantasias inconscientes, ou seja, a base da técnica psicanalítica proposta por FREUD. REICH diz ter aplicado a técnica freudiana durante cinco anos e segundo ele estas técnicas não faziam sentido à medida que o paciente tinha um quadro de melhora muito lento e quase sempre era resistente ao tratamento e podia, por falas enganosas, estar jogando o trabalho do analista no vazio do engano.

A todo momento em seus escritos REICH salienta a importância terapêutica da genitalidade, o que não aparece, ao menos explicitamente, com a mesma importância, na obra de FREUD. Com essas convicções arraigadas, REICH partiu para a pesquisa e organização de uma teoria para explicar e fundamentar sua proposta para a prática analítica. A proposta de REICH quanto à sua técnica terapêutica, foi de fato o que fez com que rompesse ou fosse “desligado” da Sociedade Psicanalítica.

Para a Psicanálise a eliminação das neuroses é possível pela técnica de possibilitar a fluência da fala sobre determinadas vivências sexuais para compreender o problema que se apresenta, com o auxílio da interpretação do analista a respeito das questões e vivências relatadas e trazidas à consciência. Entendendo as neuroses como doenças psicológicas, o único modo de tratá-las será fazendo com que a *psiquê* seja avaliada. No modo psicanalítico de terapia, o paciente deve ser resguardado de qualquer contato direto com o analista, que senta-se atrás do divã numa cadeira, sem ao menos olhar nos olhos do paciente. Senta-se ali, apenas para ouvi-lo e interpretá-lo.

Na proposta de REICH para a cura das neuroses, baseada na questão física da expressão dos problemas neuróticos, que segundo ele eram denunciados através do corpo por postura rígida, tensa, contraída do indivíduo que desenvolvendo estes tipos de postura buscava defender-se das dificuldades sexuais que o importunavam, REICH propôs um ataque a este tipo de defesa do caráter de maneira objetiva, de natureza

física, através do corpo, onde através da manipulação direta da estrutura muscular, suporte da tal armadura, o paciente tornar-se-ia incapaz de manter a defesa e afloraria a expressão espontânea da emoção ou vontade que este caráter neurótico ou armadura de caráter tentava evitar. Esta técnica chocava-se completamente com a proposta de cura pela psicanálise. Assim ficou incompatível a incorporação da técnica reichniana às formas adotadas pela Psicanálise de buscar a cura para as neuroses.

No livro “*A Função do Orgasmo*” há registros de que assim que pode apresentar à Sociedade Psicanalítica suas teses preliminares a respeito de novas técnicas, REICH assim o fez, ocorrendo em 1924, num congresso de psicanálise em Salzbug, onde ele expressou sua disposição para buscar outros caminhos no que dizia respeito à prática psicanalítica oficial, considerando dois fatos básicos que citamos agora: “(1) a neurose é a manifestação de uma perturbação genital e não apenas sexual em geral; (2) uma recaída em uma neurose após o tratamento analítico pode evitar-se na medida em que a satisfação orgástica no ato sexual houver sido assegurada.”(1989, p. 117).

Estas considerações que então eram preliminares, continuaram a orientar o trabalho teórico de REICH quanto à sua proposta de técnica para a análise do caráter. Dez anos mais tarde, em 1934, ele vem a ser afastado da Sociedade Psicanalítica, pelos motivos que já expusemos. Esta diferenciação é tão marcante no trabalho desenvolvido por REICH quanto sua convicção sobre a dinâmica da formação das neuroses. Por sua postura política marxista, análise materialista das relações humanas, alcançou uma clareza diferente da clareza de FREUD sobre a questão do período da vida em que se formam as neuroses, agregando sentimentos neuróticos ao comportamento humano.

Diferente de FREUD que afirmava que as neuroses originam-se na infância e se desenvolvem em fases posteriores a esta, para REICH, as neuroses são criadas durante as três principais fases da vida: infância, adolescência e fase adulta, num movimento dialético entre causas e conseqüências desta doença advinda, como considerou REICH, do convívio social organizados por regras e costumes geradores de

dificuldades psicofísicas. Dentro desta lógica, o autor aponta as principais fontes geradoras de neuroses em cada fase da vida.

Os fatores que causariam maiores problemas sexuais na infância, os que produzem neuroses, provém do relacionamento familiar autoritário e são respectivamente a o treinamento ou a submissão familiar prematura e a proibição da masturbação. A *disciplinarização* rigorosa da criança no seio familiar é, portanto, prejudicial à formação de seu caráter. A proibição da masturbação infantil saudável e espontânea pode levar à masturbação compulsiva que é um tipo de reação neurótica à repressão. Já na adolescência ou puberdade. REICH baseou-se o sentido etimológico deste termo, que significa *tempo para o alcance da maturidade sexual*. Em sua produção dedicou um livro a orientar e sugerir uma liberdade sexual, porém com responsabilidade, no “*Combate Sexual da Juventude*”. A liberdade dita completa que ele defendeu para jovens acima de 15 anos de idade, segundo ele, era para evitar a repressão sexual, para que esta não ativasse os conflitos sexuais infantis. As proibições nesta fase da vida causam frustrações. A função social desta repressão é a submissão das novas gerações, e o reforço à família patriarcal, sustentada sobre o casamento compulsivo e monogâmico.

Para REICH o êxito do trabalho psicanalítico não estava garantido apenas em trazer à consciência as dificuldades e traumas. Tinha convicção de que era preciso muito mais do que isso. Era preciso fazer com que se restabelecesse a capacidade orgástica da pessoa tratada. Esta objetividade de REICH é sem dúvida uma afronta à falta de objetividade de outros teóricos da área de sexualidade que têm mais facilidade de denunciar as falhas do comportamento sexual, trabalhando mais a questão da negatividade das ações humanas, descrevendo as fontes de impedimento da vida sexual espontânea, sem expor-se, a ponto de dizer o que considera ideal na vivência sexual humana.

Depois da leitura atenta da obra de REICH, compreendemos que uma afirmação que parece tão simples, esconde uma complexa problemática que, na experiência clínica da maioria dos analistas, configura-se como o maior e mais difícil

ponto para resolução, em virtude das questões tantas aí imbricadas. A tradução de todo objetivo da prática analítica e teórica de Wilhelm REICH é o alcance da capacidade orgástica plena, ou seja, a possibilidade de alcance do orgasmo sem artifícios, culpa, enfim sem impedimentos psicológicos ou físicos, o que passa pela capacidade de total entrega ao outro numa comunhão de desejo e bons sentimentos.

2.6 A vinculação de REICH à psicanálise freudiana

A vinculação das idéias e teorias de REICH às idéias e teorias de FREUD é um fato explícito por protocolos que produziram na Psicanálise algumas significativas contribuições e outras tantas confusões. No que se refere ao campo das contribuições destacam-se diferentes técnicas de tratamento de neuroses e formas alternativas de buscar maior rapidez em diagnósticos e prognósticos. Também se deve considerar que o trabalho de REICH fez divulgar com muita habilidade a importância do orgasmo para o equilíbrio psicofísico do ser humano. REICH consolidou a tradução simplificada de algumas teorias freudianas que puderam, a partir dele, ser mais facilmente compreendidas tanto no campo restrito de estudiosos da psicanálise quanto fora deste, para aqueles que de uma forma indireta ou menos específicas, interessam-se por esta ciência.

No tocante às confusões, termo que aqui se equivale ao termo *equivocos*, queremos salientar justamente o que foi interpretado da obra de FREUD por REICH que, como a história registra, certamente assumiu representações determinadas pela linha objetiva - materialista presente no estilo contundente de REICH e em sua abordagem “quântica” da sexualidade. Falávamos das técnicas *reichnianas* para o tratamento de neuroses. Se procurarmos na obra de REICH uma fundamentação argumentativa dentro dos parâmetros científicos para a conformidade de suas técnicas psicanalíticas encontraremos indicações evasivas das propriedades e sistemas para a

eficácia e viabilidade das mesmas dentro de um processo científico de organização teórica de sua obra, que apresenta-se com um caráter nada formal na defesa da interferência terapêutica.

O mesmo acontece quando buscamos esta fundamentação para algumas conclusões teóricas a respeito de mecanismos psicofísicos que sustentariam conceitos e teses sobre o caráter humano, visto por ele como potencialmente reprimido. Nestes casos, seu trabalho assume uma forma dogmática, numa espécie de pregação de verdades que não se sabe de onde se originaram, nem como foram construídas. Na análise que desenvolveu da obra de REICH, RYCROFT registra com argumentação e propriedade determinadas afirmações desta natureza, por seu grande conhecimento desta produção teórica, que em linhas gerais o trabalho de REICH, é uma defesa a produção inicial de FREUD, quando em uma primeira fase de seu trabalho. Esta fase foi marcada pela organização conceitual e pelas primeiras confirmações de premissas a respeito da origem das neuroses. Segundo o próprio REICH, neste período FREUD era mais radical e foi teoricamente mais ousado.

RYCROFT, a quem temos recorrido, estudioso da teoria *reichniana*, considera que os dois principais suportes da teoria da Sexualidade em REICH desenvolveram-se acerca da teoria da Sexualidade produzida por Sigmund FREUD. Os dois principais suportes apontados por RYCROFT neste sentido são na concepção *reichniana* a teoria do “*Caráter Humano*”, chave da qual REICH se utilizou para abrir uma possibilidade de interpretação psíco-física do indivíduo. A produção da teoria do “*Caráter Humano*” de REICH surge de uma reinterpretação, não tão profunda como mostraremos adiante, da teoria do “*Ego*” conforme proposto por FREUD. O mesmo acontece com a mais relevante teoria de REICH, na realidade a que tronou-se sua principal identidade teórica, “*Teoria da Importância do Orgasmo*” engendradora das dimensões referenciais para a prática psicanalítica que criou. A “*Teoria da Importância do Orgasmo*” tem, segundo o crítico aqui destacado e também outros de projeção cognitiva no campo da psicanálise, origem na teoria freudiana da “*Libido*”. Assim a significação da obra de REICH está estreitamente baseada da obra de FREUD.

Estaremos elucidando a seguir, estas importantes considerações a respeito desta referência fundamental das contribuições de REICH para a psicanálise como campo teórico da Sexualidade Humana. No final da introdução que REICH escreveu para sua obra *“A Função do Orgasmo”*, em Nova York, 1940, ele reconhece e registra ali, que foi FREUD quem sondou as profundidades psíquicas humanas. Em seguida, no primeiro capítulo desta mesma obra, Capítulo I: *“A Biologia e a Sexologia Antes de FREUD”*, o autor declara que foi a partir das leituras que fez dos trabalhos teóricos de FREUD é que decidiu estudar psicanálise, reservando à psiquiatria somente alguma pequena colaboração técnica da Biologia, da Física e talvez, da Química.

O interesse de REICH pelo tema da Sexualidade, segundo declara, colocava-se em uma dinâmica de crescimento, a medida com que objetivamente aprofundava-se na teoria freudiana, que segundo registra, foi grande revolucionária das teorias sexuais da época. REICH destaca de início duas destas intervenções teóricas de FREUD. Uma a que se apresentou como grande resultado dos estudos psicanalíticos do Dr. Sigmund, a de que as neuroses têm origem no bloqueio ou interrupção do desenvolvimento sexual das crianças e, concomitantemente à outra, a do reconhecimento de que a criança, tem sim, sua própria sexualidade. Quanto à teoria da sexualidade infantil, que tinha continuidade na adolescência REICH declara o seguinte:

“Eu tinha examinado as diversas concepções da sexualidade, como foram expostas por Forel, Moll, Bloch, Freud e Jung. Estava descobrindo quão diferentemente cada um desses cientistas encarava a sexualidade, à exceção de Freud, todos eles acreditavam que a sexualidade, vindo de um céu azul sem nuvens, surpreendia o homem na puberdade. Dizia-se que a ‘sexualidade despertava’. Ninguém podia dizer onde havia ela estado antes disso. Sexualidade e procriação eram encaradas como uma mesma coisa.” (1975, p. 32)

Alguns aspectos da renovação teórica de FREUD ainda continuariam até o final da vida de REICH sendo admirados por ele. REICH defendia a idéia de que FREUD foi quem trouxe a Sexualidade para o campo teórico e foi também quem a tratou cientificamente e por sua postura teórica e também pessoal; impôs um ambiente contínuo de respeito para tratar do assunto com a seriedade que este tema requeria. Ele descreve como era o cenário teórico da sexualidade antes de FREUD. Passaremos a destacar aspectos desta descrição.

Antes de FREUD o comportamento sexual dos indivíduos, como já dissemos antes, era justificado por uma *hereditariedade* que levava as pessoas a sentirem vergonha de seus ancestrais e até a escamotear sua descendência. Somente a partir de leituras que fez dos trabalhos de FREUD é que REICH refletiu sobre a possibilidade de que a teoria da hereditariedade poderia não explicar a questão com suficiência. “ *Não se tornou logo evidente para mim que, em noventa e nove por cento, a teoria da hereditariedade não passa de um estupendo subterfúgio*” (1974, p. 34).

Quanto à redescoberta da sexualidade como tema teórico científico REICH declara: “ *O instinto sexual levava uma existência estéril no campo da ciência.*” (1975, p.34) A promoção desta alteração de horizonte para a sexualidade despertou o ânimo teórico de REICH que parece ter compreendido que este tema nunca mais seria tratado da mesma forma. É o que se faz entender deste ponto de vista que apresentamos em seguida:

“É preciso estar familiarizado com essa atmosfera nos campos da sexologia e da psiquiatria antes de Freud para entender o entusiasmo e o alívio que senti quando o encontrei. Freud havia aberto uma estrada para a compreensão clínica da sexualidade. Mostrou que a sexualidade adulta procede de estágios de desenvolvimento sexual na infância. Foi claro imediatamente: sexualidade e procriação não são a mesma coisa. As palavras ‘sexual’ e ‘genital’ não podiam ser usadas uma pela outra. A experiência sexual inclui um campo muito maior que a experiência genital; do contrário, perversões como o prazer encontrado na corpofagia, na obscenidade, ou no sadismo não poderiam ser chamadas

sexuais. Freud expôs as contradições do pensamento e introduziu a lógica e a ordem.” (1975, p. 34)

A compreensão teórica de REICH sobre a teoria sexual freudiana parece assentar neste momento, as bases para a teoria *reichniana* que se desenvolveria com o passar do tempo. Outro destaque de REICH quanta às formulações de FREUD é o conceito e a amplitude do que para ele seja a “libido”. Vejamos:

“Os escritores pré-freudianos empregam o conceito de ‘libido’ para denotar simplesmente o desejo consciente de atividade sexual. Tratava-se de um vocábulo da psicologia consciente. Não se sabia o que era ou deveria ser a ‘libido’. Freud afirmou que não podemos compreender completamente o que seja o instinto. O que experimentamos são apenas derivados do instinto: idéias e sentimentos sexuais. O instinto em si encontra-se mais fundo, no cerne biológico do organismo; manifesta-se como um impulso emocional em busca de satisfação. Percebemos o desejo de relaxação, mas não o próprio instinto. Isso era um pensamento profundo; não foi entendido nem pelos simpatizantes nem pelos inimigos da psicanálise. Constituía um dos fundamentos do pensamento científico-natural, sobre o qual se poderia trabalhar com segurança. Foi assim que interpretei Freud: é ao mesmo tempo lógico que o próprio instinto não possa ser consciente, pois ele é o que nos regula e governa. Nós somos o seu objeto.”(1975, p.34-35)

De uma forma patente REICH registra em sua obra o reconhecimento de sua consideração pela teoria freudiana. Ainda quanto à libido o autor aponta: “*A ‘libido’ de Freud, concluí, não é o mesmo que a ‘libido’ dos pré-freudianos. A última denota os desejos sexuais conscientes. A ‘libido’ de Freud não é, e não pode ser, senão a energia do instinto sexual.*” (1975, p.35). Até este ponto vemos REICH interpretando o pensamento conceitual de FREUD. Na seqüência desta última frase ele já explicita sua maneira de trabalhar com tal conceito com a perspectiva de quantificar, medir a Libido. Foi realmente o que buscou fazer, como ele mesmo registra em seguida. REICH

preocupou-se em medir a energia da libido, através de uma eletricidade que ele dizia ser possível captar. Este é um exemplo bem característico da forma quantificada com que organizara seu trabalho. Partindo de uma conclusão teórica freudiana, redimensionou o conceito, buscando torná-lo palpável como podemos conferir na continuação deste destaque:

“É possível que algum dia possamos chegar a medi-la. Foi inteiramente sem premeditação consciente que empreguei o símil da eletricidade e da sua energia. Eu não tinha idéia que dezesseis anos mais tarde teria a rara felicidade de demonstrar a identidade existente entre a energia bioelétrica e a energia sexual. O pensamento coerente e científico-natural de Freud, em termos de energia, cativara-me era objetivo e lúcido.”(1975, p. 35)

Também para RYCROFT, as idéias de REICH sobre energia vital, derivam das idéias de FREUD sobre energia mental e libido. O mesmo acontece com as idéias de REICH sobre “caráter” também podem derivar da teoria freudiana sobre “defesa”. RYCROFT destaca o pensamento de FREUD sobre as idéias e os desejos inconscientes:

“Segundo Freud, as idéias e os desejos inconscientes não são inconscientes sem mais sem menos. Ao contrário, lutam energicamente para se tornarem conscientes, mas são impelidos de o conseguirem pela ação dos “mecanismos de defesa”, sendo a repressão o mais conhecido e o primeiro desses mecanismos a ser descrito. Por outras palavras, supõe-se que a mente - o aparelho mental - está dividida em duas partes, uma instintiva, que luta pela auto-expressão e pela descarga periódica das suas energias acumuladas, e uma parte ‘razoável’ que se preocupa com manter o seu equilíbrio e evitar tensão, compulsão e ansiedade.” (1971, p.25)

Entenda-se a primeira parte como o ID e a segunda parte como EGO. Que faz de tudo para que o efeito perturbador não se torne consciente buscando proteger-se do sofrimento e ainda equilibrar-se quanto às pressões repressivas do SUPEREGO.

RYCROFT afirma, baseado em FREUD, que o Ego se defende constantemente de impulsos, isto conduz a idéia de que o “caráter”, termo que REICH agregou identidade para o campo da psicanálise como defesa do homem. Compreenda-se esta identidade no sentido de que para manter o caráter o indivíduo defende-se de investidas do tipo de tendências destrutivas indesejáveis e inconscientes que queiram agir contra o que se estabelece para o indivíduo, quanto ao caráter. Então a função do caráter seria entendida aqui como a função do EGO, impedir que impulsos reprimidos possam emergir para a vida social.

O conceito de caráter foi absorvido pela teoria psicanalítica, conhecidamente a partir de REICH mas, o sentido deste conceito, encontra-se em FREUD, muito antes de se expressar na produção de REICH. Quanto a isso vejamos o que destaca RYCROFT:

“Esta idéia do “caráter” de uma pessoa, no sentido das suas habituais e estereotipadas atitudes e reações perante certas situações, é uma defesa que se tornou parte essencial do equipamento intelectual de todos os analistas, mas o seu crédito não cabe a Reich, já que pode ser encontrada bem antes na literatura psicanalítica, em 1908, quando Freud publicou “Caráter e Erotismo Anal”. Reich parece ter sido, entretanto, o primeiro analista a considerar que talvez fosse possível e mesmo necessário tratar pacientes interpretando a natureza e as funções do caráter, de preferência a analisar seus sonhos e associações livres.”
(1971, p. 29)

Quando REICH pode aperfeiçoar e ter autonomia em sua prática psicanalítica, preferiu não mais iniciar seus trabalhos pelas interpretações livres dos pacientes e nem analisar seus sonhos. Estava convicto de que era mais eficaz que o analista soubesse das atitudes habituais dos pacientes e interpretasse seu modo de relação com o analista. Só assim, segundo REICH se poderia transformar, aquelas que seriam associações livres para o que ele entendia como “comunicações válidas”. Esta diferencial postura de REICH, de preferir analisar o caráter ao invés de interpretar os sonhos de seus pacientes, baseava-se na necessidade que via de analisar as defesas do paciente, que se

manifestavam tão logo este estabelecia alguma relação com o analista. Para REICH há uma profunda ligação entre a civilização e a formação do caráter do homem civilizado, assim entendia o caráter como uma defesa, e acreditava que o homem ocidental vivia preso dentro de uma espécie de “armadura de caráter”, que o impedia de expressar seus sentimentos mais espontâneos como amor, ódio e outras paixões, como já dissemos, bem como experimentar a intensidade do orgasmo.

REICH, conforme crítica de RYCROFT, desenvolveu sua principal teoria, “a teoria do orgasmo”, também acerca de trabalhos de FREUD. Vejamos como RYCROFT registra tal afirmação:

“A teoria do orgasmo, de Reich, também tem suas raízes no pensamento de Freud. Segundo Freud (1894), as neuroses podiam ser divididas em dois grupos, neuroses atuais e psiconeuroses, com as primeiras sendo o resultado fisiológico direto de perturbações atuais (aktuel) da função sexual, e as segundas sendo complicadas conseqüências psicológicas de experiências passadas. As neuroses atuais, sendo de origem fisiológica, eram incapazes de interpretações psicológicas e, portanto, não a requeriam; eram curadas automaticamente se o paciente abandonasse hábitos sexuais pouco saudáveis como masturbação excessiva, o coito interrompido ou a abstinência sexual. Por outro lado, as psiconeuroses, sendo formações psicológicas complexas, só poderiam ser explicadas e curadas por meio de investigação e interpretação psicanalíticas do complexo de Édipo e das fantasias sexuais infantis do paciente, bem como pela recuperação de suas experiências reprimidas e traumáticas.” (1971, p. 31)

Como vemos nesta citação de RYCROFT, FREUD declara que as “neuroses atuais” têm origens fisiológicas e, portanto, são incapazes de uma interpretação psicológica. Esta concepção tornou-se para REICH algo flexível e então ele procurou pensá-la por parâmetros que sustentavam a idéia de algo palpável ou na sua lógica, quantificável, porque físico.

Na prática é fácil perceber que estes dois tipos de neuroses aparecem associadas e são interdependentes, pois uma pode ter origem na outra. Para REICH, segundo RYCROFT, a neurose atual formava sempre o núcleo de todas as psiconeuroses. E assim, a psiconeurose tem um núcleo de neurose atual e a neurose atual tem uma superestrutura de psiconeurose. Apesar destes conceitos não terem sido de fato adotados e considerados pela Psicanálise, seu mérito é a ligação que estabelecem entre Psicopatologia e Fisiologia. Assim, a partir de REICH, podemos crer que as neuroses não são puramente mentais, mas tem influências corporais-físicas, tornando-se mais difíceis de recuperação por serem tão complexas.

Esta interpretação que REICH fez desta parte da obra de FREUD, sugere uma recorrência ao lado oposto de pensamento de FREUD, mas não deixa de ser uma contribuição para a ampliação do entendimento da origem das neuroses, se considerarmos, como REICH que estas podem se formar não só na infância mas durante outros períodos da vida como a adolescência e a fase adulta.

Em última análise, o que REICH está considerando é que algum problema físico que venha ocorrer com o indivíduos nestas duas fases posteriores à infância também gerariam, ou geram sempre como a afirmação apresentada acima, algum tipo de neurose, estas se baseado nos conceitos de FREUD, fariam parte da classificação das neuroses atuais.

Quanto à psiconeurose, no conceito freudiano, como vimos, REICH faz observações que dispersam inevitavelmente o ânimo freudiano de sua formação, sem contudo argumentar satisfatoriamente a respeito de sua afirmação. O pulsar de toda a teoria reichniana, ressaltando seu caráter substancial, sem simplificá-lo, está certamente nas questões psicológicas e físicas geradas a partir das complicações orgásticas ou provocadoras destas. Foi neste ponto que REICH apoiou-se para o esforço teórico que empreendeu, que se tornou a síntese de sua vida. O esforço de buscar explicações para a formação e a sustentação do caráter neurótico do homem ocidental.

Para REICH as perturbações orgásticas como a miséria orgástica, a insuficiência, a impossibilidade - *anorgasmia* - ou a interrupção freqüente do coito, como prática contraceptiva, transformam-se em sentimentos de ansiedade. Assim o autor coloca a ansiedade como manifestação autêntica de perturbações sexuais ligadas diretamente aos problemas orgásticos. Na verdade, esta convicção reichniana é muito parecida, para não dizer igual, a uma das primeiras teses confirmadas na teoria freudiana de que a libido não descarregada se “converteia”, termo de FREUD, em ansiedade. Com o desenvolvimento de suas análises e pesquisas esta teoria perde quase toda a força nos registros de FREUD. Entenda-se o registro que se faz: no presente trabalho, ao afirmar que o tema perde força não significa a mesma coisa que dizer que chegou a ser superada.

Para REICH, ansiedade e prazer são opostos e a excitação não liberada através dos órgãos sexuais é a mesma que excita o sistema cardiovascular provocando a ansiedade. Aqui cumpre-se observar que REICH propõe um enfoque físico para as complicações do orgasmo não satisfeito. Esta caracterização material e física das análises da sexualidade torna-se uma especificidade do pensamento materialista de REICH.

2.7 O significado cultural e político da obra de REICH

Em 1932, na Alemanha, REICH escreveu o livro: “*O Combate Sexual da Juventude*” que trata da questão da Repressão Sexual aos jovens na sociedade Capitalista. O autor argumenta contra o capitalismo que baseia-se na exploração do homem pelo capital, na supressão do desejo e na materialidade do que é, para ele, a sexualidade humana. Para REICH a sociedade capitalista reprime a sexualidade e o desejo em favor do trabalho, visando a produção de riquezas para uma pequena parcela da população, os que detêm os meios de produção.

Considerando que dentro do capitalismo nunca haverá liberdade sexual pois o capitalismo vive de explorações e competições entre as organizações, e também entre as pessoas, que a argumentação de REICH em favor das oportunidades de vivências sexuais passa a ser uma proposta política para a libertação do homem e da sociedade. O modo de condução capitalista dos processos sociais imprime nas relações pessoais o mesmo compasso de exploração e opressão mútuas. No referido livro o autor ilustra relações onde a família patriarcal burguesa ou pequeno burguesa, constitui-se por formas de dominação onde o homem submete a mulher, os pais submetem os filhos, preparando assim a obediência e a servilidade dos indivíduos para o Estado. O sentido de que a família “*fabrica*” o indivíduo para o trabalho e para o consumo de produtos está bem explícito na obra. REICH aponta para o fato de que a exploração da energia sexual pelo trabalho capitalista tem o respaldo da Religião, que habitualmente, prega a castidade supervalorizando o casamento e a família.

O *Combate Sexual da Juventude* seria, portanto, o combate político contra o Capitalismo em busca do Socialismo. Segundo REICH este último libertaria sexualmente a juventude, pois suas bases são a igualdade entre as pessoas o que geraria o respeito e a co-participação em tudo o que for de bem comum.

A preocupação de REICH em teorizar sobre a administração da energia sexual certamente deveu-se ao fato de que esta energia, da maneira com que ele mesmo assinala, é importante para a produção capitalista, porque constitui também a *mais-valia*, produz capital e reforça a economia capitalista.

O livro destina-se ao leitor jovem e é um apelo à revolta e à luta revolucionária, tratando o tema da sexualidade de maneira política, apontando o socialismo como a única alternativa de liberdade sexual. A luta política de transformação da sociedade é, para o autor, a luta pela anti-repressão sexual. Este sentido político da sexualidade é uma característica marcante em REICH.

Considerando sua militância tanto no Partido Comunista quanto nas raias da Psicanálise, é possível perceber que o conjunto de suas teorias é uma busca da compreensão das relações humanas, considerando a via política na aplicação de seus conceitos, sobretudo no que se refere ao objeto em causa, a Sexualidade Humana.

Segundo REICH *A Felicidade, A Razão e A Liberdade* são os sentidos da existência humana. Porém, esse sentido foi despedaçado pela sociedade capitalista mundial. O trabalho forçado, a exploração do corpo do proletário, a razão enganosa da religião tornam o homem alienado, deprimido, vivendo uma vida sem sentido. A família prepara o indivíduo para a submissão social. Para ele é na família que o indivíduo experimenta as primeiras barreiras sexuais, preparadas pela religião e pelas relações de trabalho que os pais reproduzem em casa, uma vez que, também esses, são vítimas desta repressão. Para esclarecer esta idéia, vejamos uma consideração a respeito das convicções de REICH que BROHM, Jean-Marie faz na introdução da I edição francesa da obra “*O Combate Sexual da Juventude*”, em Paris, em 1966, que se conserva na edição brasileira de 1978:

“... a supressão da atividade sexual da criança e dos adolescentes é o mecanismo básico produtor das estruturas características adaptadas ao servilismo político, ideológico, econômico. A repressão da sexualidade natural da criança, particularmente da genitalidade, torna a criança apreensiva, tímida, obediente, medrosa perante a autoridade, «gentil», «tranqüila»; paralisa as suas tendências rebeldes, porque a rebelião está associada à angústia; inibindo a curiosidade sexual da criança, provoca um obscurecimento geral do seu sentido crítico e das suas faculdades mentais.” (1978, p. 22)

Assim o indivíduo, pela educação, torna-se cúmplice da própria desgraça ou miséria. A estrutura psíquica dos indivíduos é moldada pela sociedade, logo, esta estrutura é capitalista. A estrutura repressiva do caráter, como muito bem já havia registrado FREUD, a repressão sexual reforça a coesão social, ou ainda, mais fortemente, a idéia de que a civilização só aconteceu pela repressão do desejo sexual.

FREUD já havia mostrado que os grupos que excluem o sexo de suas vidas, como no caso da Igreja e do Exército, alcançam longa duração e excelente disciplina e organização. FOUCAULT também registra idéias parecidas nas obras sobre a História da Sexualidade no Ocidente, onde afirma que a repressão sexual é a chave para a dominação ideológica e política da sociedade.

REICH partiu da psicanálise, mas logo percebeu que a mudança individual, quanto à repressão sexual, é menos eficaz do que a mudança coletiva e social que, conforme sua convicção, só viria através da revolução socialista. A luta política a que este autor se refere é também uma luta de prevenção contra as neuroses, uma vez que eliminaria o caráter repressivo da sociedade.

A sexualidade para REICH é, em primeiro lugar, uma questão material e como tal deveria ser bandeira de luta como outras questões do tipo: *saúde, educação, moradia*. O conceito de materialidade para a sexualidade humana de REICH é engendrado no caldo das necessidades materiais. Os indivíduos que não alcançaram a satisfação material básica da vida também não alcançarão a satisfação sexual plena. As condições de vida, quando miseráveis, tornam a sexualidade também miserável, no sentido mais profundo da expressão do conceito de miséria: “*desgraça, infelicidade, imperfeição, indigno, infame, ninharia, insignificância...*” O alívio para este estado de coisas seria, para REICH, o Socialismo.

Para ele a miséria e a ignorância são inseparáveis e sustentam-se mutuamente. Quando falamos de “*miséria sexual*”, que é um termo muito expressivo na obra de REICH, e talvez tenha inclusive sido cunhado pelo mesmo, podemos compreender mais amplamente que tanto a miséria quanto a ignorância do proletariado não são apenas sexuais e econômicas, mas são também política e ética.

É muito grave a questão sexual se analisada por este prisma. Neste caso a transcendência do universo corporal e afetivo constituem uma perspectiva assustadoramente maior do que quotidianamente se pode perceber. Constituem uma perspectiva política.

O livro “*O Combate Sexual da Juventude*” representa um trabalho ousadíssimo para 1932, esclarecendo questões sobre a sexualidade para jovens, abordando temas como gravidez, masturbação, aborto, relações sexuais, prostituição, anticoncepção, doenças sexualmente transmissíveis, homossexualidade, casamento, família, entre outras, sem absolutamente recorrer a preceitos religiosos nem a dogmas da Ciência, porém, sem deixar de apresentar-se como um trabalho sério e comprometido com as camadas mais jovens da população, para esclarecimentos e reflexões sobre os papéis sexuais predeterminados para rapazes e moças daquela época. Papéis estes, que sem dúvidas ainda no fim deste século continuam em grande parte, a serem cobrados socialmente como modelo de comportamento moral no tocante a sexualidade.

O trabalho teórico e político organizado por REICH, nesta obra, tem como bandeira a defesa da condição humana pela fundamentação das ações quotidianas, empíricas, considerando os limites das possibilidades dos jovens de viverem uma sexualidade livre e responsável num ajuste social alienante e marcadamente nos limites da sociedade capitalista.

No conjunto da obra de REICH expressa-se a atenção deste teórico com a questão da sexualidade feminina, o que se pode dizer inovação, já que a maioria dos pesquisadores da questão da sexualidade de sua época não organizou registros significativos sobre a sexualidade da mulher. Em alguns espaços de seu trabalho REICH faz inclusive uma acusação contra FREUD neste sentido. Em seu entendimento FREUD é muito fálico. Para REICH, FREUD descreve as sensações e sistemas orgânicos apoiado no modelo masculino, enfocando assim um sentido forte da sexualidade masculina em detrimento da feminina, principalmente quando aborda o ato sexual em si.

É muito interessante a maneira com que REICH valoriza a participação da mulher na sociedade. Esta atitude, consideramos ser também uma postura política avançada para a sociedade capitalista dos Estados Unidos onde viveu boa parte de sua vida. O socialismo, ao contrário do capitalismo, ou no mínimo de forma muito

diferente, considera a igualdade entre os sexos, e REICH mostrou que também na sexualidade existe essa igualdade política.

A maioria dos pesquisadores considera que REICH foi se não o gestor, um grande colaborador, inspirador para a dita “*Revolução Sexual*” que ocorreu no mundo nos anos 60, onde os slogans como “*Paz e Amor*” buscavam a liberação das práticas sexuais em geral e também a libertação da mulher enquanto sexo reprimido.

Hoje, não é novidade para ninguém que surgiram por todo o mundo ondas críticas daquelas divulgadas como revolução, que a interpretaram e classificaram como grande engano ideológico por não alterar significativamente a ética conservadora dos relacionamentos sexuais, que passaram a assumir uma lógica mecânica, banal, quantitativa e muito mais genital.

A “*Revolução Sexual*” objetualizou a sexualidade reduzindo-a ao ato sexual genital, expondo práticas e compondo uma facilidade para se poder falar sobre sexo de maneira mais direta possível, por vários veículos de comunicação social, como o cinema, o teatro, música, literatura enfim, a maioria dos meios de comunicação que acabaram por reproduzir a ilusão do desenvolvimento de uma autonomia ou liberdade sexual, que na verdade não aconteceu, fazendo com que, na realidade, esse movimento promovesse ainda maior dominação de suas práticas e discursos, como muito bem registra MICHEL FOUCAULT em no volume I da “*História da Sexualidade*”, onde considera que a proliferação dos discursos sobre o sexo faz com que ele seja tomado como banalidade e zombaria, além de aumentar o cerceamento de suas práticas.

A quantificação das práticas sexuais pode ser considerada como um reflexo do modo ainda vigente das Ciências Naturais para classificar e registrar e interpretar os fatos. Sobre este ponto de vista destacamos a análise de NUNES (1996) quanto as peculiaridades daquele movimento histórico:

“Das bases das Ciências da Natureza, com o concurso da Psicanálise e da expansão mirabolante dos ‘mass media’ a sexualidade atingiu as

massas do pós-guerra. A indústria do entretenimento, o cinema e o rádio passaram a ditar normas e comportamentos no pós-guerra, e a explosão da sexualidade foi a 'boa-nova' anunciada às massas. O prazer sexual imbricado nas práticas sexuais alternativas, a eclosão do feminismo, as bandeiras da juventude e as contestações conjunturais dos anos 50 e 60 ampliam esta 'revolução' com as lutas de grupos sociais específicos, para a célebre tese da geração parisiense de 68 'Faça Amor, Não Faça Guerra...' A este deslocamento e expansão, com o que REICH chamava de 'economia sexual' contribuiu sobremaneira a massificação do controle da natalidade. A revolução da pílula é talvez maior ainda que a proliferação das idéias de uma sexualidade natural. Com a possibilidade de controle da natalidade os movimentos de contestação incorporaram ao seus viés naturalista o controle artificial da natalidade e fizeram da pílula a chancela da liberdade sexual”(1996, p.132)

As idéias de REICH de liberdade sexual estiveram sempre atreladas às suas idéias de liberdade política. Todavia, por efeito de interpretações equivocadas dentro de um paradigma superficial e consumista para a libertação da repressão sexual que se faz presente na cultura ocidental há praticamente dez séculos, e sendo aquele um movimento até então inédito para a libertação deste tipo de repressão, houve uma radicalização das atitudes e uma extrapolarização das concepções ligadas a conduta sexual do homem. O que resultou em falsas mudanças de paradigmas, uma vez que não se construiu uma nova ética para os relacionamentos nem, contudo, se superou a reprodução de conceitos e convicções conservadoras, ao nível da família patriarcal e do casamento como garantia econômica e social de um relacionamento “duradouro”.

A obra de REICH constituiu naquele momento uma alternativa quanto a justificar os novos rumos de vivência dos papéis sexuais que as gerações 50 e 60 buscavam. Contudo, diante das interpretações que fizeram alguns líderes das idéias revolucionárias, entendeu-se REICH como aquele teórico que pregava o amor livre. O primeiro equívoco já se mostra aqui, com o fato de que REICH pouco ou quase nada fala sobre o amor. E quando fala da liberdade sexual, é muito claro em dizer que entende o ato sexual como um ato político e como ato político entende-se, aquele ato que fundamenta-se na vontade do indivíduo que por ele se responsabiliza e assume-o

livre e conscientemente como sistema organizado de vida, considerando o sentido grupal na satisfação de seus objetivos. Diante desta consideração cabe a pergunta: até que ponto a instância do sexo quantitativo e mecânico pode ser considerado um ato político?

REICH traduziu sua preocupação no sentido da economia e da política sexual, sobretudo nas obras de título “*O Combate Sexual da Juventude*” e “*Psicologia de Massas do Fascismo*”. Nestes textos REICH admitiu muitas vezes que era muito mais complexo tratar a sexualidade como uma política de organização individual e social dentro de uma economia, que desde antes de nascermos já estava determinada por códigos de classe e códigos morais, obrigando os que não estivessem satisfeitos com tal predeterminação a lutar contra ela, reinventando formas e valores éticos para o tratamento pessoal e social da questão da sexualidade. Em uma passagem do primeiro texto citado acima, REICH considera que o desenvolvimento da sexualidade não repressiva só será possível com o fim da família patriarcal conservadora e burguesa, o fim do casamento e a transformação completa dos modos de produção capitalista. Do contrário, a sexualidade assume uma forma moralista e consumista de relacionamento. Assim a sociedade tem muito que mudar para alcançar um patamar de liberdade sexual com responsabilidade pelos atos sexuais que então, passariam a ser atos de libertação e concomitantemente atos políticos.

Destacamos um trecho deste primeiro texto acima citado em que REICH fala da dificuldade de trabalho político da sexualidade: “*Quero apenas indicar esta dificuldade no trabalho de política sexual, para não fazer acreditar que podemos desde já, sem impedimento, fazer a propaganda generalizada em favor do acto sexual*” (1978, p.101) .

Assim apesar do oportunismo revolucionário podemos detectar na obra de REICH uma preocupação com a sexualidade como possibilidade ou arma de luta política contra a submissão do desejo e das necessidades concretas dos homens, uma vez que a repressão sexual que torna os homens dócil e amedrontado de si e dos outros, é conseqüentemente, uma repressão política.

O que está em destaque é não perder de vista o critério político como organizador da consciência da sexualidade e, num sentido dialético, o contrário: o critério sexualidade como organizadora da consciência política, onde as duas esferas precisam de clareza crítica para que se desperte para a responsabilidade quanto a construção de uma nova sociedade e uma outra ética de igualdade e co-responsabilidade sexual.

Como vemos, REICH mais procurava teses para apoiar fatos do que criava teorias para explicar suas afirmações e pesquisas. Quando REICH tratou em sua obra: “A Revolução Sexual”, da questão dos motivos pelos quais tal revolução havia fracassado ele expôs o problema da falta de uma teoria para aquela revolução. Sabemos que sua síntese sobre este motivo teve origem na própria afirmação de LENIN: “*Não há prática revolucionária sem teoria revolucionária*”. Hoje entendemos que os hábitos, costumes e valores não se fazem revisados pelo tempo ou outro fator arbitrário.

Esse tipo de mudança requer uma força organizada e uma objetividade planejada para acontecer e, acreditamos, acontece mesmo que leve muito tempo. A proposta deste trabalho é contribuir com um aporte teórico-científico para a mudança da formação do homem. Ainda que não seja uma teoria que se possa dizer revolucionária é uma proposta inovadora de abordagem do tema que visa a *práxis* educativa no sentido de emancipação daqueles que, envolvidos no processo educacional, possam reavaliar suas práticas enquanto seres sexuados e plenos de energia vital da libido. Quem se dispõe a abordar pedagogicamente a sexualidade humana está num lugar onde se pode produzir mudanças profundas no comportamento ético dos indivíduos, tanto quanto ao grupo do qual faz parte quanto a si próprio, num exercício constante de entendimento da dinâmica da sua própria sexualidade. Revolucionária é a educação para a emancipação.

2.8 MICHEL FOCAULT – registros biográficos e marcas acadêmicas

Como buscamos fazer com os autores anteriores, descrevendo as formas de nossas interlocuções com a biografia, a ação política e acadêmica de cada um deles, apresentaremos também uma breve síntese da vida e produção de MICHEL FOUCAULT (1926-1984). Paul-Michel FOUCAULT nasceu em Poitiers, uma cidade francesa em 15 de outubro de 1926. Seu pai, Paul-André FOUCAULT era um médico renomado, condecorado com a cruz de guerra e sua mãe Anne-Marie Malapert, filha de cirurgiões, com uma promessa de seguir a tradição de seus antepassados e herdeiro de toda uma geração de médicos de sobrenome FOUCAULT. Michel tenta ingressar na Escola Normal Superior (em 1945), tendo sido reprovado da primeira vez que tentou o ingresso nesta conceituada Escola.

Esse fato marcou a vida de FOUCAULT, sendo preterido na Escola Superior teve que estudar no Liceu, onde ele foi parar em função dessa reprovação, o que fez com que ele fosse aluno de Jean HYPPOLITE, importante filósofo que trabalhava o hegelianismo na França. Seu próximo passo é estudar, a partir de 1946 na Escola Normal Superior da França. Ai conhece e mantém contatos com Pierre BOURDIEU, Jean-Paul SARTRE, Paul VEYNE, entre outros. Na Escola Normal FOUCAULT também é aluno de Maurice MERLEAU-PONTY. Dois anos depois, FOUCAULT recebe sua licenciatura em Filosofia na Sorbonne. Em 1949, FOUCAULT recebe sua Licenciatura em Psicologia e seu Diploma em Estudos Superiores de Filosofia, com uma tese sobre HEGEL, sob a orientação de Jean HYPPOLITE. Estuda profundamente o pensamento de Hegel e as teses de seu orientador, que mais tarde combaterá.

Tencionava na infância ser professor de História, sendo duramente desestimulado pela tradição da família de três gerações de cirurgiões e seu próprio irmão, Denys FOUCAULT, mantinha uma destacada competição familiar com FOUCAULT. Em meio a angústias e descaminhos que o levou a algumas tentativas de suicídio, FOUCAULT adere ao Partido Comunista Francês em 1950, ao qual fica ligado pouco tempo em função de desavenças políticas e de "intromissões" pessoais que o partido supostamente fazia na vida de seus participantes, como foi o caso de

ALTHUSSER e dele próprio, por razões de foro e identidade pessoal. Em 1951, FOUCAULT torna-se professor de Psicologia na Escola Normal Superior, onde tem como alunos J. DERRIDA e Paul VEYNE, entre outros. Fracassa no concurso para professor de Filosofia e aproxima-se de ALTHUSSER. Lê KIERKEGAARD, KAFKA e HEIDEGGER. Estuda PLOTINO, HUSSERL e NIETZSCHE. Aproxima-se da obra de G. CANGUILHEM. Neste mesmo ano ele trabalha junto ao Hospital Psiquiátrico de Saint-Anne.

Também na década de 1950, evidencia-se a afinidade de FOUCAULT pelas artes. Podemos observá-lo estudando o surrealismo, por exemplo, em 1952 e René CHAR em 1953. Mais ou menos nesse período, FOUCAULT segue o famoso Seminário de Jacques LACAN. Maurice BLANCHOT, Georges BATAILLE aproxima FOUCAULT de NIETZSCHE, ao mesmo tempo em que ele recebe seu diploma em Psicologia Experimental (fase em que FOUCAULT se aplica a JANET, PIAGET, LACAN e FREUD). Começa, então, a fase mais produtiva, no sentido acadêmico, na vida de FOUCAULT. Fase esta que vai até o final da década de 1970. Em 1971, FOUCAULT assume a cadeira de Jean HYPPOLITE na disciplina *História dos Sistemas de Pensamento*. A aula inaugural de FOUCAULT nessa cadeira foi a famosa *Ordem do discurso*.

Aos 28 anos Publicou *Meladie Mentale et Psychologie* (1954; Doença Mental e Psicologia), mas foi com *Histoire de la Folie à l'âge Classique* (1961; História da Loucura na Idade Clássica) , sua tese de doutorado na Sorbone, que firmou-se como Filósofo. Neste livro, analisou as práticas dos séculos XVII e XVIII que levaram à exclusão do convívio social dos "desprovidos de razão". FOUCAULT preferia ser chamado de "arqueólogo", dedicado à reconstituição do que mais profundo existe numa cultura - arqueólogo do silêncio imposto ao louco, da visão médica (*Naissance de la Clinique*, 1963; Nascimento da Clínica), das ciências humanas (*Les Mots et les choses*, 1966; As Palavras e as Coisas), do saber em geral (*L'Archeologie du Savoir*, 1969; A Arqueologia do Saber).

Suveiller et punir (1975; Vigiar e Punir) é um amplo estudo sobre a disciplina na sociedade moderna, para ele, "uma técnica de produção de corpos dóceis". O instinto da prisão teria por objetivo o marginal do proletariado e assim reduzir a solidariedade e o processo da classe inferior; confinando as ilegalidades da classe dominada, sobreviveriam mais facilmente as ilegalidades da classe dominante. FOUCAULT analisou os processos disciplinares empregados nas prisões, considerando-os exemplos da imposição, de idéias e comportamentos às pessoas, e a construção de padrões "normais" de conduta estabelecida pelas ciências sociais. A partir desse trabalho, explicitou-se a noção de que as formas de pensamento são também relações de poder, que implicam a coerção e imposição. Assim, é possível lutar contra a dominação representada por certos padrões de pensamento e comportamento sendo, no entanto, impossível escapar completamente a todas e quaisquer relações de poder. Em seus escritos sobre Medicina, FOUCAULT criticou a Psiquiatria e a Psicanálise tradicionais.

Deixou inacabado seu mais ambicioso projeto, *Historie de la Sexualité* (História da Sexualidade), que pretendia mostrar como a sociedade ocidental fez e faz do *sexo* um instrumento de poder, não por meio da repressão, mas da expressão e controle. O primeiro dos seis volumes anunciados foi publicado em 1976, sob o título *La Volonté de Savoir* (1976; A Vontade de Saber) e despertou duras críticas. Em 1984, pouco antes de morrer, publicou outros dois volumes, rompendo um silêncio de oito anos: *L'Usages des plaisirs* (O uso dos prazeres), que analisa a sexualidade na Grécia e *Le Souci de Soi* (O cuidado de Si), que trata da Roma dos dois primeiros séculos do Cristianismo.

FOUCAULT teve vários contatos com o exterior. Engajou-se nas disputas políticas nas Guerras do Irã e da Turquia. O Japão é também um local de discussão para FOUCAULT. Várias vezes esteve no Brasil, onde realizou conferências e firmou amizades como a de Roberto MACHADO. Foi no Brasil que pronunciou as importantes conferências sobre *A verdade e as formas jurídicas*, na PUC do Rio de Janeiro. Os Estados Unidos atraem FOUCAULT em função de um apoio à

liberdade intelectual e em função de São Francisco, cidade onde FOUCAULT pode vivenciar algumas experiências marcantes em sua vida pessoal no que diz respeito à sua sexualidade. BERKELEY torna-se um pólo de contato entre FOUCAULT e os Estados Unidos. Definitivamente, FOUCAULT sentia-se em casa nos EUA.

Todavia, ao contrário do que afirmam algumas biografias estreitas, esteve plenamente engajado em trabalhos acadêmicos e sociais pelas liberdades democráticas, atuando nos círculos da esquerda francesa, espanhola, italiana e inglesa. Debatia sempre suas teses e idéias com a comunidade política e acadêmica, tornando-se um exigente interlocutor.

Em junho de 1984, em função de complicadores provocados pela AIDS, FOUCAULT tem septicemia e isso provoca sua morte por supuração cerebral no dia 25. No dia 20 de Junho recebia, no leito, o terceiro volume de sua *História da Sexualidade*. Ao morrer, foi acompanhado pelo silêncio e pela surpresa, sendo anunciada sua *causa mortis* como derivada da AIDS, ainda pouco conhecida. Em Setembro de 1982 redigira um testamento para ser aberto em caso de acidente, onde deixara apenas duas recomendações: “*A morte, não a invalidez*” e ainda “*Nenhuma publicação póstuma.*”

Discutido e estudado por várias áreas do saber, FOUCAULT mostra-se como um pensador arrojado, um intelectual que preocupado com o presente em que se encontra inserido, percorre os saberes em busca de uma crítica que subverta os esquemas de saberes e práticas que nos subjugam. Para os estudos da Sexualidade, seu último e mais destacado tema de pesquisa, tornou-se um referencial crítico, um pensador que produziu uma lição metodológica e um dos mais ferrenhos combatentes da discriminação e do preconceito social.

2.9 FOUCAULT e a renovação da historiografia: para além do estruturalismo

O complexo período do Pós-Guerra foi marcado por contraditórias tendências filosóficas e políticas. FOUCAULT atua no cerne deste debate. Acusado de ser estruturalista, sempre reagiu a esta identidade. O *Estruturalismo*, tal como ficou conhecida a concepção filosófica eclética que reuniu notáveis estudiosos de Filosofia, Lingüística e Antropologia em torno de temática comum, por volta dos anos 60 e 70 caracterizou-se por ostentar um núcleo básico de investigações e proposições centrados no conceito de *estrutura*.

Para estes estudiosos a categoria de *estrutura* é a matriz da compreensão de toda realidade. Concebida como *modelo*, a estrutura determinaria, em última instância, todos os processos e componentes de um determinado estado ou fenômeno real. A categoria de *estrutura* explicaria as variações e consubstanciaria a matriz explicativa e interpretativa de todas as realidades sociais e humanas. Com os estudos de *Claude LEVY-STRAUSS* o estruturalismo assumiu um caráter científico. Negando a historicidade do processo social, isto é, seu caráter conflituoso e político, engessando numa explicação idealista e abstrata o recorte conceitual dos fatos humanos, a *estrutura* equivaleria a uma defesa do eleatismo grego, a negação do movimento e a exaltação da imobilidade, conseqüentemente negando toda concepção de evolução ou de dialética.

LEFEBVRE, H. afirma: “*a ideologia estruturalista dissimula e justifica as aspirações da burocracia e da tecnocracia a serviço incondicional do Estado*” (1971, p.10), numa crítica contundente aos pressupostos e alcances políticos deste movimento na conturbada conjuntura política desta época. SUCUPIRA vai mais além, ao apresentar o Estruturalismo, afirmando:

“Como todas as excrescências idealistas e parasitárias, teve o Estruturalismo um período de curiosidades, paixão, querelas filosóficas e paralogismos aberrantes. Depois, arrefecimento e ostracismo melancólico, como réquiem de uma ideologia de poder revestido de veleidades científicas.(...) “Estrutura”, por definição, unidade de um sistema de relações em equilíbrio, é tida pelos doutrinários

estruturalistas como estado permanente, em que as desordens que se apresentam são apenas superficiais e sem conseqüências. Trata-se de fixar, por uma operação lógica, o imóvel contra o movimento e eliminar o histórico em proveito da estrutura e, por extensão, a noção de progresso. (...) Em sua acepção arquitetural, o conceito de estrutura serviu, às mil maravilhas, para a elaboração de uma “doutrina” - aspecto negado pelos apologistas - e de orientação programática, com vistas precípua à aplicação nas esferas sociológica e política, com desprezo sobranceiro para a categoria de “classe social”. (1994, p.94-95)

As condições históricas reais da constituição do cerne das análises em FOUCAULT talvez orientem à crítica e acusação, muitas vezes repetida, de que seu pensamento é estruturalista. Não são poucos os que afirmam isto e o próprio FOUCAULT, em momentos de sua atuação intelectual, deixou dúvidas sobre esta questão e em outros momentos firmou sua distância deste modo interpretativo da realidade. Consideramos que FOUCAULT, ao evitar o antropocentrismo subjetivista e a noção de *continuidade*, pérola estruturalista, aplicada à sua noção de história, apontando para recortes objetivos de estudos diferenciados, mas apreendidos nas condições materiais de espaço e tempo histórico, ainda que privilegiando a constituição de saberes, condutas e preceitos normativos e disciplinares, não se perdeu no labirinto estrutural. É mais correto afirmar que, sem dúvida, seu pensamento guarda sérias influências do Estruturalismo, mas daí a enquadrá-lo neste conceito ou orientação epistemológica, vai uma longa distância.

Em primeiro lugar, FOUCAULT não comunga com o subjetivismo emocional e romântico da Antropologia Culturalista das primeiras décadas deste século nem com as concepções estruturalistas de base psicanalítica dos estudos etnográficos que tomaram corpo nos anos 60 e posteriores. Seu método *arqueológico* é rigoroso, empírico e preciso, muito mais tributário de NIETZSCHE do que das circunscrições semiológicas e culturais das relações de parentesco ou similaridades culturais. Ao superar a estreiteza dos estudos da linguagem, que para os estruturalistas explicariam toda a realidade humana, indo esquadrihar os códigos de poder e as instituições de

controle, FOUCAULT recupera a *historicidade* de seus estudos e não cai na vala comum do idealismo que estuda somente “o que permanece”, alheio ao escoar do movimento dialético. O Estruturalismo, no dizer de LEFEBVRE, H., citado por SUCUPIRA:

“(...) prefere a prótese à perna natural porque aquela é funcional (...) Quer ‘estruturar’ a sociedade moderna para conservar-lhe a ordem. No fundo de seu pensamento encontra-se curiosa predileção, quase maníaca, quase esquizofrênica, pelo imóvel, pelo quadro. O tipo de intelegibilidade que ele preconiza exclui o movimento. Vê na vida social a obra da linguagem, em lugar de conceber a linguagem como obra da sociedade.”(LEFEBVRE, H.in SUCUPIRA,1994,p.98)

Não há possibilidade de enquadrar o pensamento de FOUCAULT neste cenário. A própria sistematização do nascimento das práticas de segregação, as técnicas de vigiar e punir, a dialética da ciência como dominação e a historicidade das condutas sexuais, através de dispositivos de controle, expurgo, confissão, extorsão e construção de verdades e dogmas aponta para um pensamento dinâmico, fluente, muitas vezes rude e até cruel em seu pessimismo crasso, mas não há a compleição da estrutura a explicar a totalidade do fenômeno de poder. FOUCAULT pulou os muros do subjetivismo estruturalista, centrado no relativismo epistemológico, ao negar-se a desconsiderar a noção política de *tempo e espaço*.

BURKE, P. afirma ser FOUCAULT tributário da Escola dos Annales. Sua afirmação nos parece clara na direção de uma categoria *foucaultiana* de *historicidade*, talvez a conjuntura intelectual que tenha tirado FOUCAULT da rota estruturalista. Observa BURKE:

“No desenvolvimento intelectual de Foucault, por exemplo, a “nova história” francesa desempenhou um papel significativo. Foucault caminhou em linhas paralelas às da terceira geração dos Annales. Da mesma maneira que ela, estava preocupado em ampliar os temas da

história. Ele tinha algo a ensinar-lhes, como já vimos, mas havia o que deles aprender, também.” (1991, p.117)

Para BURKE, P. FEBVRE, L. e BRAUDEL, F. em sua geração, não levaram muito a sério a história política, apesar de não ignorá-la. BURKE é categórico ao afirmar que FOUCAULT introduz novas formas de investigação da história, quebrando, por assim dizer, a categoria hegemônica de estrutura que rondava também a Escola dos Annales nesta conjuntura intelectual. Quanto a este ponto de vista, BURKE argumenta:

”O retorno à política na terceira geração é uma reação contra Braudel e também contra outras formas de determinismo (especialmente o “economismo” marxista). Está associado à descoberta da importância do agir em oposição à estrutura. Está associado também ao que os americanos denominam “cultura política”, de idéias e de mentalidades. Graças a Foucault, esse retorno se estendeu em direção à “micropolítica”, a luta pelo poder no interior da família, da escola, das fábricas, etc. Em consequência dessas mudanças, a história política está em vias de uma renovação”.(1991, p.103) ¹

A Escola dos Annales recebeu críticas de privilegiar temas como “economias, sociedades e civilizações”, em detrimento do tema “política”, proposto originalmente por ocasião da criação da revista. Contudo BURKE relativiza esta crítica afirmando justamente que a terceira geração de ANDRÉ BURGUIÈRE e JACQUES REVEL retoma, apesar de não totalmente, esta questão.

Como vimos então FOUCAULT aparece aqui como um elo entre os referenciais historiográficos inovadores dos Annales e a redescoberta da dimensão política da História, na perspectiva da Nova História. Mais adiante em “A Escola dos Annales” PETER BURKE recorre a CHARTIER, (1988) em sua obra “Cultural History”, onde nota que FOUCAULT era ‘um leitor atento’ da história serial dos anos 50 e 60.

¹ Grifos nossos.

Vejamos o alcance de tal observação de BURKE:

“O débito de Foucault em relação aos Annales pode ter sido menor do que deve a Nietzsche, ou aos historiadores da ciência, como Georges Canguilhem (através de quem tomou conhecimento da noção de descontinuidade intelectual), mas é mais substancial do que ele próprio jamais admitiu. O que Foucault gosta de denominar sua “arqueologia”, ou “genealogia” tem, pelo menos, uma semelhança familiar com a história das mentalidades. Ambas as abordagens mostram uma preocupação com tendências de longa duração e uma relativa despreocupação com pensadores individualizados. (...) Foucault não aceitava na abordagem dos Annales, em relação à história intelectual, O que considerava a ênfase excessiva na continuidade (...). Era precisamente sua vontade de ir até o fundo dos problemas e em discutir como as visões de mundo se modificam que Foucault diferia mais agudamente dos historiadores das mentalidades. Estes têm coisas importantes a aprender de sua ênfase nas “rupturas” epistemológicas, por mais furiosos que estejam com sua recusa em explicar tais descontinuidades”.(1991, p.117-118)

O que a princípio parecia ser uma acusação, em última análise vem reafirmar a inovação corajosa de FOUCAULT como historiador preocupado com as histórias “marginais” que respaldam o modo expressivo da tessitura historiográfica própria da Nova História. Ao questionar a noção de sujeito, como que consubstanciando uma autoria estrutural e uma intencionalidade teleológica nos fatos e acontecimentos humanos, FOUCAULT retoma as bases da filosofia anti-racionalista de NIETZSCHE, F., sem, contudo, apontar para seu *nihilismo* latente. Questionando tanto o suposto determinismo marxista quanto a positividade evolucionista da concepção de COMTE. A, FOUCAULT busca uma via epistemológica consoante com a negatividade das orientações estruturais e macro-institucionais. Reage contra a explicação romântica do devir materialista e do progredir científico linear. Não denota sua quixotesca concepção uma derrocada da possibilidade de intervenção na História e uma assepsia da luta política. Afirmo MARIETTI:

”Essa localização da ciência no saber, realizada ao descobrir as regras precisas das formações discursivas, e possível graças à arqueologia do saber, nos evidencia que existe um conjunto de realidades, sem dúvida dependente das forças produtivas e das relações de produção, sobre o qual o silêncio foucaultiano não é tão completo quanto se quer admitir), mas realidades (e essa é a originalidade do trabalho arqueológico) que se apresentam sob a análise como regularidades, num jogo de relações diferenciais, de inter-relações determinantes ao nível do discurso, nível eleito pelo trabalho arqueológico.”(1977: p.150)

Ao recusar as explicações históricas ao nível do *contínuo* FOUCAULT evita a armadilha da concepção estruturalista e a noção de descontinuidade de BACHELARD, que identifica a potencialidade de fundamentos irracionais e não-científicos na própria estruturação da ciência. Em suma, não se deve buscar nas bases do pensamento científico um suposto *ethos* irracionalista, um campo de significações pré-rationais que sustentariam a arbitrariedade do discurso científico. FOUCAULT afirma que é preciso identificar o curso das formações discursivas em bases de uma realidade não discursiva, que ele aponta para a história e a tensão política da realidade social e cultural humana. Assim, ainda que não tenha explicitado o campo material destas bases, recusando a fazer a indicação objetiva das relações materiais de produção, seria interessante estudar este conceito de realidades não discursivas, que determinam, não linear, mas aleatória e arbitrariamente, as formações semânticas e enunciados discursivos.

Com tais pressupostos FOUCAULT, ao recusar a subjetividade do *sujeito*, isto é, sua intencionalidade ou autoria, tanto da história quanto do conhecimento, e ao mesmo tempo, afirmar a impossibilidade de uma compreensão do *objeto*, produz uma antiepistemologia, tornando-se, por extensão desta desconstrução e caracterização, um anti-humanista, anti-antropologista e um anti-estruturalista. Define a História como um processo sem sujeito, caracterizado por uma dinâmica da organização dos sistemas de leis e normas, saberes e poder.

Em segundo lugar, FOUCAULT renova a historiografia, tanto aquela que fundamentava a História oficial, narrativa e heróica, concebida como sucessão de fatos objetivos na concepção *positivista* quanto a História processual *economicista* do marxismo do século XIX. Sua ênfase sobre novos campos de saber e procedimentos introduz a arbitrariedade e a descontinuidade também ao nível dos materiais historiográficos elevados à categoria de legítimas fontes do estudo do historiador. A História nos é apresentada enquanto ciência oficial em plena mutação epistemológica.

Para fundamentar nosso trabalho recorreremos freqüentemente aos estudos de base histórica, seus fundamentos epistemológicos e fontes historiográficas. Nossa incursão neste campo torna-se necessária em razão do recorte objetual e temático que fazemos da obra de FOUCAULT.

Vale registrar que ponderamos anteriormente que a questão do conceito ou de conceituar algo, de acordo com o entendimento dos estudiosos deste pensador, seria prender ou mesmo desenvolver um “*pré-conceito*”, no sentido de estar exercendo ou desenvolvendo neste ato de conceituar, particularidades subjetivamente interpretativas. Salvo a radicalidade desta postura, entendemos que no campo teórico das ciências humanas a exploração e o conhecimento em primeira instância, só são possíveis - primeiro numa generalização associativa e em segundo lugar na diferenciação específica que vai gerar em terceiro e último lugar, uma definição, mesmo que temporária e precária.

A maior parte da produção das obras teóricas de FOUCAULT demonstra desde o título, uma forte tendência ao tratamento dos temas a partir do aporte histórico para compreensão epistemológica das problemáticas que se propõe a analisar. Para exame geral dos temas queremos apresentar aqui alguns títulos dentro da tendência que acabamos de apontar: “*História da Loucura*” (1961), “*O Nascimento da Clínica*” (1963), “*Arqueologia do Saber*”(1967), “*História da Sexualidade* “ esta em três volumes - *vol.I “A Vontade de Saber”(1976), vol.II “O Uso dos Prazeres”(1984), vol.III “O Cuidado de Si” (1984)* somando boa parte de sua obra. Podemos dizer em última instância que quase todos os textos deste pensador possuem um referencial

histórico que serve de apoio básico para suas análises e críticas contundentes que compreendem o objetivo de sua produção teórica.

Nas obras em destaque, FOUCAULT apresenta a evolução histórica da polêmica dos temas, sempre a partir das relações de *poder* e das inter-relações entre *sujeito* e *objeto* ressaltando a existência deste em todos os períodos históricos da sociedade ocidental, que é a esfera antropológica e cultural de seu trabalho. Nesta direção desenvolve suas análises criando uma “*discursividade*” toda própria para elucidar de maneira crítica o engendramento das relações sociais que para ele baseiam-se nas relações de poder. Como pesquisador empreendeu importantes análises epistemológicas a respeito do surgimento das Ciências Humanas e suas contribuições em nossa cultura.

Foi a partir da análise dos discursos que FOUCAULT investigou as bases da dominação e da multiplicação de idéias em favor do poder, fortalecido por leis e normas sociais que mostram especiais características no sentido de serem difusas, porém reconhecidas e catalisadas no “*macro*” poder do Estado. As noções de *Saber*, *Poder* e *Subjetivação-Objetivação* são marcadamente, três períodos e interesses temáticos que compreendem grande parte da obra de MICHEL FOUCAULT. Nas importantes teses de seus estudos observa-se uma forte inter-relação entre Epistemologia, Política e Ética, o que leva a desenvolver um caráter filosófico profundamente relevante em sua obra. Podemos considerar que o tema recorrente das formas do *Saber* é um dos suportes fundamentais de sua Epistemologia. As forças normativas e constitutivas do *Poder* ou dos *Poderes* estruturam o cerne de seus estudos Políticos e a discussão sobre *Subjetividade* ou o espaço idiossincrático de cada ser, o âmago, a essência de “*Si*” - a reclamar o cuidado de *Si*, conformam as concepções éticas de FOUCAULT.

A maneira com que ele entrelaça estas suas idéias é que vai compor criativamente a sua *Discursividade*. Para compreender a discursividade em FOUCAULT é necessário entender, conforme escreve em “*As Palavras e as Coisas*”, que este considera a linguagem através das palavras, capaz de atribuir sinais

específicos a todas as representações, e restabelecer entre estas representações o máximo de combinações possíveis. O que só é viável através do conhecimento. Logo: para este teórico, conhecimento e linguagem têm ligações muito estreitas entre si.

O pensador em questão procura em seus trabalhos e considerações, configurar a realidade material das coisas. Com isso infere-se que ele acredite que a dinâmica dos acontecimentos não é gerada na base material como pensam os marxistas. Ou ainda, para este, a conceituação do que seja a *base material* pode ser uma *idéia*, muito mais do que a realidade efetiva desta base material, nos homens reais. Corre-se aí o risco, já apontado por MARX, de perder-ser no *conceito de homem* sem atentar para a realidade dos homens reais.

Os estudiosos de FOUCAULT mostram que ele se diferencia dos marxistas também porque delimita o poder no nível da *ideologia*, considerando a ambigüidade deste conceito em nossa época e mantendo a intenção de imputar a este conceito uma amplitude histórica, explorada por FOUCAULT na obra *A Arqueologia do Saber* (1967), reportando-se a Destütt de Tracy. Para os marxistas a questão da *ideologia* é um dos temas mais delimitadores da relação entre *ciência e poder*. A concepção tradicional da ideologia consubstancia o conceito de *alienação*, onde a representação ideológica seria a consciência invertida da realidade. Esta seria a base da dominação e do poder. Para FOUCAULT o poder não está concentrado na ideologia e sim existe a partir de vários centros de poderes.

Podemos entender a partir de FOUCAULT que o poder não atua somente na interdição ou na lógica da censura, mas com freqüência age positivamente. Pode atuar liberando também, e não apenas reprimindo. É como se existisse uma sutileza positiva no poder. Na relação *Saber-Poder*, o poder não apenas nega o saber; ele também distribui o saber e na visão de FOUCAULT ele até ``vulgariza`` o saber. Pelo que se sabe o poder sempre foi garantido pelo saber, numa dialética interminável que não se confunde com justaposição de contrários.

Desde as comunidades mais primitivas até nossos tempos, a sociedade *moderna* foi a que mais divulgou o *saber*, ou, para ser mais preciso, divulgou um certo tipo de saber, construído sobre a ciência e consagrado por regras de vigilância e normatividade permanente. Pelo que se entende, o poder pode trazer em si sua negação e esta seria a possibilidade de ação positiva dos indivíduos para liberarem de alguma forma suas ações. No entendimento de FOUCAULT *Poder* é um nome que se empresta a uma situação social relacional complexa. Estas relações são inconstantes e desequilibradas. Compreendemos o *Poder* então, como a multiplicidade das relações de forças e seus domínios de campo e sua organização. O *Poder*, para FOUCAULT, está em toda parte porque emana de tudo. Neste sentido o campo social é uma rede de poderes entrecruzando-se, e o homem não deixa de ser resultante de uma complexa rede de uma matriz do que ele denomina “*biopoder*”. Como vemos FOUCAULT parte da ordem aparente para recuperar e supostamente reconhecer o caos latente.

Nesta direção, grosso modo, poderíamos explicar Política em FOUCAULT como sendo um conjunto das relações de poder disseminadas socialmente. Entendemos que é importante o registro de esclarecimentos conceituais de acordo com as perspectivas *foucaultianas*, para que se entenda melhor o que queremos estudar a partir de suas idéias.

Afirmamos, então, que saber é a forma com que se organizam e dimensionam os conhecimentos e as informações. O pensamento de FOUCAULT acusa a imbricada articulação entre *Saber* e *Poder* ao afirmar:

“(...) existe, e tentei fazê-la aparecer, uma perpétua articulação entre o poder com o saber e o saber com o poder. Não nos podemos contentar em dizer que o poder tem necessidades de tal ou tal descoberta, desta ou daquela forma de agir, mas que exercer o poder cria objetos de saber, os faz emergir, acumula informações e as utiliza. Não se pode compreender nada sobre o saber econômico se não se sabe como se exercia, quotidianamente, o poder, e o poder econômico. O exercício do poder cria perpetuamente saber e, inversamente, o saber acarreta efeito de poder. (...) O humanismo moderno se engana, assim, ao estabelecer a

separação entre saber e poder. Eles são integrados, e não se trata de sonhar com um momento em que o saber não dependeria mais do poder, o que seria uma maneira de reproduzir, sob a forma utópica, o mesmo humanismo. Não é possível que o poder se exerça sem saber, não é possível que o saber não engendre poder.”(1987, p.142-144)

Este inventário do potencial relacional, *Saber - Poder*, é exatamente a estrutura do seu entendimento sobre o que vem a ser a história, que se apresenta como as malhas desta relação de normatividade constituída como *saber* e como *poder*. Não se trata de estudar as práticas repressivas, mas de demonstrar a construção das regras e a gênese da *norma* que legitima uma determinada ordem social. FOUCAULT aponta para a dialética no processo de construção e reconstrução contínua destas potencialidades ora quantitativas, ora qualitativas que possibilita entendê-las como o engendramento das engrenagens que fazem mover arbitrariamente a história.

Muitos dos estudos sobre FOUCAULT afirmam que sua matriz, ou o contraponto desta, reporta-se a DESCARTES. Este proeminente filósofo francês inauguraria a reflexão epistemológica moderna. Consoante com as proposituras de seu tempo, afirma que as idéias e a própria realidade são *representações*. A dinâmica da filosofia, que encerrar-se-ia em uma epistemologia, seria a de exumar e garantir a qualidade das proposições da linguagem, de modo a exorcizar o erro e garantir o pensamento puro e claro. O deciframento da totalidade da realidade seria o ideal do filósofo.

Nesta direção, FOUCAULT seria o *anti-cartesiano*, retomando o papel de *coveiro da razão ocidental* já assumido por NIETZSCHE, seu grande interlocutor, no século XIX. Desacreditado da metafísica, decretada a morte de DEUS, FOUCAULT mostraria a exumação da razão inoperante e incapaz de propor um *telos* para a realidade humana. Não há, diz FOUCAULT, uma *teleologia da história* nem uma objetividade da razão; ambas são processuais, arbitrárias e precárias, construídas sobre uma genealogia da repetição ou *tautologia* e legitimadas ou garantidas por cânones de poder e dominação, que não se resumem às condições estruturais da Política e do

Estado, mas se configuram por redes interpenetradas na linguagem e na própria representação essencial da condição humana. Seu pensamento é um *anti-humanismo* pessimista e desesperado, muito mais próximo da *teologia negativa* da Idade Média, agora mais voltada para o Homem, do que para a efetivação de um novo paradigma histórico. Sua antropologia funda-se no *homem decaído kierkyerguardiano* e na determinação messiânica da *vontade schoppenhaueriana*. A originalidade de FOUCAULT consiste em mostrar a *descontinuidade* da história, a dificuldade da mutação epistemológica do sujeito para a estrutura histórica. FOUCAULT incumbe-se de perguntar-se sobre o *novo discurso do método para abordar o discurso*.

Só compreenderemos, porém, estes conceitos, se tiverem critérios que viabilizem a leitura das prioridades metodológicas da abordagem teórica da *Arqueologia* de FOUCAULT em seu entendimento temático de apresentação da condição humana profundamente imbricado com sua compreensão do que seria a história, aliás, composta em FOUCAULT por várias histórias paralelas como iremos ver adiante.

MARIETTI nos diz, comentando o pensamento de FOUCAULT, de modo a defendê-lo dos modismos e apropriações vulgares:

“Em todo caso, a arqueologia do saber é certamente um método regularizado, que possui um objeto delimitado-não a ciência, mas o saber: método rigoroso que trata da normatividade dos discursos de uma época, as formas de normatização e as regras de formação do saber, método amplo que se estende na extraterritorialidade científica, extrapolando os métodos das disciplinas reconhecidas e oficializadas, pois ultrapassa a todas, tomando seu objeto sobre seu próprio domínio e se confessando o método histórico mais positivo de todos, numa História Crítica, como deveria ser toda a história, não porque julga o passado, mas ao contrário, porque o “mostra” e essa “demonstração” do passado eqüivale, na realidade histórica vivida atualmente, a uma verdadeira práxis, capaz de revolucionar as práticas institucionalizadas”.(1977, p.07)

Na verdade, esta citação de MARIETTI busca contrapor-se aos que assumem a suposta *epistemologia ou antiepistemologia* de FOUCAULT com desconhecimento ou falta de acuidade intelectual, beirando ao relativismo e à *psicologização*, das apropriações conceituais, tão combatida por este. Ainda que se tenha clareza da conceituação da “*genealogia*” justificada na teoria *foucauniana*, torna-se necessário apontar quadros específicos que mostrem preocupações no sentido elucidativo da história ou das histórias investigadas por esta genealogia.

No campo da História e da História da Educação temos uma apreciação bem próxima e interessante de SAVIANI (1997), que critica a elevação de FOUCAULT ao estatuto modista de “guru”, o que teria desencadeado um desleixo epistemológico e um desconhecimento do campo gnoseológico e dos pressupostos filosóficos onde seu pensamento se fundamenta. Destaca SAVIANI:

“Apenas à guisa de exemplo, lembro a influência de Foucault, transformado praticamente no guru da historiografia dita avançada. O problema é que a maioria dos historiadores, de um modo geral, e historiadores da educação, de modo especial, tem pouco domínio sobre o universo epistemológico em que se move Foucault e, menos ainda, sobre a matriz filosófica de que é tributário, o que obrigaria a remontar ao pensamento de Nietzsche. Talvez esteja aí a razão da grande receptividade conferida a Foucault nas pesquisas de História e História da Educação, acolhido como o arauto da defesa da subjetividade humana” (1997, p.06)²

Parece-nos mais apropriado afirmar ou concluir que, na compreensão de SAVIANI e de acordo com a premissa básica que intentamos imprimir no presente trabalho, há uma apropriação indevida do pensamento de FOUCAULT, por parte de pesquisadores da história e da história da educação, o que nos permite afirmar que este modismo recursivo seja uma contradição grosseira, visto que, em FOUCAULT, nas matrizes de seu pensamento, não há uma defesa da subjetividade, pelo contrário,

FOUCAULT nos parece mais próximo à uma negação solitária de toda antropologia realizadora e otimista, mostrando a precariedade de nossas intenções e a incapacidade de imprimirmos uma marca humana à realidade natural e social que nos é dada. Em síntese, evoca-se FOUCAULT, justamente um dos mais *pessimista* dos pensadores contemporâneos, para salvar a suposta subjetividade idiossincrática da condição humana.

Ao consubstanciar esta dialética negativa do sujeito e aplicar tais regras do método arqueológico à História FOUCAULT inaugura uma nova, ou pelo menos renovada, concepção normatizadora da construção do “indivíduo” na história, ao observar:

“Mas, não se deve esquecer que existiu uma mesma época uma técnica para construir efetivamente os indivíduos, como elementos correlatos de um poder e de um saber. O indivíduo é, sem dúvida, o átomo fictício de uma representação ‘ideológica’ da sociedade; mas é também uma realidade fabricada por esta tecnologia específica de poder que se chama ‘a disciplina’. Temos que deixar de escrever sempre os efeitos de poder em termos negativos; ele ‘exclui’, ‘reprime’, ‘recalca’, ‘censura’, ‘abstrai’, ‘mascara’, ‘esconde’. Na verdade o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nesta produção.”(1977, p.172)

Decorrente desta concepção negativista do sujeito, FOUCAULT aponta sua concepção de História, na linha de NIETZSCHE e sua “genealogia”, como método de investigar a construção arbitrária dos conceitos e normas da realidade. Vejamos FOUCAULT:

“Que História investiga o genealogista? É em qualquer caso uma História que diz o que não se espera -uma História real e efetiva, não

² SAVIANI, Dermeval **O Debate Teórico e Metodológico no Campo da História e sua importância para a Pesquisa Educacional**, Conferência de Abertura do IV Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”, Campinas-SP, 14-19/12/97 - pg 06.

uma História contínua e essencial que seria nosso espelho de complacência. A História genealógica fraciona as belas imagens de nossa estabilidade e de nossa dignidade, para nos apresentar a dispersão dos momentos de força e fraqueza, a alternância dos reinos, os regimes culturais, sociais, alimentares, ideológicos que manipulam nosso corpo. O acontecimento surge, isto é, uma relação de forças no jogo imprevisto, uma inversão, uma reviravolta, o ocaso do combate. A História genealógica não mais obedece à metafísica, revela-se crítica, contraditória, “perversa”, certamente contrariante.” (1977, p.185)

Portanto, a genealogia de FOUCAULT apresenta não uma história, mas *histórias* múltiplas, de modo a considerar diferentes perspectivas de leituras que tornam-se, nesta originalidade, maneiras de articulação quase que competitivas entre os saberes e os poderes que tomam como essencialidades os desvios e desconfortos históricos estranhos à “história real”. Nesta perspectiva, o sujeito, com frequência, torna-se parte desta estranheza, é território de entrecruzamento de forças deste sistema ideológico. Esta interpretação comparativa de DELEUZE, G. alcança de maneira interessante a compreensão da extensão da noção de sujeito dentro desta organização teórica. Vejamos esta observação de MARIETTI:

”Assim, tanto quanto se pode opor a História à estrutura, pensa-se que o sujeito guarda um sentido como atividade constituinte, concentradamente unificante. É por isso que Foucault coloca diretamente o problema ao nível da História, das multiplicidades da História e não das estruturas. Uma destruição fria e combinada do sujeito, um vivo desgosto pelas idéias de origem, de origem perdida, de origem reencontrada, um desmantelamento das pseudo-sínteses unificadoras da consciência e do devir da razão, é o que anima o positivismo romântico de Foucault”.(DELEUZE, G. in MARIETTI, 1977, p.87)

Assim o sujeito é associado à história como natureza opaca de qualificações, e superficialmente responsável por ela. Como se o sujeito fosse atuante da situação posta pelas tramas do poder, reafirmando-as contra ele próprio. O que de um lado pode ser interpretado como acusação da impossibilidade da mesma atuação. Talvez seja esta a

questão primordial que tem uma potencialidade interpretativa capaz de salvar o pensamento de FOUCAULT, em sua maturidade, da carapaça acusatória de ser um autor “estruturalista”.

Ao buscarmos a interlocução como pensamento de FOUCAULT pretendemos encontrar novos campos de interpretação científica e política da condição humana, voltada para a sexualidade como campo potencialmente criador da emancipação da razão e da ação educativa.

2.10 FOUCAULT e a pedagogização e medicalização do sexo

FOUCAULT define com clareza quatro grandes estratégias para a descrição e o enquadramento pelo poder, das práticas sexuais. Vejamos tais categorias: *histerização do corpo da mulher, pedagogização do sexo da criança, socialização das condutas de procriação e psiquiatrização do prazer perverso*, categorias marcantes na obra de FOUCAULT:

“A histerização do corpo da mulher: tríplice processo pelo qual o corpo da mulher foi analisado – qualificado e desqualificado – como corpo integralmente saturado de sexualidade; pelo qual, este corpo foi integrado, sob o efeito de uma patologia que lhe seria intrínseca, ao campo das práticas médicas; pelo qual, enfim, foi posto em comunicação orgânica com o corpo social (cuja fecundidade regulada deve assegurar), com espaço familiar (do qual deve ser elemento substancial e funcional) e com a vida das crianças (que produz e deve garantir, através de uma responsabilidade biológico-moral que dura todo o período da educação): a Mãe, com sua imagem em negativo que é a ‘mulher nervosa’, constitui a forma mais visível desta histerização”. (1988, p. 99)

Eis uma forma encontrada pela sociedade moderna para assinalar a mulher como um perigo sexual eminente, sem desobrigá-la das tarefas relativas à manutenção e organização da família. Sabe-se que o senso comum reforça os estereótipos sexuais e,

entre muitos, destaca-se o rótulo da mãe aflita e constantemente nervosa. São três séculos de inculcação destes papéis. Vê-se o resultado claramente, no exército de mulheres que luta para entender e superar as formas de introjeção das identidades sociais dominantes. Também a sexualidade da criança, segundo FOUCAULT, sofreu interferência objetiva:

“Pedagogização do sexo da criança: dupla afirmação, de que quase todas as crianças se dedicam ou são suscetíveis de se dedicar a uma atividade sexual; e de que tal atividade sexual, sendo indevida, ao mesmo tempo ‘natural’ e ‘contra a natureza’, traz consigo perigos físicos e morais, coletivos e individuais; as crianças são definidas como seres sexuais ‘liminares’, ao mesmo tempo aquém e já no sexo, sobre uma perigosa linha de demarcação; os pais, as famílias, os educadores, os médicos e, mais tarde, os psicólogos, todos devem se encarregar continuamente desse germe sexual precioso e arriscado, perigoso e em perigo; essa pedagogização se manifestou, sobretudo na guerra contra o onanismo, que durou quase dois séculos no Ocidente”. (1988, p. 99).

Percebe-se a mesma preocupação em conter e atribuir um sentido negativo à sexualidade da criança e à sexualidade da mulher, objetivando uma vigília externa e uma culpabilização e desconfiança interna, criando uma vulnerabilidade que facilitava o controle, dentro da mesma lógica da produção e em tempos de crise de mão-de-obra para o trabalho industrial. O sentido de preservação e multiplicação da família e a responsabilidade da mãe, mesmo nervosa, continua a ser da mãe e a intenção disciplinadora da criança, que será o adulto de amanhã, só terá continuidade se nascerem mais e mais crianças. Assim, conforme FOUCAULT, vejamos o seguinte dispositivo:

“(…) socialização das condutas de procriação: socialização econômica por intermédio de todas as incitações, ou freios, à fecundidade dos casais, através de medidas ‘sociais’ ou fiscais; socialização política

mediante a responsabilização dos casais relativamente a todo o corpo social (que é preciso limitar ou, ao contrário, reforçar), socialização médica, pelo valor patogênico atribuído às práticas de controle de nascimentos, com relação ao indivíduo ou à espécie.” (1988, p. 100)

As medidas sociais são exatas medidas de controle, onde cada casal confessasse socialmente. Casamento, nascimento, óbito... Informações que permitem vários tipos de interferências. A sociedade moderna não tardou a criar instituições de trabalho e apoio social que passaram a empenhar em fazer cumprir os objetivos capitalistas em fase de consolidação.

Neste momento, a sociedade já aprendia, sob duras penas, a classificação do normal e anormal para o comportamento sexual humano. Assim, os que não se encontravam dentro dos preceitos de normalidade, sofriam o efeito do seguinte dispositivo:

“(...) psiquiatrização do prazer perverso: o instinto sexual foi isolado como instinto biológico e psíquico autônomo: fez-se a análise clínica de todas as formas de anomalia que podem afeta-lo; atribuiu-se-lhe um papel de normalização e patologização de toda a conduta; enfim, procurou-se uma tecnologia corretiva para tais anomalias.” (1988, p. 100)

Aqui temos a classificação, o diagnóstico e o tratamento do sexo supostamente perverso. Tal consideração nos remete à identificação dos fundamentos da moralização e institucionalização das práticas supostamente oficiais e ao esforço de controle das práticas marginais.

CAPÍTULO III

MARCOS FILOSÓFICOS E EPISTEMOLÓGICOS DE FREUD, REICH E FOUCAULT E SUAS POTENCIAIS APROPRIAÇÕES REFERENCIAIS (TEÓRICAS) E EDUCACIONAIS (PRÁTICAS) NAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO E ATUAÇÃO INSTITUCIONAL DA EDUCAÇÃO SEXUAL

Os temas que pretendemos abordar no capítulo presente tratam a dinâmica da Educação Sexual. Apontamos, nas páginas anteriores, a necessidade de formação de uma base científica de reflexão sobre o tema, ainda muito distante da realidade atual das principais iniciativas institucionais e referenciais sobre Sexualidade e Educação.

Passadas duas décadas de diferentes práticas de Educação Sexual, acabamos por constatar uma acentuada banalização ou saturação do tema, quer pela insuficiência de algumas iniciativas de educação sexual escolar, quer pela massificação do discurso da sexualidade, das práticas e vivências consumistas, produzindo uma ampla desumanização dos sentidos e práticas da sexualidade. O voluntarismo, o espontaneísmo e o ecletismo, a improvisação, as contradições e carências de uma

abordagem educacional emancipatória da sexualidade levam os pesquisadores a delinear uma necessidade de re-qualificação teórica do tema e sua fundamentação.

As propostas recentes, particularmente aquelas assumidas pela política educacional recente, através da propositura da Orientação Sexual como tema transversal guardam particularidades teóricas e limites práticos que devem ser esclarecidos. O eixo central da presente pesquisa gravita ao redor da intenção de resgatar os autores “clássicos” e determinantes da configuração do campo teórico-metodológico e significativo da sexualidade, suas bases conceituais, disposições metodológicas e contribuições reflexivas.

3.1 A Sexualidade, Educação Sexual e História da Sexualidade em FOUCAULT: primeiras aproximações

MICHEL FOUCAULT move-se num campo de difícil identificação epistemológica. Sua trajetória como pesquisador da Filosofia e como historiador da sexualidade somente poderá ser interpretada à luz do referencial filosófico que articula e dá sustentação ao seu original pensamento e produção destacados. Para FOUCAULT não pode haver uma simplista diferenciação entre repressão, de base negativa, e liberação sexual, supostamente afirmativa e transformadora. FOUCAULT denuncia que a sociedade moderna, em seu núcleo de reprodução ideológica e institucional, tem na ciência a base legitimadora e articuladora de saberes e poderes. Esta vinculação, base de seu pensamento, ultrapassa qualquer cotejo contrastante meramente comparativo. A formação de saber já está atravessada pelos mecanismos de poder.

Nesta direção, a conformação de saberes científicos e a determinação de identificação da etiologia sexual, bem como os dispositivos de normalidade e anormalidade que acompanham a sanha segregacionista e classificatória da sociedade moderna já organizam os mecanismos de controle e vigilância das práticas sexuais.

Assim, a Sexualidade atual não estaria circunscrita ao discurso moralista dos padres e submetida, representativamente, ao perigo condenatório do inferno, como era na Idade Média. A Sexualidade hoje seria delimitada pelos cânones da Ciência e da Medicina, da Psicologia e da Pedagogia e estaria definidos em contrastes entre o normal e o patológico, o sadio e o doentio, o legal e o criminoso. Estes determinantes médicos, jurídico-estatais e científicos seriam as amarras da sexualidade produtiva, normatizada, encaixada na expectativa dos corpos obedientes e capazes de adequação, fruição e zelo proporcionadas pela sociedade de imagens e compensações.

A Educação sexual para FOUCAULT estaria sempre sendo aquela estabelecida pelas agências ordenadoras da saúde sexual, fisiológica e psíquica, e da produtividade institucional, recolhida aos recônditos espaços do legal e da dessublimação consumista e terapêutica. A Educação Sexual seria sempre um esforço de *assujeitamento* da pessoa ao mundo estabelecido, uma forma de enquadramento nas formas e dispositivos de normatizar a regra da vida e conduta sexual em função da produção ou do consumo sexual compensatório. Distante do idealismo de FREUD e da militância e empirismo de REICH, FOUCAULT acaba tornando-se um trágico contabilista da miséria sexual enquadrada e higienizada. Assistida e institucionalizada pela ciência, pela Medicina, pelo Estado e pelo mercado. Todos os esforços em deprender-se desta cama de Procusto seriam em vão. Somente haveria possibilidade para uma sexualidade supostamente livre e original na transgressão, no delírio, na marginalização contra-normativa e contra-ideológica.

Tal atitude qualifica a obra de FOUCAULT como original na direção de uma nova compreensão do que seja a *historicidade* dos fatos humanos e, ainda que não tenha trabalhado teoricamente sobre este campo, uma nova compreensão do que seja a ideologia, o papel da escolha e da objetividade dos estudos e pesquisas históricas. Não capitula frente à uma *psicologização* do historiador, de modo a cair no mais puro relativismo subjetivista, nem acompanha a plenitude ideológica da objetividade de uma Física Social, que origina-se em COMTE. Ainda é MARIETTI que nos ajuda a

compreender esta recusa da intencionalidade na história, que faz do pensamento de FOUCAULT uma anti-epistemologia:

*“A vontade de fazer da análise e da síntese histórica o discurso do contínuo e de fazer da consciência humana o sujeito de toda prática permitiu por muito tempo resistir a todos os descentramentos, tanto ao de MARX como ao de NIETZSCHE. Contra a análise marxista das relações de produção e da luta de classes, essa vontade opôs uma História Global, a concepção de um tipo coerente de civilização. Contra a genealogia nietzschiana, essa vontade opôs o **telos** da racionalidade da humanidade. Contra as conseqüências evidentes da Psicanálise, da Lingüística, da Etnologia, essa vontade continuísta opôs, inventou a História-devir, uma história que ‘não seria jogo de relações, mas dinamismo interno; que não seria sistema, mas duro trabalho da liberdade; que não seria forma, mas esforço incessante de uma consciência adquirindo domínio de si e tentando assenhorear-se até o mais profundo de suas condições’. Foucault afirma que “A História contínua é o correlato indispensável da função fundadora do sujeito”(…) Se o sujeito era pensado como fundador do pensamento e do objeto pensado, a História será tomada por uma História sem ruptura, uma História em que todos os elementos são introduzidos continuamente no tempo concebido como totalização. Mas as perspectivas modernas colocam em questão esta função fundadora do cogito; pelo contrário, o cogito, o sujeito pensante deve agora procurar em outros lugares seu próprio fundamento, isto é, em qualquer caso, nem em Deus, nem na razão humana, e assim dissolver-se no que a sociedade conta como forças efetivas - culturais e sociais,- suscetíveis de comportar um novo modelo de cogito não mais individual, mas coletivo, não mais espiritual, mas material, não mais separada das realidades, mas enraizando-se nelas.” (FOUCAULT in MARIETTI, 1977, p.27)*

Tanto na originalidade metodológica de erigir novos campos de investigação das Ciências Humanas quanto na ousadia em denunciar o dirigismo da História na concepção estruturalista, onde a ordem dos fatos é constituída pela estrutura e pelo seu *lugar* no campo relacional da estrutura padrão, já apontamos que FOUCAULT aproxima-se da terceira geração da Escola dos Annales, pela grade conceitual e

determinação historiográfica. Recusa a construção de um devir indefinido e de um panfletarismo romântico. François CHÂTELET afirma que FOUCAULT, preocupado

“(...) em demolir a história das idéias, essa que nos legou a Filosofia da História do século XIX, última palavra da metafísica; revelar assim novos campos cujo estudo não resultaria nem do imperialismo lógico nem da invasão lingüística; apresentar os procedimentos arqueológicos em que o objeto, nisso que se chama cultura, é o monumento, arquitetura de poderes como de palavras, que funcionou, na qual os homens moravam, diante da qual eles se prosternaram, que muitas vezes incendiaram...E isso para romper a vaga pungente dos pensamentos humanistas, subjetivistas, empiristas que atravancam, com toda boa vontade, o caminho que leva à destruição da ideologia especulativa.” (FOUCAULT in CHÂTELET, F. in 1969, p. 3-4)

Concluimos que FOUCAULT recusa tanto a antropologização abusiva do pensamento marxista quanto a objetividade mecanicista do processo dialético e metafísico da idéia, presente nos derivados historiográficos positivistas e estruturalistas. Mais que isso, ao demonstrar a arbitrariedade da oposição entre ambas não se prende ao transcendentalismo *nihilista* de NIETZSCHE, o que redundaria numa negação de qualquer razão e de condições materiais de uma antifilosofia, no que acaba configurando seu pensamento: a antipsiquiatria, a antimedicalização da vida e a anti-epistemologia ativa.

Por fim, ao buscar demonstrar a *historicidade da Sexualidade*, campo privilegiado de sua investigação, onde materializam-se suas observações sobre a norma jurídica, o poder médico, os dispositivos de saber e a construção da “*scientia sexualis*”, na sociedade moderna, FOUCAULT desafia e realiza novos campos de saber, que mantém a tradição clássica e inovadora da reflexão filosófica. Em sua obra inicial sobre este propósito afirma:

“Meu propósito não era o de reconstruir uma história das condutas e das práticas sexuais de acordo com suas formas sucessivas, sua evolução e

difusão. Também não era minha intenção analisar as idéias ‘científicas, religiosas ou filosóficas’, através das quais foram representados estes comportamentos.(...) Em suma, tratava-se de ver de que maneira, nas sociedades ocidentais modernas, constitui-se uma ‘experiência’ tal, que os indivíduos são levados a reconhecer-se como sujeitos de uma ‘sexualidade’ que abre campos de conhecimento bastante diversos, e que se articula num sistema de regras e coerções. O projeto era, portanto, o de uma história da sexualidade enquanto experiência - se entendermos por experiência a correlação, numa cultura, entre campos de saber, tipos de normatividade e formas de subjetividade.”(1985: p.49)

Assim, tanto quanto se pode afirmar a originalidade filosófica de um pensamento, a concepção de história de FOUCAULT não se alinha ao lado das concepções estruturalistas nem toma uma posição *a priori*, contrária aos pressupostos do materialismo marxista. FOUCAULT não pode ser acusado levemente de estruturalista, ainda mais, ser usado como corolário da subjetividade perdida ou paladino dos futuros emancipatórios e realizadores. Sua obra, consubstanciada na trágica herança do pós-guerra, ainda lança desafiadoras questões para a compreensão deste nosso tempo e suas construções teóricas e práticas. A Sexualidade, erigida como tema de investigações históricas, é retirada do campo da Biologia e apresentada como construção normatizadora de saberes e disciplinas de corpos. Todavia, a despeito da acusação de despolitização de seu pensamento, tal como querem os que preconizam a derrocada da razão política, FOUCAULT afirma: *“A transformação da penalidade não depende apenas de uma história dos corpos, porém mais precisamente, de uma história das relações entre o poder político e os corpos.”*(1985, p.187)

Ao buscarmos a interlocução com o pensamento de M. FOUCAULT pretendemos encontrar novos campos de ação científica e política, em nossa trajetória de emancipação criadora da razão e da ação humana. Para nossa perspectiva de investigação, esta tensão é o marcapasso da História.

Enfim, nos estudos que empreendemos, partindo de FREUD, passando por REICH e finalizando na dura crítica de FOUCAULT, fica nítida a distância que separa

as precárias motivações de educadores e instituições sociais em açambarcar a questão da Sexualidade Humana e da Educação Sexual. Seria temeroso afirmar que a nossa época carece de uma ética sexual emancipatória e humanista, restando-lhe a colcha histórica da repressão e da dessublimação repressiva e mercantilizadora da sexualidade?

Não teríamos outra alternativa a não ser aceitar esta hipótese e capitular frente aos disparates e apropriações subjetivistas e sincréticas que justapõem dogmatismos estereotipados com o voluntarismo estreito e sem conteúdo reformador ou revolucionário, para a educação e para a escola. Fica o apelo para que todos busquemos, pela via da ciência crítica e transformadora, a ética sexual para a liberdade, a autonomia e a emancipação afetiva e estética.

3.2 A Educação Sexual na Teoria de W. REICH

O teor sexual e político da obra de REICH, embora não aparentemente, tem sua culminância quando da abordagem da *Educação Sexual* como necessidade afirmativa do caráter humano, na busca da realização do prazer e nas representações do que seja bem estar e harmonia social. Embora esta abordagem tenha núcleos específicos dentro de dois dos principais textos, sua fundamentação básica perpassa toda a obra do autor. Os núcleos a que nos referimos estão organizados em duas de suas principais produções teóricas que são “*O Combate Sexual da Juventude*”, onde defende um espaço social para que o jovem possa ter uma vivência significativa e com responsabilidade de sua sexualidade, e “*A Revolução Sexual*”, onde relata a experiência soviética de uma revolução sexual frustrada.

Nestes textos REICH, diferentemente de teóricos conservadores que preconizam uma contenção sexual, ou outros que recomendam receituários de como

educar sexualmente as crianças, e ainda diferente daqueles que nem ao menos consideram esta questão, REICH trata do assunto contundentemente através de considerações sobre a dialética da educação *negativa* e *afirmativa* da educação sexual, problematizando com grande habilidade a política desta educação, seus limites sociais, econômicos e culturais, suas concepções e o próprio universo a qual denomina-se educação sexual. Nesta problematização ele considera a criança e o adolescente como grandes alvos da repressão sexual.

A repressão sexual acontece por uma via que REICH trata de “*Moral Sexual*”, reforçada pelo Estado, Família, Igreja e Escola, que representam os elementos firmadores da sociedade conservadora do mundo capitalista. A repressão é então materializada por regras, sanções, hábitos comportamentais compulsórios desde há muito tempo incorporados na concepção do que seja o viver em sociedade. A assimilação destes elementos dá-se de forma imperceptível pela sociedade que não conheceu outra forma de organização social.

Sendo a questão da educação sexual na obra de REICH seja muito mais problematização do que delimitação ou conceituação, não se pode entendê-la sem os elementos críticos fundamentados na complexa atuação da moral sexual, segundo REICH. Por este motivo, antes de entrarmos na questão que se constitui como nosso maior objetivo neste trabalho, *a educação sexual*, vemos necessário o tratamento desta moral, como base interpretativa àquelas problematizações.

Para REICH a moral sexual mantém-se pela submissão dos indivíduos, pela alienação econômica, cultural e psíquica, e é firmada principalmente pela família e pela Igreja com o apoio ideológico e por objetivos políticos do Estado. Quanto mais rigorosas as sanções desta moral, mais reprimida é a sociedade e mais neuróticos os homens e mulheres que ali vivem. Desta forma, em “*A Revolução Sexual*” ele registra a seguinte assertiva:

“A existência de princípios morais rigorosos tem sido sempre uma prova de que as necessidades biológicas, especialmente as necessidades sexuais do homem, não estão sendo satisfeitas. Toda regulamentação moral é sexualmente negativa, isto é, nega as necessidades sexuais naturais.”
(1988, p.57)

Este modo de identificação da moral sexual não deixa dúvida que, à medida que esta tem o objetivo de reprimir a sexualidade, é negativa. Sob a influência da Moral Sexual que sempre foi conservadora o homem passou a valorizar os esforços para a abstinência sexual como algo que torna as pessoas que o adotam como opção de vida como se fossem pessoas superiores, como se estivessem num estágio mais avançado da evolução humana, o que simultaneamente atribui à sexualidade uma conotação de algo ruim, indigno ou de baixo valor humanitário. Sabemos que os militares e os religiosos são muito valorizados na sociedade ocidental e cremos que a proposta de abstinência sexual que dizem assumir contribui para esta valorização. Neste sentido vale salientar a posição de REICH onde ele declara que: *“...no homem sadio não existe instinto natural de abstinência”* (1988, p.74)

A moral sexual denunciada por REICH é aquela que impõe valores de virgindade às mulheres e está longe de cobrar o mesmo dos homens, que exalta a importância de ser mãe, mas não questiona as condições psicossociais e econômicas para isso. Tal moral faz com que o sexo seja sinônimo de reprodução em detrimento do prazer e em última análise, oculta as responsabilidades em se criar um filho . Entre outras violências, a moral sexual não considera que a criança tenha algum tipo de sexualidade, defendendo com toda força ideológica a ignorância sobre a sexualidade da criança e também do jovem, do qual exige a responsabilidade e o dever ao trabalho sem o direito ao prazer. Contudo REICH destaca que o que se deve reivindicar na luta contra a moral sexual conservadora não é a penas a liberação sexual como um fim em si mesma mas, a necessária preparação ética, física e afetiva para o direito ao sexo, o que viria do compromisso coletivo da sociedade diante da sexualidade humana.

Quanto ao entendimento do que deve ser uma aproximação do sentido de moral social, conforme se pode entender a partir da leitura da obra: “A Revolução Sexual”, destacamos esta pequena definição de preceitos morais organizada pela Sociedade Alemã para a Proteção das Mães e para a Reforma Sexual, que REICH registrou no livro que acabamos de mencionar. A parte do texto em questão trata das diretrizes da proposta em defesa das mães e da reforma sexual. Sobre as diretrizes desta Sociedade Alemã, REICH declara o seguinte: “*Damos a seguir as linhas introdutórias com as quais estamos fundamentalmente solidários do ponto de vista da economia sexual.* (1988, p. 84) Assim, registramos uma parte de tais diretrizes:

“Os preceitos morais são realmente apenas as exigências que necessariamente resultam das condições de uma convivência social pacífica que proporciona a todos os homens o desenvolvimento mais favorável possível com o desabrochar de suas vocações e forças. Moral é para nós aquilo que, sob as condições dadas, de acordo com nosso melhor conhecimento, é útil para o desenvolvimento da personalidade do indivíduo e o encaminhamento da coletividade para formas mais elevadas e aperfeiçoadas de existência” (1988, p. 85)

O mesmo movimento da sociedade alemã, contempla em suas diretrizes, considerações quanto à moral sexual, que apresentamos agora:

“Vemos que os conceitos morais predominantes causam e fomentam as atuais condições sociais em que prevalecem a hipocrisia sexual e a abstinência forçada, as doenças físicas e outros males. Consideramos, portanto, nossa tarefa combater ao máximo tais estados de coisas e pontos de vista e a confusão resultante, bem como difundir a círculos mais amplos o reconhecimento da insuportabilidade desse estado de coisas. Não queremos que “virtude” seja confundida com “abstinência”, nem que valha uma moral para o homem e outra para a mulher.” (1988, p. 85-86)

As representações comuns da moral sexual conservadora elaboram as regras para a vivência da sexualidade e fomentam a manutenção das práticas moralistas e hipócritas de tais regras num processo de retro-alimentação do esquema moral.

A regulamentação moral da sexualidade é o ponto de apoio da repressão. Esta repressão dá-se com grande habilidade e na maioria das vezes com grande sutileza, em dois níveis apontados por REICH com destaque: no Estado e na Família, ou seja, do começo ao fim de qualquer hierarquia social, abrangendo todos os outros seguimentos dispostos entre estes.

O Estado controlador das instituições para a organização social impõe uma série de dificuldades ideológicas, legais e políticas para a liberdade sexual, desde o controle da saúde, à segurança e à educação, impedindo que se possa tratar de maneira adequada da sexualidade para que não haja algum tipo de ingerência ou busca de alguma forma de superar a repressão do desejo e das necessidades biológicas sexuais que controlados fazem de homens e mulheres indivíduos dóceis receptivos ao controle e medrosos da repressão.

A *família* é colocada na obra de REICH, como principal colaboradora da moral sexual. O modelo de família para a repressão sexual, segundo ele, é a família burguesa ou pequeno burguesa, patriarcal e conservadora da moral dominante. Dentro da concepção política da família REICH considera significativamente o casamento, observando que numa sociedade reprimida e conservadora das práticas sociais, tanto o casamento quanto a família tornam-se elementos compulsórios da vida de homens e mulheres desta sociedade.

Já que o autor tem um modo bem próprio de interpretar as relações sociais, vemos como importante explicitar o que ele entendeu por família compulsória. Este conceito servirá de suporte para a compreensão da moral sexual e adiante, para a problematização que ele apresenta sobre a questão da Educação Sexual. Vejamos seu modo de compreensão:

“Consideramos a família, pois, não como alicerce ou base, mas como consequência de determinada estrutura econômica da sociedade (família matriarcal, patriarcal, zadruga, patriarcado polígono, monógino etc.). Se, entretanto a sexologia conservadora, a moral sexual reacionária e a ordem legal sempre falam da família como a base do ‘Estado’ e da ‘sociedade’, somente tem razão no sentido de que a família compulsória pertence inextricavelmente à existência do Estado autoritário e da sociedade autoritária. Seu sentido social se resume em três propriedades básicas:” (1988, p.104)

REICH aponta no texto original as três propriedades da família compulsória, que são resumidamente:

1. *“Econômica”*: unidade de produção/trabalho ou empresarial
2. *“Social”*: responsável pela proteção aos que não têm direitos econômicos e sexuais - mulher e filhos.
3. *“Política”*: instrumento de educação, produtora, incorporadora de ideologias autoritárias e estruturas sociais conservadoras. *“Sua tarefa cardinal, aquela pela qual é defendida mais freqüentemente pela ciência conservadora e o Direito conservador, é a sua propriedade como fábrica de ideologias-autoritárias e estrutura conservadora.”*(1988, p. 105)

Pela análise crítica do autor, a função política da família, instituição pela qual a esmagadora maioria das pessoas deve experimentar em seus primeiros anos de vida, portanto no período fundamental da educação, se bifurca em dois ramos:

3.1- *“Reproduz-se a si mesma, aleijando o indivíduo sexualmente; ao perpetuar a família patriarcal, também perpetua a repressão sexual com suas consequências: distúrbios sexuais, neuroses, psicoses, crimes sexuais.”*(1988, p. 112).

3.2- *“Cria o indivíduo que está sempre com medo da vida e da autoridade e assim estabelece repetidamente a possibilidade das massas poderem ser dominadas por um punhado de indivíduos poderosos.”*(1988, p. 112).

A família reproduz, portanto, o poder do Estado, o que faz com que os conservadores a defendam com todas as suas forças. A preparação das crianças para o casamento, a função de pais e para a aceitação e dependência da família é a perpetuação da dominação social.

REICH considera que a educação familiar na classe média tem rédeas mais curtas, uma vez que os pais acreditam que seus filhos são potencialmente homens que vencerão na vida, levarão o nome da família em frente com honestidade e trabalho. Isso representa maior repressão no campo sexual. Quando ele fala da família pequeno-burguesa, declara que as regras morais conservadoras são mais fortes do que nas famílias proletárias, onde a criança fica mais tempo consigo mesma e com outras crianças. Idéia que pode ser ilustrada por esse trecho do texto original: *“Enquanto na família da pequena -burguesia a repressão ocorre de maneira mais ou menos completa, no meio operário ela é mitigada pela supervisão necessariamente mais reduzida das crianças, que ficam freqüentemente mais tempo sozinhas.”*(1988: p.108)

Assim como a família burguesa tem um ideal de organização hierárquica de si mesma, tem também um ideal de filhos obedientes, asseados e estudiosos, além de outras qualidades, sem a mínima preocupação com a realização do que há de mais humano nele, o prazer da sexualidade. O ideal de filhos na pequena burguesia, segundo REICH, é o bom filho e a boa filha caseira, que se chocam profundamente com o conceito de juventude livre e autônoma que ele defende. A mãe que passa os dias a cuidar da casa e a superproteger o filho, o pai como grande provedor que sustenta a todos, os pais vivendo uma relação tediosa e despejando as frustrações do casamento nos filhos, que passam a captar tudo, já que essa é a única forma de vivência familiar que eles conhecem.

Para garantir seu ideal de vida, a tendência da família é se juntar em torno de objetivos econômicos, com uma organização interna muito parecida a de uma atual microempresa, onde o pai é o grande administrador, a mãe sua auxiliar e os filhos uma

espécie de *contínuos*, que devem ser obedientes, não questionar seus pais e assim que puderem, devem colaborar economicamente com a família. Esse tipo de organização afeta a questão sexual onde, com o passar do tempo, homem e mulher passam a ser apenas pais e mãe e até se tratarem informalmente por este “apelido”. Assim, tanto nas atividades familiares como nas sexuais, cada qual torna-se funcionário do conjunto cumprindo uma “obrigação” sexual de fazer o mínimo para manter aparências e hábitos que muito dificilmente são questionados. A maioria dos casais vive anos e anos reclamando um do outro, justamente por fazerem cada qual as mesmas coisas, inclusive o reclamante, durante todo o tempo de sua convivência comum. Processos maçantes de transformar a vida em rotina.

Para REICH, os filhos são as testemunhas mais autênticas deste modo de vida entediante e desta considerada hipocrisia sexual, e passam mecanicamente a seguir este modelo. Dentre os valores apregoados pela família, como a necessidade de um trabalho ou profissão, cronologicamente e hierarquicamente vem primeiro o valor do casamento.

Tanto se inculca nas crianças este valor que muitos, no final da adolescência, quando ainda não casados, passam a procurar este compromisso como condição essencial e lógica para a completude da felicidade e da realização social. O casamento compulsivo tem uma característica importante, a de que o mais importante é que todos se casem, independente de com quem se casem e da compatibilidade dos parceiros. Claro que pode pesar na decisão a condição econômica desta, que na realidade, na maioria das vezes, segundo REICH, não é exatamente uma escolha pessoal, mas, uma conjuntura social. Há também, de acordo com autor desta crítica, quem case para tentar economizar, adquirir bens materiais como casa, móveis, automóvel e também respeito social.

Depois das considerações a respeito da motivação para o casamento, destacaremos as idéias de REICH quanto às condições para a manutenção do casamento e da família. Para REICH, o casamento é forçosamente mantido, primeiro pela

associação econômica, segundo pela dependência que o casal cria de hábitos e manias. Para a sociedade em geral e para os “homens tímidos”, como escreve REICH, o casamento é a permissão para manter relações sexuais. REICH faz uma análise da questão econômico-financeira do casamento, numa espécie de debate que apresenta num texto do livro “A Revolução Sexual” com AUGUSTO FOREL, sexologista e socialista contemporâneo de REICH.

Se pudéssemos destacar as conclusões às quais se chega ao final deste ensaio para debate, teríamos as seguintes questões que, sem dúvidas, modificariam algo na relação que se estabelece com o casamento: em primeiro lugar, deveria ser uma relação baseada no amor e na livre e consciente escolha dos pretendentes que, por este amor, manter-se-iam fiéis; os dois cônjuges devem dividir igualmente todas as responsabilidades, tanto materiais quanto afetivas, igualmente também no concernente à criação dos filhos que viessem deste casamento. Para o sucesso do casamento seria necessário, antes de mais nada, a separação completa dos bens, assim cada qual trabalharia para seus projetos e adquiriria seus bens, a mulher não *parasitaria* economicamente às costas do homem, e o homem não exploraria a mulher nem na satisfação dos confortos e trabalhos domésticos, nem em favores sexuais. Seria uma relação de igualdade de direitos e de co-responsabilidades econômico-financeiras.

Depois de todas as condições expostas, REICH faz uma ressalva quanto a este tipo de casamento, considerando o contexto social onde vivia: “*Mas, nesse caso, o casamento se desfaz por si mesmo, pois a última exigência tira-lhe a própria base, a sujeição sexual e econômica da mulher.*” (1988, p.91)

No casamento clássico, onde a esposa faz da relação uma profissão, o que é indigno, quase que mantendo uma espécie de vínculo profissional, até mesmo com salário ou mesada pelo trabalho que desempenha e como se fosse a grande vítima da situação, salvaguardando-se nesta lamúria de correr os riscos do mercado e o abuso da exploração direta pelo empregador, como a maioria dos homens o faz, torna-se um dos piores ambientes para a criação dos filhos, porque mãe e pai, com projetos de vida

muito diferentes, tornam-se pessoas insatisfeitas, cada qual acusando o outro de carregar a parte mais leve do casamento, sobrando aos filhos a certeza de que as relações devem ser sempre de exploração e acomodação dos explorados. Tal realidade se converterá mais tarde em aceitação da exploração capitalista para extração da *mais-valia* do trabalho proletário.

REICH aventurou-se em seu tempo a escrever defendendo o aborto para mulheres casadas e solteiras que, por algum motivo sério, não quisessem ou não pudessem criar seus filhos. Entre os motivos destacou problemas de doenças e a miséria econômica. Para REICH era preferível resolver o problema deste modo ao invés de pôr uma criança no mundo para sofrer maus tratos, passar fome ou ser abandonada ao relento. Outra defesa que fazia era que os casais devessem experimentar relacionarem sexualmente antes do casamento para evitarem decepções e catástrofes mais tarde. Seria necessário, é claro, tomar alguns cuidados quanto à gravidez indesejada, o que em muitos casos leva também ao casamento por esta “obrigação”, caindo assim no casamento compulsório. Para ele, era fundamental que o casal combinasse sexualmente para a durabilidade e a qualidade do casamento. Contudo, isso não seria o bastante. O cotidiano é que intoxica a relação no casamento. Assim, os cônjuges entediados buscam fora do casamento outras experiências. Sobre tal declaração vejamos o que o autor argumenta:

“Quando, entretanto, se avolumam esses desejos por outros objetos, eles retroagem sobre a relação sexual para com o parceiro, acelerando principalmente o embotamento. As características seguras desse embotamento são: a diminuição do impulso sexual, antes do ato, e do prazer, no ato. As relações sexuais paulatinamente se tornam um hábito ou obrigação. A diminuição da satisfação com o parceiro e o desejo de outros objetos se somam e se fortalecem mutuamente. Contra isso não adianta nenhuma determinação, nenhuma técnica amorosa. Agora começa então o estágio crítico da irritação contra o parceiro, que, de acordo com o temperamento ou educação, chega a se manifestar ou é reprimido. Em todo o caso: o ódio inconsciente contra o parceiro, como revelam análises de tais condições inofismavelmente, torna-se cada vez

mais forte; seu motivo é a frustração da satisfação dos desejos por outros, por parte do parceiro; sim, o fato de que o ódio inconsciente poderá torna-se tanto mais forte quanto mais”. amável e tolerante for o parceiro é apenas aparentemente um paradoxo. Não se tem então nenhum motivo para odiar pessoalmente o parceiro, mas a pessoa sente isso, ou, melhor, o próprio amor ao parceiro passa a ser um empecilho. O ódio fica assim amortecido por um carinho extremo. Esse carinho originado do ódio e os sentimentos de culpa que proliferam em tal estágio são os componentes específicos da ligação pegajosa na relação permanente e o próprio motivo pelo qual tão freqüentemente mesmo os não-casados não se podem separar, mesmo que nada mais tenham que dizer ou muito menos que dar um ao outro, e sua relação signifique apenas um martírio mútuo.” (1988, p. 157)

Nestas circunstâncias, como vemos, a compulsão salta-nos aos olhos. Mesmo vivendo uma relação infernal, o que não raro acontece, os indivíduos ainda mantêm-se dentro da relação vivendo “*um martírio mútuo*”, mas preservando o casamento ou a relação a que a ele se equivale. O que se torna mais importante neste caso compulsivo é o valor social e os ditames da moral que impõe o casamento, e não a felicidade dos que nele se encontram. Manter o casamento, mesmo que seja para destruir a vida, que no caso dos casais que têm filhos, destruir a si, ao outro e aos filhos, impondo um ambiente bélico, tenso e inspirador de falsidade e mentiras, afetando a saúde psicológica de todos que participam diretamente desta relação. O ódio, a culpa e o sentimento de impotência gerados pela relação quando já falida e não resolvida revelam a compulsão, que no caso exposto, são colaboradores para a formação de neuroses.

É a partir desta concepção pessoal de Estado, Família e Casamento que REICH considera problemática a Educação Sexual, uma vez que as instituições são compostas por pessoas que saem de famílias patriarcais, conservadoras, organizadas pelos valores e modelo da ideologia burguesa de convivência, e vivem o casamento compulsivo, para a garantia compulsiva da família.

REICH afirmava que a regulamentação moral levará muito tempo para ser abolida. Então, ele acreditava que haverá uma substituição desta regulamentação moral por uma regulamentação sexual-econômica, que só será possível até o ponto em que se possa dominar os impulsos sexuais anti-sociais em detrimento das necessidades biológicas do indivíduo. Contudo, ele insiste em que se faça uma grande mudança nos hábitos e valores sexuais e faz um comentário sobre como imagina a moral nessa transição: *“No período de transição da sociedade autoritária para a sociedade livre, a regra seria: Regulamentação moral para os impulsos secundários, anti-sociais; autocontrole para as necessidades biológicas naturais.”* (1988, p. 56)

Nessa tese defende a idéia da transformação da compulsão moral em autocontrole sexual-econômico. Chegaríamos à uma sociedade que tivesse alcançado uma moral sexual não repressiva, onde esta moral, não negando a sexualidade da maneira com que nega hoje, não negaria a vida e sim possibilitaria a satisfação sexual sem culpa ou impedimentos hipócritas, transformando-se em uma aliada na realização da vida. É possível que esta crença na transformação da moral sexual que teve REICH, venha de sua convicção de que a Moral Sexual Conservadora já traz em si o seu contrário sua contradição, que não permite sua firmeza eterna. Destacamos uma parte da expressão de sua forma dialética de pensar a tal moral que ilustra a contradição apontada:

“O matrimônio monogâmico dá origem ao adultério, que nasceu junto com aquele; a virgindade das moças dá origem à prostituição. O adultério e a prostituição constituem uma parte integrante da dupla moral sexual, que permite ao homem, tanto antes quanto depois do casamento, aquilo que ‘tem’ que negar às mulheres por motivos econômicos. Devido às exigências naturais da sexualidade, entretanto, a rígida moral sexual resulta exatamente no contrário do que se pretende.”
(1988, p.67)

Neste momento do texto, REICH segue enunciando também o valor da virgindade como exercício de submissão da mulher na sociedade capitalista, que explora a sua sexualidade. Enfim, a análise que REICH faz da Moral Sexual é uma

análise materialista, porque para ele, o que está por trás desta moral, são originalmente interesses econômicos.

Depois do considerado passaremos a abordar a Educação Sexual de acordo com a concepção e obra de REICH. Cumpre aqui registrar que uma das questões mais polêmicas a respeito do trabalho de REICH é sua concepção quanto à *Educação Sexual*. Há uma vertente dentro da produção teórica em educação sexual que defende a idéia de que a obra de REICH é colaboradora da Educação Sexual Institucional, no caso, a escolar, e pode ser completamente aproveitada neste campo. Outra vertente defende a idéia de que as contribuições de REICH apontam exclusivamente para o trabalho clínico de liberação da sexualidade reprimida e que, por isso, não se aplicam no universo escolar. Há ainda uma terceira vertente que assume uma postura contrária às duas primeiras, de que a obra de REICH não contribui nem com o trabalho clínico, nem com o trabalho pedagógico por se tratar de um amontoado de idéias desconexas, sem fundamento científico e sem nenhum elemento que possa ao menos aceitar a escola como lugar para se efetivar uma educação positiva, seja da sexualidade, ou seja, da educação política.

O resultado de nossas atividades de pesquisa e análises críticas da questão nesses nossos anos de trabalho nos levou a um convencimento, quanto à concepção de Educação Sexual explicitada na obra de REICH, diferente das vertentes supracitadas. Contudo, antes de fazermos qualquer afirmação peremptória, gostaríamos de apresentar com detalhes as sistemáticas das convicções de REICH, firmadas em suas experiências políticas, clínicas e teóricas da sexualidade humana.

O ponto de onde fala Wilhelm REICH, sobre as transformações dos valores e de postura social frente à sexualidade é a grande experiência ocorrida na Rússia, nos anos 20 e início dos anos 30, depois da guerra civil (1917-1921), o movimento pós-guerra foi chamado de Revolução Política, interpretada pelo teórico em destaque juntamente com outros teóricos, e até por VLADIMIR LENIN (1870-1924), como

Revolução Sexual. Afinal, uma revolução política é sempre uma revolução da cultura e dos costumes sexuais.

Tal foi a motivação de REICH com o acontecido que este resolveu escrever um livro, o qual já citamos várias vezes, com o título: “A Revolução Sexual”, que, segundo o próprio autor, o termo “Revolução” assume o sentido, na obra, do que *revolve as raízes das coisas*.

Como já destacamos é nesta obra e também no livro de título “o Combate Sexual da Juventude”, que REICH trabalha mais significativamente suas concepções de Educação Sexual. Assim é considerando principalmente estes dois trabalhos que abordaremos a questão proposta neste momento de nosso estudo, fazendo referências à experiência de REICH. As conclusões de REICH sobre a Reforma Sexual russa coincidem com as conclusões gerais sobre a própria revolução política. Não basta decreto nem conflito armado. Nas conclusões do próprio LENIN: “Não há revolução sem teoria revolucionária”, ou seja, não se faz revolução por decreto, ou ainda, não há revolução sem a transformação cultural, ideológica e política das massas.

Para comentar o fracasso da reforma sexual REICH relata que se admira do progresso tecnológico de sua época, mas alerta que tal progresso não evitou a miséria sexual, se é que não a aumentou. Relatou que o que via era uma sociedade podre, com uma moral sexual podre. Uma sociedade que precisava muito de uma reforma sexual. A miséria sexual aqui, é denunciada como parte da ordem social vigente.

Quanto à Reforma Sexual o autor destaca o seguinte:

“A reforma sexual procura, há séculos, amenizar a miséria sexual. A questão da prostituição e das doenças venéreas, a miséria sexual, o aborto e os crimes sexuais, bem como a questão das neuroses, estão sempre no centro do interesse público. Nenhuma das medidas tomadas teve qualquer efeito sobre a miséria sexual imperante, mais ainda, ‘as propostas para a reforma sexual estão sempre atrasadas em comparação com as modificações reais que ocorrem nas relações entre os sexos’.” (1988, p.64)

Para REICH os próprios reformadores sexuais são conservadores, o que iniciaria o fracasso da reforma. Para superar a realidade vigente devemos superar os valores e as bases da dominação que sustentam a cultura. O que demandaria de uma reestruturação das relações econômicas.

No texto em questão, onde REICH relata a experiência russa, ele registra que LÊNIN baixou dois decretos históricos quanto à organização da vida conjugal: o primeiro sobre o livre arbítrio dos parceiros, que poderiam desmanchar o casamento de maneira descomplicada, assim como era para unir. O segundo tratava da situação após a separação do casal: o pagamento de pensão por ocasião da separação era considerado medida de transição. Durava seis meses até o parceiro arranjar um emprego. Noutros casos, somente com impossibilidade física para o trabalho, ou no caso desemprego, a pensão continuaria a ser paga.

Como ato da reforma houve também a legalização do aborto. No país de LÊNIN, durante a revolução, liberou-se o aborto em clínicas públicas para todas as mulheres que quisessem fazê-lo até o terceiro mês de gravidez. Popularizaram-se também os métodos anticonceptivos. Mas segundo relatos do próprio REICH, após dez anos, a própria população reagiu contra a tal liberação do aborto.

A homossexualidade, que era passível de pena antes da revolução, durante a mesma previa tratamento científico. Mais tarde, a questão de considerar a homossexualidade patológica foi revista e baixou-se um decreto para que a sociedade considerasse a homossexualidade como normalidade, como opção sexual. REICH salienta tristemente que apesar de todos os esforços empreendidos no ano de 1925, para alterar a organização social, o resultado foi frustrante. A população foi aos poucos voltando à velha forma de organização.

Ficou sem dúvida a lição e o aprendizado daquela sociedade quanto a esta importante constatação: *“Nenhum conceito de desenvolvimento histórico, portanto,*

pode ser chamado revolucionário se aceita o estado psíquico das massas apenas como resultado de acontecimentos econômicos, e não também como sua força motriz.” (1988, p.202)

REICH faz uma observação importantíssima. Que para toda a revolução ou proposta de mudança social há que haver uma teoria e de preferência de bases científicas. Assim faz-se necessário destacar a firmeza política e extremamente materialista de REICH: *“Modifica-se a base econômica da sociedade e suas instituições, e as relações humanas por si só se modificarão.”* (1988, p.216)

Foi neste contexto histórico que REICH concebeu a educação sexual como algo muito difícil que demandava um grande esforço político e teórico-científico. Que até seu tempo não havia existido. O problema maior para o fracasso de educação sexual, segundo REICH, era que os próprios educadores eram reprimidos, e tanto os educadores quanto os educandos, frutos da educação da família conservadores e obedientes ao estado repressor vigente, e ainda, provavelmente, já haviam incorporado a idéia da família e do casamento compulsivos.

Considerando o Estado, a Família e o Casamento clássicos, como já descrevemos antes, REICH não acreditava na possibilidade de uma educação positiva da sexualidade humana, indicando que por suas vivências anteriores, numa sociedade de repressões tantas, a educação, da qual tratamos, assumiria invariavelmente um sentido negativo da sexualidade. A grande tese de REICH, quanto à moral e à revolução, é que a moral nega a vida e a revolução, ao contrário da moral, deve possibilitar a satisfação e a realização da vida. O que dificulta fundamentalmente a revolução neste campo é que, tanto o opressor quanto o oprimido, têm a mesma estrutura psíquica ordenada pela moral sexual dominante. Para explicar esta afirmação em REICH destacamos o seguinte comentário, feito pelo próprio:

“É importante tornar inteiramente claro que hoje não existem homens com estrutura trabalhada, plenamente desenvolvida e sexualmente afirmativa, pois todos nós fomos influenciados por uma máquina educativa autoritária, religiosa, sexualmente negativa. Apesar disso, lutamos por uma posição, uma atitude na formação de nossa vida pessoal, que pode ser chamada de sexual-econômica. Alguns saem-se bem, outros menos mal, em conseguir essa alteração da estrutura.”
(1988, p.57-58)

Fundamentalmente, é sobre esta moral que REICH erige seus argumentos denunciando a repressão sexual apoiando nela tanto quanto possível a atribuição do fracasso da reforma sexual. Quanto ao termo “Reforma Sexual”, REICH aponta que há duas possibilidades de entender a reforma; a reforma transformadora que fora a que a política revolucionária russa propôs e a reforma conservadora que quer ainda transformar o pouco de positividade que há na sociedade quanto às vivências sexuais. Esta última, segundo ele, é a mais comum e quase sempre é sustentada por preceitos religiosos.

Como vemos, o autor põe a questão da educação sexual como um impasse baseado nas experiências de que pode ser testemunha. Vejamos também esta declaração de REICH que consiste em controvérsias da Educação sexual:

“A educação sexual até hoje tem consistido exclusivamente em valorizações negativas da sexualidade e em princípios éticos e não em preceitos higiênicos. Seus resultados são neuroses e perversões. Objetar a uma educação que aceita a nudez significa concordar com a educação sexual costumeira, pois aquela não pode ser tratada separadamente desta. Por outro lado, aprovar a nudez e não alterar os demais preceitos e objetivos da educação sexual significaria estabelecer uma contradição que de antemão tornaria ilusória qualquer experiência educacional prática ou então colocaria o educando em situação ainda mais difícil. No entanto é quase impossível um compromisso no campo da educação sexual porque o impulso sexual obedece às suas leis inerentes. Antes de se estabelecer uma nova educação sexual é preciso decidir sem sofismas

a própria situação perante a afirmação ou negação sexual; devemos ser contra ou a favor da moral sexual predominante; sem tal clareza sobre a própria posição perante a questão sexual, qualquer discussão será inútil; ela é a pressuposição para um entendimento nesses assuntos.” (1988, p.95)

REICH classifica a educação sexual em *negativa* e *afirmativa*.. A primeira dá-se pelo destaque aos perigos da saúde pela sexualidade. A segunda dá-se pela busca de superação da timidez e afirmação do corpo, com enfoque na naturalidade da nudez.

O autor segue buscando formular as condições de uma educação sexual *afirmativa*. Neste caso, segundo ele, a criança ficará mais à vontade para satisfazer a sua “ânsia de saber”. Para ele esta educação deveria encarar o “*onanismo*” como algo natural, dever-se-ia explicar para a criança o processo de procriação. Em suas problematizações a respeito da educação sexual REICH faz perguntas a si mesmo, envolvendo- as de algum modo às seguintes questões: até que ponto a educação sexual afirmativa não seria uma indução ao ato sexual: se dizemos que é natural, que é bonito e que é bom? Deixar como está é ser moralista. Transformar é provocar, incentivar a promiscuidade do ato sexual?

Ainda quanto à questão da educação sexual, REICH declara que uma educação com enfoque afirmativo, e que seja séria, levaria o indivíduo a tomar uma posição crítica em relação aos valores morais como o casamento, a virgindade, a família enfim ao autoritarismo social Ao que se pode perceber, REICH talvez estivesse prevendo que os questionamentos nesta evolução dinâmica, que vai do universo menor para o maior, chegar a questionar, quem sabe, os meios de produção e a divisão social do trabalho.

O esclarecimento sexual das crianças e adolescentes via família, principalmente na pessoa dos pais como autoridade constituída, sem dúvidas, foi problematizado por REICH. Ele reafirma a necessidade da observância da Ciência para este esclarecimento, ao que parece numa tentativa de isenção e independência

conceitual e moral no que se refere a este exercício de educar. Destacamos nesta obra “A Revolução Sexual” uma das mais expressivas considerações no sentido da educação sexual pelos pais:

“Os pais individualmente podem dar aos seus filhos uma educação sexual de acordo com seu gosto e as suas convicções. Nisso, os pais devem estar conscientes de que, com uma educação sexual conseqüente, cientificamente fundamentada, terão que privar-se de muita coisa que os pais em geral costumam ter em alta conta em seus filhos, por exemplo, o apego à família até bem depois da puberdade, uma vida sexual dos filhos de acordo com o que é hoje considerado ‘decente’, a submissão quanto às decisões de vital importância, bons casamentos das filhas, de acordo com os conceitos vigentes, e outras coisas mais.” (1988, p.100)

REICH ainda argumenta que os pais que educarem seus filhos de maneira a relativizarem ou mesmo abandonarem os valores sociais vigentes, podem estar livrando seus filhos da neurose sexual, mas estariam expondo-os a conflitos sociais, uma vez que a grande massa social não caminha por este mesmo caminho da educação dada por esses pais.

Consoante com a realidade de seu momento histórico o autor ainda alerta que quem tentar desenvolver esse tipo de educação nas escolas sofrerá sérias represálias. Claro devemos considerar aqui, que ele escreveu sobre essa educação ainda no início do século XX mas, que ainda hoje, há problemas de resistência quanto a este tipo de trabalho em educação. Como se pode observar, o autor considera como educação sexual, somente àquela prática que esclarece científica ética e politicamente os educandos, porque somente essa educação transformaria os valores morais e materiais dos indivíduos. Esse tipo de educação é uma forma ameaçadora da ordem social estabelecida e, por isso, há os que tentam evitá-la a qualquer custo. Vejamos o que ele expõe a respeito desta perspectiva:

“Não necessitamos acrescentar aqui quaisquer provas sobre o fato de os representantes da sociedade, materialmente interessada na manutenção da ordem presente, toleram, ou mesmo fomentam, as aspirações reformadoras, como se fossem passatempos, logo que verificam tratar-se de propósitos sérios de abalar a existência de seus valores materiais e os valores ideais que deles fazem parte, empregando para isso os meios profusos de que dispõem.” (1988, p.100).

As ressalvas quanto à possibilidade de uma educação sexual da criança e do adolescente, que REICH registra em sua obra, também contemplam como constatamos o campo da educação familiar para a sexualidade. Ao que parece, ele não é menos descrente na educação dentro deste universo de laços sangüíneos. O autoritarismo familiar também é refletido na sexualidade. A assimilação dos comportamentos sexuais acontece de maneira progressiva e quase imperceptível. Sobre o autoritarismo na sexualidade diz REICH:

“A ligação autoritária supera em breve a sexual, força-a a uma existência inconsciente e, mais tarde, quando os interesses sexuais devem dirigir-se para o mundo extrafamiliar, atua como uma poderosa inibição entre o interesse sexual e a realidade. Justamente porque a própria ligação autoritária em grande parte se torna inconsciente, não mais é acessível à influência consciente. (...) A dissolução posterior dessas ligações com os pais é a condição fundamental de uma vida sexual sadia. É conseguida hoje apenas por uma minoria.” (1988, p.110)

Diante desse cenário vislumbrado pelo autor que educação sexual familiar poderia ser libertadora do indivíduo? É justamente por não acreditar na forma tantas vezes descrita aqui, de relação familiar e julgá-la como a mais freqüente é que REICH não aposta na educação sexual familiar. Quanto a essa realidade ele ainda ressalta o seguinte: *“A educação sexual familiar tem que, pela sua natureza, acarretar danos à vida sexual do indivíduo. Caso um ou outro consiga uma vida sexual sadia, isso acontece costumeiramente às custas dos seus laços familiares.” (1988, p.111)*

O que se conclui destas idéias, é que quanto mais o indivíduo for apegado a família mais difícil desfará esses laços que o prendem a valores e hábitos que terminam por reprimir sua sexualidade. Para REICH, esse não é o único prejuízo acarretado pela relação familiar estreita. Ligado à repressão sexual também há o prejuízo intelectual do indivíduo. Podemos compreender esse ponto de vista considerando esta formulação: “*A repressão das necessidades sexuais se reflete ainda num enfraquecimento geral das funções intelectuais e emocionais, principalmente da auto-confiança, da força de vontade e da capacidade de crítica.*” (1988, p.112)

Esta repressão tornaria o indivíduo tolerante e até conivente com sua situação de explorado, como um vassalo que aceita sua obrigação de vassalagem. Vale destacar no pensamento de REICH as considerações que faz sobre o que constitui um vassalo:

“A estrutura de vassalo é uma mistura de impotência sexual, indefensabilidade, necessidade de apoio, ânsias de liderança, temor da autoridade, medo da vida e misticismo. É caracterizada pela inclinação para a rebeldia e vassalagem ao mesmo tempo. O temor sexual e a hipocrisia sexual constituem o núcleo daquilo que chamamos comodismo burguês.” (1988, p.112)

Na seqüência da explicitação de seu ponto de vista sobre a educação sexual neste texto, o autor observa como último ponto o seguinte:

“A Educação Sexual, a meu ver, fornece problemas muito mais sérios e cheios de conseqüências do que pensa a maioria dos reformadores sexuais. Justamente por isso é que nesse campo não se progride nem um pouco, apesar de todo o conhecimento e de todos os meios que a pesquisa sexual colocou ao nosso alcance. Temos que lutar com uma poderosa máquina social que por enquanto oferece resistência passiva, mas que no primeiro esforço sério de nossa parte passará a uma resistência ativa.” (1988, p.101).

Como vemos, o autor trata neste texto, perspectivas da Reforma Sexual no sentido moralizador e no sentido transformador, dando mais ênfase para este último, apesar de expressar um pessimismo quanto ao futuro desta educação, expressão que em outros momentos não consta de seu humor teórico. O que se observa neste texto de REICH é que ele não considera a realidade da educação sexual escolar, até pela repressão que sofreria a ação, e dificuldade de vislumbrar uma educação comprometida com o esclarecimento do proletariado de seu tempo. O que ele considera e defende como idéia revolucionária é a implantação de consultórios sexuais, onde o indivíduo, por si próprio ou através da orientação do partido, que para ele teria o dever de esclarecer os companheiros, buscaria esclarecer suas dúvidas com relação a esse tema.

REICH defende com veemência, não a Educação Sexual, mas o esclarecimento sexual da juventude. Sugere a criação dos CCSJ - Centros de Consulta Sexual para a Juventude, que seriam organizações de plantão, onde o jovem que sentisse a necessidade de sanar dúvidas a respeito da sexualidade pudesse consultar. Na obra lida, os CCSJ aparecem como uma bandeira de luta contra a ignorância sexual. O autor as considera organizações revolucionárias.

O autor condena a religião e a família, enfim, todas as instituições basilares da sociedade capitalista, que segundo sua concepção são instituições que fazem questão de manter os jovens na ignorância. Reafirma que somente nas sociedades comunistas ou capitalistas é possível haver respeito e igualdade entre as pessoas. Nestas é que acontecerá a valorização da sexualidade.

3.3 Michel FOUCAULT e a normatização discursiva e reguladora da Sexualidade

MICHEL FOUCAULT (1926-1984) é uma referência importante na recente investigação teórica sobre a história da sexualidade. Sua trilogia *História da Sexualidade - A Vontade de Saber, O Uso dos Prazeres e O Cuidado de Si*¹ é, talvez, a mais importante e consistente análise da Sexualidade em sua dimensão histórico-social e institucional jurídica contemporânea. Trata-se de uma obra basilar e uma lição de método, constituindo a forma de ordenar o pensamento que o autor denominou de *arqueológico*.

Como autor pioneiro desta abordagem histórica da sexualidade na contemporaneidade M FOUCAULT tem sido amplamente estudado e muitas de suas categorias analíticas e conceitos têm sido assimilados na reflexão sobre Educação, Sociedade, História e Sexualidade. Esta talvez seja a premissa básica de nosso interesse em estudar seu conceito de História, seu entendimento da construção da verdade e suas correlações epistemológicas e políticas. O presente exercício de buscar entender FOUCAULT não se trata de uma *inovação* temática em nossa trajetória acadêmica como pesquisadora, ao contrário, é de certa forma um reencontro com nossas premissas e pressupostos de investigação.

Em nosso trabalho de pesquisa que resultou na dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da PUC-Campinas, defendida em 1997, e que versou sobre o tema: *A Formação do Médico em Sexualidade Humana*, e que recebeu o título “*MEDICINA E SEXUALIDADE HUMANA: Estudo Crítico do Currículo Atual dos Cursos de medicina e Suas Implicações na Formação do Médico*”, já tínhamos mantido uma fecunda interlocução com o pensamento de FOUCAULT. Ali pudemos delinear a ácida crítica de FOUCAULT, M. ao *saber médico* e suas implicações institucionais na sociedade moderna. Sua investigação original dos *micros*

¹ FOUCAULT, M. *História da Sexualidade - A Vontade de Saber - Vol I*, Editora Graal, Rio de Janeiro, 1985; FOUCAULT, M. *História da Sexualidade - Vol II - O Uso dos Prazeres*, Editora Graal, Rio de Janeiro, 1985 e FOUCAULT, M. *História da Sexualidade - Vol III - O Cuidado de Si* - Editora Graal, Rio de Janeiro, 1988, Rio de Janeiro.

e *macros* poderes que constituem a trama das relações sociais que conseqüentemente estabelecem as atitudes que culminam em redes que compõem o modo pelo qual, de acordo com sua teoria, a História da Sexualidade se constitui nos interessou sobremaneira, à medida que contribuía para elucidar e problematizar as questões referentes ao comportamento social e institucional da Medicina e da Escola frente à questão.

A partir da referência destacada acima, e considerando a necessidade de que esta investigação seja fundamentada na história, buscamos nesta parte do presente capítulo a interpretação sistematizada do conceito de história em MICHEL FOUCAULT (1926-1984), destacando as representações do tema descritas em alguns momentos de sua obra, notadamente nas referências bibliográficas de sua trilogia e nas obras que enfocam o nascimento das práticas de vigilância e punição na sociedade moderna normativa.

Pretendemos assim realizar um estudo exploratório de investigação dos referenciais conceituais da concepção de história e os jogos de construção da verdade dominante na obra de M. FOUCAULT, considerando a maneira com que este entendimento fundamenta a organização e o tratamento da problemática no âmbito da formulação teórica de seus estudos e filosofia.

Nosso recorte teórico considera os princípios dos julgamentos ou premissas a respeito da Sexualidade Humana nas obras de FOUCAULT E REICH de forma a justificar um apoio à defesa da teoria freudiana como a teoria *possível* para respaldar projetos de educação sexual no universo escolar, uma vez que, dos três teóricos aventados aqui, FREUD é o que mais fortemente reconhece a realidade da *sublimação sexual* em favor da possibilidade da cultura e da educação.

MICHEL FOUCAULT aparece como um de nossos principais interlocutores, justamente porque define a questão da prática discursiva sobre Sexualidade, entendida como elemento consubstancial do que ele denomina “*Scientia Sexualis*”, como

construção normativa de dimensões histórico-políticas e institucional-jurídicas, que teria tomado corpo na Medicina do século XIX, produzindo uma tipologia técnica sobre a atuação do profissional médico, que passa a ter o poder de definir os dispositivos de controle das sexualidades “sadias” e a normatização e marginalização das sexualidades classificadas como “patológicas”, prescrevendo intervenções terapêuticas para decifrá-lo e segregá-lo. A forma crítica com que FOUCAULT apresenta a história da evolução da participação das ciências médicas nas sociedades ocidentais, tanto em seus três volumes da história da sexualidade quanto na obra “*O Nascimento da Clínica*”, permitiu uma abertura para respaldar a problemática levantada em nosso estudo.²

Temos clareza de que, de modo geral, o trabalho teórico de MICHEL FOUCAULT, conhecido por estudiosos de seu pensamento como a *discursividade* de FOUCAULT, não encontra o que se pode chamar de uma aceitação relevante por grande parte de estudiosos em filosofia e história, principalmente daqueles oriundos das vertentes mais próximas do paradigma *moderno* de investigação epistemológica. Mesmo este estudo, em seu caráter exploratório, não intenta terminar nem resolver a discussão em torno da problemática das idéias deste ou de qualquer outro tema do elencário fecundo do autor. A intenção que nos moveu aqui foi a busca da perspectiva de uma leitura pertinentemente interpretativa do conceito de história em FOUCAULT.

Não sentimos em nenhum momento a necessidade de forjar uma carapaça para o pensamento de FOUCAULT, como já vimos em muitas interpretações estreitas e descontextualizadas de sua fundamentação filosófica e epistemológica. Nosso interesse moveu-se no sentido de buscar sua teoria sobre a Sexualidade Humana, considerando seus padrões, regras e proibição históricas, que para o tema que nos propomos investigar é uma contribuição fundamental.

². Tomamos por base as três obras que fazem parte da trilogia **HISTÓRIA DA SEXUALIDADE**, já citadas, e FOUCAULT, M. *O Nascimento da Clínica*, Editora Forense-Universitária, Rio de Janeiro, 1980. Muitas de suas definições sobre História e Sexualidade estão presentes na obra-prima *A arqueologia do Saber* (1997) o que demandaria estudos mais aprofundados para investigar os campos epistemológicos que fundamentam a grelha conceitual de FOUCAULT.

Como temos realizado, nesta dinâmica de apresentação formal da pesquisa, sobre os demais interlocutores, uma breve síntese biográfica, destacando alguns componentes importantes de sua vida e de seus condicionantes contextuais para a análise e elucidação de sua ciência e produção teórica, apresentaremos também alguns dados sobre MICHEL FOUCAULT.

Não queremos, portanto, correr o risco de construir nenhum obstáculo de interpretação epistemológica para o entendimento do tema que queremos respaldar em sua teoria, nem tampouco perder por isso, nosso objetivo em pesquisar o referido conceito assumindo a responsabilidade acadêmica desta relação teórica dos conhecimentos históricos e filosóficos apresentados na possibilidade de conhecimento e contribuição com a causa da Sexualidade Humana.

3.4 A concepção de Sexo, Sexualidade e Educação Sexual na obra de REICH: contradições e potencialidades institucionais

Em toda sua obra teórica, REICH expressa seu entendimento a respeito de Sexo e de Sexualidade Humana a partir das mesmas matrizes freudianas de compreensão destas esferas da vida do indivíduo. Para REICH o Sexo é uma parte constituinte da Sexualidade, porém apresenta uma motivação de cunho genital, apoiado em funções e nas determinações estritamente biológicas do corpo. Este entendimento de REICH fica ainda mais claro em um trecho do livro: “*Análise do Caráter*”, onde ele define a dimensão biológica da Sexualidade: “*A sexualidade do caráter genital é determinada essencialmente pelas leis naturais fundamentais da energia biológica*” (1998, p. 470). Em “*O Combate Sexual da Juventude*”, quando REICH refere-se à Sexualidade, ele a associa ao namoro, à gratificação entre os companheiros, à responsabilidade com o sentimento do outro e consigo mesmo, portanto, parece expressar algo mais que genitalidade. O autor, colocando a sexualidade como um

direito de todos, destaca várias vezes a importância da liberdade sexual do jovem, acusando a sociedade de ser repressora desta “*manifestação de humanidade*” socialmente constituída e bastante cerceada.

Vejamos tal disposição de considerações:

“A juventude tem mais do que um simples direito à informação, tem o pleno direito à sexualidade. Arrebataram-lhe esse direito. Em muitos jovens, a consciência da sexualidade até desapareceu, não sem produzir graves perturbações de equilíbrio psíquico por alturas da puberdade.”
(1978, p.37)

A visão política que REICH apresentou da sexualidade já lhe confere um estatuto muito maior do que o estatuto da genitalidade que refere o sexo. O tom político é fortemente considerado a partir do direito ao esclarecimento das questões sexuais como reprodução e prazer. Quando separa as necessidades físicas das necessidades sexuais o entendimento que se expressa do diferencial da sexualidade como expressão além da dimensão física, assumindo o caráter de desejo, de alteridade, emoção e percepção de si, fica evidente que há que se lutar contra a repressão para que se possa auferir a liberdade de expressão deste direito. Passemos a elaboração desta idéia por REICH, com referência aos jovens:

“Se a massa de jovens não quiser naufragar totalmente, física e moralmente, se quiser uma economia que considere não só as suas necessidades físicas mas também as suas necessidades intelectuais e sexuais, deverá tomar consciência de que a luta revolucionária contra a classe dirigente é inevitável.” (1978, p. 161)

REICH defendeu que os jovens têm direito ao esclarecimento científico a respeito das peculiaridades do exercício sexual e do compromisso que cada um deve ter com sua economia. A sexualidade, tanto quanto o direito ao esclarecimento, no sentido intelectual e atuação junto a sociedade por partido político, apresentam-se na obra de

REICH como direitos a serem conquistados pelos jovens. Luta para a qual a sociedade não está disposta a conceder espaço. Esta análise política da questão da sexualidade é uma marca importante do conjunto da obra de REICH. A luta pelo direito e pela administração da sexualidade como campo de realização humana. A sexualidade como possibilidade de esclarecimento político sobre a condição humana a partir de realização das necessidades de conhecer-se a si próprio e aos outros, perceber o que há de mais verdadeiro em cada uma das pessoas e no conjunto da sociedade, sem o sentido simplista do ser humano considerado somente como indivíduo isolado, mas como produto da sociedade e como produtor da mesma. REICH teve o constante cuidado de não alienar a sexualidade do indivíduo nem o indivíduo da sociedade, colocando as necessidades sexuais *pari passu* com as necessidades sociais de esclarecimento, igualdade e representação da luta que deve ser travada para a melhoria constante das condições de vida, evitando a romantização da sexualidade como algo secundário para a realização humana. REICH trouxe, enfim, a sexualidade humana para o contexto da luta de classes e das conquistas sociais.

Esta originalidade diz grandemente de seu entendimento sobre o que seja sexualidade. Ainda no livro, “*O Combate Sexual da Juventude*” REICH faz um chamado ao compromisso que temos todos, quanto a sexualidade do jovem, no sentido de esclarecê-lo da luta a ser travada neste campo. Consideremos o entendimento sobre sexualidade mais marcante em REICH:

“Nós mesmos temos de compreender muito claramente (e fazer compreender à massa dos diferentes, assim como aos jovens que são ainda politicamente reacionários) que uma verdadeira solução do problema sexual dos jovens só será possível quando a massa da juventude dispuser de suficientes alojamentos, de vestuários e de alimentos e tiver a possibilidade de assimilar o saber e a cultura da sociedade humana, que só são acessíveis nos nossos dias aos filhos das casas ricas. Só então existirá a base econômica e social sobre a qual se poderá edificar uma vida sexual satisfatória, feliz, e tendo em conta a profunda natureza de toda a juventude.” (1978, p.161)

Assim o autor reitera sua posição de que o que há de mais revolucionário é o esclarecimento gerador de uma postura de luta pelos direitos sociais, sendo a sexualidade um deles. Conhecendo o sentido maior da Sexualidade Humana para REICH, o sentido político, estabelece-se as bases para o entendimento teórico sobre Educação Sexual para o mesmo autor. Com o aporte teórico e crítico de seu tempo, REICH analisou as experiências de Educação Sexual que pode acompanhar. Tratou das questões da sexualidade em toda a extensão de sua obra porém, é no livro intitulado “*A Revolução Sexual*” que ele debate mais detidamente a questão da Educação sexual, tema que nos levou à pesquisa. Neste livro, o autor expõe com detalhamento seus pontos de vista e suas experiências com relação à esta ação educativa, considerando sobretudo a educação familiar e religiosa repercutindo na sociedade, fazendo algumas alusões a ação educativa na escola. A abordagem escolar como sabemos não é bandeira teórica de REICH. Contudo, suas considerações sobre esta modalidade de educação, constituem-se em importantes considerações críticas para a ação pedagógica neste campo.

Para tratar do tema REICH cria duas categorias básicas quanto ao teor da abordagem educativa da sexualidade humana. As categorias constituem-se em “*Afirmativa*” e “*Negativa*” da sexualidade e conseqüentemente da pessoa. REICH utiliza-se muito mais do termo *reformador sexual* do que do termo *educador sexual*, justamente porque entende a partir das constatações possíveis em seu tempo, que o que ocorre em relação à sexualidade é uma ação “*Negativa*” quanto a valorização desta. Condena a família e a Igreja por sua ação conservadora dos costumes e tabus sexuais, apresentando ao jovem a exacerbação dos perigos sexuais de doenças e difamação social, em defesa da honra burguesa, da virgindade, do casamento e da manutenção da família como aparato para a aceitação social dos indivíduos.

Na obra citada acima REICH trata primeiramente dos extremos da repressão e da liberação sexual da criança. De um lado condena a repressão por castigos físicos, as proibições que mais tarde poderão acarretar na criança a timidez a vergonha do sexo ou a lascívia. Neste momento REICH considera que a Educação Sexual é um beco sem saída, porque não se sabia até onde se podia ir com o afirmativo da sexualidade, com o

negativo já se tinha experiência suficiente para se acreditar que a educação negativa aniquilara muitos indivíduos.

REICH questiona se é possível uma educação sexual *afirmativa* e ensaia uma problematização para aqueles que pensam o contrário dos negativistas. No exemplo extremado de REICH, deveriam todos encarar como normal a nudez dos pais diante dos filhos e vice-versa, se o fato de estar nu é bonito e natural, a criança deve entender que não deve ser reprimido, tanto quanto o ato sexual é normal e gratificante, como privar as crianças de assistirem ao ato sexual dos pais? Se o privassem não estariam sendo contraditórios? Se isto é considerado bom e é bonito, qual o sentido em esconder?

O tema é tratado a partir de suas controvérsias. O texto traz considerações sobre a questão preliminar se deve-se esclarecer sexualmente a criança ou não. Destaca os caminhos comuns de que incorre a educação sexual repressiva de seu tempo: a *culpa* e a *lascívia*. Para REICH a repressão desequilibra o estado psíquico da criança, não a impede de exacerbar sua curiosidade, não consegue lhe fazer celibatário, mas prejudica a normalidade de seu comportamento sexual. Assim, o teórico considera os efeitos da repressão:

“De acordo com o volume e o grau de repressão, desenvolvem-se mais fortemente a timidez e a vergonha ou a lascívia. Usualmente ambas as coisas existem lado a lado, com o que em lugar do velho entra um novo conflito. Posteriormente, ocorrerá uma das seguintes probabilidades: ou o aparecimento de uma atrofia da vida amorosa e de sintomas neuróticos, em virtude da manutenção da repressão do exibicionismo, ou então da irrupção de uma perversão do exibicionismo.”(1988,p.95)

Neste texto o autor considerou a educação sexual em sua época como: *“o beco sem saída”* numa problemática de que conforme o destaque, a educação sexual, ao que ele interpreta, não é algo tão facilmente passível de solução. De acordo com as experiências de seu tempo, REICH afirma que a educação sexual tinha um sentido

apenas moralizador e não pode observar nenhum sentido transformador de valores e verdades quanto ao comportamento sexual.

Os interesses sociais, sobretudo da família e da Igreja, que são os principais agentes da produção *servilista* do capitalismo, dificultam a afirmação da positividade sexual na educação. No livro em questão o autor faz um alerta quanto aos complicantes de uma educação sexual naquele contexto:

“A Educação Sexual, a meu ver, fornece problemas muito mais sérios e cheios de conseqüências do que pensa a maioria dos reformadores sexuais. Justamente por isso é que nesse campo não se progride nem um pouco, apesar de todo o conhecimento e de todos os meios que a pesquisa sexual colocou ao nosso alcance. Temos que lutar com uma poderosa máquina social que por enquanto oferece resistência passiva, mas que no primeiro esforço sério de nossa parte passará a uma resistência ativa.”
(1988, p. 101).

Como vemos, o exemplo de consideração dos extremos da educação sexual, registrado por REICH no texto acima, teve o objetivo de chamar a atenção para a importância e ao mesmo tempo a dificuldade de se desenvolver ações no sentido desta educação afirmativa.

Para REICH, como também para todos que se propuseram e se propõem a colaborar seriamente com a emancipação sexual pela educação, a educação sexual negativa é um agente de repressão. Segundo REICH quem mais sofre com a repressão sexual é o jovem, porque é nessa idade que ele começa a entender o que fizeram dele, quantas proibições sem justificativas plausíveis lhe são impostas, e quais as armas que ele tem para lutar contra este estado de coisas.

Para REICH a questão sexual da juventude é a grande expressão de repressão da condição sexual humana. Para ele a repressão à sexualidade da juventude tem várias formas: proibição de práticas sexuais, exploração estética e física do jovem, e ainda a ação de ignorar suas necessidades sexuais. Desta forma, o que sobraria para sua prática

seria a masturbação. Mas essa também é perseguida por conceitos morais e sentimentos de culpa. A postura de REICH diante desta realidade foi de defesa da vida sexual ativa para os jovens porém, com observância de responsabilidade pelo ato, higiene e cuidados adequados para gerir a contracepção. Ele defendeu também o direito ao aborto, porém, com todos os cuidados científicos para não acarretar prejuízos à jovem que opta por essa forma de resolução da gravidez. Criticou o jogo de abstinência em que o jovem é envolvido. Para ele essa é uma grande causa das neuroses.

Na problematização da questão da repressão da sexualidade dos jovens, REICH apontou como um dos motivos pelos quais a sociedade intensifica a repressão sexual quando acontece a adolescência, tentando vetar qualquer possibilidade de liberdade sexual dos jovens; é que a sexualidade livre nesta fase da vida, poderia, a longo prazo, significar a extinção do casamento e por conseguinte da família, instituições chaves para a dominação da sociedade pelo sistema capitalista. É com o casamento que se rege a sexualidade, a moral e os bons costumes sociais. É na formação de uma nova família que se passa a consumir mais bens para organizar materialmente a sobrevivência do novo casal e esperar os filhos que mais tarde, dentro da própria família, serão transformados em seres obedientes, trabalhadores e exploráveis pelo capital, exatamente preparadas para no futuro formarem novas famílias e continuarem o círculo de exploração pelo trabalho e consumo de bens e mercadorias.

Por tudo que REICH apresenta sobre seu entendimento a respeito da educação sexual, o que no seu sentido negativo representa uma deseducação para o prazer a realização do homem e da sociedade como consequência, só seria possível uma educação sexual positiva, considerando a realidade de seu contexto histórico, *através da abolição do casamento, da família e das relações de produção capitalista*. São as relações de produção que pregam a exploração do homem pelo homem o que se transfere para a relação entre homem e mulher, é o casamento compulsório que leva a infelicidade dos homens pela intoxicação entediante da vivência comum e pela

conseqüência da formação da família que prepara homens e mulheres para a reprodução social.

A partir da leitura da obra de REICH se tem a convicção de que quando a sociedade alcançar a liberdade sexual, a consciência política da sexualidade haverá automaticamente uma revolução na cultura e na política de relacionamentos que transformarão todo o sentido de igualdade e liberdade. Tudo isso só será possível, segundo REICH, se a família patriarcal deixar de existir. Segundo REICH: “*A desintegração da família compulsória é uma prova de que as necessidades sexuais dos homens arrebatam as algemas que lhes são impostas em virtude da ligação familiar econômica*”. (1988, p.189)

REICH comenta a abolição da família apregoada por MARX conforme registros do “Manifesto Comunista”, onde o próprio MARX considera que uma das principais tarefas da revolução social é a abolição da família. Portanto, considerando a possibilidade de certas transformações sociais e políticas, se pode crer em uma educação social transformadora, de acordo com o pensamento de REICH, lembrando sempre que não há revolução se não houver uma teoria revolucionária. Assim, para que haja uma educação sexual transformadora do clássico negativismo apontado por REICH, é necessário que haja também subsídios teóricos científicos e de cunho pedagógico e não receituários médico-higienistas ou prescrições religiosas como a história tem registrado.

Uma teoria que, pela ética e pela emancipação entendida como política, transforme os hábitos sexuais do momento histórico em que vivemos. Ainda não se viu nada mais revolucionário do que o conhecimento, amparado no esclarecimento político das possibilidades de resolução de problemas. Para a sexualidade, no tocante ao papel social deste educador, é importante que este venha a esclarecer cientificamente as crianças e jovens com o apoio da História, da Filosofia e da Sociologia, pelo aporte pedagógico que contribuirá para o desenvolvimento de uma nova política sexual na sociedade.

O pensamento de REICH, suas críticas severas e verdadeiras, as quais acabamos de elencar, podem colaborar muito para a Educação Sexual como argumento à favor da necessidade desta educação. Por tudo o que se apresenta na obra de REICH a respeito da questão do esclarecimento dos jovens, e da negatividade histórica das ações em educação sexual familiar e da Igreja, considerando também a experiência da “*Rússia*” ao legalizar o aborto, dando excelentes condições médicas para tal encaminhamento, facilitar os processos de separação e união entre os casais, enfim, ações políticas revolucionárias que por não contarem com uma teoria também revolucionária dos costumes e da cultura daquela sociedade, terminaram por ser abandonadas pela própria população que aos poucos voltou ao conservadorismo sexual.

Assim, o próprio REICH expôs o cerne do fracasso da revolução sexual buscada pelos revolucionários russos. O fracasso deu-se pela ausência de uma teoria revolucionária que preparasse previamente uma mudança na cultura das massas e na estrutura psíquica dos indivíduos. Assim, a grande e valiosa colaboração de REICH para a educação sexual foi a abordagem política do tema, como um esforço social para a transformação do sentido da sexualidade humana, sem esquecer de considerar suas críticas à família, ao casamento e à Igreja que afirmam um sentido negativo da sexualidade transformando-a, não em possibilidade de libertação, mas em chave de dominação ideológica em favor da submissão para a produção e reprodução de todo tipo de relações capitalistas.

As densas críticas de REICH são válidas e atuais pela realidade ideológica das relações capitalistas que, ainda hoje, constituem nossa realidade social e política. Conforme tais críticas quanto ao papel social da família e da Igreja, no tocante à educação sexual, trazem o confronto entre o que é na prática educativa, a repressão, e o que deveria ser nesta mesma prática a emancipação do indivíduo. Em sua produção teórica, REICH aponta para a perspectiva de educação sexual emancipatória, pois destaca a competência política desta. Todavia, para este teórico, essa emancipação só será possível quando a família, a Igreja e o modo de produção capitalista tiverem deixado de existir.

REICH reconhece como poucos teóricos que trabalham a questão da sexualidade a necessidade da educação sexual porém, aquela afirmativa do que há de mais humano no homem: a busca da realização psicofísica na gratificação sexual da plenitude erótica do prazer. A economia-sexual como considera REICH é a autoadministração da sexualidade e deve definir sua base logo na infância. Porém, somente a educação não-autoritária é capaz de produzir condições para tal autonomia com relação à sexualidade e a todas as dimensões humanas, como por exemplo a afetividade e a intelectualidade.

A moral autoritária, presente na educação das crianças, a impede de sentir-se responsável por suas ações, desenvolvendo na criança uma espécie de propensão a esperar que outros, quase sempre os pais, ou outrem que a eduque, respondam por quaisquer atos que venham complicar seu equilíbrio na relação com os outros de seu convívio. O mesmo princípio faz com que a criança aceite castigos ou exigências quanto ao seu comportamento, seus desejos ou a falta de alcance do comportamento padrão que se convencionou correto.

A construção da realidade social ao que vemos, passa pela questão individual de educação da criança e, neste universo, a sexualidade apresenta-se como ponto importante para se trabalhar a autonomia ou a emancipação dos futuros homens e mulheres já nas primeiras fases da vida. Assim, do entendimento de REICH, podemos destacar esta convicção a respeito da educação não autoritária da criança: *“A tarefa nuclear da reestruturação não-autoritária do homem é a educação sexualmente afirmativa da criança”* (1988, p. 282)

Em vários momentos de sua obra REICH reafirma a necessidade da educação sexual da criança, chamando a atenção para suas dificuldades estruturais e conjunturais, considerando alguns pré-requisitos de cunho social como já mencionamos, e outros de especificidades individuais. Para REICH, alguém que se pretende educador sexual deve ter sua sexualidade bem resolvida. Nesta passagem do

texto “*A Revolução Sexual*” defende a possibilidade da educação sexual das crianças:

“Quando o educador se dispõe a enfrentar as tarefas que lhe apresenta a educação da criança em desenvolvimento, dificilmente em outro setor encontrará questões tão difíceis como no da educação sexual. É verdade que ela não pode ser separada da educação em geral, mas colateralmente apresenta suas dificuldades especiais. O próprio educador deve ter tido uma educação sexual negativa; casa paterna, escola, igreja e todo o meio ambiente conservador o imbuíram de conceitos sexualmente negativos; estes entram em choque com seus próprios pontos de vista afirmativos da vida, tem de formar sua própria conceituação fundamental e impô-la na educação das crianças. Nisso tomará de empréstimo uma grande parte da ciência educativa conservadora, rejeitará muito disso como antisssexual e adaptará outras coisas. Esta é uma tarefa grande e difícil”. (1988, p.290)

Ao contrário das apropriações banais que fazem da obra e das convicções de REICH, o que se pode encontrar numa leitura criteriosa e atenta da questão da educação sexual das crianças e jovens é uma crítica com medidas profundas advindas de um nível elevado de análise quanto a questão, provada a partir da realidade russa, no período de revolução socialista, tempo de mudanças dos mais intensos que a humanidade já teve notícias, fato que marcou o século XX com o desafio de que é possível lutar por transformações sociais, políticas e econômicas. As orientações e representações da obra de REICH quanto à educação sexual são completamente exigentes e propõem, não mudanças superficiais, e sim estruturais num outro patamar para a dinâmica das relações humanas que prevê a construção de uma ética de igualdade e co-responsabilidade sexual entre homens e mulheres de um novo tempo. De acordo com o referencial da teoria de REICH, a sexualidade não é apenas uma questão individual, mas é, sobretudo, uma questão social, por envolver uma especial dialética do cotidiano em diversos níveis da construção política da realidade humana. Vejamos o que nos coloca REICH a respeito da sexualidade humana enquanto compromisso social:

“O primeiro princípio que provavelmente teria que ser reconhecido aqui é que a vida sexual não é assunto particular; isso não deve ser compreendido no sentido de que então qualquer funcionário público teria o direito de se imiscuir nos segredos da cama de alguém. Significa que a preocupação pela reestruturação sexual do homem para o estabelecimento de sua integral capacidade de prazer sexual não pode ficar entregue à iniciativa privada, mas representa uma questão cardinal da totalidade da vida social.” (1988, p. 305)

É inegável que REICH já considerava os avanços no campo desta educação em todo o mundo, porém continuava cauteloso, quanto ao nível e a forma das transformações que pode observar. O destaque a seguir ilustra bem este fato:

“A nova ordenação da vida sexual tem que começar pela educação da criança. Por esse motivo é indispensável que os professores sejam reeducados e que a massa da população aprenda a usar seu instinto acertado nessas questões para criticar os velhos educadores sexualmente mal instruídos. A reeducação dos professores provavelmente será mais fácil do que convencer os higienistas e políticos demográficos. Na Europa ocidental e na América multiplicam-se constantemente os sinais de que os educadores do campo progressista procuram espontaneamente novos rumos na educação de crianças e jovens e em muitos casos já estão desenvolvendo o ponto de vista sexualmente afirmativo.” (1988, p.303)

Em muitos momentos em sua obra REICH reafirma a importância da nova ordem sexual para o sucesso das mudanças sociais, ressaltando que a questão sexual é uma discussão pertinente à luta de classes. REICH vislumbrara instituições educacionais modelares com educadores sexualmente sadios colaborando com a educação e procurando entender cientificamente o comportamento sexual de jovens e crianças, ultrapassando com sua colaboração as curiosidades e as questões fisiológicas da sexualidade humana.

Desta forma, o trabalho destes educadores, enfim, a educação sexual, contribuiria fundamentalmente para a construção de uma nova sociedade, de pessoas

cientes de suas potencialidades e desafiadoras de seus limites, equilibradas em seus desejos e autênticas em assumirem, diante de qualquer situação sexual, suas intenções, suas preferências. Uma sociedade que viveria sua sexualidade sem hipocrisias, nem medo de represálias morais. Uma sociedade que conquistasse tais elementos, num prazo não muito largo, poderia viver com mais dignidade, menos ansiedade e menos sentimentos de culpa e de inferioridade. Esta população transformada viveria as relações sociais de outra forma. Sobre esta questão destacamos a bastante inspiradora virtualidade *reichniana*:

“Se a população se sentir imediatamente compreendida de modo prático em suas necessidades sexuais, também construirá máquinas prazerosamente - sem compulsão. Uma população vivendo sexualmente feliz é a melhor garantia da segurança social geral. Com alegria construirá sua vida e a defenderá contra qualquer perigo reacionário.”
(1988, p. 306)

Esta breve descrição de REICH, da nova sociedade sexualmente satisfeita, coincide com a descrição dos resultados das mais elevadas iniciativas de políticas públicas justas, do esclarecimento das massas quanto aos direitos sociais, enfim do alcance da cidadania como conquista social coletiva. Segundo o que estamos apresentando, para que esta sociedade seja uma realidade, é preciso priorizar a sexualidade como processo político de emancipação. Ou nas palavras de REICH: *“A questão da organização se solucionará por si mesma quando a vida sexual da população passar à primeira linha do trabalho social”* (1988, p.307)

A família, a Igreja e o modo de produção capitalista não desaparecerão por encanto. É preciso lutar para que o cenário sócio-político favorável à educação sexual seja uma realidade. As bases da população mundial é que têm forças para construir este cenário através do que existe de mais revolucionário que é o conhecimento. Conhecer a sexualidade humana em seus âmbitos históricos, sociológicos, culturais, através de uma análise crítica e filosófica da condição humana é um importante caminho para a transformação das relações entre as pessoas, e destas com o trabalho, com a Igreja e

também com a família. Esta é, sem dúvida, uma luta política que ao longo do tempo produzirá significativos efeitos no sentido de transformar a concepção dos homens quanto a importância da sexualidade como espaço de luta por uma nova ética de convivência social.

Neste raciocínio REICH, como que propondo uma forma de comportamento revolucionário para a aproximação do real ao ideal, registra uma maneira sutil para lutar por uma nova educação sexual no tocante a religião:

“Não combateremos a religião; mas não nos deixaremos tomar o direito de assegurar a felicidade sexual das massas e levar os conhecimentos da ciência às massas. Verificar-se-á então se a Igreja com a sua afirmação da natureza sobrenatural do sentimento religioso, está com a razão. Não escondemos, entretanto, que protegeremos as crianças e os jovens contra a implantação de sentimentos de temor e culpas sexuais” (1988, p. 307).

Esta idéia de REICH, tanto sutil quanto revolucionária, no sentido de revolver ou voltar às raízes da cultura primitiva, se colocada em prática, desmantelaria em pouco tempo a base do poder da Igreja: o amedrontamento pelo pecado, a repressão pela culpa e a ideologia da cura, que psicologicamente não mais seria necessária, uma vez que toda neurose advém da repressão sexual.

O mesmo raciocínio é válido para a questão da interferência negativa da família na educação sexual da criança. Enquanto a família não evolui por completo de seu estado de afirmação de valores religiosos e da moral do trabalho, podemos trabalhar para relativizar sua influência sobre o caminho para a emancipação dos jovens, através da educação para a autonomia no universo escolar. Assim, relativizando a influência da Igreja e da família, é possível chegar mais próximo da transformação política e ideológica das relações de produção.

3.5 Perspectivas para uma abordagem reichniana de Educação Sexual na Escola

Para considerarmos as perspectivas pedagógicas da abordagem de REICH quanto a sexualidade humana, podemos considerar como primeira observação para tal intento, talvez a maior contribuição de sua obra para a questão da sexualidade: considerar a tensão política e dialética das relações sociais e de produção, para refletir criticamente a condição humana.

Em tudo o que foi apresentado até agora percebeu-se uma mensagem de luta e a crítica à complexa situação sócio-política da sexualidade. Os que temem a luta podem ter interpretado as contribuições de REICH como um registro pessimista da realidade. Podem ter preferido acreditar que a educação sexual é mesmo um “beco sem saída”. Neste caso, estão fora de qualquer tentativa de esclarecimento ou esforço pedagógico em direção as afirmações do que há de melhor no universo da sexualidade humana. Os pouco cautelosos e menos ainda críticos, que apropriam-se equivocada e simplistamente da teoria de REICH, podem perceber suas contribuições como uma receita indicativa para apregoarem a banalidade do sexo e transformarem a educação sexual em algo exatamente contrário ao teor revolucionário da teoria em questão: a falta de suporte científico e ético para o esclarecimento sexual de crianças e jovens.

O cerne do referencial da teoria *reichniana*, explicita o quanto é exigente é o trabalho sobre as condições afirmativas da sexualidade humana e o quanto ainda precisa a sociedade lutar para estabelecer condições históricas para que tal educação venha a ser, conforme se sentido mais importante em REICH, o sentido político da emancipação, uma realidade.

Assim, ao invés de pessimismo, percebe-se que historicamente onde há campo para luta há lugar para vitória. Onde há motivação para lutar há conquistas para perseguir. Registramos por isso, nas palavras escritas por REICH, um incentivo para o campo e tema que defendemos - a educação sexual:

“Mas quem é capaz de compreender a vida não desiste. Quem está satisfeito não rouba. Quem é sexualmente feliz não necessita de nenhum ‘esteio moral’ e tem a sua ‘experiência religiosa’ mais verdadeiramente natural. A vida é tão simples como esses fatos. Apenas torna-se complicada pela estrutura humana caracterizada pelo temor à vida.”
(1988, p.311)

É preciso considerar que, no conjunto de sua produção teórica, REICH argumenta com muita propriedade quanto à impossibilidade de uma educação sexual *afirmativa* da sexualidade nas condições históricas do tempo em que viveu. Contudo, com a mesma propriedade que o faz, considera também a necessidade de que haja esta educação sexual.

Assim, as contribuições da teoria *reichniana* para o esforço pedagógico da educação sexual escolar, por considerar em poucos momentos de sua teoria, mas com o profissionalismo do educador - professor, como vimos, são, valiosamente, o cunho científico imprescindível para o esclarecimento sexual das crianças e adolescentes: exigindo pessoas com formação científica para a atuação pedagógica neste campo, portanto, não mais a legião de padres, professores de religião ou qualquer outro profissional, sem a devida organização teórico-científica quanto às dimensões da sexualidade. O próprio REICH criou uma síntese de sua bandeira de luta pelo esclarecimento das massas:

“A pesquisa sexual-econômica tirou a conclusão correta de sua base de ciência natural e dos fenômenos sociais: -É preciso auxiliar a afirmação da vida, em sua forma objetiva, como afirmação do prazer sexual, e, em sua forma objetivamente social, como democracia trabalhista, a chegar à consciência subjetiva e ao desenvolvimento objetivo. A afirmação da vida tem de ser conquistada organizadamente. O medo do prazer do homem é seu inimigo estrutural mais forte”.(1988, p.309)

Quanto ao teor político da educação sexual, as contribuições de REICH são indicativas da importância da educação emancipatória da criança e do adolescente, para

que estes desenvolvam a consciência da amplitude e da responsabilidade sobre a sua sexualidade, para que sejam capazes de, quando necessário, tomarem suas próprias decisões em relação à sua vivência sexual.

Não há, na obra de REICH, o que se pode definir como conceitos de aplicação prático-pedagógica para a educação sexual escolar; há contudo, críticas e pontos de vista muito bem firmados, quanto à necessidade de franqueza no esclarecimento sexual das massas. BROHM, Jean-Marie, que escreveu em 1966 a apresentação francesa do livro “*O Combate Sexual da Juventude*”, faz uma boa análise deste diferencial na obra de REICH. Estamos citando-o aqui, depois do estudo que fizemos, por entendermos que a expressão da opinião de BROHM é válida não só para este livro em especial, mas para o conjunto das obras de REICH. Acompanhemos a anunciada análise:

“A obra de Reich não é um conjunto de livros <científicos>, de estudos de sexologia, distintos e <neutros>, mas, parafraseando Marx, uma <crítica da economia sexual>, uma crítica materialista dos fundamentos culturais e sociais da sexualidade alienada: crítica da repressão do prazer, da culpabilidade da felicidade, da ideologia da procriação, da família burguesa.” (1978, p. 14)

Não se pode considerar, por tudo o que foi apresentado neste estudo, que REICH recomendou ou produziu teoricamente subsídios para a educação sexual escolar. Estamos convencidos sim, que devem ser aproveitadas como fundamento para esta área da educação sexual, as diretrizes políticas fundamentadas por REICH. Esta é, sem dúvida, a maior contribuição deste teórico para a causa da educação sexual escolar, apesar dos exigentes pré-requisitos para que haja, conforme a concepção de REICH, uma educação sexual afirmativa da sexualidade.

3.6 A Sexualidade e Educação Sexual na perspectiva de FREUD

Ao que se pode entender, por tudo o que FREUD considera, as questões da sexualidade do ser humano em geral, sobretudo nos livros: “*Três Ensaios Sobre a Teoria da Sexualidade*”, “*A interpretação dos Sonhos*” e “*Cinco Lições de Psicanálise*”, quando analisa o desenvolvimento sexual da criança, o complexo de Édipo, o complexo de castração, entre outros temas, onde faz objetiva diferenciação entre sexo e sexualidade, é um momento central de sua obra.

Vale registrar que, ainda quando FREUD começava seus estudos a respeito da etiologia das neuroses, no final do século XIX, a literatura sobre o tema focado como sexualidade, não fazia grandes diferenciações do que fosse sexo e o que fosse sexualidade. Com frequência encontrava-se naqueles trabalhos a expressão “*Coisas Sexuais*”, conforme apontavam KRAFFT-EBING e Havelock ELLIS, que antes de FREUD, inventariaram com muita competência as psicopatologias que indicavam sua origem em problemas sexuais.

Desde o início de suas pesquisas FREUD considerou o “*sexo*”, partindo de seu sentido primordial: marca biológica dos seres vivos. Considerando-o no ser humano como elemento genital, acionado por algo instintivo, puramente físico, fruto do impulso do desejo de um ser humano por outro de outro sexo: união dos órgãos genitais para a realização do coito. Esta atitude impulsiva não diferenciava, necessariamente, os homens de outros animais.

Pela forma com que FREUD organizou seus estudos e relatou suas experiências com base no material ou informações que extraiu de suas fontes, que se constituíram em observações diretas de crianças, brincando ou das entrevistas que fez com as mesmas, análise das conscientes lembranças dos adultos neuróticos sobre o período da infância, bem como, informações inconscientes trazidas ao consciente através da ação psicanalítica, FREUD avançou progressivamente no tema. Através de seu trabalho FREUD passou a delinear o caminho para uma marcante diferenciação

entre o sentido conceitual de sexo firmando seu conceito inicial, e o sentido vivencial de sexualidade, que culminou com uma nova concepção da importância destes para o equilíbrio psíquico do ser humano, tanto no seu desenvolvimento psicossocial quanto em seu autoconhecimento.

Já dissemos que o conceito de Sexualidade no ocidente transformou-se a partir das contribuições teóricas de FREUD. Através da psicanálise, a ciência que ficou conhecida como a ciência da sexualidade, o entendimento do homem enquanto ser no mundo alterou-se no tocante à consideração de suas necessidades, o sentido de suas buscas e também quanto a forma com que esse homem percebe-se no mundo. Foi considerando toda a obra de FREUD e tais colaborações da psicanálise para o entendimento da sexualidade como uma importante dimensão humana que LAPLANCHE e PONTALIS, puderam considerar profundamente o sentido humano e unicamente humano da sexualidade. Nesta abrangente consideração conceitual de sexualidade, podemos ter a exata compreensão da significância da sexualidade na vida humana. Na obra “Vocabulário da Psicanálise” o termo “*Sexualidade*” é explicitado assim:

“Na experiência e na teoria psicanalíticas, ‘sexualidade’ não designa apenas as atividades e o prazer que dependem do funcionamento do aparelho genital, mas toda uma série de excitações e de atividades presentes desde a infância que proporcionam um prazer irredutível à satisfação de uma necessidade fisiológica fundamental (respiração, fome, função de excreção, etc.) , e que se encontram a título de componentes na chamada forma normal do amor sexual.”(2000, p. 476)

Foi a partir da psicanálise que se pode considerar que a sexualidade tem papel fundamental no desenvolvimento psíquico do ser humano. Na apreensão da teoria freudiana firmou-se a convicção de que existe uma sexualidade infantil e que o ser humano é dotado de características sexuais, não só físicas mas também psicológicas, que conformam todo seu desenvolvimento, do nascimento à morte. Assim, com as contribuições da psicanálise, ao considerar a criança um ser em desenvolvimento e já

sexuado, se pode transcender a compreensão fisiológica da sexualidade, que para FREUD, conforma a esfera específica do sexo, que compõe a dimensão da sexualidade humana campo de maior extensão.

Dentro das contribuições teóricas que FREUD deixou para a humanidade, aponta-se com grande destaque o salto teórico a respeito da questão colocada e considerada pela psicanálise, de que a *psiquê* não é só o consciente. O conjunto dos conteúdos psíquicos não presentes no consciente, considerando seu sentido “descritivo”, conforme a psicanálise, tornaram-se a partir de FREUD, conhecidos como conteúdos do inconsciente de onde provinham os sintomas das doenças psíquicas estudadas pela psicanálise.

Esta foi, sem dúvida, uma das mais intrigantes afirmações teóricas feitas por FREUD. Ao final de todas as contestações, o Ocidente rendeu-se enfim, à compreensão deste conceito, que foi firmado através de critérios do conhecimento científico, confirmado pelas mais amplas descrições das condições inerentes ao processo de recalçamento de lembranças ou sensações advindas de experiências não agradáveis ou ainda experiências condenáveis pelos códigos morais vigentes. Esta organização teórico-científica facilitou o exercício cognitivo para o entendimento daquela teoria que levou a sua aceitação.

Consideramos em igual proporção de importância, o esforço e êxito de FREUD no campo da sexualidade humana, para a produção argumentativa de que o universo do que é sexual não esgota-se na genitalidade. Que sexualidade, como já registramos em outros momentos deste trabalho, ultrapassa a questão física do ser humano, expande-se pelo espaço das emoções e das decisões políticas quanto a forma de organização da vida. A sexualidade, portanto, é um potencial síntese do que é ser humano. Quando FREUD estremeceu o mundo declarando que as crianças têm sua própria sexualidade e que a expressam ainda pelo ato da amamentação, ele estava revolucionando as concepções vigentes sobre as dimensões da sexualidade. Reconhecer a sexualidade da

criança era também firmar a transcendência da genitalidade e a transformação do conceito de sexualidade, para o conceito que temos hoje sobre esta dimensão humana.

Entre todas as análises e conclusões que FREUD pode elaborar no conjunto de sua produção teórica, as duas contribuições que acabamos de destacar foram fundamentais e decisivas para a compreensão do ser humano. Sensível a tudo o que descobriu, formulou e analisou a respeito da sexualidade humana, FREUD coloca-se como defensor da iniciativa de Educação Sexual escolar. Baseando-se na necessidade do “*esclarecimento sexual das crianças*”, expressão que se apresenta de maneira muito destacada, do ponto de vista de FREUD sobre o assunto, a intitular uma carta que escreveu em 1907 ao Doutor FÜRST, apresentada no livro IX, das Obras Completas de FREUD, sob título “*Gradiva de Jensen e outros trabalhos*”. Nesta carta FREUD responde a Dr FÜRST alguns questionamentos como: “... *devem as crianças ser esclarecidas sobre os fatos da vida sexual, em que idade isso deve ocorrer e de que modo isso deve ser realizado?*” (2000, p. 123)

Quando FREUD recebeu esta carta, prontamente se dispôs a respondê-la, justificando que estaria considerando seu juízo independente. O juízo de quem, em seu trabalho, teve a oportunidade que considerou especial para ocupar-se dos problemas sexuais humanos. FREUD ainda comentou não entender por quê ainda permaneciam, naqueles tempos, dúvidas sobre a primeira parte deste questionamentos. Ele admitia que, quanto às duas últimas questões, ainda houvesse alguma insegurança, contudo acreditava que seu tempo já havia podido alcançar a certeza da necessidade do esclarecimento sexual das crianças, referindo-se ao fato de que muito já se havia escrito sobre a curiosidade infantil a respeito de assuntos sexuais, e também quanto aos efeitos da curiosidade não satisfeita na infância.

No mesmo texto FREUD desenvolve uma série de considerações interrogativas sobre a problemática que leva os pais e educadores se custarem a esclarecer ou mesmo não corresponderem aos anseios de saber das crianças sobre a natureza sexual da vida. Consideremos tal abordagem nas palavras de FREUD:

“Que propósito se visa atingir negando às crianças, ou aos jovens, esclarecimento desse tipo sobre a vida sexual dos seres humanos? Será por medo de despertar prematuramente seu interesse por tais assuntos, antes que o mesmo irrompa de forma espontânea? Será na esperança de que o ocultamento possa retardar o aparecimento do instinto sexual completo, até que este possa encontrar seu caminho pelos únicos canais que lhe são abertos em nossa sociedade de classe média? Será que acreditamos que as crianças não se interessarão pelos fatos e mistérios da vida sexual, e não os compreenderão, se não forem impelidos a tal por influências externas? Será possível que o conhecimento que lhes é negado não as alcançará por outros meios? Ou será que se pretende genuína e seriamente que mais tarde elas venham a considerar degradante e desprezível tudo que se relacione com o sexo, já que pais e professores quiseram mantê-las afastadas dessas questões o maior tempo possível?” (2000, p. 123)

Estes questionamentos elaborados por FREUD dizem de sua preocupação com o esclarecimento sexual das crianças. Com a necessidade que ele viu de uma educação com base na franqueza e no que há de verdadeiro sobre o tema. FREUD aproveita aquele momento de polêmica sobre a educação sexual da criança para parafrasear um estudioso, conhecido naquele meio científico, escritor holandês, ao que parece, publicava textos chamando a atenção dos educadores conservadores, E. D. DEKKER, que escrevia com pseudônimo de Multatuli - que significa *”eu tenho suportado muito”*. Parafraseando-o, FREUD considera que uma coisa é preservar a pureza da imaginação da criança outra é tentar mantê-la na ignorância. Esta não preservaria nenhuma pureza, ao contrário, aumentaria a desconfiança da verdade, pelas controvérsias inevitáveis pelo convívio social.

Para FREUD, a culpa atribuída aos adultos talvez não seja de todo merecida. Afinal estes acabam reproduzindo a educação que tiveram, sem contar que também lhes falta muito esclarecimento. Neste sentido o próprio FREUD busca responder os questionamentos que fez:

“Certamente são apenas a pudicícia usual dos adultos e sua má consciência em relação a assuntos sexuais que os induzem a criar todo esse mistério diante das crianças, mas é possível que também uma certa ignorância teórica desempenhe seu papel nessa atitude, ignorância que pode ser remediada dando aos adultos algum tipo de esclarecimento” (2000, p. 124)

Desta forma, pode-se concluir que educação sexual para FREUD é muito mais que o esclarecimento sexual da criança, a satisfação de suas dúvidas e curiosidade, é também o esclarecimento teórico e, com certeza, científico, dos adultos sobre a sexualidade e sobre a necessidade que têm as crianças de saber sobre o assunto, saber sobre si mesmas, suas transformações físicas, acompanhando suas transformações intelectuais. Respondendo aos questionamentos feitos na carta citada acima por seu colega Dr. Fürst, FREUD assegura que, de alguma forma, toda criança, umas mais cedo e outras mais tarde, sempre expressam sua curiosidade sobre os assuntos sexuais. Se os pais e educadores dizem que não percebem tal moção, é porque não dispõem-se a observar a criança com atenção ou têm medo de perceber tal manifestação. E, ainda observa com propriedade: *“O interesse intelectual da criança pelos enigmas do sexo, e seu desejo de conhecimento sexual, revela-se numa idade surpreendentemente tenra.”* (2000, p. 125) Para FREUD, a hora de esclarecer é a hora que a curiosidade aflora. Este esclarecimento deve ser franco, verdadeiro e em linguagem que a criança possa entender.

Quanto à forma de esclarecer as dúvidas e curiosidade das crianças, FREUD recomenda muita naturalidade na exposição deste assunto, como a que se tem em qualquer outro tipo de explicação que se dê à criança:

“O que realmente importa é que as crianças nunca sejam levadas a pensar que desejamos fazer mais mistério dos fatos da vida sexual do que qualquer outro assunto ainda não acessível a sua compreensão; para nos assegurarmos disso, é necessário que, de início, tudo que se referir à

sexualidade seja tratado como os demais fatos dignos de conhecimento. Acima de tudo, é dever das escolas não evitar a menção dos assuntos sexuais. (...) A curiosidade da criança nunca atingirá uma intensidade exagerada se for adequadamente satisfeita a cada etapa de sua aprendizagem.” (2000, p. 128-129)

FREUD considera o papel da escola na educação sexual das crianças. O ambiente escolar é onde a criança passa grande parte de sua vida e é neste espaço que manifestam suas formas de relações quotidianas com seu corpo, e seus pensamentos. Um momento de grande manifestação de apoio à educação sexual escolar para a criança, foi expressa por FREUD ainda na carta em questão, quando considera a situação inconsistente na educação que ocorria na França. FREUD aponta tal acontecimento como o que poderia ser um grande avanço para a comunidade educacional daquele país, contudo, o avanço não se realizaria, uma vez que não houve de fato uma mudança estrutural na esfera pessoal, onde a sexualidade representa a mais importante chave de entendimento e de mudança do homem. O registro de FREUD, destacado por NUNES e SILVA, registra o seguinte:

“Considero um avanço muito significativo na educação infantil que na França o Estado tenha introduzido; em lugar do catecismo, um manual que dá à criança as primeiras noções de sua situação como cidadão e dos deveres éticos que deverá assumir mais tarde. No entanto, essa educação elementar continuará com sérias deficiências enquanto não abranger o campo da sexualidade. Está é uma lacuna que deveria merecer a atenção dos educadores e reformadores. Nos países onde colocaram a educação das crianças total ou parcialmente nas mãos do clero será, naturalmente, impossível levantar o problema. Um sacerdote nunca admitirá que os homens e os animais tenham a mesma natureza, pois não pode abdicar da imortalidade da alma, que lhe é necessária como base de seus preceitos morais. Mais uma vez vemos aqui a insensatez de colocar um único remendo de seda num casaco esfarrapado, isto é,

a impossibilidade de efetuar uma reforma isolada sem alterar as bases de todo sistema.”(2000: p.110)

FREUD mostra fartamente em sua produção teórica que da consciência de si depende a consciência do mundo. A preocupação de FREUD aponta nesta passagem, a questão dos discursos que conformam as questões de ética e cidadania, mas que quando não se dispõem a considerar para tal enfoque a sexualidade humana, não atingem seu propósito político. Este registro apresenta-se também como uma crítica fundamentada aos pressupostos que embasam aquelas mudanças educacionais, justamente por não considerarem a educação sexual como espaço de transformação social, sugerindo reflexões quanto à inexistente neutralidade da educação para a valores morais.

Ao mesmo tempo que FREUD afirma a educação sexual escolar, ele indica suas dificuldades, a partir das resistências sociais, ao esclarecimento sexual das crianças, delineando um perfil de necessidades e dificuldades quanto ao trabalho de professores neste campo. Foi percebendo a necessidade de esclarecimento sexual de adultos, jovens e crianças, e apostando na possibilidade de realização da educação sexual para compreensão do que ele acredita: dimensão humana, que FREUD escreveu seus “Três Ensaio Sobre a Teoria da Sexualidade”, onde expõe suas pesquisas e conclusões sobre o desenvolvimento sexual da criança e suas ligações com as anormalidades neuróticas que se verificam nos adultos.

Ao lermos este texto percebemos a clareza do objetivo de FREUD de esclarecer a normalidade do comportamento evolutivo da criança com relação à sua sexualidade e, conseqüentemente, à sexualidade dos que convivem em seu ambiente doméstico e escolar. FREUD percebeu a importância do esclarecimento sexual dos adultos, para que haja o mesmo esclarecimento das crianças. É primordial, segundo FREUD, reconhecer que a sexualidade do adulto não é a única existente, e que a sexualidade da criança não é menos legítima e merecedora de atenção e cuidados. Vejamos esta consideração de FREUD a respeito do assunto:

“Faz parte da opinião popular sobre a pulsão sexual que ela está ausente na infância e só desperta no período da vida designado de puberdade. Mas esse não é apenas um erro qualquer, e sim um equívoco de graves conseqüências, pois é o principal culpado de nossa ignorância de hoje sobre as condições básicas da vida sexual. Um estudo aprofundado das manifestações sexuais da infância provavelmente nos revelaria os traços essenciais da pulsão sexual, desvendaria sua evolução e nos permitiria ver como se compõe a partir de diversas fontes.” (1997, p.51)

Despertar a atenção do mundo para com a sexualidade da criança, ultrapassar a descrição das neuroses, identificar suas causas e criar um modo de tratamento pela fala através da libertação do conteúdo do inconsciente, transcender a descrição da anatomia, fisiologia e patologia dos órgãos sexuais, atingindo os limites psicológicos dos efeitos sexuais nos indivíduos, eis uma importante contribuição da teoria da sexualidade pela obra de Sigmund FREUD. Esta consideração não invalida, de forma alguma, outras significativas colaborações de outros importantes estudiosos neste campo. Contudo, nossa proposta é a consideração do mérito do pioneirismo de FREUD e o efeito que ainda hoje traz a atualidade de muitos questionamentos feitos por FREUD, ainda no início do século XX.

Revolucionário teórico de seu tempo FREUD colaborou, como expusemos até aqui, com a compreensão do sentido ocidental de sexualidade humana. Destacando o cenário científico do momento histórico onde FREUD sobressaía-se, REICH declara no livro “A Função do Orgasmo” o seguinte:

“Na fisiologia desse tempo, o conceito de sexualidade não ia além da compreensão dos pontos isolados de conexão do mecanismo sexual, dos tecidos intersticiais dos testículos e/ ou dos ovários; não descrevia nada além das características sexuais secundárias. Foi por essa razão que a explicação de FREUD, da função sexual, teve um efeito libertador.”(1988, p.36)

O efeito esclarecedor da obra de FREUD tem um forte sentido libertador do ser humano. Compreender-se no mundo como ser complexo em evolução, tendo a sexualidade como uma importante condição de existência e de força de vida.

3.7 Problematização estrutural da concepção de Educação Sexual e Sexualidade em FREUD: Seria uma concepção que abordaria a EDUCAÇÃO no sentido *lato* ou *estrito* do termo, e ainda, sua abordagem deveria ser considerada *necessariamente* repressiva?

Sobre o ponto de vista do sentido estrutural da concepção da Educação Sexual em FREUD, quanto à sua especificidade de abrangência, diríamos que por um lado tal concepção se apresenta na medida da Educação no sentido *lato* e por outra via na medida do entendimento *estrito* do que seja o educar.

No sentido *lato* a educação passa a ser definida como a própria produção social do homem, o longo e institucionalizado processo de *endoculturação*, de aquisição da condição humana em sociedade. Educar seria a integração das novas gerações no corpo da cultura, no centro da sociedade, através do processo de inculcação e padronização comportamental. Assim, a *mãe* seria a primeira educadora, aquela instituição que determinaria a medida da *internalização* das razões e conceitos morais fundamentais para a aquisição de hábitos, habilidades e comportamentos socialmente aceitos e estimulados. Nesta direção, entendendo que FREUD advoga uma tensão entre a natureza e a cultura ou civilização, a educação seria necessariamente enquadradora, uma vez que supõe a superação da dimensão natural instintiva e *pulsional*.

Já no sentido *estrito*, entende-se a educação como processo de escolarização, de organização de saberes e comportamentos socialmente instituídos e transmitidos a

partir da instituição escolar, própria da experiência do Ocidente. Neste sentido, a obra de FREUD seria apropriada para a transmissão dos papéis sexuais tradicionais e a internalização dos conceitos e comportamentos tradicionais.

A abordagem freudiana da sexualidade é sem dúvidas a abordagem mais adequada para colaborar com a ação pedagógica da educação sexual no universo escolar. Como já registramos antes os conceitos desenvolvidos por FREUD através da psicanálise, a organização científica da teoria do desenvolvimento sexual da criança e do adolescente, conformam muito mais que o aporte biológico destas questões fundamentais, atingindo a esfera do entendimento da questão psicológica para o desenvolvimento do ser humano.

O entendimento, profundamente explicitado pela psicanálise, de que a sexualidade do adulto é continuidade da sexualidade do adolescente e, esta por sua vez, é consequência da sexualidade da criança, despertaram maiores responsabilidades por parte dos educadores quanto ao trabalho com questões pertinentes a sexualidade, seja de maneira mais geral, seja de maneira muito específica. Considerando a tradução dos conflitos psicológicos, das aparentes negações do sexo, da inelutável evolução física, do sentido das sensações, entre outros temas que FREUD colocou ao nível de teoria científica para explicar os processos de inserção ou segregação sociais, pela ótica da psicanálise, como também todo processo de conceituação e raciocínio para compreensão da complexidade que é o universo sexual do ser humano, considerando as potencializações da sublimação e da transferência, conceitos fundamentais para entender a possibilidade institucional da educação sexual. FREUD colaborou sensivelmente para as teorias que fundamentam esta modalidade de educação escolar. Aliás, a organização da teoria freudiana sobre o desenvolvimento sexual infantil, está diretamente relacionada com o que ele vislumbrou para o esclarecimento sexual da criança e do adulto, que nós entendemos como educação sexual, uma vez que o próprio FREUD se utiliza do termo *professores* para as considerações que faz neste sentido.

CAPÍTULO IV

ÉTICA, ESTÉTICA E POLÍTICA DA SEXUALIDADE NOS PROJETOS E DISCURSOS DE UMA SOCIEDADE EMANCIPATÓRIA.

Por fim, no capítulo atual, pretendemos reafirmar a necessidade e possibilidade epistemológica e política de uma consciência emancipatória e a potencialidade militante e educacional de um “esclarecimento” da sexualidade, a partir da compreensão da dialética entre as concepções, as práticas e propostas institucionais de Educação Sexual. Buscaremos partir da análise das condições objetivas e subjetivas das práticas emancipatórias ético-existenciais e políticas da sexualidade hoje, questionando de onde viriam os fundamentos de uma ética da sexualidade, para além da determinação moral-institucional tradicional (família, trabalho) e da base material da sociedade, em seus processos de consumo, sublimação e *virtualização* das representações e vivências.

Destacaremos algumas idéias para uma tipologia das perspectivas para a possibilidade de uma sociedade com sexualidade não-repressiva, a partir dos autores estudados: **FREUD** e a possibilidade de superação do controle do instinto – ID – com a canalização repressiva/concessiva para o trabalho; **FOUCAULT** e a tematização da

possível superação da moralização institucional realizada pela família, escola, clínica, a Ciência e o Estado, além da variante possível da sublimação discursiva, falar e fazer falar. Em **REICH** buscaremos fundar a militância da educação sexual que visa a superação política da família patriarcal e da sociedade capitalista alienante, desumanizadora e repressiva. Estes horizontes seriam possíveis? Há condições históricas e determinações subjetivas que apontam para esta possibilidade? É o que intentamos responder no presente estudo, com o cuidado da precariedade da história e considerando a arbitrariedade de todo intento.

A investigação que REICH desenvolveu sobre a teoria da psicanálise teve objetivo direcionado para fundamentar a perspectiva dialética para o trabalho de FREUD, que segundo REICH, pode colaborar como instrumento materialista-dialético no desvelamento de questões sociais visando sua transformação. A investigação a que nos referimos aqui está registrada no livro “*Materialismo Dialético e Psicanálise*”, publicado pela primeira vez em 1929. Quanto às especificidades da referida obra vemos o registro do próprio autor: “*No meu trabalho sobre as relações entre a psicanálise e o materialismo-dialético, tentei provar que a psicanálise é o núcleo a partir do qual devia ser desenvolvida uma psicologia materialista-dialética*”. (1977, p. 137)

Este trabalho de REICH pode ser considerado como um exercício analítico e crítico das possibilidades da teoria psicanalítica considerando-a como colaboradora para os processos teórico-práticos de compreensão do homem e suas relações de trabalho na sociedade capitalista.

REICH faz a defesa da psicanálise, no sentido de desmentir as acusações de que é uma ciência burguesa. Assim o texto é uma consideração analítica das ligações que o autor identifica entre o materialismo e a psicanálise. Para REICH a psicanálise pode desempenhar um papel importante na sociologia, contribuindo como psicologia social, neste ponto:

“A sociologia marxista é o resultado da aplicação do método marxista ao domínio do ser social. Como ciência, a psicanálise é irmã da sociologia marxista; uma trata dos fenômenos psíquicos, outra dos fenômenos sociais, e se acontece ajudarem-se mutuamente, e apenas na medida em que o facto social deve ser explorado no psiquismo individual, ou inversamente, o facto psíquico no ser social. A sociologia não poderia pois explicar uma neurose, uma perturbação da aptidão para o trabalho ou da actividade sexual”.(1977, p. 21)

Esta forma, segundo REICH, é a forma de auxílio que a psicanálise pode prestar para a sociologia marxista. O sentido de que seja, de certa forma individual, ainda que construído socialmente, pode ser alcançado pela sociologia com o auxílio das ferramentas teóricas da psicanálise.

Para REICH os métodos das ciências não se isolam completamente na prática. Em seu entendimento o que há é uma interpenetração de métodos. A distinção ou as especificidades dos métodos entram como elementos para a compreensão de conceitos.

Na interpretação de REICH, no materialismo dialético essa associação de métodos acontece no sentido que se não há oposição direta dos métodos, poderá haver uma colaboração para a elucidação de problemas, desenvolvendo teorias correspondentes como é o caso da associação que o autor enfatiza.

Ao afirmar que o método de investigação é mais importante que a teoria específica, REICH faz uma apreciação do método ao qual empreende a defesa: *“O método do materialismo dialético é um método unitário, não importa o domínio em que o apliquemos, a tese da unidade dos contrários, da transformação da quantidade em qualidade, etc., é válida em todos os campos”.*(1977, p. 155)

Como entendemos neste trabalho, esta afirmação é uma consideração sobre as potencialidades do método dialético em dialogar com a psicanálise, já que este conhecimento compreende os princípios da dialética.

REICH afirma que MARX nunca negou a realidade material da atividade mental. Isso pode abrir a possibilidade teórica da psicologia materialista, mesmo que esta não explique os processos mentais através de estruturas orgânicas. Para ele não se pode rejeitar essa possibilidade uma vez que o marxismo ressent-se de um método para analisar os fenômenos psíquicos através de uma psicologia orgânica. Para REICH uma psicologia materialista teria que considerar a atividade psíquica como uma esfera para além da orgânica e sim, desenvolvida a partir dela e exatamente ligada a sua existência sem, é claro, deduzir dela suas leis. Vejamos nas palavras textuais de REICH esta consideração:

“O psiquismo tem sem dúvida a sua origem no orgânico, deve apresentar as mesmas leis que este; mas, ao mesmo tempo, opõe-se ao orgânico como seu contrário e, nesta função, desenvolve leis que lhe são próprias. A tarefa da psicanálise só pode ser a pesquisa destas últimas; no essencial esta tarefa já foi realizada“. (1977, p. 34)

A teoria das pulsões em FREUD constitui-se no eixo de toda a teoria psicanalítica. Eis que tal eixo é engendrado sob uma base que considera os contrários como elementos de uma relação que produz a psique humana. É pela ação colaboradora ou mesmo antagônica entre as pulsões é que se organiza a dinâmica mental humana. Sobre esta observação vejamos REICH:

“Entre as pulsões, Freud distingue dois grupos principais, psicologicamente indivisíveis: a pulsão de conservação e a pulsão sexual, apoiando-se assim na distinção popular entre fome e amor. Todas as outras pulsões – vontade de poder, ambição ganância, etc. – são para Freud apenas formações secundárias, produto destas duas necessidades fundamentais.” (1977, p. 40)

Com a mesma intensidade FREUD apresenta em sua teoria psicanalítica tanto quanto na teoria do desenvolvimento sexual da criança, os conceitos do princípio do prazer e da realidade, seus efeitos e sua indivisível produção das ações psicológicas

humanas que surgem como resultado da tensão entre essas duas forças. A partir desta articulação, com a preocupação de que se entenda este princípio, FREUD especifica ainda mais seus terrenos, traduzindo-os como prazer e desprazer.

Como resultado da interpretação reichniana temos então, explicitado por FREUD o modo dialético que fundamenta as ações humanas. Definidos teoricamente como dialético, passemos a raciocinar sob o método marxista os detalhes fundamentais da teoria psicanalítica a qual recorreremos como fonte conceitual dos elementos para a discussão da sexualidade humana como construção social.

Este é o regulador da vida pulsional: o princípio do prazer-desprazer. A pulsão busca o prazer e tende a evitar o desprazer. É por isso que considera-se o princípio do prazer como a força que movimenta as relações existentes. Seja do homem com a natureza, seja a dos homens e mulheres entre si, ou destes com o trabalho e com os objetos do seu meio. Este princípio está ligado a tudo o que representa fruição.

Sabe-se que o princípio da realidade está diretamente ligado aos interesses econômicos e culturais. Este princípio é representativo da repressão do prazer. Construído como organização social, prioriza o que não é sexual. Na sociedade capitalista, privilegia o que é produtivo. O que é trabalho. O princípio da realidade é o que mais interessa para a sociedade capitalista haja vista que a libido transformada em força de trabalho torna-se força produtiva, numa espécie de interação funcional das pulsões sexuais com o mundo do trabalho. A negação de um e a afirmação de outro universo. A respeito do princípio da realidade, consideremos REICH:

“A base de tudo está nas condições econômicas; a classe dominante possui um princípio da realidade que serve para a manutenção de seu poder. Inculcar este princípio no proletário, fazer com que ele o admita como absolutamente válido em nome da cultura, equivale a fazê-lo aceitar a sua exploração, a fazê-lo admitir a sociedade capitalista”.
(1977, p. 48)

O caráter materialista que pode ser identificado na teoria freudiana tem uma localização mais radical do que se percebe a primeira vista. Esta afirmação torna-se procedente a maneira que se considera o primado do sistema das pulsões. Se é colocado que a pulsão sexual surge inicialmente apoiada na pulsão de nutrição, temos aí talvez a maior determinante da materialidade das relações. A satisfação da fome é algo material. E na sociedade capitalista esta satisfação vem a depender do trabalho. Se não o trabalho de todos, mas o trabalho de muitos para alimentar todos. Toca-se aqui, nas relações econômicas e de trabalho. Neste ponto FREUD encontra-se com MARX que interpreta que a necessidade alimentar é a base das relações primitivas de trabalho. Sem dúvidas as relações primitivas complexificaram-se mas não perderam sua base propulsora, a satisfação das necessidades. Inclui-se aí a mais básica.

Do ponto de vista de REICH a teoria freudiana não só tem bases dialéticas como segue desenvolvendo-as num o amadurecimento das categorias por ele engendradas. Um exemplo desta marcante evolutividade teórica está na razão do que se constituiu em torno do elemento mental firmado pelo que se soube, a partir de FREUD, do *inconsciente*.

Em sua teoria do *inconsciente* FREUD destaca com inteira clareza a relação dialética entre o *ego* e o *superego*. Esta relação é a própria possibilidade do recalque. FREUD descobriu que no inconsciente há muito mais do que os desejos e representações interditos. Há também representantes dos símbolos sociais, que muitas vezes querem significar elementos da sexualidade como órgãos genitais. Nos sonhos estes símbolos apareciam como uma representação do pênis ou da vagina, de acordo com o que fosse suscitado no desejo expresso em cada episódio do sono. Este símbolo é algo material que dentro da psique toma formas representativas. Temos então o material nas representações mentais. Uma questão que não se pode desprezar neste raciocínio é que as tantas e significativas representações simbólicas são representações construídas pela vivência social. Os símbolos são sociais. A ação pulsional pode recalcar o objeto de desejo quando as regras sociais não permitem a sua expressão. A sociedade decide sobre o recalque.

Neste sentido de riqueza do inconsciente, REICH comenta o trabalho de FREUD:

“Tendo as pesquisas mostrado que o inconsciente contém muito mais do que o recalcado propriamente dito, FREUD resolveu completar a sua teoria da estrutura do aparelho psíquico. Distinguiu então o infra-eu, o eu e o super-eu. Por seu lado o infra-eu não é algo de supra-sensível; exprime a participação do biológico na personalidade “. (1977, p.53)

O prefixo destes termos remetem-nos aos termos marxianos para elucidação das questões da estrutura e da ideologia no capitalismo. Nas interações temáticas e metodológicas apresentadas por REICH, a respeito do Materialismo Dialético e a Psicanálise, há critérios para o fundamento dos pontos analisados. Vejamos como ele os articula:

“A natureza material do eu não pode ser posta em dúvida dado que está ligada ao sistema de percepção dos órgãos sensoriais. Além disso, e como já dissemos, o eu para FREUD, deriva da influência das excitações materiais sobre o aparelho das pulsões. Para ele, o eu é apenas uma parte do infra-eu, diferenciada de uma forma particular, um tampão, uma espécie de órgão de proteção entre o infra-eu e o mundo real. No seu comportamento o eu não é livre; depende do infra-eu e do super-eu, isto é, do biológico e do social.” (1977, p. 60)

Além das considerações de REICH é importante lembrar que para FREUD o recalçamento é um processo que acontece no espaço psicológico entre o eu e as aspirações do infra-eu. E que tanto o *super-eu* quanto o *infra-eu* são constituídos por estímulos externos.

Para FREUD o super-eu engloba os conteúdos advindos da vida social. O eu é formado em parte por estes conteúdos e uma outra parte por derivados destes. São as

impressões e as reconstruções a partir dos estímulos externos. Assim, num sentido dialético, coloca REICH: *“As noções do eu e de infra-eu exprimem também contrários semelhantes; o eu é apenas uma fracção particular diferenciada do infra-eu; mas ao mesmo tempo, sob a influência do mundo exterior, torna-se o seu adversário, a antagonista funciona.”* (1977, p. 84)

O *super-eu* é um espaço mental de inibição das ações humanas. A moral sócio-cultural o estabelece como órgão regulador das pulsões do eu, gerando internamente uma contradição. O *super-eu* é um reflexo materializado do mundo externo, dentro do mundo interno do indivíduo. É a materialização do medo em entrave moral assimilado. A contradição insolúvel destas partes, pois responde pela autoconservação do indivíduo. Sabe-se que a autoconservação limita a pulsão sexual e a pulsão de agressividade do indivíduo. A autoconservação é um princípio regulador das ações humanas que não perde de vista a realidade e que por outro lado não é insensível às possibilidades de prazer.

Voltando à questão amplificada da relação dialética aqui enfocada, do consciente e o inconsciente, fazemos observar que eles são à primeira vista contrários, mas a neurose obsessiva mostra que eles são contrários idênticos ao mesmo tempo. Como nesta explicativa de REICH:

“Os indivíduos atacados de neurose obsessiva recalcam representações da sua consciência da seguinte maneira: limitam-se a desviar delas a sua atenção, a retirar-lhes o seu investimento de abeto; a representação <<recalcada>> é a todo instante consciente e, no entanto, inconsciente, quer dizer o doente pode produzi-la mas ignora-se a significação.” (1977, p. 84) .

Nas considerações de REICH, sobre os princípios dialéticos do pensamento de FREUD, ele aponta, a todo o momento, como vemos, a noção psicanalítica da

ambivalência entre elementos e categorias estruturais. Pode-se considerar ainda, dentro da analítica de REICH, o que ele chamou de “fenômeno dialético entre o amor e o ódio”. Na teoria freudiana que explica a relação entre pessoas, o amor pode significar ódio e vice-versa. São sentimentos contrários, mas que considerados pela intensidade com que são sentidos, são idênticos.

FREUD atribuiu a transformação destes contrários às pulsões em geral. Quando acontece a transformação de um destes sentimentos em outro, segundo a teoria freudiana, o antigo não desaparece. Continua mantido dentro do novo e pode alternar sua manifestação dependendo do estímulo. Caso idêntico ao do amor e ódio é o caso da perversão e da neurose, onde estes articulam-se na vida do indivíduo, uma vez que conforme identificou FREUD, toda neurose é uma perversão negada e o inverso também é verdadeiro.

Ao que vemos, a dialética dos fenômenos psíquicos consideradas a partir do pensamento de FREUD pode contribuir para o entendimento materialista da psicanálise ao mesmo tempo que pode aproximar o sentido marxista do entendimento da realidade individual refletida na realidade social.

A contradição e os conflitos entre os fenômenos psíquicos é que engendra, de fato, o desenvolvimento do ser humano. É o que faz com que se avance no processo da evolução humana e conseqüentemente social. Assim a frustração de uma fase anterior é fundamental para que uma outra fase deste desenvolvimento aconteça. Sobretudo no desenvolvimento da criança, a própria frustração, que encera um momento psíquico, ao mesmo tempo começa outro novo.

Pela ótica dialética, o que acabamos de apresentar entende-se como: a frustração é o gerador de desenvolvimento. A frustração causa conflito e vice-versa. Assim de conflito em conflito, avança o ser humano nos seus processos de ser. Tanto os conflitos quanto as frustrações são resultado dos estímulos exteriores respondidos pelas reações interiores que engendram as ações humanas na sociedade, e estas por sua vez

remetem ao início de todo processo de inter-relação, desenvolvendo as representações sociais. É afinal o que reitera REICH: “*A psicanálise pode por tanto confirmar inteiramente a tese de MARX segundo a qual é a existência social que determina a <<consciência>>, isto é as representações, objetivos e pulsões, ideologias morais, etc., e não o contrário*”. (1977, p. 93)

Quando REICH toma a psicanálise como objeto de consideração sociológico tem justamente o objetivo de responder aos questionamentos em torno da significação sociológica da teoria, seu papel social entre outros. Sua primeira análise é a seguinte:

“Como o marxismo, é um produto da era capitalista; mas não está tão diretamente ligada à base econômica da sociedade; no entanto, os laços indiretos que a ligam à base econômica da sociedade podem ser claramente postos em evidência: a psicanálise é uma reação às condições culturais e morais em que vive o homem social. Neste caso, uma reação às condições sexuais tal como resultam das ideologias religiosas”.(1877, p. 116)

Como qualquer acontecimento social, a psicanálise também teve seu momento inicial e este estava ligado a um determinado cenário histórico e a um dado nível das relações de produção onde consolidava-se o capitalismo, após a revolução burguesa. A mesma burguesia que criticou os princípios religiosos, após sua ascensão, tornou-se tão conservadora quanto os senhores feudais que antes combatia.

Esta burguesia conservou a moral sexual religiosa, porque percebeu que ela seria útil no processo da extração da *mais-valia* do proletariado. Esta moral sexual é também resultado da contradição ideológica entre classes. Ela reafirma as bases machistas e economicista da sexualidade, que multiplica a servilidade e a repressão. A família é peça fundamental para a perpetuação destas condições ideológicas.

Porém sabe-se que dialeticamente, o recalçamento e a repressão sexual dentro da família e do casamento, é o próprio germe de sua destruição, e da destruição da moral burguesa, uma vez que multiplicam-se as perturbações e os conflitos neste espaço.

REICH assinala neste contexto conturbado do final do século XIX, o surgimento da psicanálise através dos trabalhos de FREUD. Vejamos o que diz deste acontecimento REICH:

“No fim do século XIX desenha-se uma reação contra a ciência presa nos seus entraves morais, e é a segunda fase, a fase científica do declínio da moral burguesa. Do seio da própria classe burguesa surge um cientista para afirmar que a neurosidade moderna é a consequência da moral sexual cultural e que as neuroses em geral na sua essência específica tem a sua origem numa excessiva restrição sexual”. (1977, p. 118-119)

REICH refere-se assim, ao trabalho teórico de FREUD que ousadamente, à época, questionou a repressão sexual como produto social engendrado pelos ditames das relações sociais organizadas em última instância pelo trabalho, produtor da cultura e elemento que drena a energia que o homem dedicaria ao sexo. Especificando a identidade do teórico em questão continua REICH:

“Este cientista, Freud, é desprezado, proscrito, tratado como um charlatão. Mas mantém as suas posições e, durante dezenas de anos, permanece só. Nesta época nasce a psicanálise, objecto de desprezo e de horror não só para a ciência, mas para todo o mundo burguês, pois ela ataca as raízes do recalçamento sexual que é um dos pilares de numerosas ideologias conservadoras religião, moral, etc.” (1977, p. 119)

Entende-se aqui que toda segregação vivida por FREUD não teria acontecido caso seu trabalho estivesse reafirmando o poder e os valores da burguesia capitalista. FREUD enfrentou, a seu modo, criando espaços de resistência dentro do próprio trabalho teórico, todo descrédito e perseguição de seu trabalho.

Ainda há outra crítica de REICH, quanto à perseguição sofrida por FREUD:

“Os que mais combateram ou combaterem as teorias freudianas do inconsciente, do desenvolvimento sexual infantil, etc., agem inconscientemente como órgãos de execução de interesses sociais reaccionários, mesmo no caso de serem marxistas. A repressão sexual está ao serviço da dominação de classes. Esta reproduziu-se ideológica e estruturalmente nos dominados, e sob esta forma constitui o mais forte poder, ainda desconhecido, de qualquer espécie de repressão. A sociedade burguesa voltou-se contra Freud porque ele parecia ameaçar extremamente a existência do seu aparelho ideológico.” (1977, p.120)

O próprio FREUD já previa que a teoria psicanalítica teria um futuro de muitas dificuldades. Quando REICH registra esta sensibilidade de FREUD, destaca o seguinte: *“Pensava que, não podendo suportá-las, a sociedade diminuiria de qualquer forma o alcance das suas descobertas.”* (1977, p. 123)

Para os que conhecem a perspicácia e a visão ampla e aprofundada que FREUD manifestou ter desenvolvido sobre os processos históricos, antropológicos, filosóficos e psicológicos da construção da sexualidade humana, é perfeitamente crível que ele tenha percebido antecipadamente o alcance de suas teorias no campo da sexualidade, bem como suas implicações sociais não apenas como instrumento de investigação analítica, mas em seu potencial de instrumentalização àqueles que em contato com tais instrumentos perceberem a dinâmica da construção mental do indivíduo, nos limites de seus processos e estímulos externos.

Temos ainda a considerar uma discussão de REICH a respeito do enfoque sociológico que ele aponta e fundamenta na psicanálise. Nesta discussão REICH define elementos “intermetodológicos” no que se refere associação teórica para uma práxis para além do domínio individual do marxismo, da psicanálise e da sociologia. Para tal comunicabilidade objetiva, ele começa a considerar o seguinte:

“Sociologicamente, o marxismo era a expressão de uma tomada de consciência das leis econômicas, da exploração de uma maioria por uma minoria; da mesma forma, a psicanálise era a expressão de uma tomada de consciência da repressão sexual social. Do ponto de vista social, é este o significado fundamental da psicanálise freudiana. Existe, no entanto uma diferença essencial: enquanto uma classe explora e a outra é explorada, o recalçamento sexual é um fenômeno que engloba as duas classes. Historicamente, do ponto de vista da história da humanidade, o recalçamento é mesmo mais antigo do que a exploração de uma classe por outra. Mas não é quantitativamente igual nas duas classes.” (1977, p. 121)

REICH considera que a repressão sexual é maior entre o proletariado. Pontualmente quanto a este alcance da repressão sexual, FOUCAULT diverge de REICH quando considera que a repressão sexual é mais forte na classe burguesa. Para FOUCAULT é nesta classe que os conceitos religiosos estão mais cristalizados. Num ponto subsequente a este e ainda em relação à repressão sexual há concordância entre os dois teóricos. Para eles é comum a idéia de que a burguesia tolera ou dissimula melhor a repressão e os crimes contra a moral.

O sentido social da psicanálise começa a tomar corpo ainda nos primórdios dos trabalhos de FREUD, no final do século XIX, inda quando ele decide partir para o estudo da infância para entender o adulto, que nas oportunidades de sessões analíticas ocultava a verdade sobre suas experiências passadas. Havia algo a ser escondido sobre a infância ou adolescência. Era preciso saber se este conteúdo estava perdido, guardado ou de fato escondido. Foi isso que levou FREUD a buscar na infância, os dados cruciais para entender o adulto.

O encontro com o sentido sociológico da psicanálise acontece no momento em que FREUD, pioneiramente considera a criança no conjunto das relações familiares, como em ser em desenvolvimento. Até FREUD os estudiosos da infância, isolavam a criança de seu meio, como uma forma de garantir maior cientificidade das descobertas sobre ela. Assim como faziam com animais e plantas, tirando-os de seu ambiente para estudá-las em laboratórios. Característica, aliás, da ciência positivista da época.

A psicanálise então, considerou a criança como ser socializado. FREUD foi o primeiro a considerar a criança na família, pesquisando-a a partir da influência dos pais, ou seja, de relações estabelecidos com o meio em que vive.

Ao mesmo tempo em que REICH considera pontualmente a associação destas áreas do conhecimento, ele reconhece os limites de cada uma delas, afirmando que uma não poderá desenvolver o trabalho da outra, mas sim, colaborar para que cada um dos trabalhos específicos possa ser desenvolvido de forma mais eficaz e ampla. A proposta está em que se desenvolva uma articulação entre os elementos referências de cada uma das áreas de conhecimento aqui enfocadas, apurando suas competências e ampliando suas habilidades possibilitando a formação de cadeias quando necessário, formando uma espécie dinâmica do conhecimento do conhecimento.

Para ilustrar o que acabamos de expressar, destacamos esta conclusão de REICH:

“Vimos que a psicanálise não pode extrair de si uma concepção do mundo e que, conseqüentemente, não pode substituir uma concepção do mundo; mas ela implica uma revisão de valores; aplicada na prática ao indivíduo, destrói a religião, a ideologia sexual burguesa e liberta a sexualidade. Ora estas são precisamente as funções ideológicas do marxismo. Através da revolução econômica e da concepção materialista do mundo, ele destrói os antigos valores; e psicanálise faz ou poderia fazer o mesmo no domínio psicológico”.(1977, p. 131)

Seguindo a linha de pensamento de REICH a lógica para o caminho da eficácia da psicanálise é a cura das neuroses, neuroses estas produzidas pelo modo de vida social engendrado pelos meios de produção da sociedade capitalista. Havendo uma revolução destes meios haverá uma outra configuração social, a socialista, que dispensará, por motivos óbvios a interferência clínica da psicanálise.

No domínio da educação, como já enfatizamos, a psicanálise pode ser uma grande colaboradora, no que se refere aos seus conceitos e categorias teóricos que

fundamentam um importante conhecimento sobre o desenvolvimento mental da criança. O aproveitamento adequado do referencial conceitual da psicanálise para a práxis pedagógica é um trabalho muito exigente que requer pressupostos pedagógicos bem definidos no sentido de transformar os valores e a articulação didática, sobretudo para a crítica da sexualidade consumista.

Esta relação teórica é de fundamental importância para o trabalho em educação sexual. Mas deve-se ter clareza do que cada um destes campos pode, em relação ao trabalho em questão.

Os conceitos e categorias psicanalíticos não funcionam na pedagogia, se abordados num misto de “clínico-pedagógico”. O método para o trabalho em escolas é pedagógico o referencial teórico base também. O método psicanalítico não dá conta da educação sexual escolar, assim como a pedagogia não pode aventurar-se pelos campos da psicanálise.

Esta questão que acabamos de expor, é similar ao que acontece em relação à psicanálise e a sociologia. Uma não pode renunciar a outra no tocante ao entendimento da atividade subjetiva dos homens e na formação ideológica da sociedade. Tanto a psicologia quanto à sociologia são elementos básicos para o entendimento das relações que se estabelecem no meio social. Aqui vale lembrar uma opinião de REICH: “*O verdadeiro objecto da psicanálise é a vida psíquica do homem socializado.*” (1977, p. 146)

Enfim como nos mostra REICH a vida psíquica é dialética. A pulsão sexual e a sexualidade como dimensão humana são dialéticas. Em última análise, o próprio princípio básico do sexo: tensão e relaxamento são dialeticamente partilhados.

A apropriação tanto ingênua quanto vulgar do tema da sexualidade por grupos ou movimentos sociais de supostos princípios alternativos de vida, a massificação produzida pela mídia, movida pelo potencial de consumo das pessoas ou até mesmo a

variada *assexualização* religiosa, presente em muitas religiões e seitas contemporâneas, invalidaram de certa forma tanto a dimensão da repressão quanto a possibilidade da descompressão ou liberação do sexo, porque tanto uma quanto outra não tiveram um suporte científico para suas representações, o que tornou seus discursos e práticas sobre o tema vulneráveis à uma análise mais criteriosa. O propósito de liberação confundiu-se historicamente com a própria repressão tradicional, assumindo inclusive o estatuto de *dessublimação*, quando ditava comportamentos predeterminados aos indivíduos, principalmente nos movimentos de juventude contestatória dos anos sessenta e início dos anos setenta.

A grande contribuição dos teóricos aqui considerados, S. FREUD, W. REICH e M. FOUCAULT é o específico aporte científico de suas abordagens, que viabiliza um processo de educação através da radicalidade, rigor e globalidade da Filosofia no universo pedagógico para transcender a esfera “subjetivista” atribuída à Psicanálise, como também ao frágil *status* da denúncia da usurpação dos corpos e da sexualidade do homem. Esta seria a diferença e a importância desta razão teórico-científica no subsídio da educação sexual de cunho ético e político.

4.1. A questão da Educação sexual escolar

A atual realidade sociocultural e educacional do mundo “globalizado¹” requer dos educadores, no mínimo, a adequada atualização de suas posturas quanto a seus objetivos para a formação das novas gerações. O fluxo de informações e a velocidade com que se divulgam os acontecimentos, dos mais simples aos mais complexos, põem o educador frente às suas próprias limitações. O estalido da percepção destas limitações ensurdece uns e desperta outros. Os que ensurdecem já não conseguem mais ouvir os apelos do mundo atual e fecham-se dentro de si mesmos como se buscassem proteção

ou como se sentissem agredidos por tamanha imposição e exigências deste complexo mundo ou de si próprios. Os que acordam do sono do comodismo lançam-se para a luta por um lugar no mundo, aprendendo novas maneiras de resolver problemas e criando formas de compreensão das relações entre os homens e com o mundo. Estas duas atitudes não escondem a possibilidade de múltiplas interpretações distintas do presente cotejo, todavia, envolvem a possibilidade de uma definição ética e política frente ao tema.

O trabalho em Educação Sexual só pode ser alcançado por quem despertou e percebeu que há muito que apreender sobre Sexualidade para poder colaborar com o trabalho de humanização das relações sociais. O educador deve ultrapassar a tarefa de acumular ou reproduzir meramente as informações. O acumulador de informações nem sempre é aquele organizador e articulador de conhecimento. O mundo globalizado exige deste último, criteriosa e crítica atitude de pensar e entender as motivações dos fatos e acontecimentos e, com muito mais urgência, no campo da educação. Este modo de organização pedagógica do conhecimento é a grande novidade que temos perseguido. Porém, a capacidade para organizar o conhecimento só virá depois da apropriação construtiva e histórica deste conhecimento.

No Brasil vislumbramos hoje o que pode ser uma importante possibilidade de ampliação do trabalho em Educação Sexual através da inserção da *transversalidade* curricular instituída pela última Lei de Diretrizes e Bases da Educação - lei nº939496. Para ampliar adequadamente este trabalho é preciso reduzir significativamente a deficiência de formação dos educadores no campo ao qual estamos em defesa. É preciso produzir trabalhos científicos que possam fornecer suporte ao cotidiano docente por melhores dias futuros quanto ao entendimento político e ético do que seja a sexualidade humana.

Se não houver subsídios teóricos para amparar o trabalho docente em todos os temas destacados como transversais, mas principalmente no caso da sexualidade, a

¹ Consideramos somente como indicação cultural este conceito, conscientes de sua complexa significação.

investida legal quanto a *transversalidade* curricular em breve será superada e abandonada, em nome da suposta “incapacidade” dos educadores em abordar a questão, não assumindo sua precariedade como proposta em vista da ausência de suporte teórico para as ações pedagógicas neste campo.

É bom registrar que seis temas compõem a proposta de *transversalidade* curricular na LDBEN: ética, pluralidade cultural, meio ambiente, estudos econômicos, saúde e a orientação sexual. São considerados temas transversais aqueles que supostamente guardam fecunda identidade de sentido e ampla significação para a contemporaneidade. O conceito de transversalidade é entendido como a disposição de compreender os conteúdos de maneira articulada e diacrônica, buscando superar a concepção estanque e departamentalizada do conhecimento e da formação curricular escolar, por uma forma de transdisciplinaridade que apresente o conjunto do conhecimento humano historicamente acumulado e institucionalmente confiado à escola como intrinsecamente interdependente em suas diversas possibilidades temáticas, epistemológicas e organizacionais.

Como vemos, a abrangência do que supostamente venha a ser entendido como *transversalidade*, por si só, já requer mudanças na *práxis* educacional. Ainda não alcançamos esta perspectiva interdisciplinar avançada. Esta representaria então uma batalha de várias lutas ou frentes de combate. A batalha mais urgente corresponderia à iniciativa de concentrar esforços para a formação teórico-conceitual do educador e é por esta razão que buscamos investigar a dimensão operacional da pesquisa em Sexualidade humana no campo da Educação.

Um dos campos mais amplos e de maior densidade de formação de núcleos reflexivos, produção de textos, subsídios didáticos e instrumentos de pesquisas é o campo da Educação Básica. A educação Sexual das Crianças e dos Adolescentes, que a rigor, é um dos mais fecundos campos de re-significação da Sexualidade. A escola, a unidade educacional de educação infantil, as instituições sociais de educação não poderiam passar ao largo do tema, sem cometer sérias omissões com inusitadas

responsabilidades e conseqüências. E esta atitude, nos parece, ainda longe de ser pauta das políticas educacionais atuais. Os referenciais curriculares da Educação Infantil no Brasil, os programas de formação de educadores das mais atualizadas iniciativas da política educacional de formação docente de hoje não dedicam uma linha sequer à abordagem da Sexualidade. Parece-nos que há um esforço deliberado de deixar esta dimensão da educação distante da formação integral das crianças e dos educadores, uma indisposição e incapacidade de conceber racionalmente esta possibilidade de formação e exigência de abordagem institucional.

O processo de educação sexual, ao qual se pode referir a partir dos critérios e exigências científicas ressaltados pela teoria freudiana, aproximam a cognição para a auto-percepção e conhecimento do contexto onde vivemos, das possibilidades de lutar por melhores condições de cidadania, considerando as intercomunicações significativas entre a sexualidade e quaisquer outras dimensões humanas; seja no sentido físico, afetivo ou intelectual, colocando a sexualidade entre elas, numa perspectiva de ser a grande agregadora das ações e efeitos das oportunidades de experienciar a vida.

Para entender tais questões, propusemo-nos a tarefa de investigar estes gigantes, de modo a alcançar um olhar mais adiante, sobre os problemas inelutáveis da condição humana. Nesta direção, entendemos que o século XX, em suas matrizes filosóficas e éticas, estéticas e políticas, fez da Sexualidade uma de suas mais destacadas curiosidades e indagações. Depois de considerável carga repressiva e controladora, passando por dispositivos de quantificação e normatização, assistimos ao bombástico mundo das sexualidades mercantilizadas, ao encantamento da exposição do corpo e ao delírio do frenesi apoteótico das redes virtuais de exposição da sensualidade e de consumo adestrado do erotismo. São, sem dúvidas, novos cenários, não presentes no tempo de FREUD, distantes dos questionamentos liberalizantes de REICH e já tragicamente questionados pela sibilina e arguta visão de FOUCAULT, ou MARCUSE.

Permanece conosco a indagação: que formas e concepções éticas, estéticas e políticas estão postas ou dispostas para a significação e a vivência da sexualidade em

nossos dias. Esta questão é que nos remete ao campo das teorias, para construir uma razão crítica, igualmente utópica, no sentido de educar para a liberdade e a autonomia ética da sexualidade.

Ao debater e pesquisar a Sexualidade, os fundamentos e pressupostos do discurso moderno sobre a mesma, estamos perscrutando a condição humana em uma de suas mais destacadas vontades de saber. Trata-se de um perguntar sobre o homem e sua condição histórica e ontológica. MACHADO afirma, comentando precisamente a obra de FOUCAULT, o desembocar de seu trabalho arqueológico na investigação da Sexualidade, uma das contradições de nosso tempo:

"Daí também o erotismo ser interpretado por FOUCAULT como a experiência da sexualidade que liga a ultrapassagem do limite à morte de Deus. A sexualidade, tal como aparece no texto, como sexualidade "desnaturalizada" ou como erotismo, é um fenômeno moderno, situado em um espaço vazio, sem Deus, espaço de "ausência", onde o homem descobre sua finitude. A experiência moderna da sexualidade ensina que o homem é sem Deus." (...) O erotismo é uma experiência fundamental da Modernidade como experiência da finitude e do ser, do limite e da transgressão." (2000, p. 66)

Esta afirmação nos remete ao desafio de propor a educação sexual como uma das formas básicas de uma reflexão sobre o ser homem, sobre a condição humana, para além dos reducionismos históricos que se transformaram em estereótipos dominantes. Cumpre defender que a sexualidade alcançou uma tal dimensão de importância que torna-se necessário um aporte teórico e educativo para entendê-la e transformá-la numa trincheira da retomada do debate ético, estético e político da contemporaneidade.

Estas possibilidades objetivas deverão ser materializadas pela luta árdua da emancipação econômica e política, sobre a quais deverão ser construídas as estruturas das novas concepções, práticas, vivências e representações da sexualidade emancipatória.

4.2 A perspectiva política de uma educação sexual emancipatória

A afirmação fundante de MARX sobre a base histórico-ontológica da dialética ainda permanece como horizonte, para todas as iniciativas que buscam materializar a possibilidade histórica de emancipação de todos os homens, a partir das motivações e determinantes conjunturais. Esta ainda permanece como a propositura de maior alcance motivador para todos aqueles que buscam a articulação da realização ética e estética integrada com a libertação política. Assim vemos MARX, K. e ENGELS, F.:

"O primeiro pressuposto de toda a história humana é naturalmente a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro fato a constata é, pois, a organização corporal destes indivíduos e, por meio disto, sua relação com o resto da natureza. Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião, ou por tudo o que se queira. Mas eles próprios começam a se diferenciar dos animais tão logo começam a produzir seus meios de vida: passo esse que é condicionado por sua organização corporal."(1986. p. 45)

A consciência da corporeidade é uma das mais destacadas formas de apreensão da potencialidade criadora da vida e da sociedade humanizada. Não se trata de um determinismo estreito, previsto em supostas invariáveis da História, mas um processo de construção árdua e desafiadora, a despertar a subjetividade para as motivações conjunturais. Não se pode mais assumir um determinismo economicista, *motu proprio*, a realizar autonomamente, o processo histórico. LUKÁCS escrevia, rebatendo tais deformações, já em 1923, conforme se pode conferir em GOLDMANN,L.:

"Não é a predominância dos motivos econômicos na explicação da história que distingue de modo terminante o marxismo da ciência burguesa; é o ponto de vista da totalidade. A categoria de totalidade, a predominância universal e determinante do todo sobre as partes constitui a própria essência do método que Marx emprestou de Hegel e o transformou, de maneira a fazê-lo a fundamentação original de uma

ciência inteiramente nova (...) a predominância da categoria da totalidade é o suporte do princípio revolucionário na ciência.” (1974, p.49)

Estas possibilidades históricas encontram suas objetivações em projetos políticos em disputa na base política e ideológica, assim como na base material e organizacional da sociedade. A força das proposituras humanistas e emancipatórias do Marxismo guarda forças propulsoras para a libertação utópica, num horizonte concreto que passa pela superação da sociedade de classes e dominações, para inscrever-se como uma página nova e pleromática da condição humana. Como explicita GOLDMANN:

"O humanismo materialista e dialético afirma assim como valor supremo a realização histórica de uma comunidade humana autêntica, que só pode existir entre homens inteiramente livres, comunidade que pressupõe a supressão de todos os entraves sociais, jurídicos e econômicos à liberdade individual, a supressão das classes sociais e da exploração". (1974, p.33)

Este é o horizonte político do presente trabalho. A possibilidade de produzir, na heterogeneidade dos sujeitos históricos de hoje, um campo de reflexão e ação, articulando a Educação, a Filosofia e a Sexualidade Humana. Estas coordenadas objetivas buscam materializar a utopia da conquista plena da liberdade e da emancipação humana para todos.

À GUISA DE ALGUMAS CONCLUSÕES

Nosso intuito neste trabalho de pesquisa foi o de abordar academicamente o tema da sexualidade humana, numa dimensão teórica consistente, apoiada nas contribuições da Psicanálise, que se constituiu num campo teórico historicamente significativo, considerando as necessidades, possibilidades e limites da intervenção escolar a respeito do desenvolvimento sexual de crianças e adolescentes.

A abordagem pedagógica assim fundamentada permitirá aumentar o universo de possibilidades interpretativas do significado da Sexualidade, na compreensão da dinâmica do que seja a condição humana, o modo de viver a vida e de compreender melhor a esfera de relações onde encontra-se, exerce-se e vive-se a sexualidade. Sem dúvidas, a Psicanálise tem muito a contribuir com a abordagem *pedagógica* da sexualidade, ou ainda, melhor dizendo, não seria possível abordar *pedagogicamente* a sexualidade humana sem as históricas contribuições da ciência psicanalítica, que se constituiu no campo original e pioneiro do enfoque teórico da sexualidade vinculado à análise de todas as demais dimensões e potencialidades da vida humana. Porém, é imprescindível o entendimento de que nossa proposta não é traduzir a prática *clínica* da abordagem da sexualidade para a escola; do contrário estaríamos correndo um sério risco de que os professores buscassem produzir condições ou formas de abordagens reducionistas ou pseudoterapias de grupo em sala de aula.

O que estamos buscando no campo da Psicanálise é o referencial teórico para fundamentar a Educação Sexual escolar. É preciso distinguir, portanto, o referencial teórico-conceitual explicativo da “*psiquê*” humana, da prática clínica do tratamento de neuroses, ou ainda quaisquer das demais implicações terapêuticas próprias desta ciência ou técnica psíquica. Nosso objeto social é a Educação Sexual.

A Educação Sexual, apoiada no referencial em destaque, representa uma forma de possibilitar maior entendimento das questões da sexualidade humana. Quando falamos em *teoria da psicanálise*, estamos nos referindo à contribuição da teoria de FREUD, amparada por outros campos das Ciências Humanas como a História, a Filosofia, a Antropologia e a Sociologia, num trabalho de síntese e de interpretação a que nos propusemos investigar e organizar, na direção de fundamentar uma abordagem emancipatória da educação das crianças e adolescentes. A Educação Sexual que propomos como possibilidade pedagógica e instrumento de reflexão e humanização de grandes massas de indivíduos, vivendo hoje a dinâmica da saturação de apelos e informações sobre sexo, necessita de fundamentos teóricos e metodológicos sólidos e determinados. A sexualidade assumiu uma tal representação simbólica e política no cenário da vida atual que não podemos deixar de buscar entendê-la ou até decifrar os inúmeros e contraditórios horizontes de significação que estão adensados em sua identidade.

A tradução das teorias da psicanálise sobre a sexualidade humana, mais especificamente das teorias freudianas, para um referencial pedagógico, é um exercício interpretativo que busca superar a base do enfoque individualizado do trabalho psicanalítico, procurando atingir o enfoque coletivo em uma ação política de educação. Isto significa afirmar que não pretendemos que a psicanálise ou seus referenciais seja uma forma de entender somente a dinâmica do indivíduo, sua identidade, os dramas de sua subjetividade ou as inúmeras frustrações ou embates entre a esfera pessoal e a cultura ou sociedade. O que pretendemos é assumir a analítica da sexualidade, a

interpretação social e cultural de sua dinâmica, a fundamentar práticas política sociais, educacionais, coletivas. Para tanto, é que recorreremos aos subsídios e às contribuições teóricas de cunho esclarecedores da própria significância da sexualidade, alcançando um nível de objetividade superior ao da ciência clínica para o trabalho focado no *sujeito*, a fim de alcançarmos uma organização teórica representativa desta, transformando-a em *objeto* para entendimento da dinâmica da sexualidade, como uma potencialidade emancipadora do indivíduo e da sociedade.

Para tal intento precisamos organizar um referencial que seja um facilitador cognitivo para a compreensão histórica, política, cultural e ética da sexualidade humana, numa perspectiva de apropriação de conceitos e ideologias socialmente estabelecidas, para o entendimento dos limites e perspectivas da sexualidade no contexto cultural em que vivemos hoje. A resposta para este esforço foi a constituição de um campo de estudos sobre a Sexualidade, centrado na investigação biológica e naturalista, que partiu do fundamental conceito de Sexologia, que representa um avanço do século XX, num esforço de abordagem multidisciplinar, para a construção de uma *teoria* da sexualidade humana.

O século XX marcou positivamente a realidade teórico-científica para o reconhecimento do Sexo e da Sexualidade como uma das mais importantes dimensões humanas. As investigações, pesquisas e até invenções de termos e parâmetros comparativos que buscam esclarecer melhor as questões ligadas ao tema, nunca antes tão debatido e fundamentadas, foram aclaradas por informações resultantes de estudos sistemáticos, criteriosos e críticos da condição humana. Criou-se um espaço dialético para a construção de conhecimentos vigorosos e específicos sobre o comportamento sexual humano, suas implicantes e complicantes dimensões nos processos de produção cultural e político de sua significação contemporânea. Estas aproximações envolvem observação das principais abordagens da Educação Sexual e da Sexualidade nas iniciativas recentes de implantação na tradição escolar e curricular de nosso país.

O que registramos nestas páginas é resultado não só de nosso exercício acadêmico de pesquisa, mas de toda uma trajetória no campo da Educação Sexual. No momento em que concluímos este estudo, assumimos outros desafios para realizar novas páginas de nossa luta por uma Educação Sexual que desenvolva elementos para a superação dos *sexismos*, das práticas sexuais consumistas e divorciadas da erótica, em seu sentido mais humano.

Discutimos neste trabalho exatamente a nascente desta forma de vivência sexual onde há o interesse e o patrocínio consciente de uns, a adesão ingênua e descuidada de muitos, o diletantismo oportunista de outros, mas há também, a luta árdua de poucos que entendem a sexualidade como a dimensão ampliada do ser humano. Neste último grupo referimo-nos àqueles que fazem de sua produção teórica e de sua práxis, espaços combativos para a desmistificação do sentido do que seja educação, sexo e sexualidade.

Temos esperanças que estes venham a se multiplicar e a atuar de forma a perseguir o que se entende por “*Educação Sexual Emancipatória*”¹. As contribuições e, ao mesmo tempo, as condições para que seja efetivada a abordagem aqui descrita estão previstas em concepções em fundamentos como: o resgate da compreensão ampla do corpo, que redundaria numa nova *estética*, do seu sentido filosófico de respeito e compreensão dialética da corporeidade, não *clivada de si*, a reflexão crítica dos papéis sexuais e dos modelos estereotipados de homem e mulher, a superação do egocentrismo que desbloqueia a afetividade e possibilita a partilha significativa das vivências sexuais, a aproximação do universo sexual como parte dialética da vida intelectual, do trabalho e das estruturas sócio-políticas, a compreensão pedagógica dos diferentes

¹ Termo e estatuto estudados e trazidos para este campo por NUNES, registrado pela primeira vez em sua tese de doutoramento “Filosofia Sexualidade e Educação” (UNICAMP, 1996). Ainda em meados dos anos de 1990, este pesquisador torna-se propulsor dos estudos acadêmicos sobre Filosofia e Educação Sexual, propondo uma dimensão pedagógica que transcende as esferas biológicas e psicológicas da abordagem da Sexualidade Humana na escola, em direção ao alcance de suas implicações filosóficas em suas especificidades.

níveis do desenvolvimento humano integrando as dimensões do campo “lógico-cognitivo e sócio afetivo”, para uma didática não casuísta, mas solidificadora das categorias cognitivas da criança e do adolescente, oferecendo-lhes informações seguras e compatíveis com a sua possibilidade de entendimento e assimilação.

O enunciado como fundamentos da abordagem emancipatória está calcado na corroboração das premissas de que o professor ou educador sexual compreenda a sexualidade como processo de evolução contínua, ou seja, que ele compreenda que a sexualidade do adolescente é resultado das vivências sexuais da criança e assim sucessivamente. A outra premissa é a de que o professor incorpore a necessidade do aprofundamento sistemático das discussões teórico-científicas da sexualidade humana numa dinâmica de investigação fundamentada do sentido da vida em sociedade e da condição humana.

Simultaneamente, a construção de instrumentos institucionais com agência formadora de professores, associações de educação sexual, projetos de educação sexual voltados para a abordagem emancipatória que colaborem para a transformação da sociedade política, numa sociedade de iguais, produtora de uma ética sexual diferente da que temos hoje. Uma ética *sexual* de igualdade, responsabilidade e valores estéticos que respeitem a diversidade e a felicidade de cada um dos homens e mulheres que compõe por seu modo de vida e seu trabalho, a própria história da humanidade.

Apresentamos exaustivamente o sentido desta educação no desenvolvimento do presente trabalho. Não por outra razão, senão porque acreditamos neste como caminho mais acertado para fundamentar transformações nos campos político, social e ético, para uma nova significação das vivências sexuais, que serão sempre determinadas por valores culturais e pelas relações de produção.

Entendemos que as mudanças para a efetivação da proposta emancipatória de educação, no âmbito em questão, dependerão entre outras coisas, dos próprios

pressupostos pedagógicos para o trabalho em Educação Sexual. É necessário que os professores possam conhecer os elementos teóricos científicos para esta abordagem.

A realidade que temos hoje nas escolas não permite que declaremos aqui, que há marcadamente um suporte teórico para as interferências pedagógicas escolares, no tocante à educação sexual. Esta foi uma das problemáticas sobre as quais nos debruçamos neste trabalho. Nossa intenção foi colaborar com um referencial científico para a preparação dos professores que atuam ou irão atuar no campo da Educação Sexual.

Acreditamos que, sem o conhecimento do desenvolvimento biopsicossocial da criança, não se pode empreender nenhum trabalho pedagógico significativo com ela. Compreender a dinâmica de seu desenvolvimento psicosexual é algo básico, sem ser simples, ao contrário, para que se possa desenvolver um trabalho educacional da dimensão humana em questão, a sexualidade. É por isso que recorreremos aos conceitos fundamentais da obra de FREUD, como suporte teórico basilar.

Sem um aporte histórico o trabalho em Educação Sexual não resiste a um exame mais detido da produção dos costumes e valores sexuais humanos. É como se tudo tivesse sido “inventado” hoje, para ser reinventado amanhã, ou até ser esquecido. A história é uma ciência que expõe a identidade dos fatos. Se vamos empreender esforços no sentido do conhecimento, terreno próprio da educação, torna-se imprescindível que conheçamos a identidade de nossas “ferramentas” de trabalho. Por esse motivo, recorreremos a FOUCAULT.

Num conceito mais abrangente e crítico da práxis educativa, a política, torna-se o sentido transformador da educação como um todo, também para a Educação Sexual. A política, no sentido de reflexão sobre o papel social do educador, dos conteúdos e dos educandos, deve ser prática contínua para que se possam estabelecer objetivos bem definidos e se ter clareza do modo pelo qual está se organizando a

educação e ainda, para quem se está produzindo o conhecimento. No campo da sexualidade, não necessariamente da Educação Sexual, Wilhelm REICH, como explicitamos, está no cerne desta reflexão. Por isso, tornou-se um dos nossos principais interlocutores.

As contribuições sintetizadas nas conclusões deste trabalho têm desdobramentos importantes conforme apresentamos nas páginas anteriores. Tais desdobramentos nos desafiaram a este estudo. E, com certeza, já desafiaram, e ainda desafiarão outros, que percebem a precariedade do que se apresentou historicamente como pretensão de se fazer Educação Sexual escolar. Na oportunidade do desenvolvimento desta pesquisa identificamos elementos teóricos que, sem a compreensão dos mesmos, não acreditamos que se possa avançar neste campo.

Nesta perspectiva, expressamos nosso entendimento das bases teóricas para a Educação Sexual que temos defendido. Na esfera do conhecimento científico já produzido pela sociedade sobre o tema, adotamos um referencial clássico, circunscrito nos trabalhos de FREUD, REICH e FOUCAULT, numa leitura histórica e crítico-dialética.

Acreditamos que o caráter substancial para o objeto pedagógico aqui tratado, deverá pressupor a *história e a historiografia*, a *política* e o *conhecimento do desenvolvimento psicosssexual da criança e do adolescente* como base para o desenvolvimento dos projetos educacionais no campo da sexualidade.

A *história e a historiografia* como recursos mais adequados para o entendimento da construção da cultura, chave para entender a condição humana determinada pela evolução das relações de trabalho com determinantes econômicos. Do mesmo modo, pressupor a *política* como a perspectiva ontológica e existencial, para compreender as contradições de interesses e as relações de poder que carregam de sentido utilitário os papéis sexuais, desenvolvendo estereótipos humanos multiplicadores da ideologia consumista e coercitiva da sexualidade.

O pressuposto que se configura no conhecimento mais específico para a Educação Sexual, e que tem a mesma importância dos dois outros já citados, é o *conhecimento do desenvolvimento psicosssexual da criança e do adolescente*, entendido aqui, como termo abrangente dos conhecimentos sobre o seu desenvolvimento social e biológico. É imprescindível partir desta consideração porque só este pode indicar a adequação metodológica em seu mais amplo sentido, dentro da ação pedagógica para a Educação Sexual. É fundamental saber como acontece o desenvolvimento sexual da criança tanto na proporção individual quanto na proporção social que se interpenetram para, a partir daí, definir-se a ação pedagógica planejada para a especificidade desta educação.

Nossa preocupação é que o professor possa identificar cada um destes pressupostos para que venha a conceber seu trabalho para além da produção do conhecimento, como um instrumento de mudança social, a partir de mudanças no sentido da sexualidade humana.

Por esse motivo privilegiamos as principais matrizes do discurso da sexualidade moderna. Os clássicos conceitos e teorias que fundamentaram tantas outras mais recentes abordagens da questão da sexualidade. Em nosso caso, fizemos a opção de problematizar os referidos referenciais para a sistematização epistemológica dos fundamentos da Educação histórico-crítica, também no âmbito da sexualidade.

De tudo isso resulta nossa defesa da Educação Sexual escolar, como já o fizemos tantas vezes. Partimos da necessidade, transitamos pela argumentação favorável e, por ora defendemos o que para nós, parece a mais significativa forma de trabalho pedagógico. Há uma responsabilidade integrada entre a Família, base da aquisição significativa da cultura, e a Escola, instituição social encarregada da transmissão e reprodução formal dos consensos sociais básicos. Tanto a Família quanto a Escola guardam responsabilidades, obrigações e prerrogativas, quando integradas na direção de constituir uma sociedade emancipada. Humanizada, libertadora. Cabe à família ordenar e produzir os referenciais éticos, as justificativas comportamentais, os

critérios da moralidade sexual dos filhos. Esta não é a tarefa da Escola. A Escola poderá exercer seu papel de educadora da sexualidade numa dimensão delegada, secundária, produzindo informações, culturas e procedimentos referenciais, reflexões e comportamentos atitudinais de emancipação humana, igualdade entre os sexos, clareza e esclarecimentos científicos sobre o tema e dimensão antropológica. Mas não cabe à escola formular teorias morais ou substituir o papel da família ou da sociedade como um todo. A escola não pode e não deve assumir esta parte da Educação Sexual que é responsabilidade da família, nesta direção de construir na criança os fundamentos significativos da moralidade sexual. Cabe à escola outra dimensão da educação sexual, a informativa, a reflexiva, a estética e política da sexualidade.

Com referência à base dos valores e formação da cultura social, não há como retirar esta responsabilidade familiar, uma vez que é este o primeiro ambiente social da criança. A educação, entendida como doméstica, acontece na família, mesmo que esta não tenha clareza nem domínio deste processo. Os aspectos afetivos, a expressão dos sentimentos e necessidades, a alteridade, a primeira socialização entre outros são dispositivos relativos singularmente a este espaço.

A educação material e simbólica começa na família e deverá ser mais tarde ampliada pela escola, resguardando os limites de cada um destes universos. A educação escolar fundamentada em elementos científicos é parte importante da formação dos indivíduos colaborando com a preparação para os embates da vida.

Se considerarmos que a educação é o veículo para a ampliação das capacidades e dimensões humanas, é óbvia a necessidade da educação sexual escolar. Não é possível educar para desenvolver e ampliar as dimensões humanas, sentido pleno da educação, deixando de contemplar a sexualidade. A educação estaria incompleta.

Tudo o que apresentamos até agora, expressa como uma das reflexões e denúncias sobre a práxis educacional, a necessidade de políticas de formação de professores que se traduzam em propostas institucionais plausíveis. Não é possível

ampliarmos a visão do que seja a dialética da sexualidade, a proposta pedagógica da abordagem aqui apresentada, a importância e urgência da educação sexual, sem o delineamento e a efetivação da possibilidade da formação de professores, preparatória para a atuação neste campo.

É inegável o reconhecimento de que já houve um avanço no tocante ao desenvolvimento da educação sexual no Brasil, tanto na formação de professores, quanto na questão pedagógica para alunos. Com relação aos desafios da realidade educacional do país e a histórica deseducação sexual, estas iniciativas são ainda insuficientes.

Algumas destas experiências, embora lentas, efetivam-se com firmeza em bases científicas combativas dos modelos repressivos e conservadores de abordagens do tema. O esforço pedagógico, quase sempre isolado e muitas vezes anônimo, tem conquistado possibilidades para abordagens diferenciadas da sexualidade nas escolas. Há núcleos de trabalho, ainda que em pequeno número, promovendo o estudo da história da sexualidade, suas implicações na formação dos costumes e valores, a valorização da autonomia estética, entre outros elementos que configuram o início de uma nova dinâmica deste processo educacional. Mesmo o determinismo reducionista dos *temas transversais*, tal como se apresenta hoje a interpretação dominante da educação sexual nos *parâmetros curriculares nacionais*, pode ser revertido em espaço pedagógico para atuação na abordagem emancipatória de educação desde que, reiteramos, os professores estejam preparados, conforme as bases do conhecimento científico.

Não temos ilusões quanto à distância e as dificuldades que ainda teremos que enfrentar para alcançar o que entendemos por uma educação sexual transformadora da realidade das relações sociais. Também temos clareza que esta realização depende de outros fatores que estão fora do universo educacional. Pertencem à política de administração da *res pública* e de outras instituições que conformam as relações econômicas e de produção no mundo do trabalho. Mas isso não nos intimida. Ao

contrário, nos incentiva a buscar formas alternativas para superar tais barreiras e evidenciar a necessidade e as possibilidades de mudança.

A Educação Sexual fundamentada cientificamente é contrária ao diletantismo e a superficialidade que com freqüência se percebe nas escolas. O diletantismo das iniciativas da maioria dos projetos de educação sexual e seu exotismo, ao contrário de re-elaborar formas de interferência para o combate ao sentido consumista de sexualidade confundem seu sentido e enfraquecem as possibilidades para projetos politicamente definidos dentro de uma visão comprometida com o papel social transformador da educação.

A dialética das contradições no campo da sexualidade é de fato uma possibilidade de rever os conceitos e atitudes sociais com relação aos papéis sexuais pré-estabelecidos. Não se faz educação sexual só com a boa vontade. É preciso um referencial teórico sólido que possa abrigar as bases de uma ação transformadora do sentido da sexualidade na sociedade e também para cada um dos indivíduos. Sem base teórica o trabalho de educação sexual fracassa. Transforma-se em “*achismos*”, discussão de notícias e fatos apresentados pela mídia, sem nenhuma objetividade, leitura de livros desconectados da realidade ou reafirmadores da repressão, terapia da fala, e em algum tipo de descompressão e relaxamento conceitual que não tem fôlego para mais de dez ou doze encontros “didáticos”, sem mudar as formas de leitura das relações sociais. A curiosidade sobre os temas, neste caso, transforma-se em desinteresse e desrespeito ao professor que coordena o trabalho, ameaçando fatalmente tal experiência.

O domínio do conhecimento produz na questão a melhor arma para a luta pela transformação. Por mais nobres que sejam as intenções dos professores, por mais inovadoras que sejam suas metodologias, sua dinâmica pedagógica, seu material didático, não havendo domínio teórico profundo, não há como transformar a prática do trabalho e conseqüentemente as práticas sociais. Só estaremos em condições de igualdade para esta luta quando dominarmos os mesmos conhecimentos que os nossos

dominadores. Desta forma, estaremos em igualdade, neste ponto fundamental, para combatermos sua tradição repressora.

Por fim, resta-nos uma palavra de estímulo aos educadores sexuais. A afirmação de sua prática emancipatória sobre as bases de uma concepção científica, histórica, eticamente responsável e politicamente participativa. A determinação de que a sexualidade é uma das mais profundas expressões da condição humana. Daí decorre a necessidade de trabalhá-la no espaço e dimensão educacional-escolar.

Enfim, esta pesquisa procurou subsidiar os estudos dos educadores sexuais que buscam fundamentos e disposições metodológicas para encaminhar sua prática, quer debater pedagogicamente as manifestações da Sexualidade na dinâmica da educação formal. Não significa que tenhamos uma visão estanque da sexualidade, dividindo-a tradicionalmente em expressões etárias e unilateralmente separadas. Para nossa compreensão a sexualidade é uma manifestação ontológica da condição humana, isto é, a sexualidade faz parte da própria constituição intrínseca do que seja o ser humano. Torna-se assim uma das mais privilegiadas dimensões de sua manifestação subjetiva, histórica e social.

Tudo o que foi até aqui debatido impulsiona-nos a continuar aprofundando a discussão sobre a condição da criança, buscando ampliar os reducionismos históricos e a estreiteza de muitas das apresentações, no senso comum, das conflituosas dimensões de seu desejo e construção subjetiva de sua sexualidade entre as exigências dos papéis sexuais cristalizados e os apelos de sua genuína idiossincrasia.

Buscamos metodologicamente envolver dois pólos de um desafiador debate: a expressão social da sexualidade e a condição institucional da escola ou educação formal. A este horizonte juntamos uma terceira intenção, a de abordar essas relações na dinâmica pedagógica, isto é, na esfera da educação, doméstica e escolar. Queremos que o presente trabalho seja assimilado e questionado, seja lido e discutido pelos pais, educadores, professores, agentes sociais, como um instrumento de emancipação e

encaminhamento de novas significações e atitudes frente à sexualidade e seu desvendamento. Trata-se de buscar entendê-la como expressão e revelação da condição humana em plenitude, espaço híbrido entre a mais sagrada expressão da subjetividade do desejo e a mais expressiva exigência relacional vivida em sociedade.

Propomos a determinação de assumir a concepção emancipatória da Sexualidade e sua abordagem curricular e institucional na escola. A concepção emancipatória deverá, portanto, ser científica, crítica, criativa, e ao mesmo tempo cultural e politicamente aberta e livre. A crítica histórica dos papéis sexuais nos permite dizer que só é possível criar uma concepção ampla da sexualidade nas crianças e jovens, por aqueles que acreditam na liberdade. A liberdade das pessoas que assumem com plenitude seu papel único de sujeitos. Partimos da questão de que é preciso considerar a determinação política que os próprios pais e educadores trazem sobre o mundo, a sexualidade e a sociedade. A clássica questão: “quem educa o educador?” - embora não seja imediatamente objeto de nossa análise, merece ser premissa fundamental para empreender tal proposta educacional.

Fazemos educação sexual não para a repressão controladora ou para o estímulo irresponsável, muito menos para a negação sórdida, fazemos educação sexual porque os homens têm na sexualidade uma dimensão ontológica irreduzível. A sexualidade é uma dimensão humana fundamental, que não pode jamais ser negada ou anulada sem deixar seqüelas éticas e privações existenciais.

Nossas crianças e nossos alunos deverão nos ouvir, se a relação que tivermos com estas for anteriormente qualitativa. Não sustentamos uma intervenção emancipatória sobre as crianças, se não tivermos uma atitude de coerência entre nossas palavras e ações. Só assim seremos fiadores de uma visão da sexualidade mais próxima de um ideal humanista e solidário.

As contribuições que extraímos das sínteses dos grandes pioneiros deste estudo, S.FREUD, W. REICH e M.FOUCAULT não são, nestas considerações,

coordenadas tipológicas doutrinárias, mas sim construções exemplares e convites a abordagens mais aprofundadas e criteriosas sobre o tema. Esperamos que educadores e pais compreendam que não é possível abordar a sexualidade somente com as boas intenções do cotidiano, a importância da concepção emancipatória e as consequências de uma reflexão divergente do padrão comum requerem uma fundamentação científica para não cometermos avaliações pontuais calcadas no preconceito e na tradição patriarcal, de trágica herança e atualidade. A referência a estes autores passa a ser um convite a buscar mais e mais, como uma utopia política permanentemente desafiadora, de tencionar estudar a sexualidade humana em suas múltiplas manifestações culturais e subjetivas.

Ao término desta pesquisa, na qual buscamos socializar uma experiência de reflexão teórica e algumas perspectivas de atuação pedagógica sobre situações de vivências práticas diante das manifestações da sexualidade, na escola e na esfera da família, tomamos a liberdade, dentro daquilo que julgamos ter contribuído, de conclamar os professores e educadores para buscarem maiores esclarecimentos sobre a complexa e importante dimensão humana que é a sexualidade, para enriquecer ainda mais sua atuação pedagógica humanizadora das possibilidades educacionais. Conclamamos ainda para a qualificação e consolidação das utopias que porventura comungarmos nesta empreitada desafiadora de abordar a sexualidade como eixo estrutural do processo social de humanização.

Nossas proposituras e convites são pactos de alianças, são apelos de solidariedade, instigando-nos a darmos as mãos e olharmos para horizontes comuns, onde a firmeza de alguns e sua destreza em lidar com seus medos e tragédias seja o apoio e o suporte dos que ainda vivenciam a leveza de não alcançar plenamente a dureza do solo. Temos esperanças que nós, educadores e professores poderemos falar da sexualidade humana sabendo nutrir esperanças de amor, em suas mais significativas e amplas manifestações estéticas e políticas.

Buscamos refletir sobre Sexualidade como uma das formas mais densas de significar e entender a condição humana em plenitude. Não deixamos de considerar a herança cultural que carregamos e os desafios objetivos das condições materiais e políticas de um mundo em amplo processo de transformação. Todavia, em todas as perspectivas postas para esta etapa da trajetória cultural humana, social e subjetiva, está presente a necessidade da felicidade, a unicidade de cada ser e tarefa inalienável de construir referências éticas para sua vida e a de seus semelhantes. Este é o terreno fundamental da ética sexual. Como seres dotados de sexualidades os homens e mulheres precisam, a cada etapa da cultura e em cada momento de consciência de si, re-significar a potencialidade amorosa e a dinâmica da corporeidade, os sentimentos e sensações, as vivências e comprometimentos existenciais.

Desta determinação ética nasce a possibilidade de uma educação sexual emancipatória, nos termos em que esta vem sendo constituída em muitos estudos e propostas reflexivas e estéticas. A educação como ato e dimensão da prática social é a forma de produção dos referenciais sociabilizadores básicos, a busca do consenso simbólico e do ordenamento comportamental fundante dos grupos sociais. A escola, notadamente a escola da Educação Básica, é o espaço da transmissão destes referenciais coletivos, da herança cultural acumulada, dos significados dos papéis sexuais, das instituições, dos determinantes comportamentais dominantes. Assim, tem a escola a tarefa de produzir uma reflexão dos conceitos e representações da sexualidade, à luz da ciência e na direção da igualdade, da felicidade e da plenitude do ser mais pleno de si.

A Educação Sexual para a emancipação humana é uma bandeira que semente poderá acontecer na dinâmica do triunfo de processos humanizadores na base material e política da sociedade. Os processos de produção e de avanço das forças de transformação da sociedade deverão estar em sintonia com as utopias de uma sexualidade emancipatória. Não há como sonhar e lutar para constituir parâmetros de significação e referenciais de comportamento baseados na ética e estética da liberdade

sobre elementos de repressão e exploração, como matrizes das forças e relações sociais de produção.

A educação sexual que almejamos será aquela calcada nas conquistas dos movimentos sociais libertadores, na prática de formas igualitárias de representar o homem e sua diversidade sexual e subjetiva, em uma sociedade pautada pela preservação da vida para todos...

BIBLIOGRAFIA

ADLER, Laure. (1991) **Os Bordéis Franceses**. São Paulo: Companhia das Letras.

AGOSTINHO, S.B.H. (19840) **Confissões**. São Paulo: Edições Paulinas.

ALBERONI, F, (1988) **O Erotismo**. 2. Ed., Rio de Janeiro: Rocco.

ANDERSON, P. (1995). **Considerações sobre o Marxismo Ocidental**. São Paulo: Brasiliense.

APPIGNANESI, R. (1979). **Conheça Freud**. São Paulo: Proposta Editorial.

APPLE, M. (1989). **Educação e Poder**. Porto Alegre: Artes Médicas.

ARENDT, H.(1989). **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Zahar.

ARIÈS, P.(1981). **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Guanabara.

ARIÈS, P. e BEJIN, A. (1987). **Sexualidades Ocidentais**. São Paulo: Brasiliense.

ARISTÓTELES. (1985). **Política**. Brasília: Ed. da UNB.

ASSMANN, H.(1995). **Paradigmas Educacionais e Corporeidade**, Piracicaba, Ed. da UNIMEP.

ASSOUN, P. L.(1993). **Freud e a Mulher**. Rio de Janeiro: Zahar.

- BARROSO, C. & BRUSCHINI, C. (1986) **Educação Sexual**. Petrópolis: Vozes.
- _____ (1990) **Sexo e Juventude**. 3.ed., São Paulo: Cortez.
- _____ (1991) **Sexo e Juventude - um Programa Educacional**, São Paulo: Ed. Brasiliense.
- BADINTER, E. (1984). **O Mito do Amor Materno**, Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- _____. (1986). **Um é o Outro**. 4. ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- BENJAMIN, W. e outros.(1983). **Os Pensadores**. São Paulo: Ed. Abril, Cultural.
- BERNARDI, M. (1985). **A Deseducação Sexual**. São Paulo: Summus.
- BETTELHEIM, B. (1993). **Freud e a Alma Humana**. 9. Ed., São Paulo: Cultrix.
- BOSI, A. (1992). **Dialética da Colonização**. São Paulo: Schwarcz .
- BURKE, P. (1991). **A Escola dos Annales**. São Paulo: Edusp.
- BULPORT, A. K. et al. (1986). **O Sexo do Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- BROWN, P. (1990). **Corpo e Sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar.
- CABAS, A. (1988). **A Função do Falo na Loucura**. Campinas: Papyrus.
- CALDERONE, M.(1986). **Falando com seu Filho Sobre Sexo**. São Paulo: Summus.
- CAVENACCI, M. (1981). **Dialética do Indivíduo**. São Paulo: Brasiliense.
- CHAUÍ, M. (1988). **Repressão Sexual: esta nossa desconhecida**. 11. ed., São Paulo: Brasiliense.
- CHARBONEAU, P. E. (1980). **Educação Sexual**. São Paulo: E.P.U.
- CONFORT, A. (1984). **Os prazeres do Sexo**. São Paulo: Martins Fontes.

- DELEUZE, G. e GUATTARI, F.(1976). **O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Imago.
- DELUMEAU, J. (1984). **A Civilização do Renascimento**. Lisboa: Editorial Estampa.
- DONZELOT, J.(1986). **A Polícia das Famílias**. Rio de Janeiro: Graal.
- DUARTE, N.(1993). **A Individualidade Para-Si: contribuição a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo**. Campinas: Autores Associados.
- ELLIS, H. (1971). **Psicologia do Sexo**. Rio de Janeiro: Bruguera.
- ENGELS, F e MARX, K. (1992). **Textos Sobre Educação e Ensino**. São Paulo: Moraes.
- EVANGELISTA, J. (1991). **Crise do Marxismo e Irracionalismo Pós-Moderno**. São Paulo: Cortez.
- FAZENDA, Ivani e outros (1994). **Metodologia da Pesquisa em Educação**. São Paulo: Cortez.
- FERNANDES, J. (1995). **Sexo: Verdades e Mentiras**. São Paulo: Globo.
- FIGUEIRÓ, M.N.D. (1996). **Educação Sexual: retomando a proposta, um desafio**. Londrina: Editora da UEL.
- FOLSCHEID, D. & WUNENBURGUER, J.J. (1997). **Metodologia Filosófica**. São Paulo: MARTINS Fontes.
- FOUCAULT, M. (1997). **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- _____. (1979). **Microfísica do Poder**, Rio de Janeiro: Graal.
- _____. (1985). **História da Sexualidade vol. I, A Vontade de Saber**. 9. ed., Rio de Janeiro: Graal.
- FOUCAULT, M. (1985). **História da Sexualidade vol. II, O Cuidado de Si**. 3. ed., Rio de Janeiro: Graal.

_____. (1988). **História da Sexualidade vol. III, O Uso dos Prazeres**. 5. ed., Rio de Janeiro: Graal.

_____. (1980). **O Nascimento da Clínica**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.

_____. (1996). **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes.

FOUGEYROLLAS, P.(1981). **Ciencias Sociales y Marxismo**. México: Fondo de Cultura Economica.

FOUREZ, G.(1984). **A Revolução Sexual**. Petrópolis: Vozes.

FREUD, S.(2000). **A Interpretação dos Sonhos**. Col. Obras Completas de Freud, Rio de Janeiro: Imago.

_____. (1970). **Cinco Lições de Psicanálise**. Rio de Janeiro: Imago.

_____. (2000). **Gradiva de Jensen e Outros Trabalhos**. Col. Obras Completas de Freud, Rio de Janeiro: Imago.

_____. (2000). **O Futuro de Uma Ilusão**. Col. Obras Completas de Freud, Rio de Janeiro: Imago.

_____. (2000). **O Mal-Estar da Civilização**. Col. Obras Completas de Freud, Rio de Janeiro: Imago.

_____. (1997). **Três Ensaio Sobre a Teoria da Sexualidade**. Rio de Janeiro: Imago.

FREITAG, B.(1991). - **Piaget e a Filosofia**. São Paulo, Editora UNESP.

FROMM, E. et al. (1989). **Marcuse Polêmico**. Lisboa: Editorial Presença.

_____.(1986). **Psicanálise da Sociedade Contemporânea**. Rio de Janeiro: Zahar.

FROMM, E.(1992). **Conceito Marxista do Homem**. 8. ed. Rio de Janeiro: Zahar.

GAMBOA, S.S. (1996). **Epistemologia da Pesquisa em Educação**. Campinas: Praxis.

- GAY, P. (1992). **Lendo Freud: investigações e entretenimento**. Rio de Janeiro: Imago.
- GAY, Peter e outros.(1989). **Sigmund Freud e o Gabinete do dr. Lacan**. São Paulo: Brasiliense.
- GOLDEMBERG, M.A . A. (1988). **Educação Sexual: Uma Proposta, Um Desafio**. 4^a. ed., São Paulo: Cortez.
- GOLDMANN, L.(1974). **Ciências Humanas e Filosofia**. São Paulo: Cultrix.
- GRAMSCI, A.(1981). **Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GUATTARI, F.(1985). **Revolução Molecular: Pulsões Políticas do Desejo**. São Paulo: Brasiliense.
- HOBBSBAUWN, E. (1999). **A Era das Incertezas**. São Paulo: Cia das Letras.
- HOUAISS, A . (2001). **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva.
- HITE, S. (1980) **O Relatório Hite: um profundo estudo sobre a sexualidade feminina**. 10^a ed. São Paulo: DIFEL
- JAPIASSU,H. e MARCONDES, D. (1993). **Dicionário Básico de Filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar.
- LOBO, E. Souza. (1991). **A classe operária tem dois sexos. Trabalho: dominação e resistência**. São Paulo: Brasiliense.
- JONES, E. (1975). **Vida e Obra de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Zahar.
- KUJAWSKY, G.(1986). **A Crise do Século XX**. São Paulo: Ática.
- KUPPER, M. C.(1989). **Freud e a Educação**. São Paulo: Scipione.
- LAPLANCHE e PONTALIS. (2000). **Vocabulário da Psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes.

- LAURSEN, N. e WHITNEY, S. (1990). **O Corpo da Mulher**. São Paulo: Abril.
- LEFEBVRE, H. (1971). **L'ideologie Structuraliste**. Paris: Anthropos.
- LEPAGNEUER, H. (1985). **Antropologia do Prazer**. Campinas: Papyrus.
- LESSA, S.(1996). **A Centralidade Ontológica do Trabalho em Lukács**. *in* Serviço Social e Sociedade, São Paulo: Revista da USP.
- LOMBARDI, J. C. (org.) (2001). **Globalização Pós-Modernidade e Educação: história filosofia e temas transversais**. Campinas: Autores Associados.
- LOWY, M.(1978). **Método Dialético e Teoria Política**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra.
- LUKÁCS, G.(1979). **A Ontologia do Ser Social: os princípios fundamentais de Marx**. São Paulo: Ciências Humanas.
- MACHADO, R. (2000). **FOUCAULT, A Filosofia e a Literatura**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- MALINOWSKI, B.(1973). **Sexo e Repressão na Sociedade Selvagem**. Petrópolis: Vozes.
- MANTEGA, G.(1979). **Sexo e Poder**. São Paulo: Brasiliense.
- MARCUSE, H.(1981). **Eros e Civilização**. 8. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara.
- _____ (1967). **Ideologia da Sociedade Industrial**. Rio de Janeiro: Zahar.
- MARKUS, G.(1974). **Marxismo y Antropología**. Barcelona: Grijalbo.
- MARX, K. & ENGELS, F. (1979). **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Ciências Humanas.
- MARX, K.(1987).**Manuscritos Econômico-Filosóficos e outros textos escolhidos**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural.
- MARX, K.(1983). **O Capital**. Os Economistas. Vol. I São Paulo: Abril Cultural.

MARX, K.(1989). **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes.

MARX, K.(1984). **Prefácio à Crítica da Economia Política**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes.

MARIETTI, A. K. (org.). (1977). **Introdução ao Pensamento de Michel Foucault**. Rio de Janeiro: Zahar.

MASTERS, W. H. & JOHNSON, V. E. (1970) **A Incompetência Sexual: suas causas, seu tratamento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____ (1981) **A Conduta Sexual Humana**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

MERLEAU-PONTY, M.(1996). **Fenomenologia da Percepção**. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos.

MÈSZAROS, I.(1986). **Filosofia, Ideologia e Ciências Sociais**. São Paulo: Ensaio.

NIETZSCHE, F.(1983). **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural.

NUNES, C. A.(1996). **Filosofia, Sexualidade e Educação: as relações entre os pressupostos ético-sociais e histórico-culturais presentes nas abordagens institucionais sobre a educação sexual escolar**. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação - UNICAMP.

_____ (1998). **Aprendendo Filosofia**. Campinas: Papirus.

_____ (1999). **Desvendando a Sexualidade**. Campinas:Papirus.

NUNES, C. e SILVA, E. (1997). **As Manifestações da Sexualidade da Criança**. Campinas: Século XXI.

_____ (2000). **A Educação Sexual da Criança**. Col. Polêmicas do Nosso Tempo. Campinas: Autores Associados.

_____ (2001). **Sexualidade(s) Adolescente(s)**. Florianópolis: Sophos.

OLIVA, A. (org.) (1990). **Epistemologia e Cientificidade em Questão**. Campinas: Papyrus.

PARKER, R. G. (1991). **Corpos, Prazeres e Paixões**. São Paulo: Best Seller.

PIAGET, J. (1984). **A Noção de Tempo na Criança**. São Paulo: Record Cultural.

POMEROY, W. (1986). **Sexo sem Riscos na Era da AIDS**. Rio de Janeiro: Imago.

PRADO, C. J. (1969). **Dialética do Conhecimento**. São Paulo: Brasiliense.

PRIORE, M. de la. (1992). **História da Criança Brasileira**. Campinas: Contexto.

REED, E. (1984). **Sexo Contra Sexo ou Classe Contra Classe**. São Paulo: Proposta Editorial.

REICH W. (1988). **A Revolução Sexual**. Rio de Janeiro: Zahar.

_____ (1989). **A Função do Orgasmo**. São Paulo: Brasiliense.

_____ (2000). **Análise do Caráter**. São Paulo: Martins Fontes.

_____ (1977) **Materialismo Dialético e Psicanálise**. Lisboa: Presença.

_____ (1978). **O Combate Sexual da Juventude**. Lisboa: Antídoto.

_____ (1972). **Psicologia de Massas do Fascismo**. São Paulo: Martins Fontes

ROMERO, E. (org) (1995). **Corpo Mulher e Sociedade**. Campinas: Papyrus.

ROSEN, G. (1980). **Da Polícia Médica à Medicina Social**. Rio de Janeiro: Graal.

ROUSSEAU, J. (1992). **Emílio ou Da Educação**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil S/A..

ROUSSELLE, A.(1984). **Pornéia: Sexualidade e Amor no Mundo Antigo**. São Paulo: Brasiliense.

RYCROFT, C.(1971). **As idéias de Reich**. São Paulo:Cultrix.

SADER, E. (2000). **Século XX uma Biografia Não-Autorizada: o século do imperialismo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

SANTOS, B. de S.(1997). **Pela Mão de Alice: o social e o político na pós modernidade**. 3. ed. São Paulo: Cortez.

SÃO PAULO - P.M.S.P.(1989) Secretaria da Educação. Prefeitura do Município. **Projeto de Orientação Sexual**. São Paulo: SE/PM.

SÃO PAULO - S.E.E./CENP- (1984) Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. **Sexualidade Humana; uma abordagem curricular**.

SARTRE. J. P. (1985). **A Idade da Razão**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

SAVIANI, D.(1991). **Educação e Questões da Atualidade**. São Paulo: Cortez.

_____ (2000). **Escola e Democracia**. 33^a ed. Campinas: Autores Associados.

_____ .(1991).**Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. São Paulo, Cortez/Autores Associados.

SUCHODOLSKI, B.(1984). **A Pedagogia e as Grandes Correntes Filosóficas**. Lisboa, Livros Horizonte.

SEVERINO, A . J. (2000). **Metodologia do Trabalho Científico**.21^a ed. São Paulo: Cortez.

SILVEIRA, P. e DORAY, B.(1989). **Elementos para uma Teoria Marxista da Subjetividade**. São Paulo: Vértice.

SILVA, E. A. (1998) **A Escola a Clínica e a Sexualidade Humana**. Revista perspectiva, Florianópolis: Centro de Ciências da Educação - UFSC, 6(30): 115-142, dez.

_____ (1997). **Medicina e Sexualidade Humana: estudo crítico do currículo atual dos cursos de medicina e suas implicações na formação do médico.** Dissertação de Mestrado, Campinas: FE/PUC – Campinas.

SNOEK J. (1982). **Ensaio de Ética Sexual.** São Paulo: Paulinas.

SOUZA, C. P (Org) (1998) **História da Educação: Processos, Práticas e Saberes,** São Paulo: Escrituras.

SOUZA, K. (1999) **Formação do Educador.** Aracruz: Facha.

SUCUPIRA, E.(1994). **Introdução ao Pensamento Dialético.** São Paulo: Cultrix.

SUPLICY, M. e outros.(1995). **Sexo se Aprende na Escola.** São Paulo: Olho D'Água.

TADEU DA SILVA, T. (1992). **O que Produz e o que se Reproduz em Educação.** Porto Alegre: Artes Médicas.

TANNAHILL, R. (1980). **O Sexo na História.** Rio de Janeiro: Francisco Alves.

TRIVIÑOS N. S.(1992). Augusto. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais.** São Paulo: Atlas.

VAINFAS, R.(1986). **História e Sexualidade no Brasil,** Rio de Janeiro: Graal.

VASCONCELOS, N.(1971). **Os Dogmatismos Sexuais.** Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____ (1992). **Sexo e Amor na Adolescência.** São Paulo: Moderna.

VÁSQUEZ, A.(1968). **Filosofia da Praxis.** Rio de Janeiro: Paz e Terra.

VEYNE, P.(1985). **A Elegia Erótica Romana.** São Paulo: Brasiliense.

Z Aidan, M. (1987). **A crise da Razão Histórica.** Campinas: Papyrus.

